

SOCIOLOGIA

VOL. XXV | JANEIRO-JUNHO 2013

Alfredo Campos

Nuno Nunes

Adriano Zilhão

Roselane Gomes Bezerra

Paulo Barroso

João Valente Aguiar

Vera Diogo e Paula Guerra

Lorena Sancho Querol

Hélder Raposo

Tiago Castro Lemos

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXV • PORTO • 2013

DIRETOR:

João Teixeira Lopes, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Carlos Manuel da Silva Gonçalves, FLUP/ISFLUP; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luis Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wievorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, CIES-IUL/Universidad Iberoamericana, México; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em Latindex, Open Science Directory (EBSCO), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Fonte Académica (EBSCO), Newjour, CAPES e EZB (Electronic Journals Library).

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA – Gráfica Firmeza, Lda.

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL 7

ARTIGOS

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos 11

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes 33

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão 55

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra 79

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso 101

A política de <i>classe</i> na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária	
João Valente Aguiar	119
A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat	
Vera Diogo e Paula Guerra	141
Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado	
Lorena Sancho Querol	165
Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário	
Hélder Raposo	189
 RECENSÃO	
Recensão crítica do livro <i>Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste</i>	
Tiago Castro Lemos	213
 ESTATUTO EDITORIAL	222
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	223
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS	226

EDITORIAL

Por João Teixeira Lopes

A Revista *Sociologia*, como decerto terão reparado, entrou num novo patamar, com a diversificação das suas bases internacionais de indexação, a renovação intensa do conselho editorial e uma ampla abertura a autores, instituições e temáticas, com a articulação entre números com artigos diversos e outros consagrados ao aprofundamento de determinados domínios.

No presente número verificamos a existência de afinidades implícitas entre vários artigos. Assim, chamamos a atenção para um bloco de trabalhos que versa as questões das classes e das desigualdades sociais (Alfredo Campos, Nuno Nunes e João Valente Aguiar), um outro sobre relações sociais em contextos urbanos (Adriano Zilhão, Roselane Bezerra e Paulo Barroso), um outro, ainda, sobre a ação coletiva (Vera Diogo e Paula Guerra) e, finalmente, dois contributos, mais dificilmente enquadráveis (um na área dos estudos museológicos de Lorena Querol e outro na proximidade da sociologia da saúde em cruzamento com a sociologia das profissões, de Hélder Raposo).

Tiago Lemos apresenta-nos, a fechar, uma recensão sobre as sociabilidades nos bairros de uma nova burguesia progressista e cosmopolita.

Dos vários autores, apenas quatro trabalham no âmbito da FLUP. A pluralidade aberta desta revista também passa por esta desejada circunstância.

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade:

Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos¹

Universidade de Coimbra

Resumo | O artigo analisa teoricamente como a precarização do trabalho e do emprego não se limita ao menos qualificado e se alarga, progressivamente, ao trabalho qualificado, propondo uma abordagem dinâmica centrada no poder. Seguidamente, apresenta os resultados de um estudo assente nesta abordagem, junto de uma profissão altamente qualificada, os profissionais da ciência.

Palavras-chave: Precariedade; Qualificação; Poder.

Abstract | *Work, Qualification, Power and Precariousness: A dynamic approach to the structuration of production models, from a case study of the scientific profession*

The article theoretically analyzes how precariousness of work and employment isn't limited to unskilled labor and progressively extends to skilled work, proposing a dynamic approach centered on power. The results of a study based on this approach, among a highly skilled profession – the science professionals – are presented.

Keywords: Precariousness; Qualification; Power.

¹ Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Laboratório Associado, licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal) e mestre em “Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo” pela mesma instituição. *E-mail*: alfredo@ces.uc.pt; alfredopcampos@hotmail.com.

Resumé | *Travail, Précarité, Qualification et Pouvoir : Une approche dynamique sur la structuration des modèles de production, à partir d'une étude de cas de la profession scientifique*

L'article analyse théoriquement la façon comme la précarité du travail et de l'emploi ne se limite pas au moins qualifié et s'élargit progressivement au travail qualifié, en proposant une approche dynamique centrée sur le pouvoir. Les résultats d'une étude basée sur cette approche, sur une profession hautement qualifiée, les professions scientifiques, sont présentés.

Mots-clés: Précarité; Qualification; Pouvoir.

Resumen | *Trabajo, Precariedad, Cualificación y Poder: Un enfoque dinámico sobre la estructuración de los modelos de producción, basado en un estudio de caso de la profesión científica*

El artículo analiza teóricamente como la precariedad del trabajo e del empleo no se limita al menos cualificado y se alarga progresivamente al trabajo cualificado, proponiendo un enfoque dinámico centrado en el poder. Basado en este enfoque, se presentan los resultados de un estudio sobre una profesión altamente cualificada: los profesionales de la ciencia.

Palabras-clave: Precariedad; Cualificación; Poder.

1. Modelos produtivos, flexibilização, precariedade, qualificação e integração social

Na primeira parte deste artigo, abordam-se as transformações sociais e económicas que se foram dando nas últimas décadas, e o impacto destas nos modelos produtivos. Neste âmbito, dá-se destaque aos tipos de flexibilização e à precariedade que podem propiciar, salientando a estratificação do emprego que pode decorrer da qualificação. Finalmente, analisa-se como a precariedade afeta a integração social do indivíduo.

1.1 Das transformações sociais e económicas às transformações dos modelos produtivos

Até aos anos 70 imperava um modelo social de estabilidade no emprego, com crescimento dos salários próximo do aumento do custo de vida e da melhoria das condições de trabalho, com predomínio para uma relação de trabalho por “tempo

indeterminado, com horário de trabalho completo, um local de trabalho bem circunscrito, (...) o emprego para toda a vida era o modelo que inscrevia o direito do trabalho, as instituições sociais e organizava a relação social” (Cerdeira, 2005: 94-95). Esta relação de trabalho era regulada pelo Estado, que regulava, igualmente, a economia e os conflitos de classe, favorecendo a negociação coletiva e a representação coletiva dos trabalhadores (Casaca, 2005: 35).

Ao fim e ao cabo, o *fordismo* de então não era, somente, uma forma dominante de organização do trabalho a partir da mecanização do *taylorismo*, mas, igualmente, um modelo macroeconómico no qual os aumentos de produtividade e lucro contemplavam também o trabalho, mediante o aumento do seu poder de compra, bem como um efetivo contrato social que garantia a regulação de longo prazo e a negociação coletiva do trabalho, promovendo a integração e coesão social (Costa, 2008: 23-25).

A crise deste modelo teve início com os conflitos laborais dos anos 60, seguindo-se a crise económica e o choque petrolífero dos anos 70, bem como a disseminação de novas propostas de modelos produtivos a partir dos anos 80 (Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa, 2006: 29). Mais concretamente a partir da crise económica dos anos 70, a crise do capitalismo foi encarada como uma crise dos próprios modelos produtivos (Boltanski e Chiapello, 2007: 218). Tal deveu-se a diversos fatores: no contexto da globalização económica, as condições da concorrência empresarial alteraram-se e intensificaram-se radicalmente, a produção em massa *fordista* entrou em crise, devido ao decréscimo dos ganhos de produtividade, fruto dos próprios limites técnicos do *fordismo*, a concorrência à escala global com países de custo de mão de obra muito inferior, os processos de terciarização nos países ocidentais, o desenvolvimento tecnológico e a massificação da tecnologia de informação nas empresas (Casaca, 2005: 21-23). Além disso, as alterações nos hábitos de consumo, exigindo uma maior diversificação e qualidade da produção, tornaram os mercados instáveis e imprevisíveis, inviabilizando os sistemas produtivos cuja essência era a estabilidade e previsibilidade, fazendo, portanto, depender a competitividade da capacidade de passar da produção em massa para a produção flexível (Kovács e Castillo, 1998: 6; Kovács, 2002: 44-45).

Se, conceptualmente, o emprego no âmbito do contrato social do período *fordista* assentava na regulação contratual e do tempo de trabalho, na regulação coletiva do trabalho, na concentração do espaço produtivo no interior da empresa, na linearidade dos ciclos de vida e no contrato tradicional de género, a renegociação do contrato social

em torno de novos paradigmas produtivos aponta, precisamente, para o oposto daquelas dimensões (Casaca, 2005: 37). Com a crise económica da década de 70, e com a crescente abertura de mercados e liberalização do comércio mundial, hoje é a própria fluidez da concorrência e do consumo que exige uma crescente flexibilidade da produção e consequentemente também da organização do trabalho (Estanque, Ferreira, Costa e Lima, 2005: 7), com uma pressão crescente para a eliminação da regulação estatal dos mercados de trabalho (Casaca, 2005: 22). Como salienta Kovács estas formas de emprego não são novas, mas sim um regresso a antigas formas de trabalho *pré-fordistas*, propiciando portanto o retorno às vulnerabilidades de então (2005: 12).

1.2 A estruturação social dos modelos produtivos e a estratificação do trabalho segundo a qualificação

Se, no passado, o *taylorismo* e *fordismo* se afirmaram como modelos produtivos dominantes, na complexidade económica das sociedades contemporâneas encontraremos, antes, combinações diversas de modelos, por vezes mesmo aparentemente contraditórias, sendo, para Kovács e Castillo (1998), limitador conceber a existência de um modelo dominante. Verifica-se uma diversidade de modelos de produção flexível, bem como diversas articulações destes, inclusive mantendo características *fordistas* e *tayloristas*. Tais articulações podem dar-se e coexistir distintamente num país, setor ou empresa.

Coexistindo diferentes modelos produtivos em simultâneo, tais estruturações são socialmente construídas, a partir de fatores como “a comunidade local, os valores sociais e a cultura industrial predominante, as características e a sociogénese da empresarialidade, a constituição e o jogo dos atores sociais, as relações sociais, as formas institucionalizadas de cooperação”, etc. (Kovács e Castillo, 1998: 43). Além disso, contribuem, igualmente, outros fatores como as necessidades das empresas e os mercados existentes, a legislação laboral vigente, o poder de negociação dos trabalhadores e a tradição negocial da sociedade (Kovács, 2002: 129).

Se, para Castells (*in* Toni, 2003), Estanque, Ferreira, Costa e Lima (2005) e Kovács (2002: 125-126), a flexibilização da organização empresarial não acarreta, necessariamente, a precarização das relações laborais do trabalho, os autores assinalam que o rumo seguido por empresas e governos tem privilegiado a flexibilização assente

na redução de custos, que encontra na insegurança do emprego um dos seus alicerces, mediante sucessivos processos de *downsizing e outsourcing*. Os empresários optam, assim, por relações precárias, com salários irregulares, aproveitando oportunidades como o uso de estágios, subcontratando e recorrendo a empresas de trabalho temporário (Boltanski e Chiapello, 2007: 226).

Kovács e Castillo tipificam dois caminhos para a flexibilização da produção. Uma *via alta (qualitativa)* e uma *baixa (quantitativa)* para a flexibilidade: uma *qualitativa* apostada na qualificação, novos perfis profissionais, práticas de gestão participativas e compromisso de longo prazo entre empregadores e empregados; e uma *quantitativa* alicerçada em baixos salários e mercado de trabalho desregulado, sendo os trabalhadores periféricos tratados como simples instrumentos de produção facilmente removíveis quando deixam de ser necessários (Kovács e Castillo, 1998; Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa, 2006). A aplicação real dos modelos consiste na combinação de diferentes estratégias, nomeadamente procedendo a uma flexibilização *quantitativa* dos recursos humanos no geral – buscando a redução dos custos de mão de obra pela precarização do emprego e exteriorização de setores da produção – e reservando a flexibilização *qualitativa* somente aos trabalhadores nucleares, gerando uma segmentação dos trabalhadores entre os centrais e mais qualificados, por um lado, e os menos qualificados, por outro, periféricos ou exteriores à empresa (Kovács, 2002: 69-70, 83-85).

Assim, numa organização por coroa, a empresa flexível deterá um núcleo central, constituído pelos trabalhadores permanentes que desempenham as funções de maior valor; em torno deste núcleo existe uma primeira coroa, composta pelos trabalhadores temporários da empresa, aqueles cujas tarefas são mais desqualificadas e face aos quais é operada a flexibilização numérica; uma segunda coroa exterior representa as atividades exteriorizadas mediante *outsourcing* e os trabalhadores sem vínculo à empresa (Bernard Hughes Consultants *in* Casaca, 2005).

À valorização do trabalho qualificado corresponderá a desvalorização do desqualificado (Costa, 2008: 28), numa nova segmentação do mercado de emprego, potenciando formas trabalho precárias e inseguras. As qualificações tornam-se cada vez mais um fator de estratificação social: os recursos humanos nucleares, essenciais às atividades de forte valor acrescentado são valorizados, enquanto os ligados às de baixo valor acrescentado são contratados, despedidos ou externalizados em função das

necessidades de flexibilização das empresas face aos mercados (Kovács, Casaca, Ferreira e Sousa, 2006: 41-42).

Recorde-se, no entanto, as teorizações apresentadas por Beck e Reich, no qual o primeiro caracteriza os *trabalhadores precários qualificados*, detentores de qualificações mas sem vínculos efetivos e trabalhando intensivamente, e o segundo define os *trabalhadores qualificados dos serviços interpessoais*, qualificados mas precários, bem como os *trabalhadores dos serviços analítico-simbólicos*, com elevadas competências e qualificações mas com relações de trabalho individualizadas (Casaca, 2005: 56-61, 64-68). De facto, estudos recentes apontam para o desempenho de trabalho qualificado em condições de emprego precário, sobretudo entre jovens (Marques e Alves, 2010; Silva, 2007).

1.3 Precariedade, identidade, integração e ação coletiva

Castells e Castel (*in* Toni, 2003) consideram que, nesta nova era do capitalismo, o trabalho não constitui somente uma fonte de rendimento, mas perpetua o seu papel na integração social, na definição de estatutos sociais e como fonte de identificação.

Deste modo, se o trabalho nos sistemas produtivos *fordistas* constituía um fator de integração social e de pertença coletiva, hoje as formas de flexibilidade nas empresas conduzem, muitas vezes, a formas de diversificação das relações laborais muitas vezes altamente precárias, gerando uma insegurança enformada num tipo de individualismo que situa o indivíduo separado de pertenças coletivas, “a exclusão do emprego e da empresa implica isolamento, significa não ter identidade social e não ter palavra para defender os seus interesses” (Kovács, 2002: 133).

Para Castel (1998), esta dinâmica de flexibilização produtiva leva, precisamente, ao desemprego, à precariedade e à individualização, considerando que quaisquer destes fatores influenciarão a integração social, na medida em que geram uma vulnerabilidade em massa. Esta é uma vulnerabilidade pós-proteções, não propiciadora de laços de solidariedade que potenciem coletivos que forneçam identificação e segurança, mas sim impulsionadora de um tipo de individualismo negativo e desfiliação social do indivíduo, porque subtraído à pertença coletiva (1998: 609-610).

Além disso, se o sistema económico das sociedades contemporâneas promove uma individualização das relações laborais, também o seu sistema simbólico promove

uma individualização das relações sociais, uma “formatação pela socialização num caldo de cultura próprio em que a concorrência entre as pessoas (...) prevalece e destrói as solidariedades” (Silva, 2007: 122).

Assim, conjuga-se uma vivência objetiva e subjetiva de precariedade, traduzidas na impotência e no medo; na aceitação e resignação (Estanque, Ferreira, Costa e Lima, 2005: 39); um individualismo negativo e a desfiliação social que promove (Castel, 1998); e uma ideologia individualizante que emerge do modo de produção do capitalismo contemporâneo. Tal resulta numa massa de trabalhadores ocupada em individualmente assegurar a sua existência social, mas desvinculada de quaisquer formas coletivas de o fazer. Portanto, para agrupamentos crescentes, a ação coletiva – primordialmente a sindical – não mais surge como um meio privilegiado de garantir os direitos no trabalho e a melhoria das suas condições.

Conclui-se, portanto, que a precariedade constitui, por si mesma, uma barreira à capacidade de resistência dos trabalhadores, ao generalizar a insegurança a partir da instabilidade do emprego e da individualização das relações de trabalho.

2. As profissões entre a flexibilidade e a precariedade: qualificação, poder e coesão

Friedson considera que o poder de uma profissão reside na construção de um monopólio profissional no âmbito da divisão social do trabalho, mediante a monopolização da qualificação necessária ao exercício da profissão e ao controlo do acesso à mesma pela definição dos moldes em que é possível, conferindo, assim, a essência do poder profissional, a sua autonomia e o controlo sobre o seu trabalho (Rodrigues, 1997: 50-57). Já Larson considera que o poder profissional assenta na capacidade de uma profissão criar um monopólio profissional sobre o mercado de trabalho, fechado a outros grupos e controlando o acesso à profissão, assim lhe garantindo determinados recursos e benefícios, sendo o controlo sobre o mercado a fonte de poder (Larson, 1977: 40-52). É necessário que um grupo profissional se organize em associação profissional, para que seja capaz de negociar com o Estado a possibilidade de definir as condições de acesso à profissão e controlo sobre esse acesso, o grau de autonomia no exercício da profissão e, portanto, o seu poder profissional (Freire, 2006: 322-324).

Saliente-se que Friedson considera que, ainda que exteriormente homogêneos, os grupos profissionais se segmentam internamente (Rodrigues, 1997: 50-57), pelo que se poderá considerar que também o poder profissional se estratificará internamente. O desenvolvimento da sociedade tem levado a uma massiva passagem dos profissionais independentes a especialistas assalariados em organizações burocratizadas, contribuindo para a estratificação interna das profissões (Larson, 1977: 178-207) e para a sua perda de autonomia e controlo sobre o trabalho (Oppenheimer *in* Freire, 2006: 328-329).

Sinteticamente, da análise exposta, o poder profissional consiste no poder de dada profissão garantir aos seus membros elevadas condições de trabalho e emprego, pelo controlo das qualificações necessárias ao acesso à profissão e pela monopolização de um espaço no mercado de emprego, a partir da sua relação com o Estado e de uma organização profissional forte e coesa.

Posto que, no contexto das transformações dos sistemas produtivos e da introdução de formas flexíveis de gestão das empresas, se assiste a uma flexibilização por *via alta* ou *baixa*, qualificante ou precarizante, então poder-se-á considerar que o tipo de flexibilização que incidirá sobre determinada profissão, e seus segmentos internos, derivará do poder dessa profissão em negociar dado tipo de flexibilização, particularmente para as profissões assalariadas.

Assim, uma profissão com elevado poder profissional, com uma organização profissional forte e eventualmente também sindical, capaz de controlar o acesso à profissão e daí o número de profissionais no mercado, terá uma maior capacidade para assegurar que se inserirá num processo de flexibilização qualificante. Pelo contrário, uma profissão com um poder reduzido, sem ou com uma fraca organização profissional, incapaz de garantir um monopólio sobre o mercado de trabalho, pouco coesa e sem apoio sindical, terá dificuldade em resistir a uma flexibilização precarizante. Acresce a isto, o facto de muitas das novas ocupações qualificadas não se terem profissionalizado, não dispendo de associações profissionais. Ademais, se as próprias profissões se estratificam internamente, poder-se-á considerar que o poder para resistir a uma flexibilização precarizante ou garantir uma qualificante, variará conforme os segmentos da profissão, sendo mais elevado para os patamares superiores da hierarquia profissional e menor para os inferiores, possivelmente inseridos em relações de emprego mais individualizadas e menos organizados e/ou sindicalizados.

Retornando ao modelo de empresa flexível dividido em coroas, poder-se-ia, então, considerar que, sendo altamente qualificadas, as profissões tenderiam a inserir-se no núcleo central das empresas. No entanto, dados os estudos indicando a precariedade no trabalho qualificado, também os trabalhadores qualificados se poderão integrar nas coroas periférica e exterior. Poder-se-á, então, considerar que, por um lado, tais trabalhadores provirão de profissões já inteiramente desprofissionalizadas, ou, por outro lado, que serão novas ocupações qualificadas que ainda não percorreram o seu percurso de profissionalização.

À luz da reflexão prévia, o núcleo central das empresas poderá estar reservado a profissões que, pelo seu grau de organização e importância das suas qualificações, controlo do mercado de trabalho e poder profissional, assegurem para si a inserção num processo de flexibilização por *via alta*. Seguindo este raciocínio, outras profissões de menor poder, menos organizadas, com qualificações de menor relevância e menor controlo sobre o acesso à sua profissão, acabarão remetidas para as coroas periférica e exterior. Por último, também os diferentes segmentos da hierarquia de uma mesma profissão, conforme o seu poder no interior da profissão, poderão ser remetidos para distintos lugares da empresa: o topo da hierarquia profissional poderá ser capaz de assegurar a sua inserção no núcleo central, mas os níveis inferiores da profissão poderão não ter poder suficiente para garantir o mesmo processo, não resistindo à flexibilização precarizante e sendo, assim, inseridos na periferia e exterior da empresa.

3. Tipologias de flexibilidade e precariedade

Existem diversas definições de flexibilidade e precariedade, mas entende-se que a tipologia proposta por Kovács (2002: 85-88) é o quadro teórico mais desenvolvido e adequado à análise concreta da realidade social nas relações flexíveis e precárias no trabalho e no emprego. Este permite dar conta de uma panóplia de situações, refletindo distintos potenciais de empregabilidade em função das qualificações e da possibilidade de aprendizagem, em combinação com um conjunto de outras dimensões².

Deste modo, os indivíduos na situação de *precariedade continuada* são trabalhadores pouco qualificados e inseridos em relações de emprego precárias de trabalho periférico ou externo às empresas, com percurso profissional de frequente

² A obra referenciada inclui uma tabela com as várias tipologias e características de cada uma.

mobilidade lateral, entre empregos do mesmo tipo e, eventualmente, alternando com períodos de desemprego. Os indivíduos na situação de *estabilidade ameaçada* são trabalhadores igualmente pouco qualificados em trabalhos desqualificados, ainda algo protegidos por uma relação de emprego estável, correndo, no entanto, riscos em caso de falência ou despedimento. As duas situações partilham, igualmente, uma reduzida capacidade de negociação individual e coletiva.

Pelo contrário, os trabalhadores em situação de *estabilidade continuada* são os que ocupam lugares centrais na empresa, qualificados e ricos em conteúdo. Fruto da sua importância na produção e na competitividade, as empresas procuram garantir a sua permanência, acedendo a melhores remunerações e condições de trabalho, também fruto de uma maior capacidade negocial. Também entre os trabalhadores centrais às empresas se situam os trabalhadores em situação de *flexibilidade qualificante*, cuja ténue ligação às empresas é uma opção pessoal. Fruto da sua elevada qualificação e do trabalho rico em conteúdo que realizam, proporcionando uma aprendizagem continuada, estes trabalhadores são fundamentais à competitividade das empresas, pelo que detêm uma capacidade negocial, mesmo a nível individual, que lhes permite garantir condições de trabalho adequadas, inserindo-se em percursos de forte mobilidade lateral entre empregos qualificados e frequentemente ascendentes.

Finalmente, nas situações de *flexibilidade precária transitória* encontrar-se--ão, essencialmente, jovens qualificados, correspondendo a sua situação à entrada no mercado de emprego, em trabalhos pobres em conteúdo que, sendo-o, não permitem o uso das suas qualificações nem aprendizagem acrescida. E, dada a sua condição precária, também a sua capacidade de negociação é reduzida. Ao fim e ao cabo, esta situação reflete a lógica das novas contratações, tornando regra que o(s) primeiro(s) emprego(s) seja(m) precário(s), mesmo para jovens com elevadas qualificações.

Considera-se de assinalável interesse teórico e empírico a conjugação da tipologia de Kovács com a proposta de Natália Alves (2010). Assim, a *inserção rápida num emprego estável* definida por Alves corresponderá à *estabilidade continuada* de Kovács. Já a trajetória de *inserção diferida num emprego estável* da segunda autora corresponderá a um novo patamar entre a *estabilidade ameaçada* e a *estabilidade continuada* da primeira. As trajetórias de *estabilidade na precariedade* e *inserção precária* de Alves constituirão um novo patamar com dois níveis, situando-se a primeira trajetória no superior e a segunda no inferior, entre as categorias de *flexibilidade*

qualificante e flexibilidade precarizante de Kovács. A situação de *exclusão*, por último, corresponderá à *flexibilidade precária continuada*.

4. Um estudo de caso da profissão científica

Apresenta-se, em seguida, um estudo de caso assente nas anteriores noções teóricas, junto da profissão científica. Inicia-se com uma exposição das características da profissão, seguindo-se a apresentação da metodologia e resultados encontrados.

4.1 Estratificação, qualificação e precariedade na profissão científica

Para Carapinheiro e Amâncio (1998), a profissão científica é estratificada, logo à partida, pela posse ou não de doutoramento, bem como pelo grau de internacionalização da sua atividade. Para além disso, consideram que a diversidade de áreas científicas e distintas culturas profissionais, identidades e conceções científicas, contribuem para uma heterogeneidade que assinala um processo de consolidação profissional ainda em curso.

No que respeita às categorias principais de cientistas, os da carreira docente e os da carreira de investigação, Stoleroff e Patrício (1998) procedem à análise das suas atividades e da forma como estas configuram uma estratificação entre duas carreiras, bem como no interior de cada.

Num registo algo diferente, Machado, Ávila e Costa (1998) analisam a estratificação dos cientistas numa perspetiva a montante, reportando-se às suas origens de classe. O fenómeno mais relevante é o efeito que os autores detetam da classe de origem sobre a estratificação dos cientistas, numa das suas dimensões mais relevantes, a posse ou não de doutoramento.

Verificando a multiplicidade de fatores que contribuem para a estratificação interna da profissão científica, Ávila (1997) considera, igualmente, que é profundamente heterogénea. Deste modo, propõe um Índice de Capital Científico (ICC), que agregue os principais fatores de diferenciação e permita, a partir de um único indicador, avaliar o posicionamento individual e comparativo de um cientista na hierarquia profissional.

Dado os bolsiros serem considerados pessoal em formação, não seria à partida possível analisar a sua relação de emprego. Mas Perista (2004) assinala que a maioria dos bolsiros mantém essa condição por longos períodos de tempo, passando de uns projetos para outros, claramente demonstrando que assumem necessidades permanentes dos serviços e que a sua atividade não é apenas formativa. Levy e Carvalho (2007) consideram que deve ser considerado investigador qualquer profissional envolvido em atividades de investigação, concluindo que muitos bolsiros são considerados estudantes quando deveriam ser tidos como trabalhadores de pleno direito, o que os remete para uma situação precária sem quaisquer direitos laborais. Também Natália Alves (2010) considera as bolsas como uma forma de trabalho precário.

Importará, agora, retirar algumas conclusões quanto à profissão científica e à sua situação entre a flexibilidade, estabilidade e precariedade. A profissão científica detém elevadas qualificações e o poder de controlar, por si mesma, o progresso na carreira, sendo os cientistas avaliados pelos seus pares. No entanto, se tem uma estreita relação com o Estado, ainda assim a regulação da profissão é, em larga medida, efetuada por este e não pela própria profissão. Além disso, tem uma elevada autonomia na execução do seu trabalho, mas está dependente de financiamento para o desenvolver e da produtividade que lhe é exigida, pelo que o grau de autonomia é relativo (Enders, 2007). Pelo mesmo motivo, o seu poder de constituição de um monopólio profissional é algo reduzido, posto que se são os próprios cientistas a decidir quem acede à profissão, via júris de concursos, é, no entanto, o Estado o principal financiador da investigação, portanto regulador do número de projetos, bolsas e vagas.

Para além disso, viu-se já que a existência de organizações profissionais e sindicais é uma das principais fontes de poder profissional, mas encontramos na ciência uma diversidade de instituições: sindicais, associativas profissionais e associativas académicas.

Finalmente, explanou-se como o poder profissional depende da sua coesão interna e homogeneidade externa. Ora, do exposto, encontramos uma profissão cuja heterogeneidade é inclusive externa, com distintas carreiras, além dos bolsiros. Deste modo, a sua estratificação não remete somente para uma hierarquia profissional interna, mas para toda uma outra multiplicidade de fatores, dos quais se consideram mais relevantes as três carreiras – docente, de investigação e bolsiros – a atividade

desenvolvida e o capital científico, ao qual se adicionam as características do trabalho e emprego.

Dado grande parte da investigação científica se integrar no sistema público, importará proceder a uma analogia entre o Estado e a flexibilização das empresas. Assim, se estas procuram flexibilizar a sua gestão e produção, muitas vezes por uma *via baixa* e precarizante, assente no modelo das três coroas, também o Estado poderá, assim, ser concebido (Pérez-Castro e Adler, 2009; Yuasa, 2009). Assim, o Estado procura uma estruturação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), mediante uma flexibilização *quantitativa* de redução de custos, limitando a um núcleo central os investigadores mais bem posicionados na hierarquia de cada carreira, de maior capital científico e cujas atividades são mais centrais à produção de ciência, remetendo para uma coroa periférica os restantes investigadores. Os bolsiros integrar-se-ão na coroa exterior ao sistema pela ausência de contrato, sendo este o caso em que a estratégia de redução de custos é mais evidente.

Concluindo, considera-se que a ciência é uma profissão ainda em processo de profissionalização, desorganizada profissionalmente e altamente estratificada externa e internamente, logo com um reduzido poder profissional. Portanto, pouco capacitada para resistir às tendências precarizantes em curso e com uma capacidade de resistência segmentada de acordo com a sua estratificação, a partir dos fatores antes expostos.

4.2 Metodologia, amostra e hipóteses de trabalho

A metodologia baseou-se no inquérito por questionário, de aplicação *online*. Foi selecionada como população os investigadores da Universidade de Coimbra, tendo sido enviado a um total de 2569 investigadores, obtendo-se 563 inquéritos válidos.

Determinados fatores desdobram-se em várias dimensões, tornando-se útil a construção de índices que permitam que esses fatores sejam analisados a partir de um único indicador. Assim, foram construídos índices para a mobilidade, a autonomia, o uso da qualificação, a capacidade de negociação e as condições de trabalho, agregando os diversos indicadores de cada um destes fatores³.

³ O autor poderá ser contactado para esclarecimento quanto à metodologia de construção de cada índice e quais os indicadores que o compõem.

A hipótese central em análise é que as relações de trabalho e emprego, mais estáveis, precárias ou flexíveis, se estratificarão de acordo com um conjunto de fatores já explicitados, além dos índices referidos.

4.3 Caracterização do trabalho e emprego dos cientistas

No que respeita à mobilidade profissional, verifica-se um padrão diferenciador desta, existindo diferenças significativas consoante a situação na investigação. Somente se verifica uma mobilidade muito ascendente entre os docentes a termo e os investigadores a contrato, sendo a ascendente assinalável entre os docentes sem termo e bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento. Já a mobilidade lateral é mais predominante para os docentes sem termo e bolseiros de investigação, sendo também estes que acumulam maiores situações de mobilidade descendente e muito descendente, com a descendente a assumir, também, uma dimensão nos docentes a termo, investigadores contratados e bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento.

Quanto ao uso da qualificação no trabalho, regista-se para todas as situações uma maior proporção de uso elevado e de muito elevado para os docentes e bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento. Já entre os investigadores contratados e bolseiros de investigação encontra-se um menor peso do uso muito elevado e algum peso de uso reduzido da qualificação, mais grave para os bolseiros de investigação, nos quais se verifica também uma pequena proporção de uso muito reduzido, embora sem diferenças significativas.

Acerca da autonomia profissional, constata-se que a maioria tem uma autonomia elevada, particularmente os docentes sem termo, com estes, os a termo e os bolseiros de doutoramento a assumir maior proporção de autonomia muito elevada. Pelo contrário, os investigadores contratados apresentam uma proporção assinalável de autonomia reduzida, proporção ainda mais elevada para os bolseiros de investigação, significando que a autonomia é estratificada pelas diferentes situações na investigação.

Já quanto às condições de trabalho, encontram-se resultados complexos. Verifica-se que os investigadores docentes sem termo têm a melhor situação, com 78,3% com condições de trabalho elevadas ou muito elevadas. Nos investigadores docentes a termo regista-se uma situação paradoxal, verificando-se uma proporção elevada, quer com condições elevadas, quer reduzidas de trabalho, o que remeterá para a

proporção dos que trabalham mais de 40 horas, estendem o horário para a noite e fins de semana e classificam o ambiente de trabalho como hostil. Já os investigadores contratados têm, também, elevadas condições de trabalho e, em proporção razoável, condições intermédias. Os bolsiros de doutoramento e de pós-doutoramento distribuem-se quase igualmente entre as condições intermédias e elevadas, mas também com uma percentagem assinalável de condições reduzidas. Finalmente, é entre os bolsiros de investigação que se encontra um padrão de condições nos graus inferiores, com elevada proporção nas condições intermédias, bem como nas reduzidas, evidenciando diferenças significativas, o que significa que as condições de trabalho se estratificam de acordo com a situação na investigação.

Relativamente à capacidade de negociação, destacam-se entre os que não têm qualquer capacidade de negociação os docentes a termo e sem termo e bolsiros de investigação, enquanto os investigadores contratados e bolsiros em geral declaram, maioritariamente, ter alguma capacidade. A proporção dos que declaram ter muita capacidade é homogénea para as várias situações à exceção dos bolsiros de investigação, enquanto a capacidade absoluta é exclusiva dos docentes sem termo e investigadores, mas em proporções muito reduzidas. Não se verificam, no entanto, diferenças significativas.

Sobre a existência de períodos de inatividade, verifica-se que é entre os docentes que a suspensão de atividade menos ocorreu, observando-se que foi para os investigadores contratados e bolsiros em geral que a suspensão mais ocorreu de forma involuntária. No entanto, foram, igualmente, os bolsiros de investigação que, em maior proporção, interromperam voluntariamente a sua atividade, verificando-se diferenças significativas, pelo que a suspensão da atividade é estratificada pelas várias categorias.

4.4 Atitudes dos cientistas quanto à carreira e satisfação no trabalho

A opção de abandonar a carreira estratifica-se de acordo com a situação na investigação. Constata-se que são os docentes sem termo e investigadores contratados que mais dificilmente abandonariam a carreira, mas também com proporções consideráveis que pensariam seriamente em o fazer ou, e em menor grau, que o fariam certamente. Já os docentes a termo teriam, maioritariamente, muitas dúvidas na sua decisão, mas percentagem assinalável considerá-lo-ia seriamente. Entre os bolsiros, é

maior a proporção dos que pensariam seriamente na mudança ou que o fariam certamente, com um maior peso destas situações nos bolséis de investigação.

Quando à avaliação da relação de emprego como estável ou precária, constata-se uma divisão clara, conforme o vínculo laboral, embora seja interessante notar as diferenças entre as duas formas de ver a estabilidade e as duas de ver a precariedade. Assim, enquanto os docentes sem termo esmagadoramente ligam a sua estabilidade ao seu contrato sem termo, já os docentes a termo consideram-se estáveis pela possibilidade de o renovar ou conseguir outro, mas um número razoável considera-se precário por ter dificuldade em conseguir outra investigação. Os investigadores contratados consideram-se, essencialmente, precários, sobretudo pela dificuldade em conseguirem outra investigação, mas também em conseguirem outra profissão, embora haja, igualmente, uma proporção que se considera estável, apesar do seu contrato a termo, por considerar que o renovará ou conseguirá outro. Quanto aos bolséis, a maioria descreve a sua situação como precária, os de doutoramento e pós-doutoramento mais por considerarem não encontrar outra profissão qualificada, os de investigação principalmente por não conseguirem outra investigação. Verificam-se, evidentemente, diferenças significativas, o que demonstra que a avaliação da situação de emprego se estratifica conforme a situação na investigação.

Finalmente, regista-se um padrão entre o grau de satisfação e a situação na investigação. A satisfação é maior entre os docentes e investigadores contratados, assumindo um peso algo menor entre os que se declaram nem satisfeitos nem insatisfeitos. Pelo contrário, nesta categoria é mais elevado o peso dos bolséis, mas são também estes os que assinalam maior insatisfação e menor satisfação.

5. Conclusões

Apresentam-se, em seguida, as conclusões deste artigo. Inicialmente, no que respeita às conclusões do estudo de caso sobre a profissão científica e, em seguida, as conclusões finais de carácter teórico sobre o tema em estudo.

5.1 Estabilidade, flexibilidade e precariedade na ciência

Apenas os docentes sem termo apresentam relações menos complexas, sendo que a esmagadora maioria dos docentes sem termo, apesar de 71,4% ter nenhuma ou

apenas alguma capacidade de negociação, situam-se numa relação de *estabilidade continuada*. Apenas uma pequena percentagem de 7,3%, correspondendo aos docentes mais jovens, se situará numa relação de *inserção diferida num emprego estável*, quando tenham existido experiências de mobilidade lateral e suspensão involuntária da atividade, ou numa relação de *inserção rápida num emprego estável*, na ausência de suspensão e mobilidade sempre ascendente.

Entre os docentes a termo, os mais jovens – com más condições de trabalho, apesar de elevada autonomia, fraca capacidade de negociação, situações de mobilidade lateral, mas sem suspensão da atividade, e que abandonariam a carreira ou pensariam seriamente em fazê-lo – situar-se-ão numa relação de *estabilidade na precariedade qualificada*. Já aqueles na mesma situação, mas com experiências de suspensão de atividade encontrar-se-ão numa relação de *inserção precária qualificada*. No entanto, um outro conjunto, menos jovem – com mobilidade ascendente ou muito ascendente, elevadas ou muito elevadas condições de trabalho, muita capacidade de negociação e que dificilmente abandonaria a carreira ou não o faria de todo – estará numa situação de *flexibilidade qualificante*, mesmo que trabalhe numa única instituição.

Relativamente aos investigadores contratados, um grupo mais jovem – com experiências de suspensão da atividade, autonomia reduzida, mobilidade lateral ou mesmo descendente e que abandonariam a carreira ou pensariam seriamente nisso, ainda que com condições de trabalho intermédias e alguma capacidade de negociação – estará numa relação de *inserção precária qualificada*. Outros, com condições semelhantes, mas sem experiências de suspensão da atividade e sem mobilidade descendente, situar-se-ão na *estabilidade na precariedade qualificada*. Mas existe, igualmente, um grupo de mobilidade ascendente e muito ascendente – com elevada autonomia e condições de trabalho e muita capacidade de negociação e que não abandonaria a carreira ou dificilmente o faria, ainda que tenha tido períodos de suspensão involuntária da atividade e possa laborar numa única instituição – e que se enquadrará numa relação de *flexibilidade qualificante*.

Encontram-se relações semelhantes entre os bolsheiros de doutoramento e pós-doutoramento. Assim, um conjunto destes bolsheiros – com mobilidade lateral ou descendente, reduzida autonomia e condições de trabalho, sem experiências de suspensão de atividade, mas que abandonariam a carreira ou seriam o considerariam – insere-se numa relação de *estabilidade na precariedade qualificada*. Já um grupo com as mesmas características, mas com assinaláveis experiências de suspensão da atividade

encontra-se numa situação de *inserção precária qualificada*. Encontra-se, no entanto, também bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento – com mobilidade ascendente, autonomia elevada ou muito elevada, condições de trabalho muito elevadas e muita capacidade de negociação e que, apesar da existência de suspensão involuntária da atividade, dificilmente abandonariam a carreira ou não o fariam – que se enquadrarão numa relação de *flexibilidade qualificante*.

Finalmente, quanto aos bolseiros de investigação, encontra-se um grupo com mobilidade lateral ou descendente, autonomia reduzida, mas com um uso médio ou elevado da qualificação, com médias ou reduzidas condições de trabalho e capacidade de negociação e que, sem experiências de suspensão da atividade, numa relação de *estabilidade na precariedade qualificada*. Já um segundo grupo, com características semelhantes, mas com experiências de suspensão da atividade, situar-se-á numa relação de *inserção precária qualificada*. No entanto, encontra-se entre os bolseiros de investigação um pequeno grupo que, além das anteriores características, lhes soma um uso reduzido ou muito reduzido da qualificação. Conforme a duração da sua situação, se reduzida enquadrar-se-ão numa relação de *flexibilidade precária transitória*, ou de *flexibilidade precária continuada* se a sua situação se prolongar no tempo.

5.2 Conclusões finais: a estruturação dos modelos produtivos e o poder

Propõe-se que se poderá estar a assistir a uma tendência em crescendo das relações precárias de emprego, inclusive para o trabalho qualificado, iniciada com os jovens qualificados, mas que, a prazo, poderá vir a manter-se e alastrar à generalidade do trabalho até agora protegido pela qualificação, inclusive dos trabalhadores há mais tempo no mercado de emprego.

Kovács e Castillo (1998) sugeriram que alguns dos fatores que influenciam o seguimento de *vias altas* ou *baixas* de flexibilização serão a cultura ideológica neoliberal das elites empresariais, a cultura empresarial dominante, as características das empresas e a sua história de tendencial garantia de competitividade pela redução de custos, as condições de concertação social e poder de negociação dos trabalhadores, a legislação laboral e o papel do Estado. Analisou-se como a precarização das relações de trabalho e emprego fragilizam o indivíduo, desfiliando-o socialmente e promovendo a sua individualização, e o impacto que estes fatores conjugados têm sobre a ação coletiva, sindical ou associativa. Finalmente, abordou-se a forma como as profissões

estruturam o seu poder profissional, de modo a garantir aos seus um posicionamento seguro no mercado de trabalho, negociado com o Estado, e a forma como as tendências de desprofissionalização ou não profissionalização de profissões qualificadas, nomeadamente com o enfraquecimento das suas organizações profissionais, corrói o seu poder profissional, podendo perder ou ver reduzido os seus privilégios face ao Estado e às empresas e ver-se remetidas, na totalidade ou parte dos seus segmentos, para círculos periféricos ou exteriores das empresas.

Propõe-se que, no quadro de dado regime de acumulação, a tendência para a flexibilização precarizante – a nível de apenas uma parte de uma empresa, de toda uma empresa, de um setor de atividade ou à escala nacional – salvaguardado os trabalhadores qualificados ou a todos incluindo, resulte da articulação de todos estes fatores, mas tomando como eixo central a correlação de poderes entre empresários, Estado e trabalhadores. Aqui, inclui-se na noção de poder dos trabalhadores, o conceito de poder profissional, adstrito às profissões efetivamente constituídas e alargando-se ao poder sindical e associativo, quer das profissões, quer das ocupações profissionais em geral, relacionando-se estes com a capacidade de resistência à individualização e vulnerabilização do trabalhador, embora desta tendência deva, também, ser considerado o poder individual de negociação.

Deste modo, em dado momento histórico, para cada empresa e suas divisões, para cada setor de atividade, para cada profissão ou ocupação, qualificada ou não, encontrar-se-á uma multiplicidade de equilíbrios na estruturação de cada modelo produtivo específico, combinando características de modelos similares ou distintos. Tal pode resultar: na manutenção estável ou flexível qualificante de todos os trabalhadores; de somente um núcleo central estável e precarizando uma coroa periférica e uma exterior de trabalhadores desqualificados; precarizando estas coroas, distintas, mas ambas constituídas por trabalhadores qualificados; ou precarizando todo o trabalho em geral. Tal dependerá das relações de força entre capital e trabalho, ou seja, do poder económico da empresa, da cultura empresarial e do poder sobre o Estado, *versus* o poder do trabalho: da capacidade da resistência dos trabalhadores qualificados, desqualificados e profissionalizados, portanto do seu nível de coesão interna e orientação coletiva, e grau de organização em sindicatos, associações e organizações profissionais.

Concluindo, considera-se, adicionalmente, numa perspetiva do desenvolvimento do sistema capitalista, que, num quadro de globalização neoliberal, de desregulação estatal e de crise económica, de enfraquecimento e estratificação das profissões, de ascensão de novas profissões qualificadas mas não organizadas, de dificuldades do movimento sindical e de individualização e fragilização do indivíduo, a tendência global será a da flexibilização mediante a progressiva precarização de todo o trabalho. Esta é, naturalmente, uma proposta que exige, ainda, desenvolvimento teórico e estudo empírico.

Referências bibliográficas

- ALVES, Natália (2010), “Contributos para a delimitação do fim dos processos de inserção profissional”, in Ana Paula Marques e Mariana Gaio Alves (orgs.), *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp. 175-194.
- ÁVILA, Patrícia (1997), “A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa no campo científico”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 25, 9-49.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (2007), *The New Spirit of Capitalism*, London, Verso.
- CARAPINHEIRO, Graça; AMÂNCIO, Lúcia (1998), “A Ciência como profissão”, in Jorge Jesuino (org.) (1998), *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*, Oeiras, Celta Editora, pp. 47-71.
- CASACA, Sara Falcão (2005), *Flexibilidade de emprego, novas temporalidades de trabalho e relações de género: A reconfiguração da desigualdade dos novos sectores de serviços*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- CASTEL, Robert (1998), “O individualismo negativo”, in *idem*, *As Metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Ed. Vozes, pp. 593-611.
- CERDEIRA, Maria da Conceição (2005), “Estratégias sindicais e precariedade do emprego”, in Ilona Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta, pp. 91-127.

- COSTA, Hermes (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada?: discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*, Porto, Edições Afrontamento.
- ENDERS, Jurgen (2007), “The Academic Profession”, in James Forest e Philip Altbach (eds.), *International Handbook of Higher Education*, Vol. 18, 1, 5-21. [Consul. a 14.05.2011]. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/p221j402716g0t9v/fulltext.pdf>.
- ESTANQUE, Elísio; FERREIRA, António Casimiro; COSTA, Hermes e LIMA, Teresa Maneca (orgs.) (2005), *Sindicalismo, Diálogo Social e Relações Laborais: Para o Aprofundamento da Democracia no Trabalho*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- FREIRE, João (2006), *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*, Oeiras, Celta.
- (2005), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, Oeiras, Celta.
- KOVÁCS, Ilona; CASACA, Sara Falcão; FERREIRA, José Maria Carvalho e SOUSA, Maria Teresa de (2006), “Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias”, in *SOCIUS Working Papers*, 8/2006.
- KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José (1998), *Novos modelos de produção: trabalho e pessoas*, Oeiras, Celta.
- LARSON, Magali Sarfatti (1977), *The rise of professionalism: a sociological analysis*, Berkeley, University of California Press.
- LEVY, André; CARVALHO, Frederico (2007), “The Situation of Students and Young Researchers”, World Federation of Scientific Workers. [Consul. a 07.07.2011]. Disponível em: http://www.fmts-wfsw.org/article.php3?id_article=64
- MACHADO, Fernando Luís; ÁVILA, Patrícia; COSTA, António Firmino (1998), “Origens Sociais e Estratificação dos Cientistas”, in Jorge Jesuino (org.) (1998), *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*, Oeiras, Celta Editora, pp. 109-134.
- MARQUES, Ana Paula; ALVES, Mariana Gaio (orgs.) (2010), *Inserção profissional de graduados em Portugal. (Re)configurações teóricas e empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- PÉREZ-CASTRO, Judith; ADLER, Ana Hirsch (2009), “The Different Ways of Academic Professionalization”, in *Actas da nova conferência da European Sociological Association*, European Sociological Association [CD-ROM].

PERISTA, Heloísa (coord.) (2004), *Science Carrers in Portugal*, Centro de Estudos para a Intervenção Social, disponibilizado pela ABIC. [Consul. a 20.06.2011]. Disponível em: <http://www.bolseiros.org/pdfs/careersportugal.pdf>.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora.

SILVA, Manuel Carvalho (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*, Mafra, Círculo de Leitores.

STOLEROFF, Alan; PATRÍCIO, Maria Teresa (1998), “A Prática Científica”, in Jorge Jesuino (org.), *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*, Oeiras, Celta Editora, pp. 13-32.

TONI, Míriam (2003), “Visões sobre o trabalho em transformação”, in *Sociologias*, 9 (5), 246-286.

YUASA, Seiji (2009), “Establishment of Working Environment for Scientific Workers”, in *Actas do Simpósio da World Federation of Scientific Workers*. [Consul. a 13.06.2011]. Disponível em:

[\[wfsw.org/IMG/pdf/EstablishmentWorkingEnvironmentForSW_S.Yuasa.pdf\]\(http://www.fmts-wfsw.org/IMG/pdf/EstablishmentWorkingEnvironmentForSW_S.Yuasa.pdf\)](http://www.fmts-</p></div><div data-bbox=)

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes¹

Instituto Universitário de Lisboa

Resumo | Com vista a um enriquecimento científico da problemática da ação coletiva, discute-se a relevância dos pensamentos teóricos de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis quanto à sua capacidade para suscitarem novos questionamentos sobre os paradigmas e teorias dominantes da ação coletiva. Fundamenta-se a fecundidade das teorias da prática e das hierarquias sociais, pela centralidade que estas acabam por conferir a uma ótica das desigualdades sociais – abordagem igualmente urgente no que diz respeito ao estudo da ação coletiva – justificando a acuidade heurística dos conceitos de classe social, campos, interação social, atores coletivos e instituições, para a compreensão das dinâmicas da ação coletiva nas sociedades contemporâneas.
Palavras-chave: Ação coletiva; Desigualdade social; Teoria da prática; Teoria das hierarquias sociais.

Abstract | *Social inequalities and collective action in contemporary societies: the theoretical fruitfulness of Pierre Bourdieu and Nicos Mouzelis*
With a view towards enriching the scientific problem of collective action, this paper discusses the importance of Pierre Bourdieu's and Nicos Mouzelis' theoretical views and their ability to raise new questions about the dominant paradigms and theories of collective action. It is based in the productive area of the theories of practice and social hierarchies, the centrality that ultimately give a perspective of social inequalities — an approach as important to the study of collective action — and justification for the heuristic accuracy of the concepts of social class, fields, social interaction, collective actors and institutions, for the understanding of the dynamics of collective action in contemporary societies.
Keywords: Collective action; Social inequality; Theory of practice; Theory of social hierarchies.

¹ Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES, ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal), Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e membro do Observatório das Desigualdades. *E-mail*: nuno.nunes@iscte.pt.

Resumé

Les inégalités sociales et l'action collective dans les sociétés contemporaines: la fécondité théorique de Pierre Bourdieu et Nicos Mouzelis

En vue d'un enrichissement scientifique de la problématique de l'action collective, cet article aborde l'importance des pensées théoriques de Pierre Bourdieu et de Nicos Mouzelis pour ce qui est de leur capacité à susciter de nouveaux questionnements sur les théories et les paradigmes dominants de l'action collective. La fécondité des théories de la pratique et des hiérarchies sociales est démontrée par la centralité qu'elles finissent par conférer à une optique des inégalités sociales – approche également urgente en ce qui concerne l'étude de l'action collective – et justifie l'acuité heuristique des concepts de classe sociale, de champs, d'acteurs collectifs et d'institutions, pour la compréhension des dynamiques de l'action collective dans les sociétés contemporaines.

Mots-clés: Action collective; Inégalité sociale; Théorie de la pratique; Théorie des hiérarchies sociales.

Resumen

Las desigualdades sociales y la acción colectiva en las sociedades contemporáneas: la fecundidad teórica de Pierre Bourdieu y Nicos Mouzelis

Con miras al enriquecimiento científico de la problemática de la acción colectiva, se discute la relevancia de los pensamientos teóricos de Pierre Bourdieu y de Nicos Mouzelis en relación a su capacidad para suscitar nuevos planteos sobre los paradigmas y teorías dominantes de la acción colectiva. Se fundamenta la fecundidad de las teorías de la práctica y de las jerarquías sociales, por la centralidad que aportan a una óptica de las desigualdades sociales, enfoque igualmente urgente en lo que respecta al estudio de la acción colectiva, y justificativa de la agudeza heurística de los conceptos de clase social, campos, interacción social, actores colectivos y instituciones, para la comprensión de las dinámicas de la acción colectiva en las sociedades contemporáneas.

Palabras-clave: Acción colectiva; Desigualdad social; Teoría de la práctica; Teoría de las jerarquías sociales.

Introdução

A ação coletiva constitui um problema sociológico relevante e um desafio impregnado de atualidade na compreensão das dinâmicas das sociedades contemporâneas. Historicamente, muitos foram os conflitos e as mudanças sociais ocorridas que tomaram as desigualdades sociais como obstáculo social a transpor. Neste

artigo, discute-se teoricamente as consequências que sobre a ação coletiva terão as desigualdades sociais, avaliando a hipótese de que as desigualdades sociais, enquanto constrangimento social e potencial fator de mobilização social, continuam a manter-se no centro das reivindicações sociais e políticas produzidas pela modernidade.

Mas o estudo da ação coletiva tem sido, sobretudo, marcado pela polarização entre as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais (Turner, 2001; Maheu, 1995). Foram sobretudo estas «teorias de médio alcance» que ergueram uma Sociologia «especializada» dos movimentos sociais, prisioneira das insuficiências dos paradigmas racionalistas, individualistas, organizacionais e culturalistas, que, nas últimas décadas, dominaram o estudo da ação coletiva.

Com vista à inscrição do conceito de ação coletiva em quadros meta-teóricos capazes de lidarem com o problema da relação entre a estrutura e a ação (Crossley, 2002), estatuto teórico sob o qual se inicia e desenvolve o debate das teorias da prática (de Pierre Bourdieu) e das hierarquias sociais (de Nicos Mouzelis), apresenta-se um conjunto de argumentos teóricos justificativos e construtores de um programa holístico para o estudo da ação coletiva, profusamente inscrito nos debates atuais e centrais da teoria sociológica contemporânea relativos à problemática das desigualdades e das classes sociais.

A partir das teorias de Pierre Bourdieu (2000, 1989, 1979) e de Nicos Mouzelis (2008, 1995, 1991), é proposto um modelo teórico para o estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais. As suas teorias e enfoques problemáticos fornecem contributos relevantes para um debate atualizado sobre a ação coletiva nas sociedades contemporâneas. A conceção estrutural, cultural e simbólica do espaço social das classes e a distribuição dos capitais, os *campos sociais* e a ação do *habitus*, constituem, no essencial, os principais conceitos da teoria da prática relevantes para a análise da ação coletiva, estes complementados, de modo indispensável, pela teoria das hierarquias sociais de Nicos Mouzelis, na qual a ação coletiva ocupa uma importância uterina e imanente nas relações hierárquicas entre a estrutura e a ação, nos processos da interação social e nas estratégias e jogos sociais dos agentes e atores coletivos presentes nos contextos institucionais da modernidade.

A construção de uma teoria sociológica da ação coletiva, a partir da ótica das desigualdades sociais, visa responder a problemas teóricos tais como: os constrangimentos/possibilidades das estruturas sobre a formação da ação coletiva; a multidimensionalidade das desigualdades sociais e a presença das classes sociais; a

apropriação/desapossamento dos recursos de vária ordem e a sua repercussão sobre a cidadania; o lugar ocupado pela cultura na ação coletiva; e os impacto(s) das desigualdades de poder sobre a agência individual e coletiva.

Um fecundo debate das teorias da prática e das hierarquias sociais, capaz de solidamente construir novas abordagens teóricas sobre o problema da ação coletiva, encontra algumas das suas raízes nas teorias das classes sociais e do conflito, nomeadamente em Marx e Weber, no Neomarxismo, no Neoweberianismo e no Interacionismo Simbólico do conflito, referências cujo desenvolvimento teórico se demarcam da atual Sociologia dos Movimentos Sociais. As teorias de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis – enquanto autores centrais do novo movimento teórico em consolidação na sociologia contemporânea – implicam uma rutura com os atuais paradigmas e teorias dominantes da ação coletiva, quer para a (re)construção teórica de médio alcance, quer no plano meta-teórico holístico, com decisivos efeitos sobre a análise das dinâmicas da ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

1. Paradigmas e teorias da ação coletiva: novos desafios

O estudo da ação coletiva tem estado vivamente presente ao longo da história da teoria sociológica: nos “clássicos da Sociologia”, nomeadamente Marx e Engels (2008), Weber (1978), Simmel (1999) e Tocqueville (2002); no paradigma funcionalista e teorias do “comportamento coletivo”; no paradigma individualista-racionalista, sob o qual se alicerçaram as teorias da mobilização dos recursos e as teorias da ação estratégica; no paradigma sistémico e teorias institucionalistas e organizacionais; nas teorias das classes sociais e do conflito, relativamente às suas variantes neomarxistas, neoweberianas e teorias dos novos movimentos sociais; no primeiro Interacionismo Simbólico até aos seus mais recentes desenvolvimentos como a teoria das interações rituais (Collins, 2004); na teoria crítica, nas elucubrações pós-modernas e nos mais recentes desenvolvimentos teóricos que salientam o carácter transnacional e global da ação coletiva (Della Porta e Diani, 2006).

O desenvolvimento histórico da modernidade, sobretudo o período a partir da segunda metade do século XX, influenciou os paradigmas e as teorias sociológicas e criou as condições científico-sociais para que as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais alcançassem um incomensurável protagonismo teórico, cujas premissas se sentem ainda atualmente, com repercussões negativas sobre

a (in)visibilidade das conexões teóricas entre as problemáticas das desigualdades sociais e da ação coletiva.

Nas teorias da mobilização dos recursos, a ação coletiva é, essencialmente, caracterizada enquanto ação instrumental-racional e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa da obtenção de recursos. A compreensão sobre os fenómenos da ação coletiva baseia-se, sobretudo, no estudo da organização dos interesses e das oportunidades (políticas) e na análise da mobilização dos grupos e das estratégias dos atores. Contudo, são teorias incapazes de contextualizarem a ação coletiva com as condições sociais dos atores e com os campos sociais mais vastos das sociedades (Crossley, 2002).

As teorias dos novos movimentos sociais constituem uma área teórica vasta e complexa, que, ao longo do tempo, foi apropriando diferentes perspectivas muitas vezes não facilmente integradas e conciliáveis entre si. Alguns autores associaram, exclusivamente, a importância das classes sociais à sociedade industrial (Melucci, 1996), enquanto outros reinscreveram as classes e a sua relação com a ação coletiva, de acordo com as (novas) características das sociedades pós-industriais (Offe, 1996). Um conjunto de investigações salientou a persistente presença das “novas classes médias” entre os simpatizantes e ativistas dos novos movimentos sociais (Della Porta e Diani, 2006; Eder, 1993). Outras teorias (sobretudo de índole filosófico-social) prenunciaram uma nova fase de desenvolvimento histórico – a partir de sujeitos coletivos que alterariam, decisivamente, as tensões das relações de classes das sociedades programadas (Touraine, 1998; Wiervioka, 2010).

Apesar da contaminação relativamente eficaz quanto à suposta “morte das classes” (Pakulski e Waters, 1996), as teorias das classes sociais e as teorias do conflito nunca deixaram de manter relevância teórica no estudo da ação coletiva, com ambos os quadros teóricos, com vasos comunicantes mais ou menos intensos e diversas matizes, a procurarem responder ao problema das relações entre a estrutura, a consciência e a ação.

Para uma teoria das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva, salientam-se: a atualidade do debate entre Marx e Weber (Scott, 2001), a importância de Simmel (1999) e das teorias da estratificação social do conflito (Scott, 1995), as teorias neomarxistas e neweberianas das classes sociais (Wright, 1997; Dahrendorf, 1982; Parkin, 1979), a teoria do radicalismo das classes médias (Eder, 1993), bem como a renovada acuidade do interacionismo simbólico (Ruggiero e Montagna, 2008; Costa, 1999).

Em Marx, discutir as relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva significa colocar o problema teórico da «classe em si» / «classe para si». Na conceção weberiana, é na relação entre *classes*, *status* e *partido* que se entende a formação da ação coletiva. Marx mantém a vigilância teórica de conferir centralidade à esfera das relações produtivas, enriquecida com a perspectiva weberiana da existência de uma estrutura relacional cultural e construtora de relações de propriedade económica, política e social, apelando, igualmente, para a necessidade de integrar numa teoria sociológica sobre a ação coletiva os tipos de ação valorativa, racional por fins, tradicional e afetivo-emocional (Silva, 2009).

Em torno dos temas da desigualdade e da ação coletiva, historicamente opuseram-se as correntes neomarxistas às correntes neoweberianas das teorias do conflito. Como refere Pires, “nas correntes neomarxistas, o sujeito da ação coletiva tende a confundir-se com a classe definida no plano estrutural; nas correntes neoweberianas não só o sujeito da ação coletiva é definido enquanto grupo constituído por processos de ação comunicacional e organizacional sobre os interesses comuns resultantes de localizações estruturais comuns, como das mesmas localizações poderão emergir múltiplos grupos (atores coletivos) por combinação entre razões instrumentais e razões axiológicas” (Pires, 2007: 33).

A “terceira vaga” da teorização social do pós-guerra (Alexander, 1998), que procura ultrapassar a extrema fragmentação e segmentação que a “guerra de paradigmas” originou, fundamenta e legitima – na emergência e na consolidação do debate meta-teórico entre a estrutura e a ação – que a teoria da prática e a teoria das hierarquias sociais poderão constituir proficuos alicerces para um programa teórico cumulativo das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva.

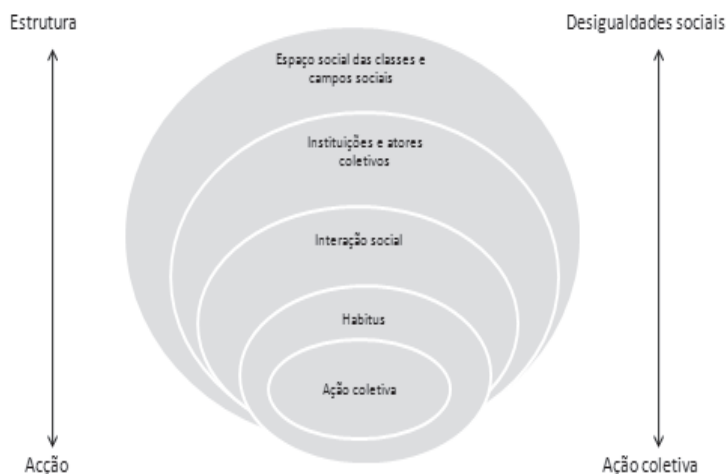
Autores contemporâneos como Giddens, Bourdieu, Archer e Mouzelis, atribuíram, nos seus quadros teóricos, centralidade ao conceito de estrutura e respetiva relação com a ação. Contudo, é, sobretudo, Nicos Mouzelis, a partir da sua crítica sobre a teoria da estruturação de Giddens e da distinção entre dualidade e dualismo da estrutura, quem sublinha, “a respeito da relação que os agentes desenvolvem perante a reprodução das estruturas sociais, a variação possível entre modalidades de maior implicação prática e modalidades de mais acentuado distanciamento crítico, teórico ou estratégico, sendo que estas últimas modalidades tendem a aumentar de importância relativa, precisamente, na ação coletiva organizada” (Costa, 1999: 488).

Como propõe Nick Crossley (2002), as insuficiências das teorias especializadas da ação coletiva podem ser suplantadas pela assunção teórica (prevalente) da teoria da prática de Pierre Bourdieu, uma vez que se trata de uma teoria forte na relação entre estrutura e ação e capaz de articular as condições estruturais com um conjunto de práticas sociais mobilizadoras dos agentes e dos grupos sociais. Tal significa considerar que os movimentos sociais se constituem enquanto práticas sociais igualmente suscetíveis de serem analisadas como quaisquer outras práticas do espaço social.

A teoria das hierarquias sociais recoloca as questões do poder e da ação coletiva nos debates atuais da teoria sociológica. O “ator mouzeliano” encontra-se perante “jogos sociais” hierarquizados pelas regras e instituições das estruturas sociais, que lhe permitem o distanciamento possível para as modificar através da ação coletiva. As desigualdades sociais (económicas e de poder) atravessam as instituições da modernidade e os seus conflitos, prerrogativa teórica parcialmente encoberta por alguns autores, teorias e conceitos como os de “movimentos sociais” ou “sociedade civil” (Mouzelis, 2008: 77).

O modelo teórico que se propõe para o estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais (Figura 1) assenta, essencialmente, na articulação dos quadros teóricos de Bourdieu e de Mouzelis, apelando para quatro eixos de problematização teórica: o espaço social das classes e a inerente produção de ação coletiva nos campos sociais das sociedades; as relações entre os agentes, os atores coletivos e as instituições nas dinâmicas da ação coletiva; a formação da ação coletiva na interação social; e as relações entre o *habitus* e a mobilização social.

Figura 1 – Modelo teórico para o estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais



No modelo que se propõe, procura-se discutir meta-teoricamente a relação entre a estrutura e a ação, problematizando os principais conceitos da teoria da prática e da teoria das hierarquias sociais, enquanto horizontes interpretativos das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

2. O espaço social das classes e a produção de ação coletiva nos campos sociais

As classes sociais que, partilhando condições semelhantes de existência e de socialização, não são apenas definidas pelas posições sociais ocupadas nas relações de produção, mas o resultado histórico e contingente das lutas de classificação social pela posse e distribuição de diferentes tipos de capitais (Bourdieu, 2000), refletem-se sobre a adesão dos indivíduos às várias dinâmicas da ação coletiva existentes nas sociedades contemporâneas.

O espaço social das classes, expressando graus diversos de desigualdades de posição social e, simultaneamente, produtor e produto das configurações estruturais, institucionais, culturais e organizacionais que caracterizam uma determinada sociedade, constitui, em si mesmo, condição e contexto macro-social significativo de

constrangimento/potenciação da ação coletiva por parte dos seus agentes individuais e atores coletivos.

A ação coletiva na teoria da prática de Pierre Bourdieu, enquanto conjunto de práticas sociais, significa o resultado combinado dos efeitos dos campos, da estrutura do capital e do *habitus*. A sua teoria das classes permite a construção de um modelo estrutural/acional para o estudo da ação coletiva. Os capitais económicos, culturais, sociais e simbólicos são fatores de ação social coletiva, ancorados em condições e posições objetivas, estilos de vida, identidades de classe e de *habitus*. Dependendo do volume e da estrutura do capital, sejam quais forem as condições sociais dos atores ou o espaço-tempo histórico, a mobilização dos capitais detidos pelos respetivos agentes e classes sociais constitui-se como incontornável na formação, organização e institucionalização da ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

O problema discutido por Bourdieu quanto à dominação simbólica e cultural das classes dominantes ancora, igualmente, na produção de constrangimentos/possibilidades de constituição da ação coletiva. As desigualdades sociais são legitimadas pelas relações estruturais entre as classes, ao nível da dominação simbólica e cultural que as classes dominantes exercem sobre as orientações sociais das classes subordinadas. Se a desigualdade social se apresenta aos agentes enquanto constrangimento estrutural, é nas componentes culturais da desigualdade social, sob as formas que os agentes as internalizam no seu “*habitus*”, que se jogam a reprodução ou a ocorrência de processos de mudança social.

Bourdieu salienta a “cumplicidade ontológica” entre agentes e estruturas, onde dominantes e dominados reproduzem a estrutura e a sua respetiva localização no interior da mesma. Tal significa que o exercício do poder económico, político e social é socialmente naturalizado. Na conservação da ordem simbólica, o que surge como autoevidente ou inconsciente nas escolhas sociais é a condição do funcionamento da própria ordem social e económica. Perante os mecanismos sociais eficientes da institucionalização da dominação, os dominados acabam, assim, por encontrar maiores dificuldades para mudar os processos da subjugação social.

Se as lutas de classes se exprimem, de igual forma, enquanto lutas de classificação social, nelas disputam-se a perpetuação da dominação, os interesses de classe, as “visões do mundo” e o reconhecimento social que ditam o sentido dos lugares sociais a conquistar ou a reproduzir na sociedade. Tais lutas de classificação social são corporizadas em estilos de vida, estes fenomenologicamente delimitadores de distâncias

sociais entre as classes sociais e que, em função de determinados processos históricos, poderão protagonizar confluências sociais, ou, pelo contrário, verem acentuadas as suas posições de antagonismo/diferença social, com variadas intensidades de ação coletiva e/ou de conflitualidade social.

As estratégias de classificação ou de desclassificação social, e consequente reclassificação, constituem as tarefas dos atores coletivos e dos agentes envolvidos nos processos de ação coletiva das sociedades modernas, nas quais, naturalmente participam nos conflitos os valores e as representações sociais das classes sociais.

No centro da teoria sociológica de Pierre Bourdieu existe a inquietação sobre como certas formas da desigualdade social persistem sem uma tenaz resistência. Os modos de dominação atuais cumulativamente diferem dos existentes no nascente capitalismo industrial, constituindo a economia política do poder simbólico, proposta por Bourdieu, uma poderosa ferramenta de desocultação dos processos sustentadores das desigualdades sociais contemporâneas. Bourdieu sugere complementarmente para o domínio do cultural o que Marx houvera proposto para o domínio do económico: entender as estruturas fundamentais e as dinâmicas do poder centrais das relações sociais (culturais). É, nesse sentido, que propõe os conceitos de modos de reprodução, capital cultural, *habitus* e de violência simbólica, também eles relevantes para o estudo das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva.

Os campos sociais constituem o terreno concreto das relações objetivas entre as diferentes posições sociais dos agentes, onde a estrutura das diferentes espécies de capital configuram as relações de dominação/subjugação social. Estes campos sociais são o palco das relações de poder hierárquicas, definidoras dos valores e dos interesses sociais, onde se legitimam as desigualdades sociais de classe e são construídas as ações individual e coletiva, enquanto produtos das disposições das classes, ou o mesmo é dizer o *habitus*, que se interjeta com as dinâmicas próprias e estruturas dos múltiplos campos sociais existentes nas sociedades contemporâneas (Crossley, 1999).

O espaço das posições sociais nos campos é construído de acordo com a produção e a distribuição dos diferentes tipos de capital económico, cultural, social e simbólico, estes distintivos de posições nos campos. As relações entre os campos e os *habitus* não são, somente, geradoras de reprodução social, as características autónomas dos campos e os seus impactos sobre as próprias classes, a densidade das relações intra e interclassistas, a multiplicidade e combinatória das formas de capital (apesar da sua

distribuição desigual) constituem fatores complexos, mas dinâmicos, de ação coletiva e de transformação social.

Os campos pressupõem conflitos latentes e manifestos, aglutinando os interesses e os objetivos que adquiriram valor social e simbólico para os respetivos agentes e grupos sociais participantes. Neles são mobilizados reportórios de ação coletiva (Tilly, 2008), enquanto recursos disponíveis para os conflitos existentes nos campos, recursos adaptáveis às características e dinâmicas necessárias ao domínio do campo, a partir das interdependências, das alianças e da competição construídas entre os diferentes agentes, grupos sociais e atores coletivos.

3. A presença dos atores coletivos e das instituições nas dinâmicas da ação coletiva

A questão da formação dos grupos tem sido um tema desenvolvido por diferentes autores e correntes teóricas. Simmel (1999) enfatizou as formas de relacionamento social, em si mesmas autónomas das propriedades dos atores envolvidos, centrando a sua atenção nas dinâmicas das relações entre os indivíduos e os seus círculos sociais. As teorias da ação racional e do primeiro Interacionismo Simbólico acabaram por revelar uma enorme dificuldade em transpor os níveis da racionalidade ou da motivação entre os indivíduos. A componente formal-organizacional na formação dos grupos constitui(u) a tónica central das teorias da mobilização dos recursos. Por seu turno, Dahrendorf (1982), Coser (1956) e Rex (1981) concentraram, sobretudo, a sua atenção na formação dos grupos para o conflito social.

Bourdieu (1989) estabelece a diferença entre a “classe provável” e a “classe prática”. A “classe provável” integra os atores que ocupam posições sociais e espécies de capital semelhantes nos diferentes campos sociais; a “classe prática”, enquanto grupo social, é construída pelo processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de o fazer.

Margaret Archer (1995) produz a distinção teórica entre os “agentes corporativos” e os “agentes primários”. Os “agentes corporativos” possuem maior influência e capacidade transformadora sobre o contexto estrutural e cultural em relação aos “agentes primários”, por via da sua posição nos sistemas de estratificação e relações articuladas com outros atores coletivos na formulação de interesses e recursos estratégicos, interativos e organizacionais ao seu dispor. Os “agentes primários” são os atores não organizados e passivos da interação social. A morfogénese ou morfoestática

constituem o resultado dos efeitos agregados produzidos pelas relações (posições) entre os “agentes primários” e os “agentes corporativos” durante os ciclos morfogenéticos.

Mouzelis (2008) alerta para o que considera serem visões essencialistas da acção coletiva, ao transformarem-se categorias sociais (ou estatísticas) em atores coletivos ou quando se adscvem aos grupos sociais existentes características sociais que eles não possuem. Em substituição de uma conceção lógico-dedutiva que transmuta aprioristicamente os quase-grupos em grupos de status, Mouzelis propõe que se focalize o olhar sobre as realidades institucionais e os atores coletivos “concretos” que delas fazem parte integrante. Tal significa que se compreendam as vinculações estruturais e culturais atuantes nos processos de formação, de organização e de representação social dos atores coletivos nas sociedades modernas.

Para Mouzelis, os quase-grupos transformam-se em grupos sociais no interior dos contextos institucionais históricos da modernidade, pela via do envolvimento relacional entre os grupos na interação social e dos jogos sociais nos campos. Na teoria de Mouzelis, os atores coletivos são entidades com meios identificáveis para poderem decidir e agir a partir dos processos de tradução, de representação e de organização, envolvidos na constituição e na reprodução das relações de poder. Mouzelis distingue entre posições estruturais e atores coletivos, apesar de considerar que a partilha de posições estruturais semelhantes facilita a emergência de atores coletivos, embora, de acordo com o seu ponto de vista, a acção coletiva só ocorra quando os quase-grupos se transformam em coletividades sociais autónomas das posições estruturais.

Mouzelis coloca no centro da sua teoria as desigualdades e conflitos pela produção, apropriação e controle das tecnologias ou recursos existentes nas instituições, aproximando-se, desta forma, da teoria de Pierre Bourdieu. Determinadas instituições são menos maleáveis e mais difíceis de mudar, uma vez que os atores coletivos e os grupos sociais que as sustentam procuram preservar/assegurar os seus interesses conquistados. É na disputa pelos recursos gerados nas instituições, mobilizados no decurso dos jogos sociais, que se formam antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os atores coletivos, a partir dos quais se institucionalizam objetivos e estratégias de acção coletiva.

Mouzelis subdivide os contextos institucionais da modernidade em subsistemas económico, político, social e cultural, nos quais decorre a acção coletiva. Não existe predominância de quaisquer contextos institucionais sobre os restantes e é na articulação entre instituições/atores coletivos que se estrutura a acção coletiva. No

entanto, são os atores coletivos e os agentes individuais envolvidos (e não as instituições) quem possui objetivos sociais e a capacidade para tomar decisões e realizar ação coletiva.

A teoria das hierarquias sociais de Nicos Mouzelis possui a virtude de desafiar as concepções das teorias institucionalistas da escolha racional, nas quais as preferências e a maximização utilitária dos atores são consideradas como constantes e as instituições constroem os mecanismos sociais capazes de resolverem os dilemas da ação coletiva, por via da consensualização e da estabilização racional dos processos da tomada de decisão. Nestas teorias, as interações estratégicas não contemplam a construção simbólica de identidades e interesses extrarracionais/individualistas nos contextos institucionais, fundamentais para a (re)produção de dinâmicas de ação coletiva. A mesma inadequada conceptualização da ação coletiva e das suas articulações com as estruturas institucionais das sociedades modernas encontra Mouzelis, nas sociologias interpretativas, em Talcott Parsons, Jurgen Habermas e Jeffrey C. Alexander (Mouzelis, 2008).

O conceito de atores coletivos de Mouzelis visa contrariar a reificação das estruturas e, na sua teoria, os microatores, macroatores e atores coletivos interatuam com diferenciados poderes perante as estruturas institucionais. Os macroatores podem ter uma forte influência sobre as condições dos microatores, independentemente da copresença, alterando, assim, as regras das estruturas da interação destes. A organização confere aos microatores e macroatores desiguais capacidades de ação que, através da sua participação nos atores coletivos, reproduzem ou transformam a legitimidade das decisões produzidas nos jogos sociais, adstritas a determinadas posições de poder nos contextos institucionais.

As explicações sobre a mudança e o desenvolvimento, considera Mouzelis, assumem, normalmente, uma perspetiva sistémica unidirecional, em detrimento de uma perspetiva ator-sistema. No seu entender, existem dois mecanismos fundamentais interligados nos processos de mudança: a cooperação/conflicto entre os atores e a compatibilidade/incompatibilidade entre as instituições (Mouzelis, 2008: 105). Para compreender os processos de mudança é necessário interpretar como os atores coletivos se relacionam com a constituição, a reprodução e a transformação de longo-prazo das ordens macro-institucionais, no interior das quais se desenvolvem complexos e intrincados jogos sociais. Sem uma referência agencial-sistémica às complexas lutas pela produção, apropriação e ideologização dos recursos económicos, políticos, sociais

e culturais, não será possível explicar satisfatoriamente as macro-transformações sociais, como, por exemplo, as transições de um regime para outro.

Salienta Mouzelis que os macro-atores, situados nos seus jogos sociais de topo, não constituem o efeito agregado dos jogos sociais dos atores menos poderosos e situados nos mais baixos patamares das hierarquias organizacionais. O que liga os macro-jogos (situados a um nível global), os meso-jogos (situados a um nível nacional) e os micro-jogos (situados a um nível regional/local) são as estruturas burocráticas e formais dos atores coletivos, bem como as relações de poder informais entre os agentes, em cada nível e nas relações hierárquicas entre os diferentes níveis. De tais relações, produzidas nos vários níveis dos jogos sociais, decorrem processos verticais e horizontais de tomada de decisão, tendencialmente constituídas/impostas a partir do topo das hierarquias sociais, mas podendo ter, igualmente, origem nas posições sociais subalternas (Mouzelis, 2008: 260).

4. Interação social e ação coletiva

A consideração da interação social enquanto espaço social hierarquizado, permite a Mouzelis transpor a ação coletiva para a esfera do quotidiano dos agentes sociais. São as estruturas interativas (ou a ordem da interação social) que fornecem aos indivíduos as capacidades estratégicas (valorativas, racionais e/ou reflexivas) formativas das práticas de reprodução ou de transformação das estruturas sociais (Mouzelis, 2008: 139). A ordem da interação integra as capacidades organizacionais (formais ou informais) dos atores coletivos e dos agentes individuais ao longo das situações sociais. Torna-se, assim, imperativo considerar a ordem da interação como nível social específico e analisar, “com a maior elaboração teórica possível, os seus parâmetros próprios, nomeadamente as suas regras e os seus mecanismos, assim como as suas (meso/micro) estruturas espaciais e temporais” (Costa, 2007: 23).

A interação social comporta uma ordem material, institucional, cultural e simbólica regulativa dos jogos sociais gerados nos campos e estrategicamente incorporada/apropriada pelos agentes e atores coletivos presentes nos processos de integração, negociação e conflito. Os atores individuais e coletivos, atuando num determinado espaço-tempo, ativam nos jogos sociais, inscritos na interação social dos campos, as posições sociais e a ordem/conflito pela distribuição dos seus capitais.

Entender as práticas sociais implica ter em conta os elementos situacionais e os seus efeitos não deriváveis exclusivamente nem da posição social, nem das disposições sociais dos atores, numa ordem social que se alcança pelos próprios processos da interação social. As situações (ou jogos sociais) não são um terreno neutro onde os agentes aplicam os meios para atingir determinados fins pré-estabelecidos, mas sim contextos sociais estratégicos, geradores de intencionalidades singulares e coletivas múltiplas, entre elas a ação coletiva (Mouzelis, 2008: 88).

Os agentes na interação social, individual ou coletivamente, usando as possibilidades das suas posições, lutam para manter ou aumentar o seu poder relativo nos jogos sociais (cooperativos ou competitivos), que, necessariamente, envolvem relações entre fatores posicionais/disposicionais e situacionais/interacionais, que fazem com que a relação entre a ação e a estrutura possa ser aberta, ambivalente e geradora de autonomia. A sua participação nos jogos sociais é assimétrica, dada a desigual distribuição dos poderes causais sobre a sua ação individual e coletiva. Em virtude das desigualdades de poder dos atores envolvidos na interação social, verifica-se uma desigual capacidade de construção social da realidade. Tal significa que os agentes e os atores coletivos colocados no topo das hierarquias sociais (ou sistemas de estratificação social) contribuem mais para os processos de tomada de decisão do que aqueles que ocupam posições sociais subalternas.

A ação coletiva decorre em determinados “quadros de interação” (Costa, 1999), inscritos em jogos sociais hierarquizados, que, na aceção mouzeliana, consistem em disputas sobre os sistemas de regras protagonizadas por atores situados em posições sociais diferentes e assimétricas e, portanto, com acesso desigual aos meios da ação (Mouzelis, 1991). São os “quadros de interação” que transportam sentidos e identidades (plurais) aos agentes para a ação coletiva (ou ausência dela), construídos a partir de parâmetros estruturais, institucionais, disposicionais, relacionais e simbólicos, mobilizados no decurso da interação social.

De igual forma, as identidades sociais não se transformam em sentimento de pertença sem que existam estruturas organizativas e espaços de interação que suportem tais processos de ativação coletiva. O grau de solidariedade (ou de coesão social) que uma organização ou ator coletivo for capaz de assegurar, repercutido na densidade e intensidade das interações e estratégias, constitui uma dimensão teórica igualmente fundamental para a compreensão da ação coletiva.

5. As relações entre o *habitus* e a ação coletiva

Uma teoria da ação coletiva poderá ter muito a ganhar a partir do conceito de *habitus* e Nick Crossley (2001, 1999) é um dos principais autores contemporâneos que mais criativamente tem sabido explorar a profundidade do conceito de Pierre Bourdieu. A conceção de Bourdieu do *habitus* encoraja o estudo dos movimentos sociais e da representação política, como um trabalho coletivo de agentes dotados de diferentes intencionalidades e estratégias sociais, agentes que, enquanto construtores ativos de protestos e de movimentos sociais, incorporam esquemas de perceção social, recursos e modos de agir derivados da sua incrustação no mundo social. São agentes com histórias pessoais, que lhes dizem respeito, mas que se inscrevem, igualmente, nas histórias coletivas mais amplas, das quais fazem parte com a sua trajetória de vida (Crossley, 2002: 176).

É, igualmente, possível observar ciclos de protesto e de mudança no interior de um campo ou atravessando os diferentes campos sociais, pela formação e atuação de “*habitus* militantes” (Crossley, 1999). A ação coletiva oscila entre períodos de relativa tranquilidade social, em que os protestos são escassos e relativamente inativos, e períodos de enorme efervescência coletiva, onde os movimentos sociais se tornam bastante ativos. Diversas lutas sociais poderão gerar outras lutas sociais, exponenciando uma maior agitação social por se estar na presença de um mesmo “*habitus* militante”, cuja “gramática” será transposta para os múltiplos campos sociais. Cada uma das diversas lutas sociais será diferente, uma vez que elas emergem a partir dos constrangimentos e dinâmicas específicos de cada um dos campos das sociedades. Ocorrerá, contudo, um elemento aglutinador comum entre as lutas sociais, num determinado campo ou num conjunto de campos sociais, precisamente porque coexistirão semelhantes “*habitus* militantes” em ação (Crossley, 1999: 657).

Nick Crossley refere-se ao “*habitus* militante” para demonstrar a influência não apenas dos constrangimentos estruturais, da posição social e das socializações primárias na adesão à ação coletiva, mas procurando, igualmente, explicar os efeitos socializadores (secundários) que a própria ação coletiva poderá ter sobre os agentes, ou seja, como ela poderá incrustar-se nos padrões culturais e modos de vida dos agentes, exercendo, assim, influência sobre os seus esquemas de apreciação, de representação e de ação do seu mundo social.

O “*habitus* militante” representa uma história objetiva incorporada nas formas de ação coletiva. Ele internaliza-se nos agentes individuais e objetiva-se estruturalmente, perante os jogos sociais da interação social e constrangimentos/possibilidades dos diferentes tipos de capitais presentes, com impactos sobre a ação coletiva (prestativa, organizada ou institucional) de grupos de *status*, movimentos sociais, países ou processos históricos.

O “*habitus* militante”, idiossincrático em cada biografia pessoal, manifesta as características dos seus grupos de referência e pertenças de classe. Uma vez que a história do indivíduo compreende, igualmente, a história coletiva da sua classe e grupos sociais, cada sistema de disposições individual constitui uma variante estrutural de todos os possíveis grupos sociais e *habitus* de classes, expressando as diferenças de trajetória e de posições sociais no interior e no exterior da classe social (Crossley, 2001: 85).

A pluralidade do *habitus* (Costa, 2007) constitui um fator indispensável nos processos formativos da ação coletiva. No quadro da relação entre a estrutura e a ação, o *habitus* constitui a articulação e a mediação fundamental entre as disposições sociais do indivíduo e os sistemas sociais que compõem as estruturas da ação coletiva (Scott, 2001), ou seja, o conjunto das organizações e instituições presentes num determinado espaço social. É a partir do *habitus*, enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação que os agentes se posicionam perante os grupos sociais e os atores coletivos do respetivo campo.

Conclusão

O desenvolvimento de um programa teórico holístico para o estudo da ação coletiva, pressupõe a interligação de quatro conceitos centrais da teoria sociológica: os conceitos de desigualdade social, classe social, conflito e ação coletiva. São conceitos com acuidade heurística para explicar alguns dos principais processos e fenómenos sociais concretos das sociedades contemporâneas.

O conceito de classe social visa apreender eficazmente as propriedades estruturais, culturais, institucionais e posicionais dos atores individuais e coletivos, presentes na construção de protagonismos sociais de ação coletiva, ao mesmo tempo que se procura conferir centralidade a processos económicos, sociais, culturais e

políticos em curso nas sociedades capitalistas-modernas, dos quais emergem desigualdades sociais com consequências sociais decisivas sobre a ação coletiva.

O estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais permite a articulação com o eixo estrutura/ação, aferindo os fenómenos sociais de ação coletiva em termos da inscrição da ação/interação nos campos sociais e instituições das sociedades modernas. É sob um quadro estrutural multidimensional societário que devem ser entendidas as dinâmicas da ação coletiva, os posicionamentos dos atores individuais perante as possibilidades de adesão à ação coletiva, tal como a intervenção dos atores coletivos nos quadros institucionais e estruturais das sociedades.

Vivemos, atualmente, em sociedades hierarquizadas, estratificadas e segmentadas, onde o conflito assume formas mais ou menos ocultas, implícitas, latentes ou manifestas, associado a classes sociais, quase-grupos, grupos sociais e atores coletivos diferenciadamente dotados de recursos sociais (económicos, políticos, culturais, simbólicos e informativos), que resultam em desiguais capacidades de poder e /ou de ação coletiva.

As relações estruturais, culturais e simbólicas geradas no espaço social das classes representam uma poderosa ferramenta de ocultação dos processos sustentadores das desigualdades sociais contemporâneas. É a partir de estruturas sociais e culturais hierarquizadas igualmente no plano simbólico-ideológico, para as quais participam as dimensões culturais das classes, que podem ser compreendidos os posicionamentos sociais dos agentes perante as possibilidades de ação coletiva.

Torna-se necessário focalizar o olhar sobre as desigualdades sociais, económicas, classistas e de poder, transpostas ou concebidas nos campos e instituições. É na disputa pelos recursos existentes nas instituições, mobilizados no decurso dos conflitos, que se formam os antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os atores coletivos, a partir dos quais se institucionalizam os objetivos e as estratégias de ação coletiva nas sociedades modernas.

Na teoria da prática de Pierre Bourdieu, a ação coletiva, enquanto conjunto de práticas sociais, é o resultado combinado dos efeitos dinâmicos dos campos, da distribuição da estrutura do capital e do *habitus* (militante). O espaço social das classes pressupõe estratégias e conflitos, aglutinando interesses e objetivos que adquirem valor social e simbólico pelos respetivos agentes e atores coletivos. As expectativas e as oportunidades proporcionadas ao longo da interação nos campos ancoram nos recursos desigualmente possuídos pelos agentes. Nos campos são mobilizáveis reportórios de

ação coletiva, enquanto recursos adaptáveis às características e às dinâmicas necessárias ao domínio/usurpação do campo.

Na teoria das hierarquias sociais de Nicos Mouzelis, a participação individual e/ou coletiva nos campos é assimétrica, dada a desigual distribuição dos poderes causais, cujas consequências implicam uma desigual capacidade de construção social da realidade. Mas a interação social nos campos faz com que a relação entre ação e estrutura possa ser autónoma, ambivalente e gradativamente estrangida/suplantada pelas desigualdades sociais e concomitantes estruturas sociais e culturais.

Na verdade, as desigualdades sociais são centrais para as dinâmicas da ação coletiva e da transformação social. Nos períodos de estabilização e de institucionalização dos sistemas sociais, contudo, determinados atores são mais ativistas que outros e o descontentamento social não origina adesão automática aos movimentos sociais. Mas a ação coletiva, seja ela integrativa-consensual e/ou conflitual-revolucionária, continua a ser o principal recurso da modernidade mobilizável pelas classes sociais mais desfavorecidas.

As propostas teóricas avançadas, visando a compreensão das imbricadas relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva nas sociedades contemporâneas, deverão ser confrontadas com a atual fase da modernidade ocidental, caracterizada pela acentuação das desigualdades sociais transnacionais e intranacionais, cujas “crises económicas e políticas” desvelaram contradições em relação ao funcionamento e à qualidade das próprias democracias, questionando o conceito normativo-universalista da democracia, que descurou por demasiado tempo, o seu limitativo alcance na redução das desigualdades sociais e na criação das condições concretas para uma efetiva participação social e política.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1998), “The new theoretical movement in sociology”, in Jeffrey C. Alexander, *Neofunctionalism and After*, Malden (Mass.), Blackwell Publishers, pp. 163-209.
- ARCHER, Margaret (1995), *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.

- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- (2000), *Propos sur le Champ Politique*, Lyon, Presse Universitaire de Lyon.
- COLLINS, Randall (2004), *Interaction Ritual Chains*, Princeton, Princeton University Press.
- COSER, Lewis (1956), *The Functions of Social Conflict*, London, Routledge and Kegan Paul.
- COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- (2007), “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia”, in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.
- CROSSLEY, Nick (1999), “Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britain”, in *British Journal of Sociology*, vol. 50, nº 4, 647-670.
- (2001), “The phenomenological habitus and its construction”, in *Theory and Society*, 30, 81-120.
- (2002), *Making Sense of Social Movements*, Berkshire, Open University Press.
- DAHRENDORF, Ralph (1982), *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (2006), *Social Movements: an Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.
- EDER, Klaus (1993), *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Society*, London, Sage Publications.
- MAHEU, Louis (org.) (1995), *Social Movements and Social Classes. The Future of Collective Action*, London, Sage Publications.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2008), *Marx Engel Obras Escolhidas Tomo I*, Lisboa, Edições Avante.
- MELUCCI, Alberto (1996), *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOUZELIS, Nicos (1991), *Back to Sociological Theory: The Construction of Social Orders*, London, Macmillan.
- (1995), *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, London, Routledge.
- (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- OFFE, Claus (1996), *Partidos Politicos y Nuevos Movimientos Sociales*, Madrid, Editorial Sistema.
- PAKULSKI, Jan; WATERS, Malcolm (1996), *The Death of Class*, London, Sage.

- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, London, Tavistock.
- PIRES, Rui Pena (2007), “Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 53, 11-50.
- REX, John (1981), *Social Conflict*, Harlow, Longman.
- RUGGIERO, Vicenzo; MONTAGNA, Nicola (ed.) (2008), *Social Movements. A Reader*, London and New York, Routledge.
- SCOTT, John (1995), *Sociological Theory. Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- (2001), *Power*, Cambridge, Polity.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), *Classes Sociais. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva*, Vila Nova Famalicão, Editora Húmus.
- SIMMEL, Georg (1999), *Sociologie. Études sur les Formes de la Socialisation*, Paris, PUF.
- TILLY, Charles (2008), *Contentious Performances*, New York, Cambridge University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (2002), *Da Democracia na América*, Cascais, Principia.
- TOURAINÉ, Alain (1998), *Iguais e Diferentes Poderemos Viver Juntos?*, Lisboa, Instituto Piaget.
- TURNER, Jonathan H. (org.) (2001), *Handbook of Sociological Theory*, New York, Kluwer Academic.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, (2 vols.), Berkeley, G. Roth e C. Witich, University of California Press.
- WIÉRVORKA, Michel (2010), *Nove Lições de Sociologia*, Lisboa, Teorema.
- WRIGHT, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão¹

Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Resumo | Os processos de transformação dos centros tradicionais das cidades assumiram, recentemente, particular importância, expressa na alteração do seu perfil funcional, na perda de importância desses centros enquanto lugares de referência para a leitura simbólica da cidade e para a sua imagem coletiva e projetada. Ao longo deste artigo, apresentar-se-ão diferentes aproximações disciplinares indispensáveis à construção do caminho teórico e metodológico para a análise da centralidade urbana enquanto “facto social total”, isto é, um conceito totalizante, entendido como realidade complexa, onde cada componente integrante só é significante face a todas as outras e à realidade que integram, realidade essa, unicamente, separável por convenção.

Palavras-chave: Facto social total; Multidisciplinaridade; Centralidade urbana.

Abstract | *A multidisciplinary proposal to understand the urban center as a total social fact*
The transformation processes of the cities' traditional centres have recently assumed a unique importance expressed in the change of their functional profile, in the loss of importance of those centres as reference locations for the symbolic reading of the city and for its collective and projected image. Through this text, different disciplinary approaches will be exposed indispensable for the building of the theoretical and methodological path for the analysis of the urban centrality as a "total social fact", i.e. a totalizing concept, understood as a complex reality where each integral feature will only be significant when compared with all others and the reality they are part of, which reality is only separable by convention.

Keywords: Total social fact; Multy-disciplinarity; Urban centrality.

¹ Sociólogo e Professor Auxiliar do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Porto, Portugal).
E-mail: azilhao@sapo.pt.

Resumé

Une proposition multidisciplinaire pour l'entendement de la centralité urbaine en tant que fait social total

Récemment, les procès de transformation des centres traditionnels des villes ont assumé une importance particulière, exprimée par l'altération de leur profile fonctionnel, la perte d'importance de ces centres en tant que sites de référence pour la lecture symbolique de la ville et pour son image collective et projetée. Au long de tout cet article, seront présentées des approches disciplinaires diversifiées, indispensables pour la construction de la voie théorique et méthodologique pour l'analyse de la centralité urbaine en tant que "fait social total", soit, un concept totalisant, entendu comme réalité complexe où chaque component intégrant devient significatif seulement vis-à-vis les autres et la `réalité qu'ils intègrent, une réalité uniquement séparable par convention.

Mots-clés: Fait social total; Multidisciplinarité; Centralité urbaine.

Resumen

Un enfoque multidisciplinario para el entendimiento de la centralidad urbana como hecho social total

Los procesos de transformación de los centros tradicionales de las ciudades han asumido, recientemente, gran importancia, traducida en la alteración de su perfil funcional, en la pérdida de importancia de esos centros como lugares de referencia para la lectura simbólica de la ciudad y para su imagen colectivo y proyectado.

En este trabajo se defiende la posibilidad del abordaje a esta cuestión desarrollando una construcción teórica y metodológica de carácter multidisciplinario, en la cual la centralidad urbana ha sido percibida como hecho social total, o sea, una realidad compleja adonde cada dimensión solamente tiene significación en la relación con las demás dimensiones de la realidad que integra, formando un conjunto solo separable por convención.

Palabras-clave: Hecho social total; Multidisciplinaridad; Centralidad urbana.

1. A Centralidade Urbana

A centralidade urbana, condição característica dos espaços urbanos centrais, lugares privilegiados de “controle efetivo e simbólico da vida coletiva da cidade” (Rémy e Voyé, 1994: 133) é fruto do processo industrial capitalista, que alterou, no plano civilizacional e no plano quotidiano, o quadro de vida dos indivíduos e dos grupos e alterou, irreversivelmente, a forma e a estrutura da cidade medieval.

De facto, num período histórico relativamente curto, as sociedades europeias assistiram ao fim da organização social tradicional, através do desenvolvimento do processo industrial capitalista entre os séculos XVII, XVIII e XIX, que transformou

economias domésticas e corporativas em economias manufatureiras e industriais, concentrou populações, alargou mercados, separou os trabalhadores dos seus instrumentos e dos conhecimentos globais do processo de trabalho, afastou a residência do local de trabalho, desarticulou a família alargada e institucionalizou a família nuclear, num quadro de crescente divisão técnica do trabalho e crescente especialização social e funcional destas sociedades.

Esta progressiva dominação do Modo de Produção Capitalista submeteu, assim, a cidade histórica medieval, a um processo de transformação irreversível. O acelerado processo de urbanização que, associado à primeira revolução industrial, exprimia este desenvolvimento acelerado das forças produtivas e o reforço da mobilidade do capital, determinou uma nova relação com o espaço e determinou, também, uma nova estruturação da vida social e quotidiana. De facto, a organização social industrial capitalista origina e exige uma progressiva separação das atividades sociais: as atividades produtivas desenvolvem-se em tempos e espaços fixos distintos dos tempos e espaços afetos a outras atividades sociais, no quadro de uma progressiva separação e divisão funcional do espaço urbano industrial.

Por isso, através, dos mecanismos de formação dos preços do solo, determinados pela divisão social e espacial capitalista do trabalho, os rendimentos fundiários capitalistas urbanos influenciam um desenvolvimento urbano onde a cidade histórica medieval compacta, plurifuncional e socialmente heterogénea evoluiu, tornando-se centro alargado de uma realidade urbano-industrial em expansão, com crescente segregação urbana, através da progressiva valorização fundiária do espaço central e da valorização fundiária das áreas cada vez mais especializadas, social e funcionalmente.

A atualidade deste tema decorre da inequívoca importância e visibilidade que os processos de transformação dos centros tradicionais das cidades assumiram, traduzidos na alteração do seu perfil funcional, na perda de importância desses centros enquanto lugares de referência para a leitura simbólica da cidade e para a sua imagem coletiva e projetada. Esta “crise” dos centros, crise de transformação, está, naturalmente, inserida num novo ciclo de mudança e renovação, no quadro do tempo longo das cidades, que terá que ser cumprido, para que os centros se possam adaptar às novas condições urbanas emergentes.

Foi neste quadro que, a partir do princípio do século XX e no interior de diversas ciências sociais, o fenómeno da centralidade urbana foi sendo promovido ao estatuto de

objeto teórico relativamente autónomo no interior dessas diversas disciplinas cientificamente institucionalizadas. Neste artigo apresenta-se, por isso, uma proposta teórica para a construção do conceito de centralidade urbana como facto social total, onde os diversos contributos teóricos configuram, também, um carácter metodológico multidisciplinar à construção conceptual desenvolvida.

2. O facto social total

O conceito de facto social total foi construído por Marcel Mauss para análise do *potlatch*, prática social observada em determinadas regiões do Mundo, como a Melanésia, que consiste numa cerimónia festiva durante a qual dois clãs ou dois chefes de clã se desafiam, distribuindo ou destruindo bens materiais e obrigando o adversário a distribuir ou a destruir igual quantidade de riqueza material, sob pena de ficar penalizado na hierarquia de poder e de prestígio social. Assim, para Marcel Mauss, esta troca e esbanjamento material de bens, constitui um importante mecanismo de regulação social do prestígio e consubstancia o que Mauss designa como um tipo de facto social “total”, isto é, um facto social que põe “em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (*potlatch*, clãs enfrentados, tribos que se visitam, etc.) e, em outros casos, somente um grande número de instituições” (Mauss, 1974: 179). Este “facto social total” é, então, um conceito totalizante, entendido como realidade complexa, onde cada componente integrante só é significativa face a todas as outras e à realidade que integram, realidade essa unicamente separável por convenção.

Igualmente para Gurvitch, a dinâmica de relacionamento pluridimensional do fenómeno social total é uma relação dialética que pode assumir “o carácter de complementaridade, de implicação mútua, de ambiguidade, de polarização ou de reciprocidade de perspetivas; mas não se trata aqui senão de aspetos diferentes essenciais do ponto de vista metodológico, da primazia ontológica dos fenómenos sociais totais, as separações relativas não fazem senão lembrar a trama complexa da realidade social, que consiste precisamente no drama que se representa no interior desta e ao qual se acrescentam os conflitos e os antagonismos entre fenómenos sociais totais do mesmo género (antagonismos de classes ou de nações, por exemplo).” (Gurvitch, 1979: 28).

3. O conceito económico de centralidade

O conceito de centralidade na reflexão urbana, aplicando a perspetiva económica neo-clássica à análise das relações espaciais, surgiu no princípio do século XX, nos anos 30, com os trabalhos de Walter Christaller. Tendo em conta que toda a atividade económica se desenrola no espaço, Walter Christaller procurou explicar como, na organização económica das sociedades modernas, determinados bens e services “are, as a rule, offered centrally in towns, or at other central places, because it is most advantageous from an economic standpoint” (Christaller, 1966: 20). Christaller debruça-se sobre a espacialização dos serviços, integrando, “first of all, trade, which is center-oriented almost exclusively (...), then banking, many handicraft industries (repair shops), state administration, cultural and spiritual offerings (church, school, theatre), professional and business organizations, transportations, and sanitation” (Christaller, 1966: 20).

Este bens e serviços são, portanto, hierarquizáveis de acordo com o critério da frequência com que são procurados (sendo de ordem mais elevada os bens e serviços menos frequentemente necessários), o que significa que a ordem de importância de cada lugar, a medida da sua “centralidade”, está associada à ordem de importância e hierarquia dos bens e serviços oferecidos nesse centro. Os lugares que têm “central functions that extend over a larger region, in which other central places of less importance exist, are called central places of a higher order. Those which have only local central importance for the immediate vicinity are called, correspondingly, central places of a lower and of the lowest order” (Christaller, 1966: 17). A hierarquização e medida da centralidade de um lugar resultam da importância relativa desse lugar face à região que o rodeia, avaliada pelo grau com que são exercidas funções centrais ou de maior raridade nesse lugar que, ao desempenhar funções de ordem superior, assegura, no entanto, simultaneamente, funções de ordem inferior.

Elaborado quando a separação, nomeadamente funcional, entre a cidade e o campo era muito distinta, com os meios de transporte pouco eficazes e em que cada cidade se apresentava como uma entidade significativamente delimitada e separada das restantes, este modelo não incorpora processos endógenos de mudança, pelo seu carácter fechado e estático. No entanto, apesar das suas dificuldades de aplicação em situações reais, a teoria dos lugares centrais, entendida como uma forma de enunciar regularidades e não como enunciadora de princípios determinísticos relativos à

localização, dimensionamento e distribuição de lugares considerados centrais à escala interurbana, constituiu um marco na teorização do processo de constituição e distribuição hierarquizada de lugares (centrais) prestadores de diferentes tipos de comércio e serviços, no quadro de determinadas opções de compra dos consumidores. Foi, precisamente, este conceito de lugar central que, generalizando-se, se estendeu, ainda, à caracterização de todo o lugar com oferta de serviços, capaz de polarizar áreas e populações à escala intraurbana (“central place is not equivalent to town, because it refers to only one important characteristic of a settlement, namely, its possession of a central function” – Christaller, 1966: 139), através da disponibilização, espacialmente concentrada, de produtos e funções de maior raridade urbana.

Associada a noção de centralidade urbana à raridade na oferta de bens e serviços, herdada da teoria dos lugares centrais de Christaller, torna-se, também, indispensável definir um enquadramento para a compreensão desse processo de concentração espacial de determinados bens e serviços. Esse enquadramento vai ser disponibilizado pela teoria económica urbana, nomeadamente a teoria económica urbana de Alonso, que apresentou um modelo fundamental para situar, explicitamente, a compreensão dos processos de localização espacial intraurbana de atividades, em que a ocupação do solo resulta do desejo de realizar a afetação ótima dos recursos de cada um, em função da acessibilidade ao centro da cidade.

Neste modelo teórico de Alonso em que a ocupação do solo urbano visa a afetação ótima dos recursos individuais e empresariais, em função da acessibilidade ao centro da cidade, a maior proximidade residencial a esse centro, significando menores custos de transporte, implica, simultaneamente, custos fundiários mais elevados. Se o indivíduo escolhe habitar no local que lhe oferece a maior satisfação possível, para as empresas industriais, comerciais ou de serviços, por sua vez, trata-se de maximizar o lucro, considerando o volume de negócios, a área ocupada e a distância ao centro.

Para além de pressupostos específicos deste e de outros modelos desenvolvidos pela economia urbana, importa, finalmente, salientar que todos esses modelos assentam, genericamente, num pressuposto base: o pressuposto de que as empresas e os agentes económicos procuram, pelas suas decisões, produzir a um determinado nível ótimo, no qual o lucro é maximizado pela escolha da melhor combinação de fatores, em função de determinadas alternativas e possibilidades técnicas. É, portanto, neste pressuposto-base da teoria económica marginalista neoclássica segundo o qual a maximização dos lucros – ou da satisfação, no caso do consumidor – resultam da racionalidade económica dos

comportamentos dos agentes (económicos), em contexto concorrencial de livre mercado, que a teoria económica urbana explica, no quadro das relações entre espaço (urbano) e atividades económicas, os mecanismos e as estratégias locativas empresariais, em regime concorrencial de mercado.

Importa, assim, reter, a partir destas perspetivas, a sua virtualidade explicativa para o fenómeno da centralidade urbana, enquanto contributos que, articuladamente, permitem compreender as estratégias locativas, num quadro de determinada acessibilidade e custos fundiários. Esta referida necessidade de articulação de perspetivas é reforçada, na atualidade, pelo incremento do protagonismo das componentes da mobilidade e acessibilidades na vida das cidades. Mas as virtualidades explicativas destas perspetivas em articulação só reforçam, também, por sua vez, a constatação da necessidade de avançarmos para um entendimento ainda mais alargado do fenómeno da centralidade, na busca, cada vez mais atual e necessária, de um conceito transdisciplinar do fenómeno da centralidade urbana.

4. A perspetiva sociológica da Escola de Chicago

O entendimento do centro das cidades como realidade construída, no quadro de um processo de competição pelo espaço urbano, foi desenvolvido, no princípio do século XX, em Chicago (cidade norte-americana, onde, nesse período, o crescimento industrial e demográfico era mais acentuado), no contexto de uma escola de pensamento, onde pontificavam os nomes de Park e Burgess, e que marcou a análise urbana do princípio do século XX.

Considerando uma ordem social que se explica por mecanismos característicos do mundo vegetal e animal, e concebendo a cidade como um mosaico de comunidades naturais, na medida em que respondem às necessidades gregárias fundamentais da espécie humana, a Escola de Chicago vai considerar que, da mesma maneira que são os animais mais fortes quem consegue apropriar-se dos lugares mais interessantes, são, também, as atividades e os indivíduos mais poderosos quem conseguirá ocupar as zonas urbanas mais caras.

Os grupos económicos industriais e comerciais, os grupos mais fortes, apoderam-se, por isso, da zona (pré-existente) mais valorizada em termos fundiários da cidade, o CBD (“Central Business District” na designação anglo-saxónica), num

contexto de competição e de sucessivos processos de ajustamento, em que a cada zona da cidade acaba por ser definida uma função própria no tecido urbano, numa organização espacial urbana em anéis concêntricos, a partir do CBD (“Central Business District”). Esta diferenciação em “natural economic and cultural groupings gives form and character to the city. For segregation offers the group, and thereby (...), a place and a rôle in the total organization of city life” (Park e Burgess, 1984 [1925]: 56)

O CBD é, assim, a área da cidade em que os preços do solo “afford one of the most sensitive indexes of mobility. The highest land values in Chicago are at the point of greatest mobility in the city, (...). (...) variations in land values, (...) offer perhaps the best single measure of mobility” (Park e Burgess, 1984 [1925]: 61). Por isso, o CBD é o centro económico da cidade, onde se localizam sedes de grandes empresas, atividades comerciais orientadas para o consumo, instituições financeiras, teatros e hotéis. No entanto, para atividades económicas consumidoras de muito solo urbano, o seu poder concorrencial reduz-se e será para localizações mais afastadas que vão competir locativamente. Só admitindo, então, a homogeneidade do espaço e a não-diferenciação nas facilidades de transporte, a organização do espaço urbano pode ser estruturado com base em anéis concêntricos, definidos pelos pontos de indiferença determinados pelas curvas de renda de “licitação” próprias de cada uso.

Quer a teoria dos lugares centrais, quer o modelo radiocêntrico são, assim, próprios da vida urbana anterior ao incremento da acessibilidade. Com o desenvolvimento da mobilidade e acessibilidade, a cidade não pode deixar de crescer segundo as linhas de comunicação que se vão estabelecendo, alterando as estratégias locativas relativas à ocupação do espaço urbano. É, justamente, esta constatação que leva Hoyt a considerar uma proposta, segundo a qual “central growth is the result of forms of transportation that tend to be of approximately equal speed from the center of the city in all directions toward the periphery. It is not a question of absolute but of relative speed” (Hoyt, 1939: 101).

Por isso, a ocupação do solo urbano a partir do centro, ao seguir, frequentemente, as principais vias de transporte e comunicação, tem como consequência que “the retail shopping center, and not the financial center, is (...) central (...) in most cities” (*idem*: 17, 19), porque os compradores “tend to go to centers where they can find a large assortment of goods in close compass, so they can make all their purchases with a minimum expenditure of time and effort” (*idem*).

Para além da indispensabilidade de contemplar, na análise do processo de construção da centralidade urbana e de crescimento da cidade, a variável acessibilidade, outros fatores, enunciados, de resto, na teoria económica urbana, devem ser considerados, nomeadamente a reorganização funcional de atividades na busca de sinergias (economias de aglomeração) ou o reagrupamento residencial na busca de comunidades de interesses para as zonas residenciais. Por isso, a teoria dos núcleos múltiplos de crescimento de Chauncy Harris e Edward Ullman veio defender que o crescimento de uma cidade se faz com o desenvolvimento de padrões de uso à volta de núcleos independentes originais. As cidades têm, então, uma estrutura essencialmente celular, na qual os diferentes tipos de utilização do solo se desenvolvem à volta de certos núcleos de crescimento, situados no interior da área urbana. O agrupamento e a junção destes núcleos vai-se fazendo debaixo da influência de fatores morfológicos ou humanos que permitem que certos núcleos se fundam, originando, através deste mecanismo associativo (vantajoso para determinadas atividades industriais, enquanto outras atividades se afastam porque se prejudicam mutuamente, como a indústria e residência), o centro da cidade, nomeadamente o CBD.

A Escola de Chicago permite-nos, assim, incorporar, na compreensão da dinâmica da centralidade e da estruturação do espaço urbano, a importância dos processos de competição pela apropriação do espaço, recurso disputado e objeto de intensa concorrência, particularmente a área administrativa e comercial das aglomerações urbanas.

A organização espacial urbana será, assim, o resultado de um processo de concorrência entre pessoas e atividades pela localização (pré-existente) de maior acessibilidade na cidade (simultaneamente a localização com custos fundiários mais elevados), medida pela distância ao CBD, ponto de acessibilidade máxima dentro da cidade. Se admitirmos, então, que os diferentes usos vão concorrer para a obtenção de solo dotado de certo nível de acessibilidade, devemos tomar em consideração os preços ou rendas de licitação (referidas por Alonso) que o comércio a retalho, outras atividades comerciais e de serviços, a indústria, a habitação em prédio, a habitação em moradia e a agricultura podem propôr.

Enquanto, na perspetiva da economia, os centros se constroem na base da concorrência de mercado pelo princípio das economias de aglomeração com determinada densidade de ocupação urbana (nomeadamente através da concentração territorial de determinadas funções e atividades), para Christaller, os centros distribuem-

se numa base hierárquica, em que os mais importantes são aqueles onde há funções de consumo de bens de maior raridade, concentrados em função da afetação ótima dos recursos e da acessibilidade urbana. Para a sociologia urbana de Chicago, por sua vez, os centros constroem-se num processo de luta pela apropriação dos espaços urbanos de maior valorização fundiária.

Todas estas reflexões disciplinares especializadas partem, no entanto, de um pressuposto: preocupando-se em analisar, com conceitos e metodologias disciplinares próprias, o desenvolvimento, afirmação e relação dos centros com as cidades respetivas, todas as reflexões consideram, no entanto, que o centro é uma realidade urbana estática, adquirida, pré-existente. A explicação da centralidade urbana, exige, por isso, o contributo de outras perspetivas, nomeadamente perspetivas relativas à importância da construção coletiva de determinados fenómenos designáveis de representações sociais que, originários na interação social quotidiana, contribuem para a construção de realidades coletivamente significantes, como os centros das cidades.

Com efeito, a conotação significativa da cidade é produzida pela ação concreta dos cidadãos que deixam traços materiais (edifícios, monumentos) e imateriais (usos e costumes), tanto na sua vivência passada como na sua vivência presente, apoderando-se, ativamente, do património herdado, interpretando-o e modificando-o continuamente. Esta interação entre símbolos e referências urbanas e a ação dos habitantes contribui para a definição de uma identidade da cidade e para a construção dos seus significados urbanos, integrando contributos explicativos a desenvolver em pontos seguintes deste capítulo que, articulando e relacionando estruturas espaciais e sociais, concebam as sociedades humanas como fenómenos espaciais, no sentido em que é pela sua realização no espaço que, desde logo, uma sociedade adquire visibilidade.

5. A centralidade urbana como representação social

Foi a partir de princípios dos anos 60, particularmente através dos contributos de Moscovici, que, progressivamente, se foi construindo o conceito de representação social, no pressuposto de que os indivíduos são também construtores de significados, não se limitando a receber informação. Moscovici superou, assim, nos anos 60 do século XX, o conceito positivista de consciência coletiva que é, para Durkheim, uma realidade objetiva, exterior e anterior aos indivíduos, na medida em que os precedeu e os transcende e onde, por isso, a consciência e a representação coletivas não podem

“explicar-se por factores puramente psicológicos, quer dizer, por estados da consciência individual (...). Com efeito, o que as representações colectivas traduzem é a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objectos que o afectam” (Durkheim, 1895: 306-307).

O conceito de representação social de Moscovici, articulando na sua constituição elementos cognitivos, comunicacionais e até afetivos, distancia-se, por isso, da linha de pensamento positivista, reafirmando grande importância, na construção das representações sociais, à interatividade entre o indivíduo e o “outro”, pela partilha de determinadas imagens na interação quotidiana.

As representações sociais revestem, assim, a forma de princípios reguladores dos processos de conhecimento e significação desenvolvidos nas relações sociais para lá da diversidade de opiniões existentes. Na medida em que é socialmente elaborado, contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, orientando as práticas quotidianas às quais dá um sentido e a partir das quais pode ser modificada, porque a vida quotidiana seria “impossível se os indivíduos não deitassem mão de signos pré-estabelecidos, se não compartilhassem determinadas representações sociais, significados ou regras de comportamento” (Pais, 2002: 132) conformando-se ou não, através das suas condutas “às representações, gerindo ou rejeitando, alimentando, no dia a dia, a sua vigência” (Pais, 2002: 134, 135).

Sendo explicações socialmente partilhadas e construídas pela comunicação interindividual no quotidiano, nomeadamente no quotidiano de uma cidade, permitem, então, compreender o processo de construção de significados urbanos, porque são uma modalidade de conhecimento vocacionado para a prática. Assim, se a informação que as pessoas têm sobre a cidade é o resultado da sua interação com essa cidade, e se os significados sociais são uma parte importante da representação da cidade, a cidade pode, então, ser estudada como uma representação social.

Ora, nos processos de representação social, há dois mecanismos essenciais: a objetivação e a ancoragem, em que a “ancoragem precede a objetivação, por um lado, e (...), por outro, se situa na sequência da objetivação” (Vala, 2002: 472). A objetivação diz respeito à “forma como se organizam os elementos constituintes da representação” (Vala, 2002: 465) para formação de um todo coerente, através da contextualização do objeto e da constituição de um esquema organizador dos principais elementos do objeto de representação e sua naturalização como categorias descritivas: “objectification saturates the idea of unfamiliarity with reality, turns it into the very essence of reality.

Perceived at first in a purely intellectual, remote universe, it then appears before our eyes, physical and accessible” (Moscovici, 2000: 49).

A ancoragem consiste em integrar novas informações em categorias que o sujeito já possui, fruto de experiências anteriores, atribuindo sentido a acontecimentos sociais, precedendo, neste caso, a objetivação, na medida em que se refere ao facto de “qualquer construção ou tratamento de informação exigir pontos de referência” (Vala, 2002: 472). Neste processo, a ancoragem associa-se a um processo de tornar familiar o que não o é. Estabelecida a representação, a ancoragem, posterior à objetivação, associa-se, também, aos processos em que funciona como organizador das relações sociais atribuindo, por sua vez, sentido a acontecimentos e comportamentos. Assim, “to anchor is thus to classify and to name something. (...). By classifying what is unclassifiable, naming what is unnameable, we are able to imagine it, to represent it. (...) In short, classifying and naming are two aspects of this anchoring of representations” (Moscovici, 2000: 42, 47).

Se considerarmos que a cidade pode ser estudada como uma representação social, o centro de uma cidade pode, então, por sua vez, ser estudado como âncora da representação social cidade, elemento fundamental dos processos de objetivação e ancoragem. Enquanto âncora da representação social cidade, o centro é, também, anterior e posterior à objetivação da representação social cidade. É anterior à objetivação da representação social cidade, na medida em que, no processo de constituição dos centros das cidades industriais, a evolução histórica urbana criou condições para a construção dos centros enquanto elementos âncora, através do reforço, espacialmente referenciado, de práticas sociais, que, como referem Alvarez Mora e Fernando Roch, “se concentran en aquellos lugares contenedores de elementos que generan convocatoria ciudadana (...) que van desde edificios construidos como las propias entidades religiosas, civiles, estatales (...) hasta los espacios libres de construcciones, como calles y plazas” (Alvarez Mora e Roch, 1980: 103).

Neste sentido, estes espaços urbanos vão adquirindo determinado sentido e natureza pela dinâmica urbana do seu uso coletivo quotidiano, público, livre, central porque acessível, construída em função, nomeadamente, das características “físicas” desse espaço, da qualidade formal do seu desenho e dos seus materiais. Estabeleceram-se, assim, nas cidades industriais, espaços que o ambiente físico e as práticas de sociabilidade quotidiana construíram e institucionalizaram como espaços públicos urbanos. Estes espaços públicos urbanos, que se tinham construído através da

institucionalização do seu valor de uso pelas práticas sociais quotidianas, acompanhando a industrialização das sociedades, assumiram, então, em determinados casos, o estatuto urbano de espaços particularmente vocacionados para essas referidas práticas de sociabilidade e demais manifestações cívicas.

Esta dinâmica sofre, por sua vez, um processo histórico de reapropriação, reorientando as tendências existentes para um tipo de consumo comercial. É “precisamente bajo el efecto de estas operaciones (...) que (...) la ciudad pierde ese valor de uso (...) convirtiéndose en un valor de cambio (...). Toda atividade de mercado (...) se localiza allí donde previamente existen elementos com poder de convocatoria ciudadana. Es precisamente el conocimiento de estas actividades, de carácter extraeconómico, lo que nos ofrecerá una explicación al hecho de las tendencias coletivas que aglutina el centro de la ciudad” (Alvarez Mora e Roch, 1980: 102, 106).

No entanto, estabelecido o centro da cidade enquanto elemento âncora da construção da representação social da cidade, este elemento âncora centro influencia, também, o processo posterior à objetivação dessa representação social, na medida em que, depois de constituídas, as representações sociais passam a impregnar a realidade, ultrapassando o estatuto de mera representação ao induzirem, nos indivíduos, a criação da realidade que valide as explicações contidas nas suas representações. Podemos, assim, considerar que é, nomeadamente pela comunicação interindividual no quotidiano urbano, que todos os indivíduos partilham ideias, conhecimentos, atitudes e explicações socialmente construídas acerca da cidade. Investindo no seu espaço através do uso prático e da interação permanente com elementos físicos dessa cidade como ruas, praças e monumentos, estes elementos são, também, ativa e quotidianamente apropriados pelos cidadãos através de rituais, celebrações, comportamentos estandardizados ou discursos sobre a cidade que, reforçando o significado social desses elementos, contribuem para o ordenamento identitário do espaço urbano, rotulando determinados lugares como lugares adequados para tais atividades, que adquirem, assim, os significados associados a essas atividades.

Neste processo, o centro é um lugar urbano em que a capacidade social dos atores para atribuir e partilhar significações comunica e reproduz, nesse lugar, um sentido e um significado reforçados: o centro resulta, não só de atributos físicos e funcionais intrínsecos, mas resulta, também, de qualidades atribuídas e reforçadas pelos mecanismos do processo de representação social da cidade. A perceção do centro e a representação da cidade, resultam, então, da dinâmica de relacionamento e

interdependência quotidiana, onde a repetição sistemática de percursos, usos e apropriações determinadas do espaço urbano fornecem informações e imprimem sulcos que, acumuladamente, contribuem para cartografar mentalmente o espaço vivido. Esse mapa mental é a cidade de cada um territorializada, em que o centro adquire e reforça certas características, de acordo com os significados e a informação que as pessoas têm e constroem sobre esse lugar da cidade, no quadro de determinada interação quotidiana assente na memória das diferentes experiências associadas a esse local e que permite associar, ao centro, determinados significados sociais urbanos socialmente construídos e partilhados.

6. Centralidade urbana e produção do espaço

Em “Theory of the city as object” (Hillier, 2002), a centralidade é apresentada como um processo que se desenvolve através do impacto e influência da configuração espacial no desenvolvimento da atratividade para localização de determinadas atividades funcionais urbanas. Esta contribuição da morfologia urbana ou padrão do espaço público desenvolve-se através de determinada lógica de configuração desse espaço que, influenciando a ocupação funcional do território, contribui para a concentração e densificação espacial de atividades também produtoras de centralidade. Neste processo de interação, o padrão de espaço público, construído através da ligação dos edifícios de uma cidade, origina, então, determinada morfologia do espaço que atrai determinados usos para locais com elevado movimento e afasta localizações como a atividade residencial.

Este processo é explicitado pela análise de um mapa axial, entendido como “the least set of longest lines of direct movement that pass through all the public space of a settlement and make all connections” (Hillier, 2002: 153), em que se calcula, para cada linha ou eixo de via, a mínima quantidade de linhas que devem ser usadas, no todo ou em parte, para se ir de uma linha até outra, tendo em conta todas as outras linhas do sistema. Obtém-se, assim, o valor da integração de cada linha relativamente a todas as outras, traduzido, quantitativamente, em determinado valor de “integração global”, medida de acessibilidade do referido sistema.

A centralidade urbana é, por isso, um fenómeno que resulta destes fatores espaciais que mediatizam a construção social do espaço urbano num contínuo processo, em que a vida social e económica urbanas, sofrem, inicialmente, os efeitos da

organização morfológica do espaço e consequente acessibilidade instalada para, posteriormente, a dinâmica socioeconómica concorrencial instalada desempenhar um papel decisivo na constituição e na localização das atividades económicas para, posteriormente, os referidos fatores espaciais voltarem a desempenhar um novo papel decisivo no desenvolvimento e na sustentação desta centralidade intraurbana. A centralidade urbana vai-se, assim, constituindo como um “product both of the overall configuration of the grid, which decides where the centre should be, and the kind of local process of grid adaptation” (Hillier, 1999: 120).

Trata-se de uma perspetiva que reorienta a dinâmica relacional entre o social e a noção física de espaço, ao identificar o mecanismo através do qual o espaço é produtor social: a configuração urbana através do seu efeito no movimento. De facto, como resultado do estímulo inicial provocado pela acessibilidade da configuração espacial (determinado cruzamento inicial de ruas onde, posteriormente, se possa desenvolver um mercado), desenvolve-se uma crescente concentração de usos do solo que, provocando um efeito multiplicador, origina um determinado padrão de áreas urbanas funcionalmente densificadas.

Este modelo teórico relativo à análise da centralidade urbana enquanto processo de configuração espacial permite, portanto, abordar o tema da centralidade urbana a partir de um processo espacial em que a atratividade de cada elemento do sistema urbano está relacionada com a configuração da rede e com o seu desenvolvimento correlacionado com determinados usos do solo e atividades concorrenciais em mercado. A centralidade não é, assim, uma situação estática, mas um processo em que os elementos interdependentes, sócio-económicos e espaciais, atraem e produzem, interativamente, o reforço da diferenciação espacial e da especialização funcional.

Os fatores físicos mediatizam a construção do espaço urbano num contínuo processo socioespacial em que a configuração morfológica instalada (em regime de livre concorrência) desempenha, inicialmente, um papel decisivo na dinamização da constituição e localização dos centros para, posteriormente, os fatores sócio-económicos concorrenciais desempenharem um papel decisivo no desenvolvimento e na sustentação do centro intraurbano. É neste quadro de interação com elementos sócio-económicos que este modelo teórico pode, aliás, ser adequadamente mobilizado para a análise empírica do fenómeno da centralidade. Este quadro de múltiplas interações tem, ainda, uma virtualidade: é através destas dinâmicas de interação múltiplas que o carácter excessivamente positivista a que esta proposta de Hillier é, por vezes, acusada, se pode

controlar. Este “facto social total”, concentrando uma dinâmica de relacionamento entre dimensões mentais e psicológicas, normativas e económicas da vida social, é um conceito totalizante, entendido como realidade complexa onde cada componente integrante só é significativa face a todas as outras e à realidade que integram, realidade essa unicamente separável por convenção.

Conclusões

Foi no processo de expansão da cidade em industrialização, e inerente processo de divisão funcional da ocupação do solo urbano, que nasceu e se desenvolveu uma dinâmica de centralidade urbana que, enquanto processo de produção dos centros das cidades, é lugar de articulação dos processos de produção e de consumo da cidade industrial capitalista e, simultaneamente, produto e produtor de diversas configurações urbanas. A progressiva separação das atividades sociais, inerente à organização social industrial capitalista, nomeadamente a progressiva divisão funcional do espaço urbano, origina a localização, no mesmo lugar urbano, de atividades complementares em busca de “economias de aglomeração”, pela redução dos custos de produção através da utilização das infraestruturas existentes, que induzem a localização de novas atividades e específicos serviços urbanos de tipo político, de tipo administrativo ou de tipo comercial ou cultural.

Este processo de construção e de desenvolvimento da centralidade urbana, através da concentração e sedimentação de uma certa localização específica de atividades e serviços urbanos, desenvolve-se, também, na construção social de determinados significados ao espaço urbano, nomeadamente na construção da significação social de lugares centrais, pela interação permanente com determinados espaços, nomeadamente determinados espaços públicos que adquiriram o referido estatuto de lugares particularmente vocacionados para práticas de sociabilidade e manifestações cívicas da vida social urbana, através da contínua e quotidianamente repetida comunicação e partilha de um conjunto de informações sobre a cidade, que configuram, assim, determinada representação social do espaço urbano.

Originárias, nomeadamente, na interação social quotidiana urbana, as representações sociais contribuem, então, para a construção de realidades coletivamente significantes, como os centros das cidades, no entendimento do espaço (social) urbano

como produtor e produto do próprio espaço, onde a atividade social e respetiva interação com esse espaço urbano, contribui para construir, reproduzir e modificar, continuamente, a leitura simbólica e espacial dessa cidade.

A formação de um conjunto de imagens principais sobre esse lugar, no quadro da construção das perceções territoriais dos lugares e da nossa relação com eles, é o resultado de uma produção histórica sempre em transformação e consubstancia um processo de espacialização social dos significados urbanos. Esta capacidade social dos indivíduos para se apropriarem de elementos físicos e simbólicos, atribuindo significações determinadas a lugares determinados, pode conferir a esses lugares do espaço urbano uma identidade de lugares centrais para a sociabilidade urbana, que o processo de construção das economias de aglomeração, através da densificação de atividades e serviços nesses lugares centrais da sociabilidade urbana, reconverte em determinado padrão de configuração do espaço.

Este padrão e esta estrutura da rede e da morfologia do espaço urbano assim construída, ligando os edifícios construídos de uma cidade, suscitam determinados usos de ocupação funcional do espaço urbano, atraindo, nomeadamente, atividades concorrenciais em mercado livre. Este processo de diferenciação espacial e especialização funcional que determinada configuração e morfologia urbana acentuam, aprofunda-se com o urbanismo corbusiano que, aplicando, nas suas políticas urbanas monofuncionais, a centralização espacial da gestão das atividades produtivas e a centralização espacial de certas atividades de serviços, viabiliza a constituição de uma área administrativa e comercial nas grandes aglomerações urbanas, que se torna objeto de intensa disputa territorial, no quadro de determinada dinâmica de ocupação funcional do espaço urbano e de determinada dinâmica de organização ecológica do espaço urbano.

Esta área administrativa e comercial, originada pela dinâmica do fenómeno centralidade urbana, integra um sistema de lugares que, no plano da oferta de bens e serviços, encontra, na ordem de importância dos bens e serviços oferecidos nesses centros (em que os lugares de hierarquia mais elevada são os lugares onde se localizam os bens de maior raridade no ponto de máxima acessibilidade intraurbana), a medida da sua centralidade. Assim, a centralidade é um fenómeno social total de incidência urbana, um fenómeno dinâmico onde se cruzam as diversas dimensões da vida social, é o produto da ação conjugada de diferentes estruturas numa determinada sociedade e suas determinações numa determinada época histórica.

No entanto, analisar a centralidade urbana enquanto totalidade não significa analisar todas as suas dimensões e aspetos relacionais. De facto, só nas circunstâncias em que as unidades sociais de análise têm dimensões restritas é possível, como refere Raymond Boudon, “ter como ideal atingir a ‘totalidade’ da realidade social, no sentido de inventariar esta realidade de uma maneira exaustiva” (Boudon, s/d: 38), porque “existe um conjunto de investigações onde a ideia de totalidade pode ter um significado relativamente preciso, seja porque o objeto possa ser considerado como exaustivamente inventariável, seja por ser concebido como um sistema, mas existem outras onde a ideia de totalidade não desempenha manifestamente nenhum papel, nem tem utilidade alguma” (Boudon, s/d: 40). A noção de centralidade, enquanto facto social total num processo de mudança historicamente determinado, constitui, assim, uma proposta de abordagem deste fenómeno social urbano, que determinada escolha seletiva de diferentes perspetivas disciplinares permite operacionalizar.

Compreender o processo da centralidade intraurbana nas cidades industriais capitalistas modernas, implica, então, teoricamente, uma reflexão no contexto dos contributos provenientes de diversas perspetivas disciplinares indispensáveis para a compreensão da organização e do ordenamento dos espaços urbanos e implica, também, num entendimento teórico-metodológico racionalista da investigação científica, o desenvolvimento de procedimentos de carácter multidisciplinar, através da sobreposição dessa heterogeneidade de perspetivas (que mantêm a sua especificidade e as suas próprias conclusões) sobre o mesmo objeto de estudo: a centralidade urbana definida, enquanto fenómeno social total, pela diversidade e densidade das relações sociais e pela aglomeração de recursos culturais, políticos ou do conhecimento da cidade moderna.

Apesar da significativa diversidade da dinâmica da centralidade, em termos da natureza concreta dos processos de constituição e de afirmação dos centros e dos específicos momentos temporais em que esses processos ocorreram, foi, essencialmente, no quadro dos processos de construção das modernas cidades industriais que essas realidades urbanas se constituíram, nomeadamente ao longo do século XIX. Era o período do capitalismo liberal de concorrência, com um regime de acumulação extensivo até sensivelmente meados do século XIX, que correspondeu ao grande desenvolvimento da indústria têxtil e da energia a vapor, que alterou radicalmente a fisionomia tradicional dos territórios e que construiu a cidade industrial moderna, pela destruição da cidade pré-industrial, plurifuncional e socialmente heterogénea.

Posteriormente, na transição do século XIX para o século XX e com a substituição do capitalismo industrial pelo capitalismo financeiro, assiste-se a um outro ciclo de desenvolvimento. De facto, se na estratégia de localização de atividades da época fordista assumiam particular importância as economias de escala (vantagens derivadas das reduções de custo ligadas à ampla dimensão das unidades produtivas) e as economias de aglomeração (vantagens dependentes da vizinhança espacial de uma multiplicidade de atividades), no pós-fordismo perdem importância as economias de escala, porque as estratégias de localização se apoiam numa nova realidade, as economias de diversificação: vantagens que decorrem da capacidade de uma empresa produzir uma gama diversificada de bens e serviços ou da capacidade de coordenar a sua produção de forma eficaz, independentemente da localização das unidades produtivas – situação própria das multinacionais, capazes de definir, à escala internacional, a localização das suas empresas.

Enquanto na época fordista assistimos, por isso, a uma tendência geral para a concentração das atividades produtivas em grandes polos urbanos, no período pós-fordista assistimos, não só a tendências centrípetas, mas também à manifestação de acentuadas tendências centrífugas. Estas tendências centrífugas referem-se, nomeadamente, ao desenvolvimento de atividades de produção industrial de bens de largo consumo, em unidades mais pequenas, que, preferencialmente localizadas no exterior das áreas metropolitanas, buscam aí custos de produção inferiores, nomeadamente em termos dos custos fundiários do solo urbano. Este processo de desindustrialização urbana viabilizou, no entanto, por outro lado, uma certa reafirmação das economias de aglomeração com a deslocação, para esses subúrbios, de empregos de carácter terciário, nomeadamente grandes superfícies comerciais viabilizadoras de novos quotidianos, com novas vivências culturais e urbanas.

As tendências centrípetas, por sua vez, referem-se, sobretudo, às atividades designáveis de processamento de informação, atividades terciárias mais qualificadas: serviços financeiros, serviços de consultadoria, atividades de pesquisa, atividades culturais. Para estas atividades, a localização nos centros direcionais das cidades e das metrópoles apresenta-se determinante, pela proximidade dos centros de decisão política e dos centros de pesquisa tecnológica.

Assim, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, os subúrbios metropolitanos foram sendo, progressivamente, transformados, obrigando a uma reconceptualização do fenómeno metropolitano (agora transformado em pós-

metropolitano) e, também, a uma reconceptualização (Soja, 2000) do anterior fenómeno suburbano, para traduzir o princípio do fim do ciclo urbano associado a uma organização particular do *habitat* humano, a metrópole moderna “fordista”.

Encerrar-se-ia, assim, desta forma, a partir de princípios dos anos 70, o ciclo do desenvolvimento da produção e consumo de massas e o ciclo do desenvolvimento urbano moderno de tipo fordista-corbusiano, representado pelo modelo monocêntrico em que a cidade original, consolidada, se constituía como referência identitária para a maioria dos cidadãos, dominando económica e culturalmente toda a área urbana, que integrava, também, os seus arredores suburbanos e periféricos. No seu lugar, vai surgindo uma nova entidade “that is still difficult to grasp and that as been variously defined (...) an open network with no central places, or with a plurality of ‘nodes’, not necessarily arranged in a clear hierarchical order. (...) For the sake of classificatory completeness we can call this new metropolis, (...), the third generation (or late) metropolis” (Martinotti, 1994: 7, 9 e 11).

Recentemente, a evolução na dinâmica da centralidade no período de fim de século confronta-nos com a afirmação de uma policentralidade urbana em desenvolvimento através do protagonismo das grandes cadeias de distribuição e através da difusão de novas práticas de consumo e de lazer, indissociáveis da acessibilidade automóvel familiar e individual. O aparecimento de novos centros de comércio e serviços fornece aos consumidores, não só alguns serviços e produtos de raridade que se podem encontrar no centro tradicional, mas também espaços de consumo mais adaptados à concorrência setorial, às estratégias do capital internacional e à evolução das técnicas de *marketing*, bem como à evolução da acessibilidade automóvel como modo dominante da mobilidade urbana.

Emergindo novas centralidades e novas acessibilidades no conjunto do espaço urbano, os Centros tradicionais das cidades perdem importância como lugar de referência para a leitura e vivência cívica da cidade, e deixam de ser, justamente, o lugar mais facilmente acessível da cidade e o único espaço integrador das funções comercial, financeira, político-administrativa e de lazer.

No Porto, o processo de (re)estruturação urbana, nomeadamente ao longo dos anos 80, configurou uma aglomeração urbana complexa, que assenta num processo de terciarização em que, se por um lado, acompanha o evoluir da retícula urbana do modelo difuso de urbanização e industrialização, por outro, acentua o efeito aglomerativo do núcleo duro da AMP e, em especial, da Boavista e do centro

tradicional. Igualmente relevante neste período iniciado com os anos 80, para o movimento de descentralização metropolitana do terciário, é a deslocação e a rápida expansão, para a periferia imediata do Porto, de estruturas comerciais de grandes dimensões, os hipermercados.

Estes centros comerciais suburbanos, substituindo as áreas comerciais dos centros tradicionais e constituindo-se como centros de atividade comercial, constituíram-se, também, como centros de atividade social, embora segregada. O centro comercial vai-se tornando, por isso, central, com tendência a secundarizar a cidade real, ao propor-se como referência ideal do espaço público urbano.

Tendo surgido para imitar as ruas reais da cidade real, reestruturando, constantemente, os produtos e as mercadorias, o centro comercial garante uma eficiente circulação de um grande número de bens, induzindo, no comprador, novas necessidades, distintas das necessidades reais determinadas objetivamente, mas necessidades que, articulando os aspetos materiais e simbólicos da vida social humana, vinculam o consumo e o quotidiano. Na sua condição de espaços privados e segregados, os centros comerciais substituem, assim, a sociabilidade no espaço público da rua e da praça tradicionais.

No caso da cidade do Porto, com a afirmação da nova centralidade de ocupação do solo na Boavista e com a afirmação de outras centralidades na ocupação extensiva do solo em espaços periféricos, instala-se uma dinâmica de centralidade nova, uma dinâmica de centralidade partilhada. O modelo tradicional vai, assim, dando lugar a vários centros e várias periferias, no contexto de uma área urbana inserida num espaço regional difusamente industrializado, em tensão entre a desestruturação e a policentralidade, e em que a nova dinâmica de centralidade, desenvolvida na ocupação extensiva do solo periférico, é, também, consequência de novas dinâmicas de sociabilidade urbana instaladas, nomeadamente nos novos hipermercados que vieram substituir parcialmente (trata-se de espaços de consumo monofuncionais, igualmente importantes para o lazer e o encontro urbanos, embora segregadores, pelo carácter privado do seu estatuto jurídico), o protagonismo do espaço público do centro tradicional.

A confirmação, nas últimas décadas do século XX, da constituição de uma realidade urbana integrando o Porto e os concelhos limítrofes, onde coexistem fenómenos de metropolização e de progressiva interdependência urbana, confrontou, assim, os investigadores e os decisores, com novas condições urbanas emergentes,

indissociáveis de novas práticas de vivência urbana e de consumo, através das novas modalidades de acessibilidade individual e familiar e com a necessidade de definir, para o centro tradicional do Porto, um novo protagonismo no quadro de uma policentralidade urbana supramunicipal, para que este tempo de crise, de transformação, inserido no tempo longo das cidades, pudesse ser, historicamente, cumprido.

Referências bibliográficas

- ALONSO, William (1972a [1960]), “A theory of the urban land market”, in Mathew Edel and Jerome Rothenberg (ed.), *Readings in urban economics*, New York, Macmillan, pp. 104-112.
- (1972b [1960]), “Location Theory”, in Mathew Edel and Jerome Rothenberg (ed.), *Readings in urban economics*, New York, Macmillan, pp. 16-37.
- ALVAREZ MORA, Alfonso & ROCH, Fernando (1980), *Los Centros Urbanos: hacia la recuperación popular de la ciudad*, Madrid, Editorial Nuestra Cultura.
- BOUDON, Raymond (s/d), *Os métodos em Sociologia*, Lisboa, Edições Rolim.
- CHRISTALLER, Walter (1966), *Central Places in Southern Germany*, Englewood Cliffs, New Jersey Prentice-Hall.
- DURKHEIM, Émile (1895), “As regras do método sociológico”, in Manuel Braga Cruz (org.) (2001), *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 306-307.
- GURVITCH, Georges (1979), *A vocação actual da Sociologia*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos.
- HILLIER, Bill (1999), “Centrality as a process: accounting for attraction inequalities in deformed grids”, in *Urban Design International*, Vol. 4, Issue 3-4, 107-127.
- (2002), “A theory of the city as object: or, how spatial laws mediate the social construction of urban space”, in *Urban Design International*, Vol. 7, Issue 3-4, 153-179.
- HOYT, Homer (1939), *The structure and growth of residential neighborhoods in American Cities*, Washington, United States Government Printing Office.
- MARTINOTTI, Guido (1994), *The new social morphology of cities* (policopiado), Milano, University of Milano.
- MAUSS, Marcel (1974), *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária.
- MOSCOVICI, Serge (2000), *Social representations*, Cambridge, Polity Press.
- PAIS, José Machado (2002), *Sociologia da vida quotidiana*, Lisboa, ICS.

- PARK, Robert & BURGESS, Ernest (1984 [1925]), *The City – Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*, Chicago, The University of Chicago Press.
- REMY, Jean & VOYÉ, Liliane (1994), *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento.
- SOJA, Edward W. (2000), *Postmetropolis – Critical Studies Of Cities And Regions*, Oxford, Blackwell Publishers.
- VALA, Jorge & MONTEIRO, Maria Benedita (coord.) (2002), *Psicologia social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra¹

Universidade de Coimbra

Resumo | Este artigo analisa o conflito simbólico que está a existir entre as narrativas de políticas urbanas presentes nas propagandas oficiais e nos blogues que examinam o processo de “requalificação” na cidade de Almada. A partir de uma investigação empírica foi desenvolvida uma articulação entre os conceitos de “*gentrification*” e de “espetáculo” com ênfase na ideia de “cidade imaginada” e de “cidade observada”. O suporte de observação foram os discursos veiculados por decisores políticos em *outdoors*, com imagens dos projetos de intervenção e em revistas com informações sobre a implementação de programas de reformas urbana, e também os blogues, utilizados pelos habitantes como um fórum de discussão com críticas e reflexões a respeito desse processo de transformação da cidade.
Palavras-chave: Requalificação; Narrativas; Conflito simbólico.

Abstract | *Advertisements and blogs as narratives of urban policies*
This article examines the symbolic conflict that exists in the narratives of urban policies in the official advertisements and in the blogs that examine the process of “requalification” in Almada’s city. Starting from an empirical investigation, an articulation between the concepts of “gentrification” and “spectacle” was developed with emphasis on the idea of “imagined city” and “observed city”. The support of observation were the discourses conveyed by policy makers on billboards with pictures of intervention programs and in magazines with information on the implementation of urban reform programs and also blogs, used by residents as a discussion forum with criticisms and reflections about this process of transformation of the city.
Keywords: Requalification; Narratives; Symbolic conflict.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (Ceará, Brasil) e pós-doutoranda do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal), bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). *E-mail*: lane.bezerra@hotmail.com.

Resumé

Les publicités et les blogs comme des récits de politiques urbaines

Cet article examine le conflit symbolique qui existe dans les récits des politiques urbaines dans les annonces officielles et dans les blogs qui examinent le processus de “requalification” dans la ville d’Almada. D’une enquête empirique a été développé une relation entre les concepts de la “gentrification” et le “spectacle” avec un accent sur l’idée de “ville imaginaire” et de “ville observé”. Le soutien de l’observation étaient les discours véhiculés par les décideurs politiques dans les panneaux publicitaires avec des photos de programmes d’intervention et dans les magazines avec des informations sur la mise en œuvre des programmes de réforme urbaine, et aussi des blogs, utilisés par les résidents comme un forum de discussion et les critiques réflexions sur ce processus de transformation de la ville.

Mots-clés: Requalification; Récits; Conflits symboliques.

Resumen

Los anuncios y los blogs como narrativas de las políticas urbanas

En este artículo se analiza el simbólico conflicto que hay entre las narrativas de las políticas urbanas en los oficiales anuncios y en los blogs que examinan el proceso de “rehabilitación” en la ciudad de Almada. A partir de una investigación empírica fue desarrollada una articulación entre los conceptos de la “gentrification” y del “espectáculo”, con énfasis en la idea de “ciudad imaginada” y “ciudad observada”. El apoyo a la observación fueron los discursos transmitidos por los responsables políticos en las vallas publicitarias con imágenes de los programas de intervención y en las revistas con información sobre la aplicación de los programas de reforma urbana y también a blogs, utilizada por los residentes como un foro de discusión con las críticas y reflexiones acerca de este proceso de transformación de la ciudad.

Palabras-clave: Rehabilitación; Narrativa; Simbólicos conflictos.

Almada Terra Pensada. Terra Amada,

Almada Nascente. Cidade da Água.

O Ontem pensado o amanhã desejado.

(Texto difundido em propagandas da
Câmara Municipal de Almada).

*Este país e esta Almada são um
colosso!*

Anda tudo a fazer pouco, da gente!

(Frases publicadas no final dos textos do
blogue *Triângulo da Ramalha*).

Introdução

As epígrafes acima apresentam narrativas divergentes no contexto da definição de políticas urbanas. Essas descrições fazem sentido no âmbito dos diferentes discursos e imagens referentes a processos de intervenção nas cidades. Denominados pelos decisores políticos como “projetos de requalificação”, esses planos são executados especialmente em centros históricos, em áreas “degradadas” ou em antigas zonas industriais e se baseiam, predominantemente, na construção de novas edificações e nas apropriações do espaço urbano como lugar de contemplação e de lazer.¹

No contexto urbano atual, a divulgação de propagandas oficiais desses planos de intervenção em *outdoors*, em revistas e em eventos com a apresentação de maquetes de visualização tridimensional, para além de informar, está a revelar processos sociais pertencentes à própria cultura urbana contemporânea.² São narrativas que estão a difundir uma conceção de política urbana assente na valorização estética da arquitetura por meio do planeamento estratégico.³ Porém, a propagação da ideia de transformação no espaço urbano, como forma de estabelecer novos usos e apropriações tem gerado muitas polémicas entre os discursos dos políticos e dos “praticantes”⁴ da cidade. Está a existir um certo conflito simbólico no tocante à definição do processo de requalificação urbana em diferentes meios de comunicação social.

No campo dessa “disputa” a respeito da definição de políticas urbanas atuais destaco o antagonismo entre as narrativas das propagandas oficiais e dos blogues sobre as cidades. Estes meios de comunicação manifestam diferenças na descrição de um mesmo fenómeno. Enquanto as propagandas oficiais são utilizadas pelos decisores

² Alguns estudos revelam que esse fenómeno refere-se ao aumento das políticas de património como parte do planeamento estratégico para expandir o mercado de captação de recursos (Fortuna, 1997; Leite, 2004; Ferreira, 2005; Arantes, 2009; Peixoto, 2009).

² Para alguns críticos dessa multiplicação de projetos de intervenção urbana, como o antropólogo Franco La Cecla (2011), a estética se sobrepõe às necessidades dos utilizadores dos espaços urbanos. Nas palavras desse autor, “nunca como hoje a arquitetura esteve tão na moda”. Para Neil Leach (2005), a arquitetura encontra-se comprometida com o lado estético e “tudo se resume a imagens”.

³ O plano estratégico é inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planeamento empresarial e, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos em razão das cidades serem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. É definido, também, como um projeto de urbanidade que se baseia na competição entre cidades e na mobilização e cooperação de diferentes atores sociais urbanos (Sánchez, 2003, 1999; Borja & Castells, 1997; Bouinot & Bermils, 1995).

⁴ Michel de Certeau (1994) define como “praticantes” os utilizadores do espaço que, na condição de consumidores, imprimem marcas pessoais e sentidos para além das determinações arquitetónicas.

políticos para divulgar a ideia da intervenção urbana como uma boa estratégia para o desenvolvimento da urbe, os blogues são usados pelos habitantes como um fórum de discussão com críticas e reflexões a respeito desse processo de transformação da cidade. Estes fornecem pistas de como os discursos dos agentes envolvidos nos projetos de transformação, especialmente dos decisores públicos e dos arquitetos, são compreendidos pelos utilizadores dos espaços urbanos.

Adotei essa temática como objeto de pesquisa a partir da observação de *outdoors* com imagens dos projetos de intervenção na cidade de Almada, em Portugal, e do exame de diferentes blogues que criticam esses planos.⁵ O referencial empírico para esta reflexão foram também revistas, distribuídas pela Câmara Municipal de Almada, com informações que visam apresentar, divulgar e explicar a implementação de programas de reformas urbana.

Os decisores políticos de Almada estão a apresentar diversos planos de intervenção, tendo retido, para a reflexão que elaboro neste artigo, dois projetos. O primeiro é denominado *Almada Nascente Cidade da Água*, elaborado por um consórcio de três ateliês de arquitetura: Atkins, Santa Rita Arquitectos e Richard Rogers Partnership. Esse plano está contemplado no projeto de urbanização “Arco Ribeirinho Sul” e as suas imagens têm sido amplamente divulgadas nas principais avenidas de Almada. O segundo programa analisado foi *Almada a um metro do futuro*, que corresponde à instalação de uma linha de metropolitano de superfície (Metro Sul do Tejo – MST), que está integrado no plano de requalificação do Largo de Cacilhas (Largo Alfredo Dinis). Essa obra, bastante noticiada nos meios de comunicação, foi inaugurada em novembro de 2008.

Após a identificação e uma criteriosa avaliação dos blogues que discorrem a respeito da cidade de Almada, a seleção de *Emalmada* e *Triângulo da Ramalha*, como referência às reflexões deste artigo, obedeceu aos seguintes critérios: tecer comentários sobre os projetos de intervenção na cidade de Almada e não assumir vínculos com partidos políticos.

⁵ Almada, no início dos anos 2000, tornou-se a sexta cidade mais populosa de Portugal, com cerca de 160 mil habitantes. Pertence ao distrito de Setúbal e está subdividida nas freguesias de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Pragal, Laranjeiro, Feijó, Caparica, Charneca da Caparica, Costa da Caparica, Sobreda e Trafaria. Está limitada a leste pela cidade do Seixal e a sul por Sesimbra. Possui uma longa costa a oeste para o Oceano Atlântico e a norte e nordeste abre-se para o Estuário do Tejo em frente aos municípios de Lisboa e de Oeiras.

Partindo da premissa de que a relação entre imagem e texto constitui um melhor significado para a comunicação (Chaplin, 1994), o suporte de análise para o entendimento dessa problemática foi um exame das descrições e das representações gráficas presentes nas propagandas dos projetos *Almada Nascente* e *Almada a um metro do futuro* e nos blogues *Emalmada* e *Triângulo da Ramalha*.⁶

Com base nessa investigação empírica, este artigo apresenta a seguir uma articulação entre os conceitos de “*gentrification*” e de “espetáculo”, a partir de estudos da Sociologia Urbana e da Arquitetura. A ênfase para essa reflexão recai na ideia de “cidade imaginada” e de “cidade observada”. Em seguida, são expostas, como suporte de observação, algumas narrativas das propagandas oficiais e dos blogues referentes à política urbana na cidade de Almada. Por fim, teço algumas considerações sobre os conflitos presentes nos discursos veiculados por decisores políticos *versus* autores dos blogues, sendo relevante assinalar que estes últimos se autointitulam como “observadores da cidade”.

Destaco, ainda, que a opção da cidade de Almada como objeto de estudo não distancia esta análise de apreciações mais amplas sobre as narrativas de políticas urbanas a partir da divulgação de projetos de requalificação em outros contextos. O desafio aqui proposto foi o de investigar o conflito simbólico que está a existir entre as propagandas oficiais e os blogues enquanto diferentes compreensões das políticas de intervenção nas cidades.

1. A cidade requalificada

No âmbito dos estudos urbanos contemporâneos há um amplo debate a respeito dos conceitos que explicam o processo de transformação urbana comumente designado por “requalificação”. A socióloga britânica Ruth Glass, em *London: aspects of change* (1964), foi pioneira na conceitualização desse processo ao adotar o termo *gentrification*. “Glass identified gentrification as a complex urban process that included the rehabilitation of old housing stock, tenurial transformation from renting to owning, property price increases, and the displacement of working-class residents by incoming middle classes” (Less, Slater e Wyly, 2008: 5).

⁶ Por estarem em causa as observações de um processo de requalificação urbana a partir de meios de comunicação, o presente artigo não se centra na análise da questão do espaço público virtual.

Entretanto, a preponderância de numerosas práticas de “enobrecimento” urbano com características distintas fez emergir outras formas de conceitualização.⁷ Para autores como Harvey (1992), Featherstone (1995) e Jameson (1997), a espetacularização da arquitetura e a utilização do espaço como mercadoria é uma expressão pós-moderna de planeamento das cidades.

Para Harvey (1992), a diferença entre a arquitetura modernista e a pós-modernista está nos planos: enquanto os modernistas desenvolviam planos urbanos em larga escala, os pós-modernos recortavam a cidade, viam o tecido urbano como algo fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas, superpostas, uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais eventualmente efêmeros. Ou seja, o projeto urbano pós-modernista ambiciona apropriar-se das tradições vernáculas e das histórias locais, ou mesmo “dos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetónicas especializadas (...) que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional” (Harvey, 1992: 69).

Um exame sucinto da história da arquitetura contemporânea nos permite perceber que o modernismo não contemplava esse modelo de “personalização” e “espetacularização” arquitetónica que caracteriza as intervenções urbanas atuais. Nesse sentido, o arquiteto italiano Aldo Rossi, em 1966, já afirmava que o projeto modernista “matou” as cidades, tornando-as “internacionalizadas” e fazendo com que o cidadão perdesse todas as suas referências de identidade numa cidade homogénea. Esse “estilo internacional” – termo introduzido por Henry-Russell Hitchcock e Philip Johnson, em 1932 – tem sua origem relacionada com a construção do Bairro Weißenhof, em Estugarda, na Alemanha, em 1927. Vale salientar que a grande divulgação dessa obra de urbanização projetada por Ludwig Mies van der Rohe e realizada por um grupo de arquitetos internacionais, incluindo nomes como Peter Behrens, Walter Gropius e Le Corbusier, impulsionou a organização, pela primeira vez em 1928, dos *Congrès*

⁷ Rubino (2003; 2009) denomina essa prática, no Brasil, como “enobrecimento urbano” e explica que esse léxico deixou de ter um significado descritivo para tornar-se uma categoria analítica. Leite (2004; 2009) opta por não traduzir esse conceito e classifica como *gentrification* um tipo específico de intervenção que modifica a paisagem urbana por meio de um forte apelo visual, adequando-a às demandas de valorização imobiliária, de segurança, de ordenamento e de limpeza urbana. O autor português Paulo Peixoto (2009) informa que os vocábulos *requalificação* e *reabilitação urbanas*, estando enquadrados por uma retórica pluridisciplinar, adquirem alguma ambiguidade e oscilam entre o caráter descritivo e analítico do seu significado. Fortuna (1997) denomina como “destradiconalização” as intervenções urbanas contemporâneas que se voltam para a revalorização da cultura e do património com vista à adequação das cidades no contexto de “concorrência intercidades”.

International d'Architecture Moderne (CIAM). Esse evento, que pode ser definido como um marco da arquitetura moderna, contou, até ao ano de 1956, com dez versões, e teve como principais temas: “a habitação mínima”, “a arquitetura racional” e “a cidade nova”. O betão, o aço e o vidro foram os elementos que mais contribuíram para a internacionalização da imagem das cidades e dominaram o desenvolvimento arquitetónico até ao final dos anos 1960.

A rutura com esse *international style* tem como marco simbólico a polémica exposição *Strada Novíssima* na Bienal de Veneza de 1980. Com o subtítulo “A presença do passado”, a mostra fez um apelo à história com um destaque para a frase: “É de novo possível aprendermos com a tradição e vincularmos nosso trabalho à finura e à beleza do passado.” Ressalto que a importância histórica desse evento foi expor pela primeira vez a arquitetura pós-moderna, que se distinguia por uma crítica à “universalização das formas”.

A emergência dessa tendência na arquitetura tem dois nomes que se destacam: o estado-unidense Richard Venture, autor de *Complexity and Contradiction in Architecture*, publicado em 1966, e *Learning from Las Vegas*, de 1972⁸; e o italiano Aldo Rossi, autor de *L'architettura della città*, publicado em 1966, traduzido para o português em 1977. Nos livros, assim como na obra de Venture, encontramos um apelo à valorização da arquitetura vernácula ou mesmo ao *kitsch*. Para esses autores, os gostos estéticos das pessoas deveriam ser respeitados.

Porém, como informa Harvey (1992), o problema é que o gosto não é uma categoria estética. Segundo esse autor, “o capital simbólico só se mantém como capital na medida em que os caprichos da moda o sustentam” (Harvey, 1992: 82). Assim, os processos de *gentrification* são favorecidos por “forças poderosas” que estabelecem novos critérios de gosto para a cidade. Atualmente está na moda a “recuperação da história”, muitas vezes em forma de monumentos espetaculares, simulacros ou pastiches. Nas palavras de David Harvey: “Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares tornou-se um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período de competição interurbana e de empreendimento urbano intensificados” (Harvey, 1992: 92). Para Zukin (1995), esse

⁸ Ambos os livros estão disponíveis em português com os títulos: *Complexidade e Contradição em Arquitetura* (2004), editora Martins Fontes, e *Aprendendo com Las Vegas* (2003), editora Cosac & Naify.

modelo arquitetónico caracterizou-se por uma transformação do espaço vernacular em paisagem de poder.

A apresentação dos processos de “requalificação” de Almada é exemplar da adoção desse paradigma. Por meio do *slogan* “O ontem pensado, o amanhã desejado”, os decisores políticos dessa cidade estão a apresentar projetos de renovação que se destacam pela revitalização de zonas históricas, retorno ou construção de réplicas de monumentos antigos e transformação de áreas degradadas em zonas de contemplação para atrair turistas e visitantes.

O arquiteto Rem Koolhaas (2006) critica a visão historicista herdada dos pós-modernistas e apoiada por alguns decisores políticos. Para esse autor, as intervenções que as urbes vivenciam atualmente estão levando à construção de uma “cidade genérica”. Nesse novo modelo de cidade nem sempre o passado se reflete no futuro: a urbe está a emergir com uma “nova identidade”.

Nesse contexto, a “cidade imaginada” é projetada por meio de políticas de “requalificação” e apresentada em revistas, fóruns e *outdoors* de forma fragmentada. Como é típico do paradigma de arquitetura pós-moderna, são ruas, margens de rios, praças ou centros históricos que são redesenhados com linhas e cores que os tornam mais “belos”. A partir das palavras de Debord (1997), é possível afirmar que estamos a vivenciar a “sociedade do espetáculo”, em que a imagem vem substituindo a realidade. Nesse sentido, tudo é instantaneamente relacionado à imagem e à mercadoria, inclusive os novos espaços urbanos.

O arquiteto Neil Leach (2005), por meio de uma profunda crítica ao “mundo embriagante da imagem” (Leach, 2005: 83), afirma que a estética da arquitetura pode transformar-se na anestésica ou anestesia da arquitetura. O mais grave, como é salientado por esse autor, é que “questões arquitetónicas com ramificações importantes a nível social e político são frequentemente decididas apenas numa base estética” (Leach, 2005: 53).

É exatamente este desfasamento entre a cidade dos “praticantes” e dos projetos que vem gerando um conflito simbólico. As imagens de planos arquitetónicos e também os espaços da cidade requalificados estão a ser “consumidos”, muitas vezes, a contragosto (Barreira, 2007; Bezerra, 2009; Leite, 2004). Nessa disputa, que tem os meios de comunicação como cenário, os novos espaços são apresentados de forma espetacularizada e são analisados, questionados e criticados nos blogues. É um cenário de conflito entre as narrativas da “cidade imaginada” e da “cidade observada”.

2. A cidade imaginada

Os argumentos explicitados nas propagandas da Câmara Municipal de Almada para justificar as transformações na cidade baseiam-se nos seguintes indícios: uma articulação com o estuário do Tejo e o incremento das suas complementaridades com Lisboa; a transformação de espaços de trânsito automobilístico em áreas pedonais para fins de lazer; a implementação de equipamentos turísticos, culturais e de investigação; a preservação do meio ambiente; e o aproveitamento das antigas estruturas industriais. Como pode ser visto a seguir, os projetos *Almada Nascente* e *Almada a um metro do futuro* são, recorrentemente, apresentados como planos que irão contribuir para a construção de uma “nova cidade”. Esta ideia do “futuro” também é perceptível nas imagens que projetam um novo estilo arquitetónico a ser construído na margem Sul do Tejo.

O exame das representações gráficas, presente nas publicidades, permitiu perceber que, antes dos novos “lugares” se consolidarem, a divulgação dos planos arquitetónicos está a desempenhar o papel de apresentar aos potenciais utilizadores os espaços projetados, e também está a ser utilizada pelos decisores públicos como uma figura de linguagem que fetichiza a estética da arquitetura e a transforma num meio de manifestar uma ideia de cidade e de uma política urbana.

Na edição de novembro de 2008 da revista *Almada informa* são apresentadas algumas simulações da futura “Cidade da Água”, acompanhadas de um texto com a seguinte explicação a respeito do *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*: “Este projecto tem como objectivo reabilitar um conjunto de terrenos da Margem Sul do Tejo outrora ocupados por grandes instalações industriais, agora desactivadas, como é o caso da Lisnave, da Siderurgia Nacional e da Quimiparque.”

A análise das representações gráficas desse projeto revelou a busca de um ordenamento e de uma disciplina no espaço urbano. Esse facto pode ser notado nas imagens que apresentam uma perfeita sintonia entre as pessoas, os automóveis, os transportes públicos e os espaços “reabilitados”. O aspeto de *gentrification*, perceptível em diversas figuras do projeto, é decorrente, também, da inexistência de ocupações irregulares nos espaços públicos (Figura 1).

Figura 1 – Projeto “Almada Nascente Cidade da Água”



Fonte: Revista *Almada Informa*, Nov. 2008.

É importante enfatizar que os projetos apresentam uma valorização da permanência, ou mesmo ao retorno, de alguns elementos da paisagem do passado da cidade. Como, por exemplo, a permanência do guindaste do antigo estaleiro naval da Lisnave, do retorno do Farol e da construção de uma réplica do Chafariz de Cacilhas. A valorização desses elementos, por parte do poder público, pode ser interpretada como uma ideia de que a história e a memória da cidade devem estar fixadas nas edificações. Ressalto, ainda, que os monumentos passam a ter um sentido exclusivamente estético e podem ser definidos como estratégias para a construção de ícones da cidade de Almada por meio do enaltecimento de símbolos emblemáticos.

Dentre as diversas matérias publicadas na revista da Câmara Municipal de Almada, em que é descrito passo a passo o processo de construção das linhas do Metro Sul do Tejo (MST), selecionei as edições dos meses de abril, maio e outubro de 2008. A matéria de abril de 2008, intitulada “Espaço moderno e funcional: largo de Cacilhas recebe terminal MST”, descreve a construção do terminal do MST em Cacilhas como um processo de “requalificação”. Classificando-o como o “novo” Largo Alfredo Dinis, a matéria explica que o terminal proporcionara um acesso mais “rápido e confortável” entre o barco e o metro e acrescenta que o “trânsito será disciplinado” (Figura 2).

Figura 2 – Projeto “Estação Terminal do Metropolitano”



Fonte: Revista *Almada Informa*, Abr. 2008.

Na revista de maio de 2008 há uma explicação do projeto *Almada a um metro do futuro* por meio de uma matéria cujo título é: “Uma cidade que se renova”. De forma resumida, há um destaque para as transformações da cidade, afirmando que “aos poucos, almadenses e visitantes começam a usufruir dos novos espaços que vão sendo concluídos. Passeios mais largos, novas árvores e novo mobiliário urbano renovam a cidade”.

Na edição de outubro de 2008 há um destaque para a “nova” praça da Portela que irá nascer em decorrência das obras do MST. Neste sentido, é afirmado que “a praça da Portela, no centro da freguesia do Laranjeiro, vai ser totalmente requalificada”; a “nova” praça ficará dotada de “novas árvores, novo mobiliário urbano e novo pavimento”. A matéria é concluída com a informação de que “a água será um importante elemento, com uma fonte que proporcionará frescura a este novo espaço público”.

Outro objetivo dos decisores políticos de Almada é um apelo à diminuição do trânsito automobilístico e à preservação do meio ambiente, como pode ser visto nas narrativas dos *outdoors* que divulgam o projeto *Almada a um metro do futuro*. As publicidades do MST estabelecem uma relação entre a palavra “metro” de *metropolitano* e a unidade de medida, fazendo nesse caso uma referência ao encurtamento de distâncias dentro da cidade: “Almada a um metro das compras”, “Almada a um metro do trabalho”, “Almada a um metro de tudo” ou “Vais ter um amigo no metro, um amigo do ambiente”.

Outro dado importante refere-se à “renovação” e “qualificação” dos visitantes e especialmente dos residentes. Esse facto está presente nos discursos que se referem à implementação de equipamentos culturais voltados para o conhecimento, como museus, universidades e centros de interpretação. As narrativas das propagandas oficiais assinalam para a “cidade imaginada” a construção de novos espaços para o lazer, o turismo e as “indústrias criativas” como justificativa para as transformações humanas e espaciais.

3. A cidade observada

Se, nas propagandas oficiais, a política urbana de Almada é narrada por meio de uma valorização dos projetos de requalificação que beneficiam o turismo e o meio ambiente e, também, pela implementação de grandes obras, como a instalação do metropolitano, que, por sua vez, é associada à modernização e ao futuro, nos blogues as iniciativas urbanísticas da Câmara Municipal são narradas mediante críticas e ironias aos diversos planos de intervenção.

A partir de uma rigorosa leitura nos blogues *Emalmada* e *Triângulo da Ramalha*, com publicações desde janeiro de 2007, identifiquei como ponto de partida para entender a relação entre esse meio de comunicação e as narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada os seguintes conteúdos: desaprovações ao planeamento estratégico e à opção da Câmara Municipal pelo turismo; associação dos projetos de requalificação com a destruição da cidade; definição dos Fóruns de Participação como uma mentira; identificação das propagandas oficiais como “publicidade virtual”, e críticas à política ambiental e ao MST como sendo os responsáveis pela desertificação do centro de Almada.

Os textos publicados nos blogues são acompanhados de fotografias e comentários. *Emalmada* apresenta uma maior generalidade nos assuntos abordados e insinua a falta de oposição à atual administração, enquanto que o *Triângulo da Ramalha* tem como foco de suas críticas o MST e as consequências das obras de instalação do metropolitano para a cidade. Como fonte de interpretação para o entendimento do conflito entre as narrativas de políticas urbanas selecionei, a seguir, algumas publicações relacionadas aos temas mais recorrentes em ambos os blogues.

Um dos principais aspetos desse meio de comunicação são as críticas à execução dos planos de requalificação e a associação desses projetos à destruição da cidade, como

pode ser lido nesse texto de julho de 2010, do blogue *Emalmada*: “Quando os autarcas de Almada falam em ‘requalificação’, estão a referir-se à destruição (...). As pessoas desistiram de vir a Almada graças à ‘requalificação’ parva a que a cidade foi sujeita com a criação física de obstáculos à mobilidade e acessibilidades. Almada está morta.”

O texto intitulado “O Pacote de Visão Estratégica da CMA”, publicado em outubro de 2007, no blogue *Emalmada*, faz uma crítica à divulgação dos projetos de intervenção que visam “redesenhar” a cidade. O autor defende a existência de um descaso por parte da Câmara, gerando uma degradação, para, em seguida, surgirem diversos planos relacionados a um melhor futuro por meio do planeamento estratégico. “Em... Almada é preciso esta Câmara não ter vergonha para aparecer agora a intoxicar os almadenses com tantos projetos para o futuro, quando em 30 anos de gestão deixou o concelho degradar-se e perder competitividade turística.” Os projetos, inclusive o *Almada Nascente Cidade da Água*, são definidos como muita “visão estratégica” e “muito fogo de vista (*sic*) em tão pouco tempo, depois de 30 anos de miopia política urbana, imobilismo e de vazio de ideias para requalificar e desenvolver essas zonas e o concelho”. Alguns comentários a esse texto acusam ilegalidades no planeamento urbano.

O tema do turismo é focado no blogue *Emalmada* em associação à questão do planeamento estratégico; são feitas abordagens sarcásticas como nessa publicação de dezembro de 2010, intitulada “O Turismo Maravilha da Câmara de Almada“. Esse assunto é também relacionado à “propaganda virtual”, especialmente quando se refere à venda de uma imagem que não existe na cidade, como pode ser visto nessa publicação de agosto de 2010: “Em...Almada a falta de vergonha dos autarcas leva-os a vender gato por lebre a incautos, através de propaganda artificial, falsa e enganadora.” Muitos textos deste blogue chamam a atenção dos leitores para que não confundam a “imagem virtual”, apresentada nas propagandas oficiais da CMA, com o estado e as imagens reais da cidade. Esta acusação pode ser lida numa publicação de outubro de 2007, intitulada “Vendedores de Ilusões”:

“Em...Almada vive-se um período de alta excitação municipal com a apresentação de vários projectos... projectos... planos... planos e mais projectos que se arrastam há muito no tempo e que têm provavelmente, o único objectivo de fazer os almadenses esquecerem o fracassado projecto MST, liquidatário da cidade de Almada.”

Numa publicação de fevereiro de 2011, com o título “A conversa fiada ...de sempre”, o autor denuncia que os projetos de requalificação não apresentaram bons resultados, como pode ser visto nesta afirmação: “Estranhamente, ainda há quem acredite na mesma conversa da treta da CM, quando fala em requalificação”; o texto ironiza o facto de haver pessoas que acreditam no discurso dos decisores públicos a respeito desse tema: “Muitas pessoas parece que não sabem ou fingem não saber no que deu o trabalho da ‘requalificação urbana’ levado a cabo pela mesma gente da autarquia em Almada centro”.

Sobre os Fóruns de Participação, alguns textos relatam que esta iniciativa não está a cumprir o papel de ouvir as sugestões dos utilizadores do espaço urbano. Em tom de denúncia, a publicação de fevereiro de 2011, intitulada “A mentira total”, explica que o editorial “Almada Território de Participação”, da revista *Almada Informa* do mês de fevereiro, defendendo a participação nos fóruns, é uma inverdade. Segundo o autor do blogue *Emalmada*, que classifica essa revista como “Pasquim Municipal”, não há diálogo nas reuniões, havendo, inclusive, represálias aos participantes que emitiam opiniões divergentes das ideias dos decisores públicos: “quem participou de algum fórum sabe que isso é mentira pois eles não ouvem a população (...). Os almadenses não esquecem os insultos de que foram alvo quando qualquer um criticava as opções da presidente ou do executivo ou opinava de maneira diferente do poder instalado”.

Quanto à política ambiental, esta surge nos blogues por meio de textos, imagens e comentários associados aos projetos de intervenção na cidade. Algumas publicações denunciam também a falta de limpeza em algumas zonas de Almada, a falha no cuidado das árvores e nos jardins do Concelho e na reposição do “sistema dunar” da Costa da Caparica.⁹ Dentre os muitos textos que apresentam essas abordagens críticas, destaquei a publicação de maio de 2010, “Semana da Verdura – Semana da Lixeira”, em que relaciona os erros da política ambiental com os planos de requalificação. O texto também ironiza a opção do turismo como forma de atrair pessoas para o Concelho:

“Esqueceram-se até hoje, 26 de Maio de 2010, de fazer o corte, limpeza e aparo do matagal onde era suposto existirem pequenos canteiros a parecerem zonas devidamente cuidadas como a presidente prometeu quando vendeu aos almadenses o barrete da requalificação urbana com a chegada do Futuro, chamado MST, a

⁹ Os textos do blogue *Emalmada* que abordam essas questões estão presentes em diferentes publicações. Porém, destaco as edições de dezembro de 2010 e de fevereiro e março de 2011.

Almada. Este ‘verde lindo’, ao longo do trajecto do vanguardista MST, é para os milhares de turistas captados pela CMA admirarem e sentirem como uma autarquia defende e preserva o ambiente e ganha prémios internacionais.”

Outra acusação recorrente é o facto de a implementação do MST ter levado ao encerramento de muitas lojas. Por meio de fotografias do centro da cidade, em horário comercial, os autores denunciam a desertificação do centro e criticam as restrições ao trânsito de automóveis com a pedonalização de algumas ruas – nomeadas nos blogues como “ex-ruas”. Como pode ser visto nas imagens abaixo, as dificuldades de estacionamento levam os motoristas a estacionar em ruas pedonalizadas. A falta de segurança para os pedestres e as despesas no investimento desse meio de transporte são outras queixas registadas nos blogues (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Almada, Rua Luís de Queiroz



Fonte: Blogue *Emalmada*.

Figura 4 – Almada, Av. Dom Afonso Henriques



Fonte: Blogue *Triângulo da Ramalha*.

No blogue *Triângulo da Ramalha* essas questões são amplamente debatidas por meio de publicações cujos títulos denunciavam equívocos na política urbana, como, por exemplo: “MST obstáculo na cidade”, janeiro 2011; “O pedonal carnaval da Câmara Municipal”, fevereiro, 2011; “Outro acidente mortal”, agosto 2010; “A tormenta do comboio do futuro”, fevereiro 2010; “O comboio que desgraçou Almada”, janeiro 2010; e “O caos instala-se”, janeiro 2008. Frente a essa diversidade de textos que refletem sobre esse fenómeno, segue abaixo uma publicação de abril de 2010 intitulada “Um Comboio no DESERTO”. O texto destaca, mais uma vez, o tema da destruição da cidade:

“A Câmara de Almada, por pura cretinice municipal, subjogou todas as críticas, ideias e sugestões de almadenses e munícipes a uma orientação municipal controlada nas palas e rédeas direccionadas pela presidente da Câmara de Almada. E assim Almada foi destruída, e hoje é o deserto humano que todos os almadenses, munícipes e visitantes conhecem.”

A partir da análise das descrições dos blogues é possível perceber que seguintes expressões – degradar-se, falta de vergonha, propaganda artificial, imagem virtual, Almada está morta, destruição, obstáculo à mobilidade, requalificação parva, mentira –

podem ser interpretadas como um questionamento sobre a legitimidade das narrativas das propagandas de políticas urbanas de Almada. São classificações negativas que, ao enfatizarem o caráter virtual dos planos de transformação e os erros na execução de algumas políticas, estão a divulgar o que seriam narrativas “legítimas” e “ilegítimas” a respeito de processos de intervenção urbana.

4. As narrativas e os indícios do conflito

A ênfase nos léxicos *requalificação, reabilitar, novo, renovar, moderno, disciplinado e futuro* e nas imagens de projetos arquitetónicos, muito divulgados nas propagandas oficiais, demonstra que a descrição de cenários futuros é uma característica da política urbana difundida pelos decisores públicos na cidade de Almada. Originário do planeamento empresarial, o “método dos cenários” se caracteriza pela configuração de imagens de futuro. Em 1988, com o surgimento da Global Business Network (GBN) – empresa de prospeção criada por Schwartz e Wack –, teve início a popularização do emprego dos cenários como instrumento de gestão estratégica.

A análise de cenários implica num método estruturado para lidar com as incertezas e apoiar o planeamento empresarial. Porter (1990) define os cenários como uma visão inteiramente consistente daquilo que o futuro poderia vir a ser. Segundo esse autor, o surgimento da análise de cenários permitiu uma abordagem mais completa das incertezas que afetam o ambiente industrial e muitas empresas estão adotando esta técnica no planeamento estratégico.

No caso de Almada, a descrição prospetiva de novos espaços urbanos legítima, para os decisores políticos, a apresentação de projetos que têm como base a ideia de construção de uma cidade moderna e voltada para o futuro. Mas é exatamente essa conceção, característica do planeamento estratégico aplicado nas empresas e na administração pública, o indício do conflito simbólico entre as narrativas das propagandas oficiais e as narrativas dos blogues.

A exposição de projetos de novos espaços acompanhados de uma valorização estética da arquitetura está a ser questionada nas narrativas dos blogues. Na verdade, a “prospeção de cenários” vai de encontro à ideia de cidade para os “praticantes”. Como pode ser notado nas exposições dos blogues, as críticas assentam numa inconformidade com a idealização de futuro das propagandas oficiais. Baseando-se numa descrição dos espaços urbanos “observados”, ou seja, em áreas que se encontram degradadas, sujas ou

vazias, os autores desse meio de comunicação estão a demonstrar a existência de um conflito simbólico entre uma narrativa prospetiva e outra etnográfica.

Enquanto as propagandas oficiais explanam uma política urbana que “prediz” o futuro através da visualização de imagens que geram cenários alternativos para a realidade atual, os blogues estão a relatar uma política urbana que está a destruir a cidade, criando obstáculos à mobilidade e implementando requalificações “parvas”. Ou seja, as narrativas dos blogues manifestam uma discordância com as propagandas e consideram “ilegítima” a idealização de uma cidade requalificada, reabilitada, renovada, disciplinada e moderna.

Entretanto, é importante ressaltar que esse conflito simbólico está na base do debate em torno da relação entre a gestão urbana e o planeamento estratégico, nos moldes do projeto empresarial. Segundo essa compreensão, as cidades estão submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (Bouinot & Bermils, 1995). Nesse sentido, autores como Borja & Castells (1997) definem o planeamento estratégico como uma necessidade da gestão urbana e que os decisores públicos devem pensar a cidade como uma mercadoria a ser vendida. Foi exatamente essa ideia que fez surgir o *marketing urbano* ou *city marketing*.

Como parte desse fenómeno, diferentes cidades da América e da Europa vêm adotando esse projeto como política urbana. Assim sendo, posso concluir que as disputas simbólicas que estão a existir entre as narrativas das propagandas e dos blogues assemelham-se à disputa entre a *city* e a *polis*, descrita por Vainer (2002: 101). Para este autor, a mercantilização do espaço público está a ser contestada e “os cidadãos investidos de cidadania politizam o quotidiano e quotidianizam a política”. De um lado está a *city* ou a cidade dos decisores públicos, impondo-se como “sujeito de negócios”, ou seja, a cidade das imagens dos projetos arquitetónicos que apresentam cenários futuros; e, de outro, a *polis* ou os cidadãos.

Nesse entendimento de urbanidade são anunciados novos “produtos” para a cidade, como, por exemplo, espaços de lazer, projetos culturais e requalificação de zonas históricas. Enquanto defensores dessa conceção de gestão, Castells & Borja (1996) afirmam que os decisores políticos devem insistir na atração de investidores, visitantes e “usuários solventes”. Mas, do outro lado desse conflito, está a *polis*, ou seja, a cidade dos “praticantes” que é descrita nos blogues a partir de uma observação do espaço habitado e que busca a possibilidade da urbe como “espaço de encontro” e dos usos e práticas sociais quotidianas.

Considerações finais

Após desenvolver os objetivos propostos na introdução deste artigo, as considerações finais permitem realizar algumas ponderações a respeito da disputa simbólica entre as propagandas e os blogues enquanto narrativas de uma política urbana. O melhor percurso para esta análise é ir além do debate em torno das denúncias e críticas negativas dos blogues. É importante demonstrar que o conflito emerge da diferença entre uma descrição prospectiva ou uma descrição etnográfica da cidade.

O conflito simbólico em torno das narrativas traduz a necessidade de refletirmos sobre alguns indícios que compõem o cenário das intervenções urbanas na atualidade. Nesse sentido, os pontos de partida para entendermos as descrições das propagandas oficiais são os seguintes: primeiro, a questão da valorização estética da arquitetura, ou seja, os projetos dos arquitetos estão a ser apropriados pelos decisores políticos para apresentar a cidade “ideal”, limpa, bem planeada e com atributos de beleza e harmonia. O segundo ponto é a ideia de futuro, que está na essência dos projetos de requalificação; neste caso, as narrativas das intervenções ostentam novos espaços especialmente relacionados ao lazer, turismo e atração de novos visitantes e habitantes. Em terceiro lugar, é perceptível nas descrições oficiais a ideia da prospecção de cenários futuros, facto que revela a implementação do planeamento estratégico na gestão urbana, o que explica a existência de uma “competição entre cidades” para atrair equipamentos, empresas e “usuários solventes” e, assim, a conseqüente necessidade do *city marketing* para “vender” a nova cidade.

Quanto aos blogues, o aspeto principal a ser destacado é o processo realizado para a elaboração das críticas. Neste caso percebo que a observação participante e a descrição detalhada dos espaços urbanos, com a recolha de imagens fotográficas, são um importante caminho utilizado pelos autores desse meio de comunicação. Ou seja, está a existir um emprego de técnicas características do método etnográfico. E é exatamente essa aproximação entre os “praticantes” e os espaços urbanos, *in loco*, que fundamenta as narrativas sobre a política urbana que está a ser implementada na cidade de Almada.

Entretanto, discorrer sobre as narrativas de políticas urbanas, especificamente no tocante às intervenções na cidade, pressupõe perceber o significado das prioridades na definição dessas políticas, embora estas preferências sejam objeto de constantes conflitos simbólicos. As explanações do que deve ser mantido, modificado e construído

na urbe são inseparáveis dos diversos interesses dos atores sociais. Nesse sentido, a legitimidade das narrativas das propagandas e dos blogues está relacionada com os seus diversos protagonistas, ou seja: os decisores políticos, os arquitetos, os *designers*, os publicitários, os jornalistas e os diferentes autores e comentadores dos blogues que se autointitulam observadores da cidade.

Por fim, posso reafirmar que as descrições das propagandas oficiais, com a apresentação de espaços “requalificados”, e dos blogues, com as denúncias de uma cidade “destruída”, fazem o panorama da disputa simbólica em torno da legitimidade das narrativas de políticas urbanas. Essas exposições estão a ser produzidas em meio à tensão entre a “cidade imaginada” e a “cidade observada”.

Referências bibliográficas

- ARANTES, António (2009), “Património cultural e cidade”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 11-24.
- BARREIRA, Irllys (2007), “Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro”, in *Análise Social*, vol. XLII (182), 163-179.
- BEZERRA, Roselane Gomes (2009), *O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia” : usos e abusos num espaço urbano*, Fortaleza, Laboratório de Estudos da Oralidade – UFC, Ed. Expressão Gráfica.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (1997), *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de información*, Madrid, United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento.
- BOUINOT, Jean; BERMILS, Bernand (1995), *La gestion stratégique des villes. Entre compétition et coopération*, Paris, Armand Colin Editeur.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi (1996), “As cidades como atores políticos”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 45, Julho, 152-166.
- CERTEAU, Michel De (1994), *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*, Petrópolis, Vozes.
- CHAPLIN, Elizabeth (1994), *Sociology and Visual Representation*, London and New York, Routledge.
- DEBORD, Guy (1997), *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- FEATHERSTONE, Mike (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*, São Paulo, Studio Nobel.

- FERREIRA, Claudino (2005), *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, Carlos (1997), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta.
- GLASS, Ruth (1964), *London: aspects of change*, London, MacGibbon & Kee.
- HARVEY, David (1992), *A condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola.
- HITCHCOCK, Henry-Russell; JOHNSON, Philip C. (1932), *The International Style: Architecture since 1922*, New York, W. W. Norton & Company.
- JAMESON, Fredric (1997), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Ática.
- KOOLHAAS, Rem (2006), *La ciudad genérica*, 2.^a ed., Barcelona, Gustavo Gili.
- LA CECLA (2011), *Contra a arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- LEACH, Neil (2005), *A anestésica da arquitectura*, Lisboa, Antígona.
- LEITE, Rogério Proença (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas, Editora da Unicamp; Aracaju, SE, UFS.
- (2009), “Espaços públicos na pós-modernidade”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 187-204.
- LESS, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin (2008), *Gentrification*, New York, Routledge.
- PEIXOTO, Paulo (2009), “Requalificação urbana”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 41-52.
- PORTER, Michael (1990), *The competitive advantage of nations*, New York/London, The Free Press.
- ROSSI, Aldo (1977) [1966], *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Cosmos.
- RUBINO, Silvana Barbosa (2003), “Quando o pós-modernismo era uma provocação”, in Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, *Aprendendo com Las Vegas*, São Paulo, Cosac e Naify [Consult. a 23.05.2011]. Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha>
- (2009), “Enobrecimento urbano”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 25-40.
- SÁNCHEZ, Fernanda (1999), “Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes”, in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Campinas, n.º 1, 115-132.
- (2003), *A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial*, Chapecó, Argos.
- VAINER, Carlos (2002), “Pátria, empresa e mercadoria”, in Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (2002), *A cidade do pensamento único*, Petrópolis, Vozes, pp. 75-119.
- VENTURE, Richard (1966), *Complexity and Contradiction in Architecture*, New York, The Museum of Modern Art Press.

– (1972), *Learning from Las Vegas*, Cambridge, MA.

ZUKIN, Sharon (1995), *The cultures of cities*, Cambridge, Blackwell.

Outras fontes

BLOGUE EMALMADA. [Consult. a 20.10.2011]. Disponível em: <http://emalmada.blogspot.com>

BLOGUE TRIÂNGULO DA RAMALHA. [Consult. a 16.10.2011]. Disponível em:
<http://triangulodaramalha.blogspot.com>

REVISTA ALMADA INFORMA, Câmara Municipal de Almada.

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso¹

Universidade do Minho

Resumo | Face à tendência e apetência pós-moderna em se banalizar o banal, creio que a posição mais salvífica para superar a mediocridade mediática é a paradoxal e própria desbanalização. Como? Através do fomento de atitudes críticas sobre os valores sociais mais essenciais, preservando uma cultura que nunca pode ser mercadoria popular das massas, como defendeu a Escola de Frankfurt. Por conseguinte, proponho, com este artigo, relevar os principais critérios mediáticos para a compreensão de sociedades atuais que vivem e dependem de idolatrias populares, banais e instantâneas e interpretar as implicações das designadas novas tecnologias da comunicação para o culto de privacidades e celebridades cada vez mais globalizadas, mas imediatas e efémeras.

Palavras-chave: Banalidade; Celebridade mediática; Esfera pública; Pós-modernidade.

Abstract | *The media-instant sacredness*

Given the post-modern trend and will to trivialize the trivial, I argue the more accurate position to overcome such media-mediocrity is the paradoxical and peculiar non-trivialization. How? With a critical attitude about the most essential social values, preserving a culture that can never become merchandise, popular and fast-culture, according to the Frankfurt School. The aims of this article are: a) to identify the main criteria to understand the media field in contemporary societies that live and depend on popular and banal idolatries; b) to interpret the implications of the designated new communication technologies, useful to the cult of celebrities increasingly globalized, but also immediate and ephemeral.

Keywords: Media-celebrity; Pos-modernity; Public sphere; Triviality.

¹ Licenciado, Mestre e Doutor em Filosofia. Investigador de pós-doutoramento na Universidade do Minho (Braga, Portugal). *E-mail*: pbarroso1062@gmail.com.

Resumé

La sacralisation de l'instant médiatique

En admettant la propension et le besoin pos-moderne de banaliser le banal, je soutiens que la position la plus convenaient pour surmonter une certaine médiocrité médiatique est la paradoxale et singulière non-banalisation. Comment? À travers de une attitude critique sur les valeurs sociales les plus essentielles, en préservant une culture qui ne peut jamais devenir marchandise populaire des masses, comme l'a soutenu l'École de Francfort. Par conséquent, le but de cet article sont les suivants: a) identifier les principaux critères pour comprendre le domaine des moyens de communication de masses dans les sociétés contemporaines qui vivent et dépendent de idolâtries populaires, banales et instantanées; b) interpréter les implications des nouvelles technologies de communication pour le culte de privautés et célébrités plus en plus mondialisés, mais aussi immédiates et éphémères.

Mots-clés: Banalité, Célébrité médiatique; Pos-modernité; Sphère publique.

Resumen

Sacralización de lo instante mediático

Dada la tendencia y la propensión post-moderna de trivializar lo trivial, sostengo que la posición más sencilla para superar la consecuente mediocridad de los medios de comunicación es a través de la paradójica y peculiar no-trivialización. ¿Cómo? Con actitudes críticas sobre los valores sociales más esenciales y la preservación de una cultura que nunca puede convertirse en mercancía popular de las masas, de acuerdo con la Escuela de Frankfurt. Consecuentemente, los objetivos de este artículo son: a) identificar los principales criterios para entender el campo de los medios de comunicación en las sociedades contemporáneas que viven y dependen de idolatrías populares, banales y momentáneas, b) interpretar las implicaciones de las nuevas tecnologías de la comunicación para el culto de privacidades y celebridades cada vez más globalizadas, sino también inmediatas y efímeras.

Palabras-clave: Celebridad mediática, Esfera pública, Pos-modernidad, Trivialidad.

“A celebridade é um plebeísmo”

Fernando Pessoa

Introdução

Em fevereiro de 1968, Andy Warhol apresentou a sua primeira exposição retrospectiva internacional na galeria *Moderna Museet*, em Estocolmo. O que hoje a memória coletiva mais lembra não foi este facto, já relevante *per se*, porque se tratava já de um criador de renome na moda e na vanguarda artística, cuja obra simbolizava uma emergente sociedade de massa. O que é mais sublinhado nesse acontecimento é o que o próprio artista escreveu no catálogo de apresentação da exposição: o *slogan*/manifesto artístico “15 minutos de fama” que, segundo Warhol (*apud* Harris, 2010: 217), todos teriam direito.

Então, como hoje, nas atuais sociedades e culturas de massa, este *slogan*/manifesto parecia apelar a um tempo sem imanência, sem presente nem duração. O *slogan*/manifesto ou mera provocação de Warhol sobre a fama desbragada a almejar por todos é, ele próprio, uma expressão famosa para compreender a instantaneidade mediática que hoje, mais do que nas décadas de 1960-70, em que o artista a enunciou e a enquadrou, caracteriza os discursos mediáticos de massa.

Warhol teria dito que, no futuro (hoje?) todas as pessoas teriam fama mundial durante 15 minutos. Ora, isso foi, até ao momento, impossível e continuará a sê-lo, por mais celebridade instantânea que os *media* permitam e por mais eletrónicas que se constituam as sociedades e culturas mediáticas, como as definiu, entre outros, Ed Shane (2001: 56) ou até mesmo o visionário Marshall McLuhan (1972: *passim*), na década de 1960, em *A Galáxia de Gutenberg*. Mas o sentido da expressão de Warhol parece residir na leitura crítica que o próprio fez de uma sociedade massificada de há cerca de 40 anos, altura em que, precisamente, surgiu a Arpanet que, depois, se desenvolveria na Internet, na redentora forma de comunicação global.

Foi com o advento da Internet que o fenómeno da globalização se tornou numa atmosfera tecnológica que varreu toda a superfície terrestre, segundo Anthony Giddens (2000: 19-29) acentuando a instantaneidade e a homogeneização das vidas quotidianas: a economia, o comércio, a geografia, a cultura, os hábitos de consumo e as necessidades, a informação, o entretenimento e até a celebração do banal. Uma celebração instantânea do instantâneo, própria dos cidadãos anónimos de um tempo efémero. Cidadãos que participam no mediatismo televisivo e adquirem uma nova, repentina, descartável e notória identidade.

Há uma evidente perversidade paradoxal neste mediatismo, que surge quando a

mediocridade moral narcísica, típica da ausência de valores da pós-modernidade, acirra estes cidadãos a adquirirem essa característica identidade. E quanto mais escândalo televisivo para todos verem (por exemplo, num formato de *reality show*), mais celebridade instantânea se obtém.

Ora, esta perversidade paradoxal do mediatismo é típica de uma época pós-moderna. À letra, de uma época posterior à modernidade; de uma época que suscita estudos sobre as implicações recíprocas entre a sociedade de massa e a comunicação global. Esta é a abordagem dos estudos que levaram Giddens (2000: 22-3) a admitir que a “comunicação eletrónica instantânea não é apenas um meio de transmitir informações com maior rapidez”, pois, sendo esta uma consequência da modernidade, “a sua existência altera o próprio quadro das nossas vidas, ricos ou pobres” (Giddens, 2000: 22-3). As ditas implicações entre a sociedade de massa e a comunicação global tornam emergentes as preocupações em compreender os efeitos que as formas e os modelos de comunicação exercem nos indivíduos, nas culturas e nas sociedades. Neste domínio, a posição de Giddens sobre uma vida moderna transformada pela globalização é bastante moderada, cautelosa e descontínua no uso do conceito “pós-moderno”, pois, na introdução de *As Consequências da Modernidade*, este autor preferiu considerar que, em vez de estarmos a entrar num período de pós-modernidade, “estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão a tornar-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1996: 9). Giddens (1996: 58 e 71) admite, com mais rigor, a preponderância do papel dos *media* e dos dispositivos tecnológicos de comunicação na transformação e reformação social, cívica, cultural, educacional e política dos indivíduos, pois, criar mitos, celebridades e fãs é apanágio do campo dos *media*.

Por conseguinte, justifico a adoção da epígrafe de Fernando Pessoa, no introito, como descrição acurada da celebridade necessariamente plebeia, ou seja, popular, porque impõe um parentesco exterior com a banalidade (Pessoa, s.d.: 66-7). Só existe celebridade com banalidade, porque é a banalidade popular e grosseira que cria e sustenta a celebridade, supostamente diferente, mas idêntica, na sua essência estéril.

A ideia de modernidade que as sociedades de massa possuem é, particularmente, uma ideia decalcada do mediatismo televisivo. É como se só existisse a realidade virtual que está no ecrã de um televisor, telemóvel, computador pessoal, MP4, *tablet* ou outro dispositivo tecnológico moderno. Esta ideia de modernidade assume, por isso, o estatuto

de um “produto” ou “mercadoria” para os indivíduos, que assimilam tudo como verdade e realidade. Todavia, esta ideia de modernidade, que poderia e deveria ser reconhecida por um modo mais tradicional e cultural, é construída pelos *media*, nomeadamente pela televisão. Assim, na modernidade assiste-se a uma latente e necessária confrontação entre uma prolífera sacralidade de instantes mediáticos e uma emergente e paradoxal carência de desbanalização do próprio banal. É duplamente paradoxal: a) por ser emergente, isto é, necessariamente decorrente dos tempos modernos; e b) por ser carente nas próprias pessoas, culturas e sociedades, sendo, contudo, negligenciada ou estando no inconsciente coletivo.

No primeiro polo de confrontação, sobrevalorizam-se instantes mediáticos com referentes popularizados, conteúdos pouco exigentes e efémeros, enquadrados numa cultura de massa que valoriza, acima de tudo, o espetáculo gratuito, como é o caso dos *reality shows*, simples formatos de telenovela típicos das culturas de massa, mas muito apreciados pelo *homo videns modernus* (sujeito que contempla e que deseja) e, por isso, cultivados pelos *media*, sendo prática recorrente em Portugal, desde 2000, com o *Big Brother*. Os instantes mediáticos são espetáculos que funcionam através desta lógica de simulações e simulacros da realidade para distrair atenções, segundo Jean Baudrillard (1991: *passim*), tal como os diretos noticiosos.

No segundo polo da confrontação, o banal constitui um elemento característico da aludida cultura de massa, pelo que oriento esta abordagem para um relativo criticismo sobre as transformações superficiais (ou não essenciais) advindas da modernidade no necessário desenvolvimento crítico, cultural e moral das sociedades paradoxais: cada vez mais complexas e, por isso, menos capazes de desenvolver solidariedades e cidadanias entre as pessoas; mais informadas (ou mais “wiki-informadas” e com “wiki-conhecimentos”) e, por isso, mais incultas; mais virtualmente interrelacionadas (agora, numa vastíssima rede mundial, o ciberespaço) e menos humanamente interpessoais e tendentes à vida em comum; enfim, mais modernas e menos conscientes da banalidade que grassa nos estilos de vida e nos conteúdos mediatizados, estes últimos com mais responsabilidades na formação dos indivíduos e das massas, no cumprimento das suas funções de informação, esclarecimento, socialização e educação.

1. A fronteira pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Os novos meios tecnológicos de comunicação e informação trouxeram uma latente ambivalência às atuais sociedades e culturas de massa que deles resultam: o diferendo entre a reserva de privacidade constitucional e a necessidade social de exposição pública. Hoje, mais do que nunca, o acesso à esfera pública tornou-se democratizado e virtual. Por esta circunstância, a esfera pública é o palco privilegiado de afirmações de falsas ou pretensas identidades privadas (isto é, de um “Eu social” conveniente e estereotipado), que almejam a celebridade instantânea, mas efêmera.

Face a estas pretensões do “cidadão-mundo ciber-espacial”, a mediasfera serve para veicular tudo e todos. O protagonismo das notícias deixou de ser, por exemplo, apanágio de quem é objeto das mesmas (as celebridades, as figuras públicas, os políticos, etc.) ou de quem as produzia, os jornalistas, para se democratizar e se tornar acessível a qualquer pessoa. Verifica-se a expansão global do privado, através dos *media* (principalmente os *media* com ecrãs, porque a sociedade é iconófila) que tornam público o que é apenas banal.

2. Sacralização da mediasfera: modernidade vs. pós-modernidade

No seu conhecido *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss expressou claramente a ideia de que “é da natureza da sociedade expressar-se simbolicamente nos seus costumes e nas suas instituições; pelo contrário, as condutas individuais normais ‘nunca são simbólicas por si mesmas’”, porque estas são os elementos a partir dos quais se constrói um sistema simbólico, que não pode ser senão coletivo (Mauss, 1988: 15). Nos dias de hoje, este aspeto coletivo do simbolismo tem sofrido profundas alterações desde o ano 1950 em que Mauss escreveu estas palavras.

Segundo Adriano Duarte Rodrigues (1999: 16), Mauss procurou mostrar, ao estudar a instituição do *Potlatch* nas tribos trobriandesas, que a criação e o restabelecimento dos laços sociais dependem de um processo de troca simbólica generalizada, constituído pela obrigação de dar, de receber e de retribuir. É este dispositivo da sociabilidade que funda, também, a lógica da comunicação. De acordo com Adriano Duarte Rodrigues, Mauss descobria, no processo generalizado de troca e de circulação, um dos princípios fundamentais do vínculo social, fonte de todo o valor: o dispositivo para a gestão do valor.

Serve esta referência a Mauss para salientar a sua pertinência em situações de crise da modernidade, em que as relações de sociabilidade através das prestações sociais totais deixam, progressivamente, de existir.

Os modos de comunicação estabelecem inter-relações, formam partilhas de informações e de situações em comum, características de uma troca generalizada, de que é exemplo o caso da instituição primitiva *Potlatch* enquanto fundamento da sociabilidade. O papel desempenhado pelo sistema simbólico nas atividades de interação está ao serviço de processos de sacralização, de culto ou de celebração de pessoas, objetos, produtos e marcas. Este papel assemelha-se a muitos outros que, quotidianamente, acontecem nas sociedades contemporâneas. É um sistema que realça o valor de ritual coletivo na esfera pública mediatizada e suscita a interação e a inserção social. Por exemplo, a leitura da imprensa cor-de-rosa permite pontos de conversa consonante entre muitas pessoas.

Segundo Gilles Lipovetsky, as pessoas gostam de se reconhecer e de descobrir a sua identidade numa grande figura mitológica ou lendária, que reinterpretem em função dos problemas do momento: Édipo como emblema universal, Prometeu, Fausto ou Sísifo como espelhos da condição moderna. Hoje, é Narciso que simboliza o tempo presente (Lipovetsky, 1989: 47). As pessoas duvidam de si próprias e procuram segurança nas marcas de luxo que, no fundo, valorizam e pelas quais são valorizadas, não só aos olhos dos outros, como aos seus próprios olhos.

Max Weber, no ensaio “Ciência como vocação” (1946: 139), utilizou o conceito de “desencantamento do mundo” para caracterizar as sociedades modernas do racionalismo, considerando este processo de desencantamento do mundo consubstancial ao desenvolvimento das próprias sociedades, por um lado, e desproporcional ao processo de criação de mitos e ídolos, celebridades alimentadas por fãs de uma cultura muito popular e mediatizada, por outro. Antes de Weber, Karl Marx, no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1982: 531), compreendeu bem os sinais de uma nova iconofilia ou iconolatria, advertindo que o processo de vida material condiciona o processo de vida, política e individual, em geral. Ou seja, não é a consciência dos homens que lhes determina o ser, mas, pelo contrário, é o seu ser social que lhes determina a consciência. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, na medida em que o homem vive numa sociedade que o supera. Principalmente pelo que o próprio Marx designou por fetichismo da mercadoria, que pode ser uma figura pública considerada celebridade, como uma marca global,

desde que sejam signos de distração. O que são as mercadorias senão produtos do trabalho humano, resultantes das relações sociais entre os homens? Trabalho alienado; celebridades igualmente alienadas pelo imperialismo mediático.

O conceito de pós-modernidade, apresentado em 1979, por Jean-François Lyotard em *A Condição Pós-Moderna* (1989), sustentava a descrença nas meganarrativas da modernidade. Descrença que culminou na deslegitimação dos ideais, preceitos e regras. Na obra *O Crepúsculo do Dever – A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*, de Gilles Lipovetsky (2004), demarcam-se os mais recentes momentos históricos, que se caracterizam por justaposição.

Os valores da modernidade foram baseados na razão, para se fundar uma sociedade mais justa (construção racional do ser humano). A modernidade, período fértil em ideais (de utopia e de progresso), subordinou o indivíduo aos valores morais e às doutrinas que regiam o coletivo, impondo, por conseguinte, sacrifícios e obrigações como fontes de abnegação. Era a época da moral de caráter religioso, baseada em dogmas e mandamentos divinos típicos de sociedades morais, coercivas e regradas, mas com formas e padrões culturais estabilizados e pré-definidos.

Pelo contrário, os valores (a existir algum consistentemente) da pós-modernidade colocam em causa a utilidade social do que Immanuel Kant (2005: 65) designou por “usos públicos da razão”. Como resultado do declínio dos ideais antigos e da inexistência de usos públicos da razão ou de uma opinião pública interessada e participativa, as sociedades tornam-se vazias. É o fim da ética, para Lipovetsky, e o apogeu do narcisismo, da autonomia individual, através do uso prolífero dos novos *media*. Na pós-modernidade do domínio absoluto de formas de comunicação global, o interesse por questões públicas paradoxalmente desvaneceu. Verifica-se a crise de ideais a favor de um pragmatismo e utilitarismo do “salve-se quem puder”, porque o período é de disparidade do passado, em que nenhuma versão de progresso não só não pode ser plausivelmente defendida, como se fomentam reações contra o progresso e a evolução face a um determinado utopismo da perfeição da evolução e da expansão científica.

A pós-modernidade é o culto da sedução, notória nos discursos publicitários de massa, na medida em que se reconhece a importância da vivência imediata dos sentidos, bem como da procura de confortos e de felicidades fáceis (Lipovetsky, 2010: 81). Por isso, dedicamo-nos hoje, sem moralismos, à procura do prazer pessoal. Regemo-nos, sem escrúpulos, pelo desejo global e homogéneo. Se a pós-modernidade não é a época

do pós-dever ou de uma ética *light* e indolor, como defendeu Lipovetsky, no mínimo é a da ética hedonista, na qual predomina o imediatismo, a superficialidade, a efemeridade, a velocidade das experiências e das vivências, a informação-mercadoria ou “informação pronto-a-pensar” e “informação pronto-a-consumir”. Assim é, se notarmos na cultura e na educação, mais disponíveis e flexíveis, tornando superficiais e imediatas as relações humanas.

A problemática sobre “modernidade *versus* pós-modernidade” gira em torno do questionamento da atualidade, isto é, dos seus valores sociais, princípios morais e padrões culturais. Através deste questionamento, Lipovetsky concluiu, designadamente, pelo aprofundamento da lógica individualista (a cultura do narcisismo), pelo consumismo da condição do Homem Moderno, pela ausência de valores, pelo excesso de informações, pela falta de interesse geral em participar na esfera pública (perda de laços comunitários). Numa palavra, a atualidade caracteriza-se pelo vazio. Mas não chega a haver um vazio absoluto ou um desinteresse absoluto, isto é, um niilismo nietzscheano. O problema é que as pessoas se mobilizam em função dos seus interesses em vez de, sistemática e quotidianamente, se envolverem pelo simples dever de cidadania ou, como designou Jean-Jacques Rousseau no *Contrato Social*, pela soberania popular de uma “vontade geral”.

A pós-modernidade é, por conseguinte, uma inevitabilidade fenomenológica da própria sociedade contemporânea (Hartley, 2002: 180), cujo efeito evidente é o do enfraquecimento do ideal democrático de esfera pública. Ideal que Jürgen Habermas (1991: 219) e a Escola de Frankfurt conceberam como circunstância propícia à produção de condições políticas saudáveis e justas, porque assentava nos eixos deste movimento crítico, de inspiração marxista e de intervenção social, designadamente nas críticas ao capitalismo e à cultura de massa, ou seja, à indústria da cultura, bem como aos efeitos destes sobre os produtos (culturais) standardizados e pouco exigentes, conforme também reconheceu Giddens (2003: 455). A modernidade ou a pós-modernidade fundamentam o principal eixo crítico reivindicado pela Escola de Frankfurt: a alienação da sociedade de consumo.

Se, por um lado, a esfera pública é, como escreveu Hartley (2002: 191), a “arena em que o debate ocorre”, a “geração de ideias, o conhecimento partilhado e a construção de opinião que ocorrem quando as pessoas se reúnem e discutem”, e, por outro lado, a pós-modernidade é “uma cultura onde a promoção dos direitos subjetivos deixa sem herdeiro o dever dilacerante, onde o que é rotulado de ético é assumido como invasor,

usurpador, e de onde a exigência de compromisso está ausente?” (Lipovetsky, 2004: 17), então, podemos concluir que as sociedades e as culturas de massa não se caracterizam pela abertura de um espaço público de interesse e participação comunitária, porque não há condições para esse lugar (utópico ou em extinção) onde as ideias e a informação são partilhadas e onde as opiniões públicas são formadas como resultado da comunicação.

3. Sacralização do instante mediático

A celebridade só é valorizada ou colocada em causa em sociedades tipificadas pela massificação mediática, onde a procura existencial e coletiva por novas identidades ilusórias é relevante para as necessidades que a própria sociedade cria nos indivíduos e, ao mesmo tempo, lhes apresenta os modos consumistas de as satisfazer. Por conseguinte, trata-se de uma celebridade do instante mediático fabricada pela mediasfera, porque esta mediasfera é massificadora de interesses, motivações, gostos, necessidades, hábitos e consumos mediáticos.

A celebridade é mais o produto da função de espetáculo ou entretenimento dos *media*, do que resultante do cumprimento das funções de informação, educação ou socialização de cidadãos. Por conseguinte, a massificação mediática é uma causa e uma consequência da (des)regeneração identitária de cariz eminentemente social e cultural das massas.

As celebridades, provenientes de qualquer campo ou domínio da vida, são construídas socialmente pelos *media* e continuam a precisar destes, nomeadamente da televisão, para manter a celebridade. Aparecer, onde e quando for necessário, é fundamental, porque o importante é, efetivamente, aparecer no ecrã onde as massas depositam os seus interesses, o seu tempo e a sua formação como cidadãos passivos.

As celebridades do instante mediático são do género mais imediato e efémero, na medida em que, ao contrário das celebridades com carreira pública (nas artes, por exemplo) e/ou política (bem como todas as pertencentes a instituições sociais ou económicas de renome), são celebridades meteóricas, quase sempre sem obra ou passado construídos gradualmente para edificar uma celebridade mais previsível e sustentada.

Numa civilização do ecrã, como a das atuais sociedades e culturas de massa, a

celebridade tem mais facilidades em se efetivar. A proliferação de imagens na sociedade potencia o culto das mesmas imagens e de quem nelas aparece como referência ou paradigma de um dado estilo de vida, produto ou marca. As imagens da publicidade são muito representativas desta iconolatria generalizada das sociedades e culturas de massa.

A civilização do ecrã e a iconolatria publicitária alimentam a notoriedade e celebridade de rostos e corpos idealizados e estereotipados pelos critérios hedonistas da pós-modernidade. As celebridades, apenas admitidas como tal pela aparição mediática em imagens de consumo de massa, são construídas e assumidas como símbolos de determinados valores sociais ou princípios morais numa época pós-moderna sem valores nem princípios inflexíveis como os da modernidade dos séculos XVIII e XIX.

Na mediasfera predominam conteúdos de entretenimento de cariz popular, na medida em que se torna mais irresistível para os *media* o interesse do público em detrimento do interesse público. É o caso dos *reality shows* nos canais generalistas e abertos de televisão. Esta condição contribui para uma época do triunfo do espetáculo, do consumismo mediático, do liberalismo do mercado global, do capitalismo ou, conforme referiu Giorgio Agamben, qualquer outro nome que se queira dar ao processo que domina hoje a história mundial. Uma época onde o capitalismo “não estava apenas dirigido para a expropriação da atividade produtiva, mas também, e sobretudo, para a alienação da própria linguagem, da própria natureza linguística e comunicativa do homem, do *logos*” (Agamben, 1993: 62).

Tomo este repto de Agamben como advertência ao sentido crítico face à emergente sociedade do espetáculo, da informação, da globalização ou da mediasfera. Sentido crítico essencialmente determinado por uma época global em que a comunicação surge como ideologia da modernidade, cujas consequências mais evidentes são a crise de valores sociais e a perda de humanidade e, paradoxalmente, a incomunicabilidade. Conforme acrescentou Agamben, “o que impede a comunicação é a própria comunicabilidade, os homens estão separados por aquilo que os une. Os jornalistas e os mediocratas são o novo clero desta alienação da natureza linguística do homem” (Agamben, 1993: 64).

De acordo com a obra *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord (1992: *passim*), o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. Esta alienação ou desenraizamento do ser linguístico ou do novo *homo comunicans* deve-se, em parte, a esta época de excessos de comunicação que Agamben mencionou. Este sentido crítico serve de justificação à utilidade em estudar a comunicação e

pretende enquadrar, neste contexto de globalização, o estudo e compreensão da comunicação, quer como técnica retórica e ideológica, quer como instrumento de gestão estratégica pessoal. A celebridade do instante mediático é do tipo de estrutura fechada, segundo a conceção de Roland Barthes (1977: 263), de conteúdos imanentes *per se*, na medida em que o que torna célebre o indivíduo é imediato e efémero. Então, para que serve falar em comunicação de massa ou advento de uma nova mediasfera, ela própria célebre, se a época da globalização da comunicação fala por nós?

4. A expansão global do privado e celebridade das imagens mediáticas

O papel dos meios de comunicação social na formação cultural e social dos indivíduos e das sociedades é determinante. As sociedades atuais são o que os *media* apresentam e propõem. Principalmente nos ecrãs, cujas imagens estereotipadas são conceções totalitárias (ideológicas ou impositivas) e hiperbólicas (amplificadoras das mensagens) da realidade.

Os principais ingredientes do mercado de massa são a informação, o consumo, o entretenimento, o espetáculo (cf. Baudrillard, 1981, 1991 e 2001), a celebridade do popular e o respetivo culto de imagens (de figuras públicas, de marcas publicitárias e comerciais, etc.) nos ecrãs das televisões, dos telemóveis e dos computadores pessoais. O consumo de marcas e de produtos globais contribui para a formação do próprio mercado de massa e para a modificação dos indivíduos, cada vez mais com propensão para o individualismo (cf. Camps, 1996).

A época das massas passou a ser um mercado-mundo de consumos homogeneizados e popularizados. A comunicação social é uma indústria de celebridades: produtos, marcas, pessoas, valores, ideias. A televisão é como uma indústria das consciências e como uma forma de organização e controlo das sociedades. O papel determinante dos meios de comunicação social é ainda mais efetivo no Ocidente. Os *media* atuam como meios ideológicos. A interação dos *media* com as novas tecnologias tornam os próprios *media* mais influentes sobre os indivíduos.

Como a sociedade de massa baseia-se mais nas necessidades básicas (necessidade de entretenimento), a força do mercado e a importância dos hábitos de consumo de determinadas imagens devem-se ao *marketing* e às técnicas de sedução. A cultura de massa é definida pelo conjunto de comportamentos, mitos e representações

produzidas e difundidas segundo uma técnica industrial (conteúdos difundidos pelos meios de comunicação).

Se a cultura de massa diz respeito a todos os produtos fabricados para o mercado de massa, então, a celebridade do instante mediático também é um produto do mercado de massa. A celebridade deixou de ser privilégio de alguns (poucos) para ser apanágio de todos os que expõem a sua condição mundana nas redes sociais ou nos típicos *reality shows*.

Em função deste mercado de massa mediático, hoje há, cada vez mais, um só público para a televisão, porque os gostos são popularizados e estandardizados. Os géneros televisivos típicos nas sociedades e culturas de massa são programas de entretenimento, que sobrevivem porque são ópios úteis e porque oferecem referências e símbolos de pertença, mas não por terem qualidade. O mercado de massa determina, por conseguinte, comportamentos sociais desviantes dos ideais outrora modernos e idílicos.

Nas massas populares predomina o conjunto e não se distinguem as pessoas; revoluciona-se tudo o que é diferente (singular ou individual). O conjunto de pessoas é homogéneo. Nas massas, as pessoas não se conhecem, mas têm possibilidade de exercer influências recíprocas. As celebridades do instante, tal como as massas, não possuem tradições.

Estas características das sociedades e das culturas de massa apresentam consequências na esfera pública que são, por vezes, paradoxais, como a necessária ambivalência entre uma tendência para o anonimato e uma exposição pública que fomenta a celebridade; o incitamento do individualismo face ao nivelamento dos próprios indivíduos e a sujeição de influências; a exposição às imagens e às mensagens de celebridades mediáticas sacralizadas na sociedade e a respetiva auto idolatria.

Como os meios de comunicação social são instrumentos de iconolatria, que promovem ou influem nos comportamentos e atitudes sociais, as imagens da televisão, designadamente, provocam o que Régis Debray (1993: *passim*) designou por um formidável efeito de realidade, como se a imagem emitida trouxesse a coisa real ao domicílio, como se não fosse uma imagem. As transmissões em direto, por exemplo, sacralizam os sujeitos e objetos transmitidos em celebridades. A idolatria ou o feiticismo é quando se confunde a divindade com a sua imagem material. O real desaparece nos simulacros do real. Cada imagem de uma celebridade é uma escolha, uma interpretação, uma montagem e, portanto, uma mentira ou, pelo menos, uma construção mental imposta às audiências para consumo e cultivo simbólico.

Hoje, com a utilização democratizada da Internet, somos todos produtores e consumidores, observadores (leitores) e analistas (intérpretes) de imagens. Entre a multiplicidade de imagens produzidas e consumidas, algumas são de celebridades. São imagens do cinema, fotografia, publicidade, escultura, pintura, desenho, *graffitis*, cartazes, imagem virtual, imagem mental.

Esta nossa civilização é a da imagem. É evidente a omnipresença de imagens no espaço público e a própria generalização da utilização das imagens. Hoje, assistimos à preponderância da comunicação pela imagem nas sociedades contemporâneas. As imagens são numerosas e distintas, mediáticas e imediatas, contemplativas e duplicadoras da realidade.

As imagens propõem realidades concretas, abstratas, ilusórias ou contrafatuais (conceção mental de mundos possíveis: imaginados, planeados, ficcionados). A proliferação e a utilização das imagens conduzem à necessidade de compreensão do modo como as ditas imagens comunicam e transmitem mensagens.

A profusão de imagens de celebridades é típica nas sociedades e nas culturas de massa. Somos seres feitos de imagens e à imagem da Bíblia. Aristóteles já dizia que nem é possível pensar sem imagens mentais. “Fazer uma imagem é, antes de mais, olhar, escolher, aprender. Não se trata da reprodução de uma experiência visual, mas da reconstrução de uma estrutura modelo” (Joly, 2007: 67).

As imagens de celebridades fornecem sempre informações, porque são representações intencionais de um “produto humano”. Enquanto representação, é um veículo ou suporte material de transmissão de informações sobre a pessoa que se assume na esfera pública como celebridade. As imagens de uma celebridade refletem sempre valores sociais, princípios morais, padrões culturais, etc. de determinada sociedade e cultura de massa.

Seja expressiva ou comunicativa, uma imagem de uma celebridade constitui sempre uma mensagem para os outros, mesmo quando estes outros são os públicos anónimos que consomem os produtos mediáticos. Para compreender uma imagem de uma celebridade, é importante saber para quem essa imagem foi produzida e qual o objetivo (tornar alguém ou alguma coisa popular ou célebre) que a imagem supostamente serve. A função da mensagem visual é determinante para a compreensão do seu conteúdo.

Além da criação de popularidade ou celebridade de sujeitos e objetos, as imagens

mediáticas proporcionam sensações, *aisthesis* específicas nos públicos/consumidores. Segundo Martine Joly (2007: 68), “os instrumentos plásticos da imagem, qualquer que ela seja, mesmo os próprios instrumentos das ‘artes plásticas’, fazem dela um meio de comunicação que solicita a fruição estética e o tipo de receção que a ela está ligada”.

Sublinha-se, por conseguinte, a importância da presença, consciente ou inconsciente, nos públicos-alvo, dos discursos mediáticos de massa nos espaços públicos pós-modernos enquanto constituintes de uma dimensão retórica específica. Para Gilles Deleuze (2005: 20), a denominação de “civilização de imagem” é, sobretudo, uma conotação à “civilização do cliché”, cuja explicação pode referir-se duplamente à inflação icónica que assenta na redundância e, por outro lado, na ocultação, distorção ou manipulação de certas imagens, de tal maneira que estas, em vez de serem um meio para descortinar a realidade, ocultam-na. Assim, existiria, segundo Deleuze, um interesse geral em “esconder algo na imagem” (o seu próprio carácter de persuasão).

Todas as linguagens e imagens publicitárias icónicas, por exemplo, são resultados de estratégias significativas (persuasivas). O fluxo excessivo de imagens condiciona o comportamento humano, havendo, por isso, a necessidade de se falar em “ecologia da imagem”, no cuidado sobre a pressão visual a que somos submetidos diariamente mesmo para as imagens de celebridades.

Na publicidade utilizam-se imagens de celebridades sem significado direto com o objeto representado, mas com um sentido simbólico consciente e inconsciente para os públicos/consumidores. A utilização de imagens de celebridades na publicidade procura aproveitar o que Roland Barthes (2011: 263-298; cf. Bignell, 2002: 31-33) designou, no caso de modelos femininas, os significados míticos associados (no caso, o de “beleza feminina”). Explora-se uma relação entre a mulher célebre e o produto, um signo icónico (a mulher fotografada) e um signo linguístico (o nome do perfume). Esta relação faz funcionar a conotação.

Para Umberto Eco (2009: 51-7), o significado é como uma unidade cultural. “Em todas as culturas, uma unidade cultural é simplesmente algo que essa cultura definiu como unidade distinta de outras” (Eco, 2009: 112), sendo a conotação a soma de todas as unidades culturais que o significante pode evocar e despertar na mente do destinatário. O reconhecimento público de uma pessoa enquanto considerada celebridade, por exemplo Humfrey Bogart, depende dos efeitos da conotação produzida pelas imagens veiculadas na mediasfera. Mas o poder evocativo de uma imagem não é o

mesmo para todos, porque diferem as experiências e contextos próprios de cada pessoa que a recebe e a interpreta de forma diferente.

Na nossa “civilização da imagem”, “cultura do ecrã” ou “paradigma do vídeo”, o culto das imagens de celebridades é sustentado pela indústria mediática e pelas novas tecnologias de informação e comunicação presentes na fotografia, cinema, televisão, multimédia, artes cibernéticas enquanto próteses de produção de emoções na esfera pública.

Considerações finais

Um aspeto que me parece evidente na paradoxal distinção e complementaridade entre fãs e celebridades prende-se com um cariz emocional que define quem se assume como fã, face a um cariz mais racional que define quem se assume como celebridade. Os fãs necessitam de emoções para exacerbarem o seu *pathos* sobre quem admiram; as celebridades necessitam de racionalidade para planearem estratégias concertadas e “politicamente corretas” de aparição pública de um *ethos*. Os fãs dependem tanto da emoção para serem fãs, como as celebridades dependem da racionalidade para serem celebridades. O *pathos* dos primeiros alimenta-se de emoções; o *ethos* dos segundos alimenta-se de razões. Mas a racionalidade das celebridades contribui para formar fãs e a emoção dos fãs contribui para a construção social das celebridades.

A própria cultura noticiosa, explorada com perspicácia por Nelson Traquina (2002: 171), vai ao encontro desta associação entre emoção dos fãs e racionalidade das celebridades na construção de conteúdos mediáticos resultantes de critérios de noticiabilidade mais populares, imediatos e efémeros, como são os casos de valores-notícia baseados na referência, proeminência, notoriedade, celebridade, elite ou sucesso.

A partir da década de 1980, a mediasfera começou a transformar-se gradualmente, não apenas em termos de meios tecnológicos utilizados e difundidos, como em termos de conteúdos mediáticos mais popularizados, instantâneos e efémeros. Passou-se a assistir também à mais frequente presença onnipotente dos *media* e dos multimédia, que provocou e provoca invasões da esfera social e pessoal. Por outro lado, estes mesmos *media* e multimédia têm provocado desejáveis exposições públicas. Os *reality shows* são *flashes* da vida moderna transmitidos ao vivo para todo o mundo. Os discursos dos *media* são, por conseguinte, espetáculo para atrair atenções. Os diretos

funcionam pela lógica de simulações da realidade. Os *media* oferecem fantasias sofisticadas a quem não encontra satisfação na realidade, ou seja, a quem alimenta e se alimenta de celebridades. Por conseguinte, há uma saturação informativa e a uma velocidade vertiginosa sobre celebridades.

As celebridades instantâneas são o produto das sociedades e culturas de massa, típicas de uma época do “pronto-a-pensar” e da *fast culture*. Mas as celebridades instantâneas também simbolizam o triunfo da banalidade pública. Como sustentei, o antídoto para a banalização do mediático (do que não possui relevância nem mérito e aparece na televisão) que contribui para a celebridade do instante passa pelo processo difícil e inverso de desbanalização do banal: o cultivo de massa crítica interessada e participativa nos assuntos de relevância geral. O processo é difícil, como disse, numa sociedade cada vez mais propensa ao fetichismo de um “Eu social”, do *self-media* e da solidão plural pós-moderna.

Sendo estas sociedades e culturas assim depreciativamente caracterizadas, por serem incapazes de facultarem aos indivíduos mecanismos de autoconsciência e de defesa sobre elas próprias, suscitam, todavia, a necessidade de se falar delas em abordagens cada vez mais contundentes e incisivas. Abordagens compreensivas e desenvolvidas sob a égide do realismo crítico do que elas mesmas são e representam no campo do social, cultural, político ou tecnológico para os indivíduos.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio (1993), *A Comunidade Que Vem*, Lisboa, Editorial Presença.
- BARTHES, Roland (1977), “Estrutura do caso do dia”, in Roland Barthes (org.), *Ensaio Críticos*, Lisboa, Edições 70, pp. 263-265.
- (2011), *Mitologias*, Lisboa, Edições 70.
- BAUDRILLARD, Jean (1981), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Edições 70.
- (1991), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- (2001), *Palavras de Ordem*, Lisboa, Campo das Letras.
- BIGNELL, JONATHAN (2002), *Media Semiotics*, Manchester, Manchester University Press.
- CAMPS, Victoria (1996), *Paradoxos do Individualismo*, Lisboa, Relógio D’Água.

- DEBORD, Guy (1992), *La Société du Spectacle*, Paris, Press Universitaire de France.
- DEBRAY, Régis (1993), *Vida e Morte da Imagem: Uma História do Olhar no Ocidente*, Rio de Janeiro, Vozes.
- DELEUZE, Gilles (2005), *Cinema 2 – The Time Image*, London, Continuum.
- ECO, Umberto (2009), *Tratado Geral de Semiótica*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- GIDDENS, Anthony (1996), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Edições Presença.
- (2003), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HABERMAS, Jürgen (1991), *The Structural Transformation of the Public Sphere – An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, Massachusetts, MIT Press.
- HARRIS, John (2010), *Enhancing Evolution – The Ethical Case for Making Better People*, Princeton, Princeton University Press.
- HARTLEY, John (2002), *Communication, Cultural and Media Studies*, London, Routledge.
- JOLY, Martine (2007), *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Edições 70.
- KANT, Immanuel (2005), *Resposta à Pergunta “O que é o Iluminismo?”*, Petrópolis, Editora Vozes.
- LIPOVETSKY, Gilles (1989), *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água.
- (2004), *O Crepúsculo do Dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- (2010), *A Felicidade Paradoxal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LYOTARD, Jean-François (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.
- MARX, Karl (1982), *Para a Crítica da Economia Política*, in *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, 1º volume, Lisboa, Editorial Avante.
- MAUSS, Marcel (1988), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- MCLUHAN, Marshall (1972), *A Galáxia de Gutenberg – A Formação do Homem Tipográfico*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- PESSOA, Fernando (s.d.), *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, Lisboa, Edições Ática.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (1999), *Comunicação e Cultura – A Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa, Presença.
- SHANE, Ed (2001), *Disconnected America – The Consequences of Mass Media in a Narcissistic World*, New York, M. E. Sharpe Inc.
- TRAQUINA, Nelson (2002), *Jornalismo*, Lisboa, Quimera.
- WEBER, Max (1946), “A ciência como vocação”, in Max Weber, *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, pp. 154-186.

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar¹

Universidade do Porto

Resumo

Este artigo avança com um propósito teórico fundamental sustentado em dados empíricos de diversificada origem. Com efeito, tratar-se-á de romper com a noção de senso comum de que o Estado Novo teria sido um regime autoritário e sem relação com as classes sociais dominantes da época. O propósito passará por demonstrar o papel do regime no reforço da posição económica das classes dominantes de então. Com efeito, como se procurará evidenciar, o Estado Novo assumiu, simultânea e supremamente, um projeto de modernização capitalista ao longo da sua existência.

Palavras-chave: classes sociais; Estado Novo; regimes políticos.

Abstract

This paper has the theoretical purpose based on the rupture with common sense idea that Portuguese New State would be just an authoritarian regime without any relationship with the dominant classes of its age. In this sense, the aim of this paper is to demonstrate the role of this political regime on the reinforcement of the economic position of the dominant classes at the time. Moreover, the New State assumed a project of capitalist modernization along its existence.

Keywords: social classes; New State; political regimes.

¹ Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal). *E-mail*: joaovalenteaguiar@gmail.com

Resumé | Le présent article a pour but théorique une la rupture avec l'idée de bon sens que le portugais Nouveau État serait juste un régime autoritaire sans aucune relation avec les classes dominantes de son époque. En ce sens, le but de cet article est de démontrer le rôle de ce régime politique sur le renforcement de la position économique des classes dominantes à l'époque. En outre, le Nouveau État a assumé un projet de modernisation capitaliste long de son existence.
Mots-clés: classes sociales; Nouveau État; régimes politiques.

Resumen | Este artículo tiene el propósito teórico basado en la ruptura con la idea de sentido común de que el portugués Estado Nuevo sería sólo un régimen autoritario sin ninguna relación con las clases dominantes de su época. En este sentido, el objetivo de este trabajo es demostrar el papel de este régimen político en el fortalecimiento de la posición económica de las clases dominantes de la época. Por otra parte, el Estado Nuevo asumió un nuevo proyecto de modernización capitalista a lo largo de su existencia.
Palabras-clave: clases sociales; Estado Nuevo; régimen político.

Introdução

As noções que preconizam a ascensão do(s) fascismo(s) – ou dos autoritarismos, conforme a perspetiva teórica preferida – como uma *reação*, são, na grande maioria dos autores que se debruçam sobre a matéria, perfeitamente sintetizadas na elucubração de Norberto Bobbio:

“O regime fascista foi um típico regime contra-revolucionário. Reagiu com a violência dos *squadre d'azione*² protegidos pelo Estado contra a revolução mais ameaçada do que praticada pela ala esquerda, maximalista do movimento operário; e impôs pela violência um regime que restaurou os valores da ordem contra a liberdade, da hierarquia contra a igualdade, da nação contra o internacionalismo” (Bobbio, 2000: 600).

Apesar de se situar numa distinta perspetiva teórica, Eric Hobsbawm não está longe da citação de Bobbio quando define o fascismo na mesma linha de fenómeno multidimensional – político, ideológico e, quando no poder, económico – de *reação* à

² Em português, esquadrões de ação. Milícias fascistas italianas que cometiam atos de vandalismo e violência gratuita contra operários e dirigentes políticos de esquerda nas ruas e nas fábricas.

conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial. Segundo este autor, “os fascistas eram os *revolucionários da contra-revolução*” (Hobsbawm, 2002: 123) [grifos nossos]. Isto é, o movimento político fascista consubstanciou-se numa espécie de aríete sustentado na violência como modalidade específica de restaurar a ordem numa Europa mergulhada no caos.

No respeitante à relação entre o fenómeno político (Fernandes, 1998) fascista e o Estado Novo, sem ser esse o centro do trabalho aqui exposto importa, contudo, realçar que tal não se trata de matéria escolástica, ao contrário do que defendem alguns autores³. Do nosso ponto de vista, e de modo sucinto, o deslocamento do ângulo de visão sobre a problemática Estado Novo/fascismo, que tem vindo a ocorrer na última década e meia, parece corresponder menos a um normal aprofundamento da recolha e análise do material historiográfico que, progressivamente, vai ficando disponível, e mais a uma tendência histórica de relativização teórica do leque de fenómenos que compõem o fascismo. Assim se obscurecem mais do que se iluminam os becos da investigação.

Na secção I do artigo tentar-se-á enquadrar o fascismo enquanto fenómeno político no seio da estrutura social mais vasta em que aquele se encontra mergulhado, bem como das classes que o alimentam e lhe deram espessura histórica. Por outras palavras, ter-se-á como propósito avançar com alguns elementos acerca da relação do regime político em causa com as classes sociais (Silva, 1988; Cabral, 1976). Por seu turno, na secção II abordar-se-á o feixe de relações entre os regimes fascistas e a grande burguesia e o capital financeiro, portanto concentrando esforços analíticos em torno da relação entre o regime político e um espectro específico do espaço das classes sociais: com as classes sociais dominantes mais relacionadas diretamente com a esfera financeira. Por conseguinte, para recorrer à terminologia utilizada por Adriano Codato, a ênfase neste artigo será dada à dimensão funcional⁴, portanto, onde o Estado surge como “a instituição responsável pela reprodução das relações de dominação que caracterizam uma dada sociedade” (Codato, 2001: 25).

³ Numa recente investigação, Nuno Domingos e Victor Pereira defendem a necessidade de se “ultrapassar as questões que se tornaram hegemónicas em Portugal, como saber se o salazarismo era ou não fascista” (Domingos e Pereira, 2010: 22).

⁴ De facto, não existe Estado sem uma dimensão funcional e sem uma dimensão institucional. Sobre esta última, Codato chama a atenção que o Estado é, igualmente, e em complementaridade, “entendido como uma instituição subdividida em um sem-número de aparelhos, capaz de tomar decisões e de alocar recursos” (Codato, 2001: 25). Para um estudo da dimensão institucional propriamente dita do Estado Novo vd. (Aguiar, 2008).

Nesse sentido, gostaríamos ainda de sublinhar que tratando-se este de um objeto de estudo historicamente situado (e, entretanto, circunscrito), não significa, de todo, que se verifique tratar de um empreendimento eminentemente historiográfico. Com efeito, a objetivação de propriedades políticas, socioeconómicas e, em alguns momentos do trabalho, simbólico-ideológicas (M. Pinto, 1985: 27) do regime busca muito mais apresentar pistas para um estudo analítico-conceptual do Estado Novo do que, em estritamente, enumerar factos e figuras históricas relativamente estabilizadas e relativamente consensuais para a esmagadora maioria das pesquisas sobre o assunto. Em termos muito genéricos defendemos que a Sociologia apresenta relevantes enunciados teóricos e metodológicos para que possa “abandonar” certos objetos de estudo a outras Ciências Sociais (Tilly, 1992). Com efeito, o que diferencia de sobremaneira as Ciências Sociais umas das outras não é tanto a construção de objetos de estudo específicos e delimitados, mas mais a adoção de perspetivas e problematizações alternativas, se bem que complementares. Como venceu Adérito Sedas Nunes,

“o campo da realidade sobre o qual as Ciências Sociais se debruçam é, de facto, um só (o da realidade humana e social) e todos os fenómenos desse campo são fenómenos sociais totais, quer dizer: fenómenos que – seja na sua estrutura própria seja nas suas relações e determinações – têm implicações simultaneamente em vários níveis e em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto susceptíveis, pelo menos potencialmente, interessar a várias, quando não a todas as Ciências Sociais” (Nunes, 2001: 24).

Por conseguinte, nenhum fenómeno social e político é estranho a uma problematização sociológica dos seus fundamentos e propriedades estruturantes. No caso, as classes sociais, a estrutura económica e a sua inserção histórico-política.

1. O Estado Novo português e o campo das classes sociais

Um dos temas mais controversos no estudo do fascismo prende-se com a imbricação que esse fenómeno político teve com as classes sociais (Sá, 1989). Assim, esta secção procurará trabalhar em torno da relação que o Estado fascista estabelece com a matriz socioeconómica e as classes existentes numa determinada sociedade. Se há correntes de pensamento que tendem a considerar como não pertinente o enquadramento de classe para o estudo do fascismo (A. C. Pinto, 2011, 2000, 1992;

Ramos 2009; Cruz, 1988; Meneses, 2009; Leonard, 1998), estamos em crer que é, exatamente, uma perspetiva de totalidade histórica e de ligação entre os fenómenos políticos com os fenómenos económicos e sociais que permite desvendar a natureza substantiva de classe do fascismo, não o reduzindo apenas a esta dimensão⁵. Portanto, a nossa tese parte do princípio que o fascismo é um fenómeno de classe, sem com isso querer afirmar que é um epifenómeno de uma única classe ou que a classe seria a única variável explicativa. Aliás, a confusão por vezes instalada entre a equivalência de um fenómeno político com raízes de classe a uma pretensa exclusividade da ação de uma única classe está, a nosso ver, na base das teses que procuram elidir a conexão entre os dois tabuleiros. Do fascismo e da(s) classe(s), entenda-se. Na verdade, os fenómenos despoletados por uma classe nunca dizem respeito apenas a ela, mas a todas as outras, tendo em mente que existem sempre efeitos em todo o tecido social. Daí que se valorize aqui uma visão que se pretende *relacional* (Bourdieu, 2001).

Um dos autores que mais trabalhou com a tese de que não haveria uma forte correlação entre fascismo e classes sociais, mais ainda entre fascismo e as classes dominantes, é o italiano Renzo De Felice. Este autor utiliza precisamente a supramencionada confusão entre fenómeno de classe com fenómeno de uma única classe para justificar a ausência de qualquer relação entre fascismo e classes sociais. “O fascismo não foi a expressão de uma classe social precisa, mas ele recolhe partidários e adversários em todas as classes” (De Felice, 1975: 265). Mais uma vez se verifica o facto de se equiparar automaticamente um fenómeno relacionado (e relacionável) com as classes à pertença de uma única classe social. Para este autor, se o fascismo tem alguma ligação com o campo das classes, então ela se daria em termos do “estado de frustração social, muito fortemente gerador de uma profunda inquietude, de um desejo confuso de revanche e de uma contestação surda” (*idem*: 267) por parte das classes médias. Para De Felice, o fascismo teria tido “os seus mais ardentes defensores junto da pequena-burguesia”⁶ (*idem*: 266), sem com isso afirmar um eixo de causalidade entre classe social e fascismo.

⁵ A classe surge-nos como uma referência central para a compreensão dos vários regimes fascistas. Apesar de central, tal não pode levar a um qualquer exclusivismo teórico na avaliação desses regimes políticos.

⁶ “Para o melhor e para o pior, os verdadeiros pontos fortes do fascismo estarão sempre nas classes médias” (De Felice, 1975: 279).

Sem querermos ser demasiado exaustivos, consideramos que o fascismo firma-se numa estrutura complexa de interações que as classes fundeiam entre si. Ou seja, o fascismo, ao nível das classes, sustenta-se em três eixos essenciais de classe.

Em primeiro lugar, o fascismo é *gerado* no que toca aos seus *pressupostos políticos e ideológicos* no seio de classes sociais específicas. Assim, a classe média urbana, mas, sobretudo, as classes médias constituídas por pequenos e médios proprietários rurais tendem a assumir-se como as *classes organizadoras e que fornecem os elementos ideológicos* mais preponderantes para a construção do fascismo enquanto ideologia e prática política. Em Portugal, o substrato ideológico de Salazar (visão do mundo sustentada no ideário católico mais tradicional, conservadorismo, apego à ordem) é em tudo coincidente com as franjas mais conservadoras da burguesia portuguesa e da pequena-burguesia tradicional da primeira metade do século XX. O próprio Salazar era originário de uma família de pequenos proprietários agrícolas e o círculo universitário que frequentou como aluno e como professor era marcado por um ambiente simbólico-ideológico fomentador à adoção e (re)produção de orientações políticas de cariz fascista. No Centro Católico Português, portanto ainda antes de aceder ao poder, Salazar destacou-se por incorporar o ideário mais conservador e tradicionalista de uma Igreja Católica portuguesa ainda desorientada face à decadência da monarquia constitucional e ao avanço da Primeira República (1910-1926). Por outro lado, a proliferação dos chamados “notáveis” (Carvalho, 2001; Fernandes, 2001; Castilho, 2001; Rosa, 2009; Fernandes, 2006) de cada região na estrutura interna da União Nacional, parece dar razão à tese de que a pequena-burguesia e os pequenos e médios proprietários do interior do país estariam fortemente ligados à orgânica interna dos aparelhos partidários fascistas e à sua alimentação ideológica.

Em segundo lugar, e este é um ponto onde há uma clara coincidência entre as características formadoras do fascismo como movimento internacional e o Estado Novo português, o fascismo recruta massas populares que se encontram despojadas de uma inserção em redes de solidariedade cultural e/ou política de classe e onde grassam o individualismo e, acima de tudo, a animosidade e o ressentimento relativamente à sua situação de insegurança material, e mesmo psicológica. Se não há uma base social de apoio transversal a todos os fascismos, regimes e movimentos deste tipo enraízam-se em torno de classes populares (classe operária e campesinato – vd. Bourdieu, 2004: 372-396) politicamente desorganizadas. Isto é, camadas populares sem capacidade de se organizarem autonomamente em termos culturais, sindicais e/ou políticos. É no pântano

de uma classe trabalhadora ou de um pequeno e de um médio campesinato fragmentados enquanto classe⁷, e, frequentemente, em situações de vida altamente precárias, que o fascismo recruta não só apoio social, como o seu contingente miliciano e de ativistas. Em Portugal, a presença de elementos populares (Melo, 2001) no interior da União Nacional e das organizações milicianas, excetuando talvez o caso da Legião Portuguesa, foi proporcionalmente inferior aos casos italiano e alemão sem, contudo, deixar de assentar nos mesmos pressupostos de base: massas populares desbaratadas e incapazes de se agregar coletiva e autonomamente como classe⁸.

Em terceiro lugar, o fascismo tem como *classe recuperadora e beneficiária principal do seu desenvolvimento enquanto regime a grande burguesia*. Com efeito, se o fascismo não nasce ideologicamente na burguesia financeira ou industrial, estas frações de classe acabaram por ser amplamente favorecidas por aquele. Assim, a grande burguesia substantiva um carácter de beneficiária económica principal, mas

⁷ O historiador português João Bernardo tem sido um dos raros autores que tem relacionado criativamente o fenómeno político fascista com a dinâmica das classes sociais, nomeadamente em torno da dialética operada entre os princípios de auto-organização (das classes dominantes) e de hetero-organização (da classe trabalhadora por intermédio das primeiras): “o fascismo define-se como a mais ambígua das formas políticas, e portanto a mais artística de todas elas. O fascismo não se limitou a desnaturar instituições criadas pelas lutas coletivas e ativas e a transferi-las para a esfera do Estado, mas transportou para o quadro genérico da opressão o próprio tema da revolução. A revolta no interior da coesão social pressupunha que se tivesse levado a um ponto extremo a dissolução de quaisquer formas de auto-organização, para em seguida hetero-organizar os trabalhadores, obrigando-os a subordinarem-se sem falhas à hierarquia do capital. Se os meios clássicos da política burguesa se revelavam incapazes de levar a cabo a recuperação das instituições que os trabalhadores haviam criado no seu âmbito próprio, então surgiam os fascistas” (Bernardo, 2003: 32).

⁸ Nada do que aqui se expõe corrobora qualquer tipo de afirmação que prime pela ausência de mobilização das classes populares contra o regime. A contestação ao regime ancorou-se de sobremaneira no operariado fabril da cintura industrial de Lisboa (Ferreira 2012; Marques 2007) e no operariado agrícola alentejano (Aguiar, 2010: 169-229; Pereira, 1976). Todavia, o regime do Estado Novo foi amplamente eficaz na desorganização política do pequeno campesinato nortenho. Desorganização política que se espelhava tanto no nível propriamente político – em que a mobilização política do campesinato durante a ditadura foi uma exceção – como no nível ideológico-cultural – dado o impacto profundo do repertório naturalista e conservador da produção ideológica do regime no seio daquela classe social (Melo, 2001; Alves, 2010; Félix, 2003; Ramos do Ó, 1999). Este fenómeno de desorganização do campesinato foi particularmente visível no facto de esta classe social, em primeiro lugar, ter sido a mais numerosa na formação social portuguesa até ao início dos anos 60, algo que por si só, garantiu alguma base social de apoio ao regime. Correlativamente, e em segundo lugar, o duplo facto de o campesinato ter sido politicamente desorganizado e de ser uma força social quantitativamente relevante, fez com que se tornasse muito difícil estabelecer uma aliança política entre o operariado (sobretudo do sul do país) e o conjunto de pequenos e médios proprietários agrícolas nortenhos. Ao mesmo tempo, o facto de persistir, se bem que de modo variável, um operariado contestatário ao regime ditatorial, não é de menosprezar a legitimação política e ideológica do Estado Novo junto de camadas operárias desinseridas dos mecanismos de mobilização coletiva, tanto ao nível propriamente reivindicativo, como ao nível político de recusa do regime.

politicamente indireta na génese do fascismo. Esta última vertente tem a ver com o facto de que não é esta classe que inicia o processo político que leva o fascismo ao poder, mas que, após a estabilização política de um regime fascista, é a classe que reverte a seu favor esse novo enquadramento político como forma de incrementar os seus ganhos económicos. No final de contas, com a constituição do fascismo em poder político, é a classe dominante que mais vai passar a *determinar as lógicas de desenvolvimento do Estado fascista*. A próxima secção documentará e versará em maior detalhe esta questão.

Resumindo, a ancoragem de classe do fascismo passa por três eixos essenciais: 1) germina larvarmente nas classes mais conservadoras politicamente, com maior incidência de dinâmicas de proletarização e com uma componente agrária e/ou latifundiária muito vincada; 2) para além do enunciado no ponto anterior, o fascismo tem o seu apoio político em massas populares fanatizadas (Alemanha nazi) e/ou desmobilizadas, mas que não se demonstram capazes de se organizar e mobilizar, autónoma e coletivamente, contra os regimes não-fascistas; 3) o fascismo, no poder, dilata a dominação de classe da burguesia sob novos moldes. Se o fascismo como movimento é hegemonizado pelo ponto 1) (caso português) ou pelo ponto 2) (caso alemão), o fascismo enquanto poder político organizado institucionalmente, passa a privilegiar o eixo 3). Quer dizer, a questão da distinção entre fascismo enquanto movimento (Mann, 2011) e fascismo no poder (Aguiar, 2008) não assume foros de relevância inescapável, na medida em que, mesmo quando há distinções entre casos nacionais do fascismo como movimento, no poder e enquanto poder político, o fascismo revela semelhanças incontornáveis no que tange à reprodução da dominação de classe nos planos político, ideológico e económico (Trindade, 2008). A estes três eixos importa ter em consideração a desorganização política e ideológica da classe trabalhadora.

Num outro domínio, o fascismo revela o seu carácter de classe aquando do processo de reorganização e reunificação política do bloco no poder. Por outras palavras, no contexto da cavada crise económica, política e ideológica do pós-Primeira Guerra, o fascismo mostrou-se como uma das vias possíveis para restaurar um mínimo de unidade política entre as frações da classe dominante. Sem apagar as fricções que se mantiveram entre elas, mas arrumando as várias frações e classes, estabelecendo-lhes uma coesão política mínima.

Em Portugal, o Estado Novo mostrou ser capaz de unificar politicamente as várias classes dominantes em torno de uma plataforma ideológica e de uma política económica⁹ que permitisse equilibrar as forças em competição: a “Nação”. Foi desta busca de um consenso amplo – tanto dentro das frações do bloco no poder, como ao nível da desorganização¹⁰ das classes populares – que Salazar erigiu a Nação a um estatuto suprapartidária e supraclassista:

“arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses o interesse de todos – o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País; organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva – isto é dar realidade à soberania nacional” (Salazar citado em Henriques, 2010: 152).

Esta capacidade do Estado Novo em dar coesão política às classes dominantes encontrou destaque na “racionalidade política de atender à pressão dos interesses” (Rosas, 1994: 248) entre “os *lobbies* da grande agricultura cerealífera, orizícola ou lanígera dos campos do Sul”, as “economias industriais e aos circuitos comerciais a jusante”, bem como na “regulação dos conflitos de interesses entre a produção nacional e o comércio internacional ou colonial” (*idem*, 1994: 247-248). Lógica que se manteve até ao último decénio do regime como quando o autor discorre sobre a articulação que, nos anos 60 e 70, o regime vinha fazendo entre uma burguesia industrial e financeira em

⁹ Ou seja, fenómenos como a concentração económica de capital em larga escala ou a formação de uma burguesia financeira moderna, duas dinâmicas nucleares de qualquer economia contemporânea, só foram possíveis na formação socioeconómica portuguesa por via da política económica do Estado Novo, nomeadamente as leis do Condicionamento Industrial, do corporativismo e dos Planos de Fomento.

¹⁰ Neste ponto, não podemos deixar de registar as diferenças registadas entre a nossa perspetiva e a de Braga da Cruz. Quando este autor defende que o regime de Salazar “desejando-se ‘popular’, não assentou a sua força em massas politicamente atuantes ou organizadas, *nem delas pretendeu colher a própria legitimidade*” (Cruz, 1982: 794) [itálicos nossos], torna-se difícil concordar com a segunda parte desta afirmação. Se qualquer regime político necessita de operar e de desenvolver mecanismos de legitimação política, como uma ditadura poderia fugir a essa dimensão? De facto, como ampla literatura tem demonstrado (vd. Nota 8), a criação pelo regime de uma mundividência camponesa travejada em torno de princípios de naturalização e de essencialização de uma condição humilde, simples e pretensamente desligada de mecanismos classistas, criou uma “colagem” simbólica entre o regime e as massas camponesas.

crescimento e uma agricultura latifundiária em crise interna¹¹. Rosas fundamenta que o “crescimento sem precedentes da produção e do produto industrial, que passa a ser um elemento claramente motor da evolução do PIB”, e a capacidade da iniciativa privada na dinamização empresarial do seu tecido industrial, faz com que “a taxa média de crescimento do investimento da agricultura entre 1958 e 1973” seja de “15% anuais”, justifica “a afirmação de que, durante este período, o sector [da agricultura latifundiária, nota nossa] foi considerado como perdido para a causa do desenvolvimento” (*idem*, 1994: 467-468)¹². Quer dizer, a sustentação de uma forma arcaica de produção (não plenamente) capitalista nos campos do Sul do país passava pelo apoio económico direto do Estado, como forma a *preservar a unidade política do bloco no poder de então*.

¹¹ De acordo com Hélder Fonseca, o atraso na agricultura portuguesa dos campos do Sul, desde o século XIX e que se prolongaria pelo século XX, deveu-se, de sobremaneira, à pouca aplicação de maquinaria na produção agrícola, portanto, onde os mecanismos relativamente obsoletos da mais-valia absoluta prevaleceram sobre a modernização tecnológica e de elevação da produtividade laboral que a mais-valia relativa implica: “no plano tecnológico, poder-se-á admitir que o ritmo de modernização não decorreu a uma grande velocidade ou que o investimento realizado em capital fixo não foi o mais adequado à escala das suas explorações” (Fonseca, 1998: 530).

¹² “Em 1973 a indústria produz quase metade do PIB, contra 11,3% da agricultura, que representara o triplo em 1950: a produtividade da agricultura evoluíra a um ritmo de cerca de metade do resto da economia” (Amaral, 1994: 898). Todos os dados estatísticos conhecidos, coligidos por autores de distintas orientações teóricas, demonstram o papel do regime do Estado Novo na modernização capitalista. Modernização capitalista expressa ao nível da ultrapassagem do setor agrícola (no caso português, assente nos mecanismos da mais-valia absoluta) pelo setor industrial que, tendencialmente, incorporou dinâmicas de elevação da produtividade do trabalho, mesmo que, como corretamente argumentam alguns autores, “constata-se facilmente que a economia continuou a depender de setores com baixa produtividade e pouco valor acrescentado. Foram esses setores de produtividade baixa que mais cresceram” (Costa *et al.*, 2011: 206). Continuando, mesmo que bastante relativa, a modernização económica empreendida pelas políticas protecionistas de condicionamento industrial e de cartelização permitiram uma ascensão da burguesia industrial e financeira no bloco no poder das classes dominantes portuguesas. João Martins Pereira deu conta dos traços fundamentais da modernização capitalista: “talvez possa aventar-se a hipótese de que um capitalismo burocraticamente enquadrado e corporativamente organizado (...) industrialmente frágil e ‘caseiro’, começa aqui, por iniciativa do próprio Estado, a dar lugar a um outro [capitalismo] em que terão um papel de relevo um conjunto de grandes grupos financeiro-industriais e as ligações crescentes aos mercados (e investidores) internacionais” (Martins Pereira, 2005: 236). Como Miriam Halpern Pereira (1979: 31) já defendia no final dos anos 70, o Estado Novo conseguiu que a industrialização da economia portuguesa fosse possível sem uma transformação do latifúndio numa propriedade capitalista clássica. Por conseguinte, as teses em torno de um pretenso arcaísmo ruralizante por parte de Salazar têm muito mais a ver com a produção ideológica do regime e menos com a realidade económica efetiva. Em suma, o Estado Novo, no plano económico, remodelou o capitalismo português, na medida em que, no plano político, permitiu uma relativa coesão política entre as várias frações das classes dominantes portuguesas. Portanto, o regime “articulou os interesses dos industriais e dos bancos com os da propriedade fundiária, nunca desmerecendo uns e outros e mantendo um equilíbrio só possível pelo controlo estatal dos mecanismos de determinação dos preços e pela distribuição de subsídios generosos” (Costa *et al.*, 2011: 251).

Para terminar esta secção, assinale-se que as linhas políticas fundamentais do Estado fascista português consistiram na unificação política (não confundir com fusão) de diferentes frações da classe dominante. A Primeira República (1910-1926), onde se assistiu à ascensão das burguesias industrial, comercial e bancária na hierarquia do bloco no poder, não conseguiu nunca concertar politicamente estas últimas com os latifundiários, onde, entre outros, os conflitos com a hierarquia da Igreja Católica – historicamente vinculada aos senhores da terra – deram azo a múltiplos conflitos políticos no seio das classes dominantes. Desse ponto de vista, o conflito clericalismo/anticlericalismo afigurou-se como uma expressão da cisão existente nas classes dominantes entre uma burguesia industrial republicana e uma aristocracia latifundiária conservadora e tradicionalista. Só o fascismo conseguiu amortecer as contendas e criar um certo consenso entre as várias frações de classe.

Por seu turno, o alçar da grande burguesia industrial e financeira à hegemonia política no país foi uma das consequências mais fortes do fascismo português, sem com isso quebrar a unidade do bloco no poder fascista. Vejamos, então, como o Estado Novo foi um ator privilegiado na escalada daquelas – sem nunca comprometer o futuro do latifúndio – e na expansão das relações económicas capitalistas, condições básicas e indispensáveis para o revigoração da acumulação de capital, peça-chave do metabolismo económico contemporâneo.

2. O Estado Novo e o grande capital monopolista

Sobre a relação do regime do Estado Novo com as classes dominantes da época importa reter a ideia que na maioria dos países em que triunfou, “o fascismo representou, de facto, um desenvolvimento das relações capitalistas de produção (...), promovendo a reprodução alargada das condições da produção capitalista, ou seja, reforçando a exploração e a dominação de classe” (Poulantzas, 1970: 98). A fusão do capital bancário com o capital industrial (formação do capital financeiro), a concentração da produção e de capitais e a maturação e crescimento de grandes capitães da indústria são três exemplificações de como o fascismo português promoveu o desenvolvimento das relações económicas capitalistas e o grau de acumulação de capital das classes dominantes.

Antes de nos debruçarmos mais detidamente no caso português apresentemos, de forma breve, o que se passou na Alemanha e na Itália. Por motivos de espaço e de

circunscrição do nosso objeto de estudo iremos focar a análise no eixo da concentração da produção e de capitais. Assim, naqueles países,

“a recuperação industrial depois da crise de 1929 foi mais vincada na Alemanha do que em qualquer outra parte do mundo. Em 1939, a produção industrial cresceu 26% acima do que o anterior ponto alto de 1929, e mais do que dobrou desde 1933 [um dos anos de maior impacto da Grande Depressão na Alemanha, nota nossa]. Em 1938, a Alemanha produziu 22,5 milhões de toneladas de aço, contra as 16 milhões de 1929; a extração de ferro multiplicou-se por mais de 2,5 vezes. Referente a Itália, a recuperação industrial entre 1922 e 1929 foi a mais forte na Europa capitalista: o índice da produção industrial total, tomando o ano de 1938 a referência 100, mostra que em 1922 essa produção era menos de 60, atingindo os 90 em 1929. Caiu para 70 em 1932 por efeito da crise [da Grande Depressão, nota nossa]. A recuperação deu-se novamente com grande fôlego depois da crise. Não igualou o ritmo da Alemanha, mas superou claramente o ritmo francês: 86 em 1935, 100 em 1938, 109 em 1939. Entre 1922 e 1929, a produção de ferro cresceu seis vezes, a de aço 2,2 vezes e de energia eléctrica cresceu cinco vezes” (Poulantzas, 1970: 99).

Por aqui se pode observar o impacto do fascismo italiano e alemão no crescimento económico vigoroso em setores de ponta da época, nomeadamente a indústria siderúrgica. Este crescimento foi acompanhado por um processo de clara concentração de capitais e de inequívoco reforço do poder económico das classes dominantes.

Referindo-se à Alemanha nacional-socialista, Charles Bettelheim apresenta um conjunto de dados que ajudam a corroborar a tese de que o Estado fascista permitiu, naquele contexto, elevar os níveis de acumulação do capital e reforçar a dominação de classe do grande capital. Em primeiro lugar, o número absoluto de empresas no período de 1933 a 1937, portanto, no momento em que a recuperação económica da Grande Depressão já se tinha iniciado, “diminuiu na ordem dos 9%”. Ou seja, das 361866 empresas existentes em 1932, cinco anos depois sobrevivem apenas “31598 unidades produtivas” (Bettelheim, 1971: 76). Ao mesmo tempo, entre 1936 e 1939 vê-se as sociedades com um capital social superior a 20 milhões de marcos passarem de 18 a 25 e as que tinham entre 5 a 20 milhões de marcos subirem de 92 a 104. Por seu turno, inúmeras sociedades com um capital social com menos de 5 milhões de marcos

fecharam, com particular destaque para as pequenas sociedades até 500 marcos, de 500 a 5000 marcos e de 5000 a 20000 marcos que viram falir, respetivamente, 57%, 54% e 55% do seu contingente inicial (*idem*, 1971: 79). Para Bettelheim, o Estado nazi contribuiu decisivamente para o processo de entrega de inúmeras empresas e bancos com participação do Estado ao grande capital germânico. “Mesmo as empresas municipais foram vendidas ao capital privado, o que permitiu ao capital monopolista reforçar as suas posições, notadamente nas indústrias da eletricidade e do gás” (*idem*, 1971: 129).

Em Portugal, o fenómeno foi, em termos estruturais, muito semelhante. Aproveitaremos os dados fornecidos por autores de distintas balizas teóricas para dar conta do carácter intrinsecamente capitalista do Estado Novo. Para Fátima Patriarca, a relação do grande patronato com o regime foi sempre de concertação e da busca de consensos.

“Os patrões falam alto e com segurança ao Estado. Se reconhecem – e pedem – que este intervenha numa série de domínios, se aceitam até a sua “superior orientação”, se se mostram dispostos a com ele colaborar no sentido de encontrar soluções para a depressão económica, não deixam também de marcar bem as distâncias, as fronteiras e os limites. Ao Estado cabe tomar medidas que protejam, favoreçam e fomentem a indústria nacional, proceder aos estudos base, criar as infra-estruturas que esta precisa. Mas a intervenção do Estado deve terminar aqui. A actividade produtiva cabe, por inteiro e em exclusivo”, assim o desejavam os grandes industriais, “à iniciativa privada” (Patriarca, 1995: 137).

A ligação e a intimidade do grande capital com o fascismo português é, aliás, anterior à própria Constituição que institucionaliza o regime do Estado Novo. A 4 de março de 1932, a Associação Industrial Portuguesa (AIP) endereça uma exposição ao então Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, dando nota das posições da confederação patronal sobre a globalidade das medidas governamentais anunciadas pelo Conselho de Ministros em 24 de fevereiro do mesmo ano. Nessa exposição, o patronato informa que

“a protecção aduaneira; a possibilidade de estabelecimento de contingentes de importação; a denúncia dos tratados ou convenções de comércio existentes e a celebração de novos quando a protecção pautal se mostre deficiente; o barateamento do crédito; as medidas de incremento a trabalhos públicos para combater o desemprego; a protecção dispensada à cultura do algodão em Angola

são tudo medidas que os industriais da AIP aplaudem e qualificam de grande estímulo” (AIP in Patriarca, 1995: 174-175).

O interesse destas citações relaciona-se com o facto de que evidenciam a concertação global de interesses entre o regime fascista do Estado Novo e o grande capital, mesmo durante os primeiros anos do regime, período a que se refere o estudo de Patriarca. A autora que temos vindo a citar tira a seguinte conclusão sobre esta questão:

“é indubitável que os patrões foram vendo satisfeitas muitas das suas reclamações. Tinham conseguido o saneamento financeiro, com a inerente diminuição das despesas públicas e o rigor orçamental nas contas do Estado. Haviam reivindicado e obtido o condicionamento que limitasse e regulasse a concorrência interna e vão conseguir, depois, a sua melhoria. Tinham reclamado e conseguido as pautas que os protegiam da concorrência externa. Haviam reclamado e obtido dinheiro mais barato, uma tributação mais gravosa (...) e vão conseguir acordos de comércio com países estrangeiros que lhes são mais favoráveis. Tinham batido contra a industrialização das colónias e acabariam por ver o seu ponto de vista consagrado: estas iriam constituir, antes de mais, fonte de matérias-primas e um escoadouro para a produção metropolitana. E, tão importante quanto esta longa lista de benefícios, haviam conseguido o mais desejado dos bens: ordem nas ruas e paz nas empresas” (Patriarca, 1995: 646).

Por sua vez, Fernando Rosas, estudando a estrutura económica portuguesa dos anos 30, deteta que, “sob uma aparente pulverização global das empresas industriais, a estrutura industrial dos anos 30 e 40 conhecia, em vários sectores, um processo de concentração espontânea¹³ ou de monopolização/cartelização administrativa que permitia identificar claramente uma elite de “capitães da indústria”” (Rosas, 1994: 67).

Pela leitura das observações deste autor subentende-se que não se pode falar numa intromissão do Estado nos assuntos da sociedade civil, ou o mesmo é dizer, na esfera da iniciativa privada. Na verdade, para lá de todo o discurso liberal expresso nas palavras das associações representativas e dos intelectuais mais próximos da grande

¹³ “Monopolização que se processava tanto espontaneamente como pela intervenção direta do Estado, isto é, através da concessão do exclusivo da exploração de certos sectores ou serviços essenciais” (Rosas, 1994: 68). Este último processo sublinha o papel do Estado fascista na própria formação da grande burguesia industrial. No que lhes diz respeito, a burguesia industrial e os técnicos e gestores de topo das grandes empresas da indústria, “viam no *Estado forte e esclarecido*”, isto é, no regime do Estado Novo, “a *condição primeira* de desenvolvimento económico do país” (Rosas, 1994: 89) [itálicos nossos].

burguesia, a realidade era que o corporativismo inscrito na matriz constitucional do Estado Novo não era contrariado pelas classes dominantes:

“o Estado regulava tudo, ou quase tudo: dimensão mínima das empresas, cotas de produção, normas de produção, cotas de consumo de matérias-primas, preços desde o produtor ao consumidor, autorizações de importação, preços de exportação, etc. Pouco ficava para a “autodirecção”⁴⁶ e para a iniciativa própria dos empresários. No fundo, nem “os empresários contemplados com a organização corporativa o desejavam: era exactamente nos sectores onde falhara a “autodirecção”, o cartel privado, que era reclamada a intervenção corporativa do Estado, isto é, a cartelização e disciplina obrigatória. Na conjuntura de crise na primeira metade dos anos 30, a maioria dos industriais e os grandes agrários reclamavam não por “autonomia”, mas pela autoridade do Estado, pela força que impusesse os remédios e as arbitragens que eles, por si só, não estavam em medida de aplicar, quer contra o movimento operário, quer contra si” (*idem*, 1994: 255).

Nesse sentido, a Lei da Reconstituição Económica de 1935, os Dois Planos de Fomento (1953-58 e 1959-60) e o Condicionamento Industrial, conforme firmado na Lei nº 1956 de 1937, são pacotes legislativos sem os quais o processo de desenvolvimento das forças produtivas e os mecanismos de acumulação de capital seriam uma miragem. Sobre o Condicionamento Industrial vale a pena referir que este se pautava por ser um “estímulo à implementação ou defesa da concentração” e, por outro lado, “permitiu às principais empresas auferir uma renda diferencial que reforçou a sua capacidade hegemónica no ramo”, isto é, “a constituição de cartéis solidamente dirigidos por núcleos restritos das principais empresas em cada sector” (Rosas, 1994: 257). Paralelamente, todo este conjunto de medidas ajudou ao processo de concentração de capitais.

“Em 1972, 16,5% de todas as empresas industriais asseguravam 73% da produção industrial (...). Em 1973, as sociedades anónimas – que representavam somente 5,7% de todas as sociedades – concentravam 75% de todo o capital societário e 40% do pessoal e obtinham 46% do total das receitas das sociedades” (*idem*, 1994: 468). Por conseguinte, “em Abril de 1974, a economia portuguesa era dominada por quarenta e quatro famílias, na sua maioria controlando os sete grandes grupos financeiros. Estes grupos controlavam: quase totalmente, quatro dos mais importantes sectores industriais quanto os níveis de produtividade, taxa de lucro e capacidade tecnológica (cerveja, tabacos, papel e cimento); maioritariamente, os

sectores industriais básicos (siderurgia, indústrias químicas, construção e reparação naval e metalomecânica pesada); o sector bancário e segurador; a maioria dos transportes marítimos (grupo CUF). Os “sete magníficos”, para além das trezentas empresas que detinham, dominavam as oito maiores empresas industriais e cinco das principais empresas exportadoras” (*idem*, 1994: 470-471).

Para terminar, vejamos o que uma das investigações historiográficas mais recentes nos apresenta sobre o mesmo assunto. O artigo “Inflação e contratação colectiva (1968-1974)” de Ricardo Noronha representa um bom exercício de utilização de um objeto de estudo específico para, por um lado, retratar o vértice de poder económico no fascismo português e, por outro, evidenciar as danças ritmicamente distintas dos diversos agentes sociais nas contendas e conflitos então decorrentes, nomeadamente num contexto de crise do regime. Contendas sociais e conflitos políticos necessariamente dotados de distintas forças e impactos no tecido social e económico do país, de acordo com a sua proveniência de classe. “A escalada inflacionária (...) foi então abordada como a expressão de uma crise mais geral e profunda, que não se limitava a uma dimensão estritamente monetária” (Noronha, 2010: 233).

Com efeito, Noronha vai articular um fenómeno específico – a escalada inflacionária no período final do Estado Novo – com características estruturantes do regime, a saber, a relação do regime com as classes dominantes. Na relação determinante da conexão do regime com a grande burguesia de então,

“destacavam-se claramente, no conjunto da economia portuguesa, sete grandes grupos empresariais: Banco Nacional Ultramarino, Banco FONSECAS & BURNAY, Champalimaud, CUF, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Português do Atlântico e Banco Borges & Irmão. Em 1973, das 411 empresas com volumes de vendas superiores a 30 000 contos, 300 pertenciam a este “núcleo monopolista” que, para além do controlo sobre matérias-primas fundamentais e indústrias de base, passara a dominar os principais meios de transporte e o sector financeiro (80% da banca e 55% dos seguros). Controlava ainda: 8 das 10 maiores empresas industriais e metade das empresas com capital superior a 500 000 contos; as cinco principais empresas exportadoras; os quatro sectores industriais com maior produtividade, taxas de lucro e capacidade tecnológica (cerveja, tabacos, papel e cimentos); as indústrias de base fundamentais (energia, química, construção e reparação naval, siderurgia e metalomecânica pesada). A articulação entre o sector financeiro e a indústria assumiu um papel decisivo para a configuração destes

conglomerados, formados a partir da expansão de grupos de base industrial que procuravam estender o seu controlo ao sector bancário, ou de grandes bancos comerciais que multiplicavam e diversificavam os seus investimentos industriais” (*idem*: 236-237).

Como corolário lógico, a “banca comercial” era “o ponto de encontro de vários problemas e tensões acumulados pela formação social portuguesa no seu processo de industrialização” (*idem*: 238), evidenciando-se a orientação do regime em prol dos processos contemporâneos e capitalistas de concentração e centralização de capital. Em sintonia, o argumento de Noronha contribui, igualmente, para rejeitar a noção de Salazar como um ditador meramente ligado ao meio rural e sem pontes com os setores mais modernos e dinâmicos da burguesia portuguesa de então.

O agrupamento dos dados recolhidos adquire semelhanças e, em todos os autores, denotam-se duas grandes tendências similares e constitutivas de uma modernização capitalista da época: a) reforço do poder dos grandes grupos económicos na esfera da produção e circulação de bens e de capitais; b) concentração de capital e polarização da riqueza. Por outras palavras, a base material de sustentação do regime fascista situava-se, precisamente, nas relações capitalistas de produção, pré-existentes a 1933, mas desenvolvidas e expandidas com o Estado Novo. Naquele contexto histórico, um não vive sem o outro. O estado de desenvolvimento da organização social, política e económica capitalista, bem como a crise sistémica que a atravessou, criaram condições ótimas para o surgimento e amadurecimento do fascismo. Por sua vez, esta forma de Estado e de regime político desenvolveu, notoriamente, dinâmicas intrinsecamente capitalistas como a expansão das relações de produção (trabalho assalariado) na agricultura e na indústria, ou a concentração e centralização de capitais. Assim, em termos substantivos, os dados disponíveis evidenciam que não havia apenas uma relação de mútuo relacionamento benéfico entre duas instâncias distintas e independentes, mas se constituiu uma unidade social entre as instâncias política e económica, onde cada uma delas era dotada de especificidades próprias e de uma autonomia relativa. Contudo, essa autonomia relativa existia no seio de um macro mundo social mais vasto, tornando a manifestação histórica de cada uma das duas instâncias (o regime político fascista e a economia capitalista de então¹⁴) como duas

¹⁴ Com isso não queremos afirmar que só através do fascismo se poderia implementar e/ou fortalecer dinâmicas económicas de recorte capitalista. Na verdade, o fascismo foi um caminho excecional para se atingir esses propósitos. No caso português, tal facto só foi possível com o regime ditatorial, na medida

componentes essenciais e recíprocas de um único tabuleiro sócio-histórico. Por conseguinte, cada uma das instituições foi indispensável e necessária à outra naquele período histórico específico da vida nacional e europeia.

Considerações finais

O Estado Novo português (se se incluir o breve período da ditadura militar de 1926 a 1933) foi a ditadura com maior duração histórica da Europa do século XX. E se esse facto foi, em boa parte, conseguido por via da repressão física e da desorganização política e ideológica de boa parte das classes populares portuguesas, não pode deixar de assumir relevo o papel do regime para a coesão interna entre as elites políticas e as classes (economicamente) dominantes do país. Na Primeira República, as disputas entre as frações agrária/latifundiária e industrial resultavam em constantes conflitos, derrubes de governos ou mesmo golpes de Estado (lembre-se o caso de Sidónio Pais, precursor do fascismo em Portugal, que ascendeu ao poder em 1917 por via violenta e foi derrubado no ano seguinte), pelo que o Estado Novo português surgiu como uma solução radical, violenta, mas consensual entre os grupos situados no topo da sociedade portuguesa de final dos anos 20. Em simultâneo, essa coesão política, por via da pacificação dos conflitos e por via da ascensão paulatina e gradual da burguesia industrial a fração hegemónica na estrutura económica do país, permitiu o próprio desenvolvimento económico sob bases capitalistas sem demasiadas contrariedades ou sobressaltos. Pelo menos até ao final da Segunda Guerra Mundial, onde o regime fazia parte de uma constelação europeia de ditaduras e enquanto as lutas operárias (a partir dos anos 40) e estudantis (dos anos 60 em diante) não iam abrindo fissuras nos processos de legitimidade política do poder instituído.

Por conseguinte, um conjunto de fenómenos políticos complexos como a instauração e edificação do fascismo em Portugal, corporizado na figura política do regime do Estado Novo, não decorreram tão-somente no plano propriamente dito da

em que este conseguiu agregar politicamente as várias frações das classes dominantes em torno de um projeto nacional de simultâneo incremento da exploração económica das ex-colónias portuguesas em África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e de conciliação entre uma camada social agrária refractária à modernização da estrutura fundiária e uma burguesia industrial que almejava a se tornar economicamente dominante no espaço económico português. Relembre-se que a Primeira República portuguesa (1910-1926) foi atravessada por inúmeros conflitos entre essas duas grandes (e internamente heterogéneas) frações de classe. Também deste ponto de vista, o fascismo estadonovista teve um papel relevante na unificação política das burguesias agrária e industrial, algo que o regime da Primeira República nunca foi capaz (Rosas e Rollo, 2010).

política. Com efeito, o impacto na estrutura socioeconómica foi, indubitavelmente, relevante como se buscou demonstrar acima nas duas secções centrais deste trabalho. De facto, como a secção II procurou evidenciar com particular ênfase, o fascismo mais do que uma necessidade do capitalismo em geral, foi em simultâneo: a) uma necessidade (ou, se se preferir, a via mais provável) decorrente da evolução dos processos de difícil institucionalização da Primeira República e do capitalismo português de então e; b) o catalisador do aprofundamento estrutural de dinâmicas capitalistas na formação socioeconómica portuguesa.

Desse modo, podemos perspetivar o regime ditatorial do Estado Novo não como um mero epifenómeno da economia, mas como uma demonstração de como o campo político detém um grau considerável de autonomia relativa, comunicando e ajudando na própria configuração da estrutura económica. No caso concreto do Estado Novo português, dinâmicas como a formação de uma burguesia financeira detentora de participações na área bancária, financeira, comercial e industrial e que concentrava uma significativa parte do PIB nacional só foi possível no contexto desse regime político.

A perspetivação destes processos políticos e socioeconómicos revela tanto, no plano da realidade social então vigente, para as condições e desafios económicos colocados às classes dominantes portuguesas da época, como, no plano teórico, para a superação de noções de senso comum assentes na atribuição de um exclusivo e linear ruralismo ao regime de Salazar e Marcelo Caetano ou de que o Estado Novo pouco ou nada se relacionaria com as classes sociais e com a própria configuração e evolução do capitalismo português no século XX.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, João Valente (2008), *Fascismo e Estado Novo: uma aproximação ao tema*, Lisboa, Apenas Livros.
- (2010), *Classes, valor e acção social*, Lisboa, Página a página.
- ALVES, Vera Marques (2010), “O Povo do Estado Novo”, in José Neves (org.), *Como se Faz um Povo*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 183-194.

- AMARAL, Luciano (1994), “Portugal e o Passado: Política Agrária, Grupos de Pressão e Evolução da Agricultura Portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, in *Análise Social*, vol. 29 (128), 889-906.
- BERNARDO, João (2003), *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*, Porto, Edições Afrontamento.
- BETTELHEIM, Charles (1971), *L'économie allemande sous le nazisme*, Paris, Maspero.
- BOBBIO, Norberto (2000), *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro, Elsevier.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, 2ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- (2004), *Distinction: a social critique of the judgement of taste*, London, Routledge.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1976), “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes”, in *Análise Social*, XII (48), 873-915.
- CARVALHO, Rita Almeida (2001), “A elite parlamentar no após-guerra 1945-1949”, in *Penélope*, nº 24, 7-30.
- CASTILHO, Tavares (2001), “A Assembleia Nacional, 1934-1974”, in *Penélope*, nº 24, 65-84.
- CODATO, Adriano (2001), “O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx”, in *Crítica Marxista*, 13, 9-28.
- COSTA, Jorge [et al.] (2011), *Os Donos de Portugal. Cem Anos de Poder Económico (1910-2010)*, 7ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- CRUZ, Manuel Braga da (1982), “Notas para uma caracterização política do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 773-794.
- (1988), *O partido e o Estado no salazarismo*, Lisboa, Presença.
- DE FELICE, Renzo (1975), *Comprendre le fascisme*, Paris, Seghers.
- DOMINGOS, Nuno; PEREIRA, Victor (2010), “Introdução”, in Nuno Domingos; Victor Pereira (org.), *O Estado Novo em questão*, Lisboa, Edições 70, pp. 7-39.
- FÉLIX, Pedro (2003). “O Concurso ‘A Aldeia mais Portuguesa de Portugal’ (1938)”, in Salwa el-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (org.), *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 207-232.
- FERNANDES, António Teixeira (1998), *Os fenómenos políticos*, Porto, Afrontamento.
- FERNANDES, Paulo (2006), “Elites locais e poder municipal”, in *Análise Social*, vol. XLI (178), 55-73.
- FERNANDES, Tiago (2001), “A ala liberal da Assembleia Nacional (1969-1973): um perfil sociológico”, in *Penélope*, nº 24, 35-64.
- FERREIRA, Sónia Sofia (2012), “‘Temos Fome, Temos Fome’: resistência operária feminina em Almada durante o Estado Novo”, in Raquel Varela e Ricardo Noronha (org.), *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, pp. 109-120.

- FONSECA, Hélder (1998), “Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)”, in *Análise Social*, 33, 497-538.
- HALPERN Pereira, Miriam (1979), *Política e Economia – Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte
- HENRIQUES, Mendo Castro (2010) (org.), *Pensamento e Doutrina Política de Salazar: Textos Antológicos*, Lisboa, Verbo.
- HOBBSAWM, Eric (2002), *A era dos extremos (1914-1991)*, Lisboa, Presença.
- LEONARD, Yves (1998), *Salazarismo e fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- MARQUES, Hélder Miguel (2007), “O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, III Série, vol. 8, 299-316.
- MARTINS PEREIRA, Francisco (2005), *Para a História da Indústria em Portugal: 1941-1965*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2009), *Salazar, uma biografia política*, Lisboa, Dom Quixote.
- MESZAROS, Istvan (2002), *Para além do capital*, São Paulo, Editorial Boitempo.
- NORONHA, Ricardo (2010), “Inflação e contratação colectiva (1968-1974)”, in Nuno Domingos e Victor Pereira (org.), *O Estado Novo em questão*, Lisboa, Edições 70, pp. 233-264.
- NUNES, Adérito Sedas (2001), *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- PATRIARCA, Fátima (1995), *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PEREIRA, José Pacheco (1976), *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal*, 2ª ed., Porto, Ed. Nova Crítica.
- PINTO, António Costa (1992), *O salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa, Estampa.
- (2000), *The Blue Shirts. Portuguese Fascists and the New State*, New York, SSM-Columbia University Press.
- PINTO, António Costa (2011) (ed.), *Rethinking the nature of fascism: comparative perspectives*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Edições Afrontamento.
- POULANTZAS, Nicos (1970), *Fascism and dictatorship*, London, Verso.
- RAMOS, Rui (2009), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- RAMOS DO Ó, Jorge (1999), *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa.

- ROSA, Eliana (2009), *A elite política municipal e distrital do Porto (1926-1945)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROSAS, Fernando (org.) (1994), *História de Portugal. VII volume: O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (org.) (2010), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.
- SÁ, Victor de (1989), *Fascismo no quotidiano*, Lisboa, Vega.
- SILVA, Manuel Carlos (1988), “Economia, campesinato e Estado Novo”, in *Ler História*, 15, 111-155.
- TILLY, Charles (1992), *As Sociology meets History*, New York, Academic Press.
- TRINDADE, Luís (2008), *O estranho caso do nacionalismo português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat¹

Vera Diogo²

Instituto Politécnico do Porto e Universidade do Porto

Paula Guerra³

Universidade do Porto

Resumo | Neste artigo, refletimos acerca dos diferentes discursos acerca da inovação social produzidos no âmbito de ação da Associação Humanitária Habitat (AHH). A análise dos discursos presentes focaliza quatro dimensões: a identitária, a interaccional, a cívica, a interorganizacional e a interescalar. Sustentamos que a inovação social propõe uma mudança que restaura a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social. As organizações do terceiro setor assumem aqui um papel central, sendo também este o momento de equacionar a possibilidade do desenho de uma utopia renovada.

Palavras-chave: Identidades; Terceiro Setor; Inovação Social; Utopia.

Abstract | *Social Innovation as a renewed utopia: the case of Habitat For Humanity Braga*

This article presents a reflection about the diverse discourses on social innovation developed under Associação Humanitária Habitat's intervention. The analysis is focused on four dimensions: identity, interaction, civic, interorganizational and interscale dimension. We defend that social innovation implies the type of change that rehabilitates the resilience capacity of social systems, promoting people's capacities, improving human and social capital. The third sector organizations have a crucial role in this process; given this scenario, we propose the conceptualization of social innovation as the possibility of a renewed utopia.

Keywords: Identity; Third Sector; Social Innovation; Utopia.

¹ Este artigo retoma e amplia uma investigação levada a cabo no âmbito do Mestrado em *Riscos, Cidades e Ordenamento do Território* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que deu origem a uma Dissertação intitulada *Dinâmicas de Inovação Social e suas Implicações no Desenvolvimento Espacial. Três Iniciativas do Terceiro Setor no Norte de Portugal*, concluída em 2010, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto. Assistente Convitada – UTC Ciências da Educação. Doutoranda em Sociologia – Faculdade de Letras, Universidade do Porto (Porto, Portugal).
E-mail: veradiogo@ese.ipp.pt; veralvespdiogo@gmail.com

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Socióloga e Professora Auxiliar. Departamento de Sociologia. Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). *E-mail*: pguerra@letras.up.pt; mariadeguerra@gmail.com.

Résumé

L'Innovation Sociale come utopie renouvelée: le cas de l' Association Humanitaire Habitat

Dans cet article, nous réfléchissons sur les différents discours sur l'innovation sociale produite dans le champ d'application de l'Habitat Association Humanitaire (AHH). L'analyse de ces se concentre sur quatre dimensions: l'identité, l'interaction, la vie civique, l'interorganisationnelle et interscalaire. Nous soutenons que l'innovation sociale propose un changement qui restaure la résilience des systèmes, de l'autonomisation des personnes, le renforcement de leur capital humain et social. Les organisations du tiers secteur assumer un rôle central à cet égard, donc c'est aussi le temps d'examiner la possibilité d'élaborer une utopie renouvelée.

Mots-clés: Identité; Troisième Secteur; Innovation Social; Utopie.

Resumen

La innovación social como una utopía renovada: el caso de la Asociación

En este artículo se reflexiona sobre los diferentes discursos sobre la innovación social producido por la acción de la Asociación Humanitaria de Hábitat (AHH). El análisis de estos se centra en cuatro dimensiones: la de la identidad, la interaccional, la cívica, y la interesalar entre otras. Sostenemos que la innovación social se propone un cambio que restaura la resistencia de los sistemas, desde el empoderamiento de las personas, mejorando su capital humano y social. Las organizaciones del tercer sector asumen un papel central en este caso, este es también el momento de considerar la posibilidad de elaborar una utopía renovada.

Palabras-clave: Identidad; Tercer sector; Innovación social; Utopía.

1. Enquadramento e dimensões da inovação social

A inovação social é a proposta de uma via efetiva e criativa para a resolução de problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e promover o desenvolvimento. A inovação social antevê-se como ativação dinâmica da relação entre estrutura e agência, através da afirmação do papel do indivíduo na sociedade, do poder de agência de indivíduos e organizações, e da incessante capacidade humana para a reinvenção. Como nos diz Westley, “como seres humanos, quando cessamos de mudar, morremos, e da mesma forma, quando os sistemas sociais param de mudar, tornam-se rígidos, e, mais vulneráveis a choques externos” (Westley, 2008: 1-2). As crescentes dimensões da exclusão social são, justamente, um sintoma da rigidez do atual sistema socioeconómico.

A mudança social processa-se em ciclos de longa duração, de acordo com as dinâmicas de resiliência dos sistemas socioecológicos, no constante (re)equilíbrio das suas forças. Atualmente, assistimos a fortes desequilíbrios, na qualidade ambiental, na estabilidade das economias e dos sistemas políticos e na justiça social, que comprovam a necessidade de mudança. Ora, a inovação social vem propor uma mudança que restaura a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social.

Nesse processo de capacitação, as organizações do Terceiro Setor assumem um papel central, porém as suas iniciativas só serão efetivas na promoção de desenvolvimento, se, em primeiro lugar, se centrarem nas pessoas com quem trabalham – ou seja, a adoção da máxima – “trabalhar com e não para” – e, em segundo lugar, cooperarem ativa e produtivamente entre si e com as entidades do setor público e do setor privado – praticar o trabalho em rede.

Segundo Nilsson, a significância de um processo de inovação social mede-se não só pela escala que atinge – “número de pessoas, área geográfica, como pelo seu alcance – capacidade de agitar diversas dimensões sociais, e, ainda pela ressonância que provoca – a intensidade com que capta a imaginação das pessoas” (Nilsson, 2003: 3). O alcance implica uma abordagem integrada dos problemas sociais, percebendo que as suas causas são tão complexas como as formas que assumem, estando frequentemente interligadas diferentes dimensões da exclusão (ex: habitação degradada/insucesso escolar). A ressonância situa-se na capacidade de uma iniciativa social captar a imaginação dos indivíduos, de forma a integrar-se nas suas estruturas mentais, nas suas práticas sociais, promovendo uma reinterpretação e uma apropriação da mensagem que favoreça a sua reprodução. Estes três critérios são fundamentais na análise de qualquer dinâmica de inovação social, visto que abrangem o seu potencial de difusão.

Embora a ação social ou serviços sociais sejam o domínio mais difundido, as práticas de inovação social abrangem vários domínios da sociedade, desde a economia à política, da tecnologia à ética, destacando-se as políticas sociais, o desenvolvimento local e o planeamento urbano. A inovação social tem um caráter fortemente abrangente, na medida em que são numerosos os fenómenos socioecológicos que requerem a sua abordagem, a saber: o aumento da esperança média de vida; o aquecimento global; a crescente diversidade cultural dos países e das cidades; a agudização e o alargamento das desigualdades sociais; o aumento de problemas de saúde de longo prazo; os problemas resultantes de estilos de vida marcados pela abundância; as dificuldades na

passagem à idade adulta; a discrepância entre o crescimento económico dos países e a felicidade das populações (Mulgan *et al.*, 2007a). Todos estes fenómenos se demarcam pela sua inerente complexidade que só pode ser abordada pelas conexões interdimensionais dos problemas em análise, aliando a ação deliberada de indivíduos e grupos com a emergência da oportunidade (Born *et al.*, 2009) num contexto de modernidade complexa.

O caso dos serviços públicos arreiga-se, em grande medida, com a capacidade de interação efetiva entre a entidade estatal que os gere e as dinâmicas da sociedade civil nas comunidades que deles usufruem. Segundo Charles Leadbeater, a chave para a melhoria da qualidade de serviços públicos está na capacidade de desenvolver soluções locais e baseadas em relações sociais funcionais. Grande parte dos atuais problemas sociais resultam da disfuncionalidade das relações que sustentam as comunidades, da qual o envelhecimento e a solidão a ele associados são paradigmáticos. As soluções de *peer-to-peer* têm-se demonstrado valiosas, justamente, porque “um dos motivos que leva as pessoas a mudarem os seus hábitos e comportamentos, seja deixar de fumar, ter uma alimentação mais saudável ou fazer reciclagem, é o facto de respeitarem pessoas que conseguiram fazer o mesmo” (Leadbeater, 2009: 5). A aposta neste tipo de solução impõe uma flexibilização dos sistemas públicos, atualmente marcados por uma forte centralização, racionalização e burocratização. Para tal, é necessário encarar os serviços públicos, ao mesmo tempo, como prolongamento e como alicerce, das relações sociais que sustentam o dia a dia das populações.

2. Modalidades de operacionalização da inovação social

Segundo Mulgan, o desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em três pilares estruturantes do sistema socioeconómico em que este se insira – procura efetiva, oferta efetiva e estratégias efetivas. A procura efetiva é o reconhecimento da necessidade social abordada por promotores diretos – consumidores de produtos, de serviços ou voluntários – e promotores indiretos – patrocinadores, fundações. A oferta efetiva é a nova ideia gerada para responder a essa (s) necessidade(s), e as formas de a operacionalizar e expandir que lhe são associadas. As estratégias efetivas correspondem aos financiamentos, aos agentes envolvidos e às metodologias de aplicação que favorecem a absorção da inovação social pelos mercados. Este é, habitualmente, o pilar

menos estável, “dado o número limitado de organizações e redes, assim como de profissionais de gestão na área, que permita estabelecer comunidades de prática, o que provoca a escassez de métodos e técnicas apropriados, levando os promotores a sentirem-se amadores” (Mulgan *et al.*, 2007b: 5).

É recorrente a utilização das redes de cooperação como meio de difusão de inovação social. Contudo, não basta apostar na sua função de transmissão de informação e de plataforma de interação de capital social. A estrutura de determinada rede é fundamental, na medida em que “uma rede com demasiados elos fortes poderá diminuir a diversidade de ideias e padrões, enquanto uma rede com demasiados elos fracos poderá cair na dispersão e na perda de informação, é assim crucial ter a mistura certa de *bees and trees* [abelhas e árvores: pequenas e grandes organizações]” (Moore e Westley, 2009: 21).

Para que uma inovação se consiga expandir nas redes sociais, há certas condições que dependem das características da mesma. Podemos elencar as seguintes: “vantagem relativa; reduzida competição; capacidade de ser testada e resultados comprovados; compatibilidade e complementaridade; simplicidade; baixo preço e valorização de investimentos” (Mulgan *et al.*, 2007b: 14-15). Ora, uma iniciativa que inclui, em si, criatividade e valor adicional relativamente às alternativas existentes, estará seguramente em vantagem. Um projeto será também melhor sucedido se operar num campo onde tem reduzida competição por parte de outras ideias. Uma ideia que possa facilmente ser testada e comprovar a sua eficácia atrairá mais facilmente promotores. Também uma ideia adaptável ao contexto social e à tecnologia existente será mais rapidamente aplicada, por implicar menores investimentos e ser articulável com projetos já em curso. Por último, quanto mais simples, menos dispendiosa e financeiramente arriscada, for uma ideia nova, maior será a sua capacidade de ser desenvolvida e de se adaptar a diferentes contextos (Mulgan *et al.*, 2007a).

Contudo, não podemos descuidar a influência determinante de certos fatores externos na efetivação das estratégias de crescimento de um projeto inovador, como a disponibilidade de fontes estáveis de financiamento, incluindo para situações que requerem maior nível de risco; o desenvolvimento dos níveis intermédios das redes; a solidez do conhecimento e experiência na área da inovação social, e o grau de incentivo à adoção de melhores performances em modelos inovadores na gestão dos setores público e privado. As dificuldades que os processos de inovação, geralmente, enfrentam são a falta de procura para adoção de novos modelos de intervenção, por parte de

entidades públicas ou de outras organizações, a ausência de agentes intermediários que aproximem a procura da oferta, a relativa ausência de recursos para investigação e desenvolvimento na área social, a escassez de capital para gerar crescimento em organizações sociais e a debilidade dos mercados de trabalho na área de gestão (Mulgan *et al.*, 2007b: 24).

A articulação daqueles pilares estruturantes pode processar-se num *continuum* de possibilidades de desenvolvimento que vai do crescimento organizacional (extremo de máximo controlo) à inovação sistémica (extremo de difusão não controlada). O crescimento organizacional baseia-se na difusão de um processo inovador pela transformação interna de uma organização que se expande como órgão único ou através da criação de filiais. Já a inovação sistémica extravasa os limites das organizações e difunde-se enquanto modelo ou comportamento imbuído de princípios inerentes ao projeto social que lhe subjaz, como a reciclagem, a formação contínua, a democracia parlamentar, etc. (Mulgan *et al.*, 2007b: 17).

Embora o crescimento organizacional seja das formas mais visíveis de promover inovação, o caminho contrário, ainda que menos evidente, obtém resultados mais frutíferos. Uma inovação social bem sucedida depende de várias reinterpretações, por parte dos seus promotores diretos, dos beneficiários, dos patrocinadores e do público em geral. Quando todo este processo de reinterpretação é bem sucedido, o impacto da inovação atinge proporções que uma inovação garantida por uma só organização nunca poderá atingir. Sendo o objetivo último da inovação social “mudar a forma como as sociedades pensam”, é necessário, em primeiro lugar, inserir a nova ideia nos valores, padrões socioculturais e normas, nas estruturas mentais tipo e nas práticas sociais de uma dada sociedade, de forma a que esta seja apropriada e reproduzida. “Não se conhecem casos de uma só organização ter produzido inovação sistémica, no sentido em que é aqui compreendida” (Mulgan *et al.*, 2007b: 22-23).

3. A inovação social no Trilho da justiça espacial

Antes de mais, uma palavra sobre o conceito de justiça: interpretamo-lo aqui à luz da perspectiva de John Rawls (2003). Sustenta Rawls que o princípio básico da justiça é a garantia da maximização dos padrões mínimos de Bem-Estar – o princípio de *maximin* – a maximização dos mínimos sociais. Portanto, a existência de desigualdade de oportunidades deve levar à ampliação das oportunidades daqueles que tenham menos

(Rawls, 2003). Este princípio baseia-se nos critérios de “diferença” – o reconhecimento de desigualdades sociais e económicas deve resultar na atribuição de benefícios aos mais desfavorecidos e de “liberdade” – cada um tem direito ao mesmo grau de liberdade que termina onde começa a liberdade do outro, resultando que os graus de liberdade de cada um são interdependentes.

Assim, a visão de Rawls afasta-se claramente das interpretações da justiça como igualdade, assumindo declaradamente a existência inevitável de desigualdades sociais. Contudo, as desigualdades só podem ser admitidas como consequência do exercício de cargos e funções acessíveis a todos em condições de justa igualdade de oportunidades. Podemos aqui fazer uma ponte para o ideal de justiça afirmado no Manifesto do Partido Comunista, por Marx e Engels, *tratar igual o que é igual, tratar diferente o que é diferente*, que, em curtas palavras, expõe a necessidade de atribuição de benefícios àqueles cujas oportunidades são mais limitadas (Marx e Engels, 1998 –21 de fevereiro de 1848).

A perspetiva de Rawls é analisada por Bret (2009), no sentido de compreender as potencialidades do seu carácter universal na análise de realidades diversas. Bret defende que a recusa do universal em favor de particularismos culturais pode correr o risco de cair no relativismo ou no comunitarismo, a ponto que as práticas sociais específicas ganhariam autoridade normativa, legitimando os factos com a sua mera existência e, assim, negando a liberdade dos indivíduos para lá do espaço-tempo em que vivem. Tendo em conta que, apesar das suas diferenças, os seres humanos partilham uma mesma condição enquanto “pessoas morais” e, portanto, o seu valor é universal. O carácter racional e o nível de abstração inerente às propostas de Rawls são, para Bret, elementos catalisadores da sua capacidade de alcançar validade universal. Bret aconselha, pois, o discernimento entre ideias que contribuem para a ocidentalização do mundo e a teoria de Rawls, que pretende avaliar o cumprimento dos princípios de justiça como equidade em todo o mundo, incluindo no mundo ocidental (Bret, 2009: 41, 45).

O carácter racional das premissas rawlsianas permite-nos não só refletir sobre o mundo, como agir sobre ele e transformá-lo, pois a ação é o objetivo último de todo o pensamento. Ora, se observarmos a realidade da grande maioria dos países, vemos facilmente que a maximização dos mínimos sociais não é eficiente, as desigualdades sociais estão longe de aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos. É sobre esta realidade, nomeadamente sobre as desigualdades em níveis de desenvolvimento, que

importa agir no sentido da mudança, respeitando princípios universais de justiça. O conceito de justiça incorpora, assim, uma dimensão de agência, uma componente prática de projeto em construção (Bret, 2009; Brawley, 2009: 27).

A noção de justiça espacial é entendida como a perspetiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. A aceção espacial permite-nos avaliar, tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Permite-nos, ainda, transpor barreiras disciplinares e propor metodologias de promoção da justiça e da democracia. Analisando as realidades multiescalares a que vivemos, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente na face do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Soja, 2009: 32-33).

Assim, se as principais questões a respeito do desenvolvimento concernem a distribuição dos recursos e a organização das atividades socioeconómicas de acordo com critérios de eficácia (capacidade de atingir objetivos) e eficiência (capacidade de rentabilizar meios na prossecução de fins), a articulação entre estes critérios deve adequar-se ao ideal de justiça como equidade (maximização das oportunidades de todos, privilegiando os mais desfavorecidos, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades). A justiça assume-se como condição e, ao mesmo tempo, como objetivo central do desenvolvimento, dando propósito aos processos de decisão e planeamento público. Como aliás, o enuncia Marcuse, a respeito do planeamento urbano: “a justiça (a cidade justa) é o objetivo último do planeamento, não um objetivo entre objetivos, e não apenas de vários planos, mas do planeamento em geral” (Marcuse, 2009: 49).

O conceito de desenvolvimento espacial é muito útil para estruturar uma perspetiva integrada, dada a alocação geográfica das populações, dos serviços e dos recursos. A dimensão espacial do desenvolvimento é inerente à constituição das próprias sociedades, as geografias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento são espelho dessa realidade. É importante compreender a amplitude de escalas de análise da espacialização do desenvolvimento – local, regional, inter-regional e global – escalas que não são estanques, mas porosas, inter-relacionando-se e sobrepondo-se em diversas dimensões (Figueiredo, 2010). Enfim, é também no espaço que são mais visíveis as exclusões e as inclusões (Guerra, 2002).

Para compreender o conceito de desenvolvimento espacial deve observar-se, antes de mais, a dialética entre espaço e sociedade, *space is place*, ou seja, o espaço é socialmente construído, assim como as sociedades são construídas no espaço de tal

forma que, como um espelho, o próprio espaço ganha identidade social, reproduzindo as condições sociais que o moldaram (Soja, 2009). Citando Castells, “o espaço não é um reflexo da sociedade, é a sociedade” (Marques, 2004: 9). Esta constante evolui mediante dois pilares estruturantes da própria condição humana: a dualidade espaço-tempo e o binómio indivíduo-sociedade.

Quanto ao binómio indivíduo-sociedade, a condição de indivíduo implica ser portador de determinados padrões sociais, inculcados através do contínuo processo de socialização em que a consciência e a própria personalidade se formam, integrando os valores, as normas e os comportamentos próprios a determinada cultura, com determinada historicidade. Em processo recíproco, é esse indivíduo portador de símbolos e de representações socialmente adquiridas que tem o poder, não só de reproduzir, como de renovar significações e, com elas, padrões de conduta. O património simbólico é produzido no domínio intersubjetivo das relações entre indivíduos e grupos sociais que reproduzem e modificam símbolos anteriormente construídos, nomeadamente, em torno de determinados lugares. Assim se constrói socialmente o mesmo espaço, que, tornado lugar antropológico, molda a interação dos indivíduos em sociedades determinadas histórica e geograficamente.

A realidade que experienciamos, enquanto seres pensantes e produtores de conhecimento, tem um carácter inevitavelmente espaço-temporal. A este respeito, Massey fala-nos do carácter integrado da dualidade espaço-tempo, questão central para os desafios atuais das ciências sociais (Massey, 1999: 7-8). Para o compreender devemos perceber as múltiplas temporalidades, as múltiplas histórias que, interagindo entre si, na sua relação com a espacialidade, dão forma ao futuro, um futuro que é construído, antes de ser predizível. Isto implica pôr de parte o determinismo histórico e as concepções simplistas, unitárias e/ou etnocêntricas da História, abrindo-nos horizontes para a realidade multifacetada e o carácter aberto da própria história (Massey, 1999: 7-8). Após um século de tradição historicista, na última década tem-se reconhecido o papel ativo do espaço na sua relação com as sociedades, enquanto gerador de efeitos positivos e negativos sobre as populações (Soja, 2009).

Esta visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos enquanto esfera de realização plena do objetivo último do desenvolvimento – o Bem-Estar social é fundamental para o processo de mudança sistémica que a inovação social preconiza.

4. A Associação Humanitária Habitat como referencial analítico

4.1. Enquadramento e descrição

A Associação Humanitária Habitat (AHH) é uma Associação sem fins lucrativos centrada na temática da habitação e filial da *Habitat for Humanity International*, (HFHI), uma ONG internacional cujo objetivo último é a erradicação da pobreza habitacional. A HFHI foi fundada em Americus, na Georgia, por Millard e Linda Fuller, um casal que trocou uma vida de luxo por uma vida de serviço à comunidade, com o apoio de diversas congregações cristãs. Com inspiração cristã e ecuménica, a Habitat professa a “Teologia do Martelo” — pondo de parte as nossas divergências, podemos encontrar um território comum, trabalhando em conjunto na construção de casas simples, dignas e acessíveis. Porém, a Habitat não está vinculada a qualquer igreja em particular e inclui nos seus princípios a não discriminação por raça, género ou religião (Fuller e Scott, 1980).

Foi, justamente, o exemplo inspirador do casal Fuller, lido num artigo de revista, que levou o seu gerador, empresário e antigo piloto, a reunir um grupo de amigos para fundar a filial portuguesa a – *Associação Humanitária Habitat* – em 1996. As casas Habitat são, tanto quanto possível, construídas nas localidades de residência das famílias, pois é tida em conta a importância das redes locais de solidariedade social. O terreno é, na maior parte das vezes, propriedade das famílias ou é doado por amigos, por familiares, pelos municípios ou por outras instituições.

Hoje, a Habitat Portugal já realizou 25 construções de raiz, 9 reconstruções e 14 reparações que criaram alojamento digno para 174 pessoas no distrito de Braga. Tendo obtido o título de Instituição de Utilidade Pública, em 2007, o trabalho da AHH é reconhecido, mantém estreitas parcerias com o poder local, empresas e instituições de ensino – como veremos a seguir – e tem sido alvo de cobertura mediática por diferentes meios de comunicação social nacionais. Em 2010, iniciou-se o primeiro projeto no concelho de Amarante, em parceria com a empresa de construção civil Mota Engil. Este passo poderá levar ao crescimento daquela estrutura organizacional que atualmente se limita a um corpo profissional de quatro pessoas, incluindo um estagiário e órgãos sociais voluntários.

A pobreza habitacional é um problema global, mas com importantes especificidades locais e dimensões socioculturais que apenas podem ser tratadas com o envolvimento de todos os atores locais. Em todo o mundo, apenas nas áreas urbanas

cerca de 1 bilião de pessoas vive em pobreza habitacional. Em Portugal, estima-se que 65% da população vive em habitação degradada (Habitat for Humanity International, 2010). Nos Estados Unidos da América, a HFHI trabalha, sobretudo, com comunidades urbanas marginalizadas. No nosso país, a AHH lida com a pobreza escondida nas áreas semirurais e peri-urbanas. Assim, a Habitat apoia e encaminha as famílias que não cumpram os critérios de seleção, no sentido de encontrarem apoio da Segurança Social ou outra solução habitacional. Os critérios de seleção consistem na efetiva necessidade habitacional, no compromisso de participar na construção e na capacidade de pagar uma prestação mensal.

Estes critérios baseiam-se no *primeiro pilar estrutural da metodologia* da Habitat que é trabalhar em parceria com as famílias, estabelecendo um compromisso. A Habitat auxilia as famílias a construírem as suas próprias casas, um pouco à imagem da autoconstrução apoiada, embora a quantidade de trabalho das famílias seja reduzida, em comparação com o trabalho voluntário. As famílias são também incentivadas a realizar voluntariado nas restantes obras da Habitat⁴.

O *segundo pilar estrutural* da Habitat é o voluntariado. Todos os órgãos diretivos⁵ são constituídos inteiramente por voluntários. Também 90% do trabalho de construção é feito por voluntários locais e internacionais, ao abrigo do programa *Global Village (GV)*. Os voluntários *GV*, de uma forma geral, perspetivam estas experiências como a sua contribuição para a equidade social e como uma forma de conhecer realidades alheias e de criar ligações importantes com as comunidades locais. O voluntariado local é, principalmente, estruturado por dois programas – o voluntariado escolar – e o *team building* – programa de voluntariado empresarial. Os voluntários a título individual são integrados nos dias de construção de outras equipas e, noutras situações, formam pequenas equipas para reparações que exijam menor número de pessoas. O voluntariado local a título individual carece de estabilidade. Contudo, existe um grupo significativo de membros regulares.

⁴ O valor médio de mensalidade ronda os 150€ e o prazo máximo para finalizar o pagamento das prestações é de 20 anos. Os custos incorporados no orçamento correspondem apenas aos materiais e à (reduzida) mão de obra profissional, sem juros e sem qualquer margem de lucro.

⁵ A saber: a Direção, Comissão de Construção, Comissão de Famílias, Comissão de Angariação de Fundos e de Voluntariado.

4.2 Representações de inovação social

Ao procurar perceber como era percebida a *identidade organizacional* pelos vários atores⁶ e avaliar a sua associação com os princípios de inovação social, encontrámos duas categorias, a definição da organização pela sua função social ou pelo seu impacto na vida pessoal do entrevistado. Da mesma forma, os entrevistados pronunciaram-se relativamente à mensagem da iniciativa em que estavam envolvidos, ao motor/fundamento da mesma e à sua importância. Quanto à mensagem, a AHH associa-a ao seu papel junto das famílias proprietárias, o motor desta iniciativa é associado aos pilares enunciados pela literatura como condições operativas para a difusão da inovação social, valorizando-se, sobretudo, o trabalho em rede (a quase totalidade dos voluntários internacionais identificou também o trabalho em rede como principal motor da Habitat). Contudo, na análise dos momentos de observação participante, perspetivámos a evidência da apropriação do princípio de *trabalhar com* no ritual de início de dia de trabalho da equipa *Global Village* observada. Reunidos frente à obra, após colocar o devido equipamento, os voluntários formam um círculo, unem as mãos ao centro e logo as atiram ao ar dizendo “*It’s not a hands out, it’s a hands up!*” (todos os elementos da equipa). O que se associa ao que uma das voluntárias revela posteriormente, “*it works because its focused on the people, I’ve seen other similar projects and the only ones who work are those who focus on the people*” (12)⁷.

No que diz respeito à importância da intervenção, o nível de resultados diretos é mais valorizado, devido à natureza material e palpável do seu produto, a construção de

⁶ Foram entrevistados elementos com vários papéis na intervenção da AHH, a saber: proprietários de casas Habitat (população-alvo), fundadores, técnicos, colaboradores e voluntários. Entrevistas que foram completadas por momentos de observação participante, sendo a metodologia deste estudo de cariz qualitativo e de enfoque interpretativo.

⁷ Passamos a expor a caracterização dos participantes citados neste artigo, por ordem de citação: 12 – Especialista das Ciências Sociais e Humanas, Sexo feminino, 63 anos, Estados Unidos da América; I – Especialista das Ciências Sociais e Humanas, Sexo Masculino, 32 anos, Braga; XV – Trabalhador da Construção Civil e Obras Públicas, Sexo Masculino, 41 anos, Braga; XI – Pensionista, Sexo Masculino, 38 anos, Braga; XIII – Outro Pessoal dos Serviços Diretos e Particulares, Sexo Feminino, 34 anos, Braga; XVIII – Outro Pessoal dos Serviços Diretos e Particulares, Sexo Feminino, 41 anos, Braga; V – Especialista das Ciências Sociais e Humanas, Sexo Feminino, 32 anos, Braga; XVI – Diretor de Produção, Exploração e Similares, Sexo Masculino, 38 anos, Braga; E – Reformado, Sexo Masculino, 55 anos, Estados Unidos da América; D – Secretários e operadores de equipamentos de tratamento de Informação, Sexo Masculino, 53 anos, Canadá; F – Advogados, magistrados e outros juristas, Sexo Masculino, 47 anos, Estados Unidos da América; B – Reformado, Sexo Masculino, 64 anos, Estados Unidos da América; VIII – Diretores e gerentes de pequenas empresas, Sexo Masculino, 64 anos, Braga; A – Diretores e gerentes de pequenas empresas, Sexo Masculino, 40 anos, Canadá.

casas, cujos efeitos são imediatamente visíveis. Assim, confirma-se a reinterpretção da missão da Habitat na erradicação da pobreza habitacional, concentrando a sua energia nesse objetivo que é, em si, um processo. Vários membros da organização expressam uma forte consciência da amplitude do papel social da organização, assim como manifestam partilhar os princípios segundo os quais o projeto da Habitat se estrutura: trabalhando com as famílias e não para estas, envolvendo os voluntários nesse trabalho, e cooperando com empresas e instituições (“é trabalhar em parceria com famílias e instituições” (I); “deve ser empresas ali que ajudam... e depois têm pessoal voluntário p’a fazer o trabalho, não é?” (XV)).

Tabela 1 – Dimensão Identitária

Dimensão identitária	Definição	Fundadores, Técnicos e Colaboradores	População-alvo
		Função social	Impacto na vida pessoal
	Mensagem	Impacto na População-alvo	
	Motor	Trabalho em rede + <i>trabalhar com</i>	
	Importância	Resultados diretos + impactos	

Em seguida, procurámos perceber a *dimensão interaccional* da AHH, isto é, a efetividade da aplicação do princípio *trabalhar com*, tendo verificado que este se expressa, particularmente, na perceção do problema pela população-alvo, dominada pela defesa de maior cooperação entre o Estado e o Terceiro Setor (“eu acho que o governo devia ajudar estas associações” (XI); “o Estado podia ajudar mais estas associações” (XIII); “o Estado não dar a estas associações, é uma coisa que anda a fazer mal! Dão ajuda p’a muita coisa que não necessitava e pr’ali que necessita não dão!” (XV)). Esta revelação da forte consciência da importância das Organizações do Terceiro Setor (OTS) e da cooperação do Estado e das empresas com estas organizações demonstra que não é apenas a organização a *trabalhar com* as pessoas, mas as pessoas beneficiadas a defenderem o papel daquela no desenvolvimento.

Tabela 2 – Dimensão Interaccional

Dimensão interaccional	<i>Importância das relações</i>	Apoio prestado pela organização
	<i>Interação da população-alvo com outros interactores</i>	Grau de interação algo limitado pela dinâmica organizacional, e diferenciado de acordo com os papéis desempenhados
	<i>Efeitos percecionados das relações na população-alvo</i>	Mudança de mentalidades e a abertura de perspectivas de futuro
	<i>Perceção do problema pela população-alvo</i>	Defesa de maior cooperação entre o Estado e as OTS

Analisando a tabela 2, vemos como são valorizadas as relações estabelecidas no seio desta iniciativa. A respeito das variações no grau de interação da população-alvo com outros membros das organizações e do projeto em análise, as limitações prendem-se com o contacto mais próximo das famílias, durante a construção das casas, seguido de um contacto periódico e, sobretudo, realizado com a comissão de famílias. Os efeitos percecionados por técnicos, colaboradores e voluntários das relações criadas, nas representações da população-alvo, de certa forma, são corroborados pela perceção da importância da cooperação entre OTS, Estado e Empresas manifesta pela mesma, na medida em que representa uma abertura de mentalidades, uma ampliação da consciência dos papéis dos diversos agentes de desenvolvimento, que foi potenciada pelo envolvimento com a AHH.

Tabela 3 – Dimensão cívica

Dimensão cívica	<i>Motivação percecionada do voluntariado</i>	Responsabilidade social + necessidade individual + possibilidades financeiras
	<i>Papel de Cidadão</i>	Associado à ajuda ao próximo, ao papel de voluntário

Relativamente à *dimensão cívica*, sobressai a valorização do papel de voluntário, enquanto prática cidadã, sendo a figura mais presente nos discursos a do voluntário internacional. Os atores entendem uma ordem individual e uma ordem social de motivações para o voluntariado. Podemos dizer que a prática do voluntariado as une de forma particularmente frutífera, no sentido em que o indivíduo se autoajuda, se desenvolve como pessoa, ajudando o próximo. Os motivos percecionados do voluntariado concentram-se na responsabilidade social ou dever cívico (“E sabem que

estão a construir para que finalmente, aquela família, aquelas crianças vão ‘tar como eles estão, nas suas casas, não é?’ (V)), chegando alguns a apontar o puro altruísmo (“eu acho que uma pessoa que tem bom coração que tem aquela vontade de ajudar, faz tudo e mais alguma coisa em troca de nada! De uma boa amizade e... pronto!” (XIII)) e na necessidade individual ((...) “há várias razões, até porque há vários tipos de pessoas a fazer voluntariado (...) a grande parte é porque têm (...) outro tipo de trabalho (...), então vêm p’ra fazer coisas diferentes (...)” (XVI)). A questão das possibilidades financeiras é enunciada pelo facto de grande parte dos voluntários nesta organização, os voluntários internacionais, despendem uma quantia considerável, não só na sua deslocação, mas no donativo entregue à associação. Os principais motivos apresentados para a realização do programa de voluntariado pelos voluntários internacionais são a ajuda ao próximo (“Desire to help others” (E)), o exercício da responsabilidade social (“volunteering for a good cause” (D)), a vontade de conhecer outros países (“another chance for me to see a new country” (F)) e também a possibilidade de contribuir noutros países (“wanted to help a different part of the world” (B)). Portanto, há uma certa correspondência entre os motivos percebidos pelos voluntários e pelos seus interactores.

Sendo o papel de voluntário associado à entreatajuda, ele é aproximado à conceção do papel de cidadão, particularmente pelo fundador da Habitat, que nos chama a atenção para o papel ativo do indivíduo, para o seu poder enquanto agente de mudança e para a importância da definição de objetivos e do exercício das capacidades e das liberdades individuais (“não conheço a palavra impossível, nem 'não consigo!' (...) Detesto ouvir. Proibi os meus filhos de me dizerem, jamais, 'Não consigo, pai!' Porque a gente consegue... Resta ver que quantidade de energia se põe para conseguir...” (VIII)). É justamente esta forte aposta no poder de agência dos indivíduos que se baseiam as teorias da inovação e do empreendedorismo social, as primeiras apontando, sobretudo, os atores sociais alvo das intervenções como membros ativos da própria inovação, e as segundas, focando o papel crucial de empreendedores que conseguem ver oportunidades onde as dificuldades toldam a visão. Assim, é feita uma clara associação entre o significado do voluntariado e a conceção do papel do indivíduo na sociedade, com ênfase na ideia de entreatajuda ou de ajuda ao próximo, associada ao sentimento de partilha que une os seres humanos.

Na *dimensão interorganizacional* analisámos a percepção do funcionamento da rede estabelecida pela organização, da importância da mesma e da sua associação à

conceção de desenvolvimento por parte dos atores. A tabela 4 mostra-nos a perceção dos atores sobre a rede interorganizacional estabelecida; a sua utilidade percebida centra-se na resolução dos problemas das comunidades. Mostra-nos, ainda, a conceção de desenvolvimento expressa pelos entrevistados, ficando clara a aposta na cooperação como via privilegiada para o desenvolvimento, salientando-se a ponte entre a entreajuda entre indivíduos e a cooperação interorganizacional.

Tabela 4 – Dimensão interorganizacional

Dimensão interorganizacional	<i>Efeitos percecionados das redes</i>	Resolução dos Problemas da Comunidade
	<i>Conceção de desenvolvimento</i>	Cooperação à escala individual e interorganizacional

Assim, se os efeitos percecionados da cooperação são, mormente, associados com a resolução dos problemas das comunidades (“aquela casa já não ‘tá a cair, ou aquela família já não ‘tá a correr risco de vida, percebes?” (V); “em Palmeira havia, em 96, 18 famílias em risco (...) ‘tamos agora a alojar uma, numa casa que vagou, lá está, eram as 18 famílias que era preciso apoiar” (VIII)), significa que a importância desta cooperação é reconhecida (“é muito importante que a junta saiba, que o padre saiba, tudo o que sejam atores dentro da comunidade saibam o que se ‘tá a passar, para não haver a tal força de bloqueio (...)” (I); [o poder local] “qualquer coisa, apesar de saber que nem sempre os podemos ajudar, já nos consultam(...) para saber (...) como é que nós (...) mesmo não estando lá, como poderíamos ajudar a eles próprios tentarem solucionar alguns casos...” (V)). Sendo ainda identificados, minoritariamente, a continuidade do trabalho, o aumento de fontes de financiamento e a ampliação da escala de ação e o impacto desta nas comunidades. Aqui, faz sentido fazer uma ponte para a perceção da população-alvo de que a melhor forma de solucionar o problema da habitação seria haver maior cooperação entre o Estado, as OTS e as empresas. O efeito de abertura das comunidades para o trabalho com associações e com as próprias entidades de poder local, apontado por este técnico, é, de alguma forma, confirmado por aquelas representações. Estes proprietários, realmente, demonstram consciência da importância da participação de todos os atores na resolução dos problemas (“é sinal que as pessoas da freguesia também ajudam e...a Junta também ter ajudado...foi bom” (XI); “acho que o governo devia ajudar estas associações (...) p’ra seguir os projetos p’ra

frente porque isto é um projeto rentável. Não de benefício próprio, mas de benefício de ajudar o próximo” (XI). Também os voluntários internacionais são quase unânimes em afirmar a extrema importância da cooperação entre organizações, avaliando, maioritariamente, a obra em que participaram entre importante a muito importante para a comunidade. Porém, o seu conhecimento dos parceiros da rede da AHH é limitado, sendo o conhecimento da rede da HFHI um pouco mais abrangente.

Em suma, podemos compreender que a cooperação, o trabalho em rede, assume um papel importante no seio desta associação, sendo reconhecido pela sua população-alvo.

Na **dimensão interescalar** pretendíamos avaliar os efeitos da interação com a dimensão global desta organização, particularmente a partir das experiências de voluntariado internacional. Da avaliação da importância da interação global e dos efeitos identificados, podemos perceber que as representações da população-alvo foram afetadas pela interação com os voluntários internacionais, mas não tanto no sentido introspetivo, e mais no sentido da extroversão, da descoberta de novas culturas, da abertura a outras classes sociais e de uma maior confiança na entreatajuda entre seres humanos (“é como aquele mundo que faz assim, da Unicef...imaginei o mundo assim...isso quer dizer que há entreatajuda...não é?” (XI)).

Tabela 5 – Dimensão interescalar

Dimensão interescalar	<i>Importância da Interação glocal</i>	Importância Elevada
	<i>Efeitos nas representações da População-alvo</i>	Maior confiança na entreatajuda entre seres humanos

A percepção dos voluntários internacionais sobre a sua interação com as famílias assenta no objeto de questionamento por parte das famílias: “porque vieram eles de tão longe para ajudar-nos?”. Quanto à sua conceção do voluntariado internacional, quatro dos onze entrevistados consideram que este implica solidariedade internacional, apontando um deles que o programa *Global Village* lhes permite exercer a responsabilidade à escala universal da cidadania (“I think GV provides one with the opportunity to contribute first hand help to others on a worldwide basis. It fulfills a responsibility much broader than your country of citizenship” (E)), ideia que é associada ao papel de cidadão também por outro voluntário (“Active participant exercising a universal responsibility to help” (A)). O verdadeiro impacto do programa

Global Village nas famílias Habitat não estará, pois, na autorreflexão sobre o seu próprio papel na comunidade, mas na reflexão sobre as fronteiras éticas, sociais e geográficas que dividem os grupos humanos (“uma pessoa que só tem isto e isto e às vezes pensa que é mais que qualquer um e afinal não vale a pena ter (...) porque a gente vê pessoas assim que são humildes e prontos p’ra ajudar quem precisa!” (XIII)). Aqui podemos perscrutar que, de acordo com as definições de Allardt (1993), esta proprietária expressa que as diferentes oportunidades quanto ao Ter, não devem impedir os cidadãos de Amar sem fronteiras e, assim, Ser mais realizados e mais humanos.

5. A renovação de uma utopia – ponto de chegada e pontes para o futuro

Porque desenvolver é planear, todo o ato de planeamento se depara com as temporalidades e espacialidades que nos condicionam. Assim, pensar o desenvolvimento implica, antes de mais, uma reflexão espaço-temporal: como distribuir espacialmente recursos de forma a satisfazer as necessidades prementes, permitir a prosperidade e corresponder às aspirações de uma dada comunidade? Ao tentar responder às grandes questões que nos coloca o desafio do desenvolvimento, devemos, antes de mais, analisar as problemáticas, observar e consultar os atores em interação no espaço-tempo em que nos movemos. Pois é nesse espaço-tempo que podemos operacionalizar os três vetores do desenvolvimento sustentável, o que só pode conseguir-se em pleno com a participação de todos os atores económicos e sociais que moldam a face dos lugares e que construirão as futuras formas espaciais e estruturas sociais (Guerra, 2012).

A construção de um futuro próspero em Bem-Estar, sendo o propósito de todo o desenvolvimento, depende da possibilidade de participação todos os seres humanos, porque os indivíduos são atores de mudança e não destinatários passivos das estruturas. Assim, o desenvolvimento está, incontornavelmente, afeto à promoção de justiça e reflete-se nas estruturas sócioespaciais, porque “o espaço é a sociedade” (Marques, 2004: 9). A inovação social floresce nas relações que se criam nas comunidades, nas regiões e nos estados, com o objetivo último de ampliar as liberdades individuais dos indivíduos, quer em termos de recursos, quer de oportunidades. As duas dimensões essenciais da justiça espacial que cimentam o exercício da cidadania, sem o qual o indivíduo não tem ação sobre a sociedade.

A conceção de desenvolvimento dos participantes deste estudo vai neste sentido, partindo de uma base tão simples quanto idealista, no mundo de hoje, (“é trabalhar todas as pessoas para o mesmo fim, percebes?” (V); “que houvesse assim uma união...” (XI)), que talvez esteja longe de compreender que o desenvolvimento diz respeito a todos por igual, porque “todos temos várias necessidades, (...) todos ao mesmo tempo temos alguma coisa p’ra dar. É só fazer a ligação (...) do que temos p’ra dar com as necessidades” (I). Ou seja, defendem-se, aqui, os mesmos princípios que defendeu Roque Amaro a nível do desenvolvimento local (1993), em que assenta o desenvolvimento sustentável a propósito da análise da qualidade de vida de Sen (1993) ou da conceção de justiça de Rawls (2003). É, pois, fortemente sentida a necessidade de políticas que incentivem os processos de desenvolvimento no sentido da melhoria do bem-estar social e da garantia de justiça espacial. Esta necessidade é detetada com base na consciência da complexidade social, fortemente apoiada por uma convicção da necessidade de uma mudança social que promova as relações humanas e que fortaleça a cooperação intersectorial centrada no reconhecimento do papel das OTS, por parte do Estado e dos agentes privados.

Há, ainda, o entendimento de que a entajuda entre seres humanos é a base de qualquer processo de cooperação, a associação entre indivíduos antecede a relação entre instituições e, em última análise, são os indivíduos que se relacionam. Concomitantemente, também está na consciência dos interactores que as organizações sociais podem funcionar como catalisadores do estabelecimento de relações funcionais, sendo reconhecidos os **vários papéis do Terceiro Setor**, quer como fonte de respostas sociais e apoio de proximidade às populações, quer como promotor da cidadania e, ainda, como criador de valor económico. Tal vai de encontro ao posicionamento do *government to governance*, isto é, a inclusão da população como executora ativa dos seus destinos e produtores de conhecimento em inovação social, assinalando uma mudança de discurso da Comissão Europeia do governamental para o empreendedor (Llie e During, 2012).

Ora, a **cidadania**, cujo exercício implica o relacionamento entre seres humanos, a consciência de direitos e deveres, a noção de ajuda ao próximo e a definição de objetivos e meios de cooperação comunitária, é associada ao voluntariado, enquanto meio de contribuição, e ao associativismo, enquanto meio de prossecução de objetivos e de participação ativa na comunidade. Esta participação ativa é reclamada perante a

consciência do poder de agência do indivíduo na sociedade, consciência que se vê adormecida e cujo ressurgimento é essencial para potenciar o desenvolvimento. Só uma mentalidade proactiva e uma forte consciência do poder que representa o exercício da cidadania, de liberdades como o pensamento, a reunião e a associação, podem efetivar uma cooperação verdadeiramente promotora de desenvolvimento.

A **dimensão educativa** é facilmente visível, uma vez que, para promover uma mentalidade proactiva e ativar o exercício da cidadania, é necessária uma sensibilização, uma mobilização, sobretudo das populações excluídas, cujas incapacidades têm vindo a ser colocadas, sistematicamente, antes das suas capacidades e do seu poder como cidadãos de pleno direito. Mas não apenas entre as populações excluídas se verificam baixos níveis de cidadania, a larga maioria da população portuguesa atravessa uma crise de desresponsabilização social, que se lê na abstenção, na fraca participação em órgãos associativos e na reduzida adesão a programas de voluntariado. Esta ausência é, sobretudo, sentida em organizações de proximidade. E o voluntariado, em Portugal, carece, regra geral, do espírito de compromisso, existindo, portanto, uma necessidade premente de apostar numa *sensibilização a nível do voluntariado*, o que poderá ser colmatado com políticas de incentivo, nomeadamente, partindo da educação e da inclusão do serviço cívico nos programas extracurriculares das escolas públicas, à semelhança das escolas internacionais, onde este se integra nos próprios currículos.

Nesta análise organizacional vimos que os modelos ideais não se aplicam à realidade observada e detetámos junto dos atores a consciência de que não há processos perfeitos, e, como tal, perante a imperiosa complexidade dos problemas sociais, as iniciativas necessitam manter o seu foco de ação de forma clara e determinada, tentando, sim, melhorar os processos, mas almejando sempre os resultados.

Então, **a nível de processos**, percebemos dificuldades na dimensão interaccional. Ainda que o foco do programa seja a construção de habitações e, por esse motivo, a interação com a população-alvo diminua de intensidade após o período de construção, detetamos algum mal-estar por parte das famílias Habitat, assim como de alguns dos seus interactores, face a esta evolução de relações. Uma possibilidade interessante para alterar esta realidade é investir na integração das famílias como voluntárias em obras de novos proprietários Habitat, o que, na organização mãe, faz parte dos critérios de seleção de famílias. E, sendo o voluntariado um pilar estrutural desta organização, há, aqui, uma disfunção a nível da ressonância da mensagem da

organização para a população-alvo. Portanto, apostar no cumprimento desta condição é potencializar a reinterpretação da missão da Habitat pelas famílias e, ao mesmo tempo, dar mais estabilidade ao grau de interação com as mesmas, no longo prazo. Por outro lado, encontrámos também pontos muito positivos, como já referido: a participação ativa da população-alvo no processo, a frutífera inclusão dos voluntários na vida da organização e a funcional cooperação com órgãos do poder local e entidades do setor privado.

Assim, a Habitat resolve problemas habitacionais em articulação com o poder local e desperta empresas e instituições para o voluntariado e para o dever cívico, mobilizando “as estruturas dinâmicas de capital relacional” à escala local (André *et al.*, 2006). O seu contributo para o desenvolvimento e a justiça espacial manifesta-se, de forma material, nas casas construídas nas comunidades de pertença dos seus proprietários, garantindo o direito ao local e evitando os problemas associados à deslocalização de populações. O interconhecimento que a comunidade local facilita e o sentimento de pertença associado às identidades locais impulsionam relações geradoras de desenvolvimento e, de um modo geral, relações funcionais. Neste sentido, a ideia de Leadbeater (2009) de que a melhor forma de promover atitudes e comportamentos é garantir que os cidadãos respeitam as pessoas que os manifestam é mais facilmente realizável ao nível local. A constituição de redes operativas pela AHH evidencia-se na participação de vários agentes nas suas obras: órgãos do poder local, empresas fornecedoras e dadoras de materiais de construção, empresas participantes no programa de voluntariado para empresas, escolas participantes no programa de voluntariado para escolas, voluntários da comunidade envolvente, incluindo vizinhos e amigos das famílias, voluntários habituais da AHH, voluntários internacionais participantes no Programa *Global Village*. Tais redes constituem, efetivamente, estruturas dinâmicas, dada a sua inerente complexidade e a variabilidade das suas formas, e são essas dinâmicas que permitem a atividade da AHH. O produto final – as casas Habitat – são o objetivo último do seu projeto. Assim, esta organização aposta na dimensão material da justiça espacial, entendendo a habitação como um elemento potencialmente catalisador da inclusão social.

Referências bibliográficas

- ALLARDT, Eric (1993), “Having, Loving, Being: An alternative to the swedish model of Welfare Research”, in Martha Nussbaum & Amartya Sen (coord.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press, pp. 88-94.
- AMARO, R. R. (1993), “As Oportunidades para o Desenvolvimento Local”, in *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Faro, IN LOCO, pp. 1-2.
- ANDRÉ, I. [et al.] (2006), “Dimensões e Espaços de Inovação Social”, in *Finisterra*, XLI, nº 81, 121-141.
- BORN, P. [et al.] (2009), *Innovation and Sustainable Community Change*, Waterloo, University of Waterloo.
- BRAWLEY, L. (2009), “The practice of spatial justice in crisis”, in *Justice Spatiale, Spatial Justice*, nº 1, 8-27.
- BRET, B. (2009), “Rawlsian universalism confronted with the diversity of reality”, in *Justice Spatiale, Social Justice*, nº 1, 39-48.
- FIGUEIREDO, António Manuel (2010), *A territorialização de políticas públicas em Portugal*, Lisboa, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- FULLER, M.; SCOTT, D. (1980), *Love on the mortar joints, The Story of Habitat for Humanity*, Association Press, New Win Publishing, Inc. United States of America.
- GUERRA, Paula (2002), *A cidade na encruzilhada do urbano*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Mimeo.
- (2012), “A cidade inclusiva”, in António Manuel Figueiredo, José Manuel Peña Penabad & Enrique J. Varela Alvarez (coords.), *Retos de la Acción de Gobierno para las Ciudades del siglo XXI/ Desafios da Governação das Cidades do Século XXI*, Porto/Vigo, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, pp. 351-383.
- HABITAT FOR HUMANITY INTERNATIONAL (2010). [Consult. a 28.08.2010]. Disponível em: http://www.habitat.org/how/why/intl_stats_research.aspx.
- LEADBEATER, C. (2009), “Public Service Innovation”, in *The Guardian*, Wednesday, 1 July, 1-5.
- LLIE, E.; DURING, R. (2012), *An Analysis of SI discourses in Europe. Concepts and Strategies of Social Innovation*, Brussels, Social Inovation Europe. [Consult. a 27.02.2012]. Disponível em: <http://www.socialinnovationeurope.eu/node/2804>.
- MARCUSE, P. (2009), “Spatial Justice: derivative but causal of social injustice”, in *Justice Spatiale, Spatial Justice*, nº 1, 49-57.
- MARQUES, T. S. (2004), *Portugal na transição do século, retratos e dinâmicas territoriais*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento.

- MARX, K.; ENGELS, F. (1998 [21 de fevereiro de 1848]), *Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels*, Lisboa, Hugin Editores.
- MASSEY, D. (1999), “Negotiating Disciplinary Boundaries”, in *Current Sociology*, 1999, nº 47; 5, 5-12.
- MOORE, M. L.; WESTLEY, F. (2009), “Surmountable Chasms. The Role of CrossScale Interactions in Social Innovation”, in *Social Innovation Generation*, Working Paper No. 001, Waterloo, University of Waterloo, pp. 2-30.
- MULGAN, G. [et al.] (2007a), *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford, Oxford University.
- (2007b), *In and out of the sync – The challenge of growing social innovation*, London, NESTA – National Endowment for Science, Technology and the Arts.
- NILSSON, W. O. (2003), *Social Innovation, an exploration of the literature*, London, McGill University.
- RAWLS, John (2003), *Justice as fairness: a restatement*, Harvard, Harvard University Press.
- SEN, Amartya (1993), “Capability and Wellbeing”, in Martha Nussbaum & Amartya Sen (coord.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press, pp. 30-53.
- SOJA, E. (2009), “The City and Spatial Justice”, in *Justice Spatiale, Spatial Justice*, nº 1, 31-39.
- WESTLEY, F. (2008), *The Social Innovation Dynamic*, Waterloo University, Waterloo.

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol¹

Universidade de Coimbra

Resumo

No âmbito da problemática relativa à Museologia Social e da sua conceção de museu como fenómeno social, e tomando como ponto de partida os desafios associados ao novo paradigma patrimonial consolidado pela UNESCO, em 2003, apresenta-se uma reflexão teórica em torno da dimensão participativa da salvaguarda dos bens que configuram a nossa diversidade cultural. Estes bens, pelo seu interesse intrínseco no domínio da delimitação de identidades socioculturais, podem ser objeto de patrimonialização através do museu. Desse modo, o inventário transforma-se num exercício de construção de sentidos e de significados coletivos. Palavras-chave: Museologia Social; Patrimonialização; Inventário participado; Património Cultural Imaterial.

Abstract

*Towards a museological grammar of recognition:
Ideas and concepts about participatory inventory*

A theoretical reflection is herein exposed, enshrined in the field of Social Museology and its concept of Museum as a social phenomenon, and taking as a starting point the challenges that come with the new Heritage paradigm proposed by UNESCO in 2003, in which a series of concepts for the museological practice of the safeguard of the assets that conform our cultural diversity are defined. These assets, due to their intrinsic value for the definition of the sociocultural identities, can be subjected to heritagisation through the museum. This way, the inventory becomes an exercise of collective construction of significances and senses.

Keywords: Social Museology; Heritagisation; Participatory inventory; Intangible Cultural Heritage.

¹ Doutora em Museologia. Investigadora em Pós-doutoramento, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Professora, IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa (Lisboa, Portugal). E-mail: lorenaquerol@gmail.com.

Resumé

Pour une grammaire muséologique de la reconnaissance:

Idées et concepts de l'inventaire participatif.

En ce qui concerne la Muséologie Sociale et sa conception de musée en tant que phénomène social, et en partant des défis associés au nouveau paradigme patrimonial consolidé par l'UNESCO en 2003, on présente ici un essai théorique ou une série de concepts est définie dirigés à la pratique muséologique de sauvegarde des biens qui constituent notre diversité culturelle. Ces biens, par son intérêt spécifique pour la définition des contours de l'identité socioculturelle, peuvent être l'objet d'une patrimonialisation à travers du musée. Comme ça, l'inventaire est converti en essai de construction de sens et significations collectifs.

Mots-clés: Muséologie Sociale; Patrimonialisation; Inventaire participatif; e Culturel Immatériel.

Resumen

Hacia una gramática museológica del (re)conocimiento:

Ideas y conceptos sobre inventario participativo.

En el ámbito de la Museología Social y de su concepto de museo como fenómeno social, y tomando como punto de partida los desafíos asociados al nuevo paradigma patrimonial consolidado por la UNESCO en 2003, se presenta una reflexión teórica sobre la dimensión participativa de la salvaguarda de aquellos bienes que conforman nuestra diversidad cultural. Estos bienes, por su interés intrínseco para la delimitación de las identidades socioculturales, pueden ser objeto de patrimonialización a través del museo. Es así como el inventario se convierte en un ejercicio de construcción de sentidos y significados colectivos.

Palabras-clave: Museología Social; Patrimonialización; Inventario participativo; Patrimonio Cultural Inmaterial.

Introdução

Quando, em 2003, a UNESCO aprova o documento que formaliza a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (PCI), inicia-se, a nível internacional, um processo de reconhecimento formal das manifestações e expressões que constituem a dimensão mais afetiva e humana das nossas heranças culturais e, por isso, uma das grandes riquezas da humanidade. Este processo, cujas origens podemos situar nas primeiras tentativas de identificação e estudo definidas pelo Japão com a *Declaração dos Tesouros Humanos Vivos*, em 1950, coloca-nos perante o desafio de formular políticas culturais capazes de responder às necessidades de um novo paradigma patrimonial. Um paradigma onde a dimensão imaterial constitui o outro

ingrediente vital de um conceito de património amplo, flexível e socialmente ativo, com o objetivo de garantir a longevidade da diversidade cultural, sustentar o diálogo intercultural e multicultural, e favorecer o desenvolvimento humano a partir de uma noção ampla de cultura que remete para a ideia de herança da humanidade. A questão que se coloca, e que está subjacente à reflexão que aqui apresentamos, é a de equacionar quais os princípios, os métodos e as práticas mais apropriados para o exercício de uma função museológica como a do inventário, se queremos que ela responda a um modelo de patrimonialização socialmente comprometido com a dimensão imaterial das nossas culturas e com a emergência de novas formas de salvaguarda de carácter coletivo. Com este objetivo, reconhecemos no novo paradigma um conjunto de aspetos teórico-metodológicos profundamente relacionados com as maneiras de entender e gerir os bens culturais das comunidades locais definidos pela corrente da Nova Museologia e, ao mesmo tempo, uma interessante via de acesso ao modelo de justiça social centrado na Teoria do Reconhecimento (Fraser, 2000; 2008) e na Ecologia de Saberes (Santos, 2006: 127-153).

Como, a partir da década de 90 do século XX, a Nova Museologia evolui, dando lugar à Museologia Social ou Sociomuseologia, com a finalidade de adaptar o seu paradigma patrimonial às características e necessidades da sociedade contemporânea – visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da humanidade, com base na igualdade de oportunidades e na inclusão social, cultural e económica (Moutinho, 2010: 27) – quisemos analisar, não só esta fusão de ciências sociais em favor de uma patrimonialização assumidamente participativa, mas também a sua relação com a definição do novo paradigma patrimonial e, finalmente, os produtos que dela resultam no âmbito do museu, da gestão patrimonial e do acesso ao conhecimento relacionado com a diversidade sociocultural dos territórios.

1. Adequando métodos e atitudes a um novo paradigma patrimonial

Ao longo das últimas décadas temos visto ampliar-se, progressivamente, o conceito de património cultural a outras dimensões do foro cultural. Este facto tem-se traduzido numa profunda mudança de paradigma, alimentada pelos princípios e pelas metodologias de movimentos como o da Nova Museologia, onde o eixo central do processo de patrimonialização é constituído pelo sujeito, as suas circunstâncias e a diversidade cultural que resulta da sua capacidade criativa e de adaptação ao meio.

Desta forma, durante a segunda metade do século XX, e de acordo com o aparecimento e a evolução de novas ideologias baseadas na democracia participativa, que colocam a participação como critério central de atuação no seio das sociedades contemporâneas (Geilfus, 1997; Appadurai, 2009: 23-29; Santos, 2011: 137-50), o conceito de património histórico, até aí associado ao monumental como forma de poder, e a uma noção de História de leitura tendencialmente unidirecional (Sancho Querol, 2010a: 3; 2011: 61), foi sofrendo uma série de modificações provocadas pela necessidade de ampliação. Primeiro em direção a uma dimensão mundial (com a *Convenção de Paris*) e, mais tarde, a partir de 1982, em direção a uma dimensão social, o conceito iria integrando outras formas de cultura e de património até aí consideradas num plano secundário. Este percurso que “desmonumentaliza” o património e torna a leitura da História mais plural é, em teoria, refratário das lógicas mais técnicas, aproximando-se dos indivíduos e favorecendo a participação.

Orientado pela UNESCO com o objetivo de alimentar um diálogo transversal entre culturas, com base no respeito e na valorização da diversidade cultural, este processo foi evoluindo numa direção específica: reconhecer que o património cultural é o resultado de um processo de valorização social da diversidade cultural de um coletivo, através da participação dos seus membros e tendo em vista a sua salvaguarda a longo prazo no âmbito do desenvolvimento local (Sancho Querol, 2011: 297). Mas também, que a vertente marcadamente social e desenvolvimentista que protagoniza esta metamorfose, ao reconhecer a relação indissociável que existe entre as dimensões material e imaterial dos nossos bens culturais, envolve uma atualização do conjunto de metodologias até agora utilizadas nas áreas relacionadas com o estudo e a gestão do património, nas quais os museus ocupam um lugar relevante.

Sob este ponto de vista, se cada um dos passos do processo iniciado em 1950 foi fundamental, podemos afirmar que o momento da sua materialização definitiva, a nível mundial, tem lugar com a aprovação da *Convenção para a Salvaguarda do PCI*, momento em que a UNESCO reconhece formalmente a dimensão imaterial de muitos dos nossos bens patrimoniais, colmatando assim uma lacuna histórica que esteve na origem de uma discriminação patrimonial de consequências irreversíveis.

A Convenção representa, assim, o princípio de um novo capítulo para este organismo e para a história de um fenómeno sociocultural como o património, desencadeando aquilo que podemos considerar como uma era da “patrimonialização da diferença” (Abreu, no prelo), do ponto de vista do reconhecimento e da valorização do

processo de desenvolvimento dos referentes identitários locais. Desta forma, contrastando com a visão hierárquica de património até então vigente, a UNESCO reconhece e estabelece que o seu valor é dado pelas próprias comunidades, abrindo assim um caminho sem retorno que se manifesta na passagem “de un enfoque eurocéntrico, monumental, elitista del patrimonio a una visión antropológica y omnicompreensiva de la cultura y de todos los componentes materiales e inmateriales que la conciernen” (D’Uva, 2010: 70).

Por outro lado, ao equiparar em termos práticos a dimensão material e a imaterial, reconhecendo que o processo é tão importante como o produto para a definição, preservação e legitimação das identidades dos coletivos, contribui para a formulação de uma nova gramática patrimonial. Esta gramática define a fronteira entre um discurso sobre o passado, a materialidade, a perda ou a autoridade do saber institucional² – mais próprio do século XX – e um discurso centrado na vida, no reconhecimento de novas cartografias sociais resultantes da prática de uma justiça social que privilegia a construção de uma noção plural de conhecimento, e no exercício de práticas coletivas de salvaguarda.

Desta forma, quando falamos do novo paradigma patrimonial, referimo-nos a esse conceito de património aberto e em constante construção, que resulta da união das manifestações materiais e imateriais e que, por isso, põe a tónica no sujeito.

2. Cruzando olhares com a Sociologia

Ao refletir neste processo sob a perspetiva da Museologia Social, damo-nos conta de que o novo modelo da UNESCO parece trazer para o presente vários dos conceitos e critérios definidos por esta corrente, colocando em primeiro lugar a necessidade de assumir, compreender e integrar nos novos modelos de gestão patrimonial a sua natureza social e evolutiva.

Com este objetivo, procurámos conhecer de perto a evolução desta corrente museológica e, sobretudo, a relação que nos permite colocá-la num mesmo nível quanto à formulação de todo um conjunto de conceitos e práticas patrimoniais que nos põem em contacto com o novo paradigma.

² Que ainda prevalecem com frequência sob a denominação de *Western Authorised Heritage Discourse* ou AHD, sendo criticados por diversos/as especialistas do setor dos Estudos do Património (Waterton e Smith, 2010: 12).

Assim, se sob o ponto de vista da evolução do museu e das práticas a ele associadas podemos falar da vigência da Museologia “tradicional” até ao final da II Guerra Mundial, como “aquella que se hace desde arriba, sólo por especialistas, con discursos museográficos propuestos y autorizados por las instituciones culturales oficiales, quienes generan los espacios museológicos para un pueblo pasivo” (Méndez, 2007: 266), sabemos que, a partir dos anos 50 do século XX, se começa a configurar a estrutura do museu “contemporâneo” com base numa progressiva identificação com o território, o património cultural e a comunidade, de forma que estes três eixos de atuação tenderão, com o tempo, a relacionar-se com um conjunto de interesses e valores de cunho humano, próprios de um contexto de vivência democrática chamado a reconhecer que o museu tem, necessariamente, forma, conteúdo e protagonistas (Méndez, 2007: 265).

No âmbito deste processo de definição do museu contemporâneo, e com base nesta tríade conceptual, iniciar-se-á a formulação dos princípios da Nova Museologia, a partir de 1958, no contexto do *Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus* (Rio de Janeiro, 1958). Assim, sob a firme consideração de que a Museologia respondia ao perfil de uma ciência especializada, começar-se-á a delinear o papel social do museu, tomando como ponto de partida a sua componente pedagógica e as reflexões de especialistas como Paulo Freire que, ao colocar o intercâmbio de saberes num regime de igualdade que rompe com as tradicionais barreiras da comunicação vertical do conhecimento – até então profundamente institucionalizadas –, abrirá o caminho em direção a uma progressiva e necessária mudança social, baseada num mundo substantivamente democrático (Freire, 1980).

No entanto, as bases desta corrente museológica só se estabelecem definitivamente na década de 70, na América Latina, com a *Declaração de Santiago* (UNESCO, 1972).

Considerada como um *ex-libris* do pensamento museológico renovador e, simultaneamente, uma mudança de direção que permitiria o desenvolvimento da Nova Museologia, esta Declaração formularia, pela primeira vez, a função social do museu, considerando-o como um instrumento dinâmico de mudança social que privilegia a participação das comunidades. Da mesma forma, defenderia a criação do conceito de “museu integral”, baseado na interdisciplinaridade, e a definição do/a museólogo/a enquanto ser político-social (Cândido, 2010: 146).

Por outro lado, é certo que as tecnologias e a sua progressiva introdução nos museus, assim como a evolução das lógicas expositivas e de interação com os públicos – orientadas para a participação ativa e não meramente contemplativa –, que dão forma à emergente economia das experiências (Pine e Gilmore, 1999) levariam a Nova Museologia para novos rumos, muitos deles patentes em museus considerados globais. Mas não é menos verdade que, na lógica da questão que referíamos na introdução, uma das dimensões mais inovadoras deste tipo de correntes museológicas é a sua ligação ao local e o modo como permitem às comunidades intervir na definição e gestão dos seus patrimónios.

A partir daqui, e sem sair do contexto latino-americano³, não só devido à sua relevância, mas também ao papel que teve no contexto da evolução de uma Museologia centrada no desenvolvimento local, e na valorização e renovação da significância da diversidade cultural que caracteriza cada comunidade, centrar-nos-emos no trabalho realizado por algumas personalidades de referência, até agora menos conhecidas do lado de cá do Atlântico. Entre elas, para além do próprio Paulo Freire, cujo espírito democrático e consciência social se haveriam de refletir nas suas teorias sobre pedagogia e desenvolvimento, influenciando a evolução da Museologia Social de um e de outro lado do Oceano Atlântico, devemos citar, igualmente, o trabalho realizado por especialistas como Waldisa Guarnieri.

Pioneira da Museologia Social, com um percurso profissional centrado no desenvolvimento de uma Museologia socialmente comprometida, que estabelecia uma relação indissociável entre a noção de processo e o conceito de museu, Guarnieri focalizaria o seu trabalho na implementação de duas medidas: a sistematização desta disciplina como área científica do saber que resulta da transversalidade de ideias, conceitos e métodos procedentes de outras ciências sociais, com vista ao desenvolvimento integral da pessoa, e a formação de profissionais em Museologia.

Neste segundo campo, e sobre estes mesmos pilares, Guarnieri daria forma, em 1977, ao primeiro curso de Museologia do Brasil, no seio da *Escola de Sociologia e Política* de São Paulo. Davam-se assim, os primeiros passos em direção à variante museológica hoje conhecida como Museologia Social ou Sociomuseologia, do ponto de

³ Sobre a evolução da Nova Museologia no contexto europeu recomenda-se a consulta de obras como: Van Mensch, 1990; Rivière, 1993; Moutinho, 1994, 1995; Primo, 1999; Fernández, 2003; Mayrand, Kerestedjan e Labella, 2004; Mayrand, 2007.

vista do seu reconhecimento num contexto académico e associada a outra disciplina das ciências sociais: a Sociologia.

Sob esta perspetiva, o trajeto de Guarnieri haveria de ficar marcado por uma preocupação constante relacionada com a procura do equilíbrio entre a preservação patrimonial e o desenvolvimento social, através do processo museológico (Bruno, Fonseca e Neves, 2010: 179-180).

Após a sua morte, as pessoas por ela formadas, onde encontramos especialistas de referência como Cristina Bruno, Maria Ignez Mantovani, Marcelo Araújo ou Maria Inês Coutinho, prosseguiriam até à atualidade o caminho iniciado por Guarnieri.

Além disso, a esta mesma ideologia ir-se-iam unindo, progressivamente, especialistas procedentes de outros centros de estudo, como é o caso de Mário Chagas, Manuelina Cândido ou Myriam Sepúlveda dos Santos.

Simultaneamente, deste lado do Atlântico, e em função dos contextos geográficos e culturais, destacar-se-iam as iniciativas, teorias e projetos museológicos desenvolvidos por personalidades como Ägren, De Varine, Stránský, Rivière, Odon, Desvallés, Moutinho, Lameiras-Campagnolo, Van Mensch, Gregorova, o Hainard. A partir de organismos como o *International Council of Museums* (ICOM), o *International Committee for Museology* (ICOFOM), o *International Movement for a New Museology* (MINOM), a *Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias* (ULHT), a *Reinwardt Academy* de Amsterdão ou o *Museu de Etnografia de Neuchâtel*, e sob a inspiração destes princípios, várias destas pessoas organizariam cursos especializados onde se consolidariam os diversos saberes museológicos que alimentam o conceito contemporâneo de museu, assente numa base interdisciplinar, e também em publicações, documentos orientadores ou projetos museológicos.

Neste sentido, convém apontar que, desde logo, quiçá pelo âmbito em que se origina o Seminário de 1958, a Mesa Redonda de 1972 ou os documentos que se sucederam no processo de formulação deste movimento renovador para a Museologia internacional (UNESCO, ICOM, MINOM...), segundo a investigação realizada por Bruno, Fonseca e Neves (2010: 169, 174), e apesar do oceano que nos separa, é possível detetar, entre essa diversidade de especialistas, uma comunicação transversal que se irá manifestar numa consolidação de ideias e ideais, e que tem evoluído em direção a uma progressiva colaboração em diversos projetos deste lado do oceano Atlântico.

Continuando com o nosso passeio pela História, e tendo em conta a evolução deste movimento, constata-se que a consolidação da Nova Museologia, a nível mundial,

tem lugar com a *Declaração do Quebec* (ICOM, 1984), documento onde a interdisciplinaridade e a participação social passam a ocupar um papel relevante no processo de construção do museu, aqui considerado como lugar de entendimento e experimentação do património, e onde, conseqüentemente, se coloca o sujeito no primeiro plano da ação.

O pensamento fundador do movimento fica assente em sete pontos, que colocam o indivíduo como sujeito ativo que “entende a cultura, a identidade, o património e a herança cultural como fenómenos que são construídos e reconstruídos pelos processos de interação” (Primo, 2008: 51). Entre eles, cabe destacar: a descentralização do objeto a favor da comunidade, a tendência para a preservação *in-situ* ou a ampliação do conceito de objeto museológico (Van Mensch, 1990: 50).

Na mesma direção se cria em Portugal, em 1985, no contexto do *II Atelier Ecomuseus-Nova Museologia* – celebrado em Lisboa – o MINOM, que, mais tarde, seria reconhecido pelo ICOM. Para o grupo de especialistas que lidera estas iniciativas, Quebec e MINOM devem ser entendidas como “um todo coerente, que contribuiu desde então para o reconhecimento, no seio da Museologia, do direito à diferença” (Moutinho, 1995: 57).

Alguns anos depois formular-se-ia a *Declaração de Caracas* (1992), onde o ICOM daria continuidade ao desenvolvimento da função social do museu através de um conjunto de medidas teórico-práticas.

Chegados a este ponto, no contexto da mudança de paradigma patrimonial referido anteriormente, Santiago, Quebec e MINOM acabam por constituir um marco fundamental, pela sua forma de definir um novo modelo de gestão social e dinâmica do conhecimento associado às formas de cultura local, a partir do museu, e por colocar esta instituição – e a sua intervenção junto às comunidades – no caminho que leva ao desenvolvimento local e a uma prática da salvaguarda socialmente ativa, muito próxima da recomendada pela UNESCO em 2003.

De facto, a Nova Museologia constituiu e ainda constitui, sobretudo para regiões como a América Latina, “una alternativa vigente para democratizar, descentralizar y ciudadanizar las decisiones y acciones, para investigar, conservar, promover y difundir el patrimonio natural y cultural de los pueblos y de las naciones, frente a los intentos de enajenación, destrucción y comercialización de dicho patrimonio” (Méndez, 2007: 269). Podendo assim afirmar-se que, de certa forma, se antecipou ao processo de evolução do próprio conceito de património, centrando, desde as suas origens, a atenção no sujeito e

reformulando o lugar e função do objeto para passar a interpretá-lo como uma consequência da capacidade criativa e de adaptação desse mesmo sujeito, relativamente a um território e aos processos históricos e sociais a ele associados.

Este caráter visionário desenvolver-se-ia com o tempo, traduzindo-se em diversas fórmulas museológicas centradas no desenvolvimento local através do reconhecimento da dimensão social do património e, com ela, dos seus diversos potenciais ao nível da inclusão social, da valorização e reutilização dos recursos locais, ou da educação não formal.

Entre elas, podemos destacar:

- o Museu de Comunidade, como o *Anacostia Community Museum* – Washington, 1967 – (Kinard, 1971 in Bolaños, 2002: 285-287) ou como o atual *Museu da Comunidade Concelhia da Batalha* – Portugal, 2011;
- o Museo Escolar, como a *Casa del Museo*, no México, na década de 70 (De Carli, 2004: 14) ou o *Museo Escolar de Pusol* – Espanha, 1969 – considerado exemplo de boas práticas de salvaguarda pela UNESCO, em 2009;
- o Ecomuseu e a sua variada descendência (De Varine, 1978 in Bolaños, 2002: 282-284), como foi, nas suas origens, o *Écomusée du Creusot-Montceau-Les-Mines* – França, 1971-74 – (Rivière, 1993: 199-200), o *Ecomusée de Haute-Beauce* – Canadá, 1978 – (Mayrand, Kerestedjan e Labella, 2004: 51-64), ou o *Ecomuseu Municipal do Seixal* – Portugal, 1982 –, mas também as redes atuais de Ecomuseus que se foram desenvolvendo em países como Itália, onde se encontra conectado ao conceito de *Mappa di Comunità*⁴.

Paralelamente, num contexto mundial, e sob a orientação da UNESCO, a *Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural* (1972) e a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (1982) contribuiriam para a ampliação progressiva da noção de património, que se refletiria no reconhecimento da Museologia como agente privilegiado de desenvolvimento social e cultural no seio das sociedades contemporâneas.

A partir daí, durante a década de 90, e à medida que em Portugal, vão ganhando forma diversas experiências museológicas baseadas na Nova Museologia, entre as quais

⁴ <http://www.mappadicomunita.it/>

se contam o *Museu do Trabalho Michel Giacometti*, o *Museu Etnológico de Monte Redondo* ou o já referido *Ecomuseu Municipal do Seixal*, a reflexão teórica consolidaria a relação existente entre Museologia e Ciências Sociais, centrando a atenção na Sociologia para desenvolver o carácter social do museu e o seu importante papel ao nível do desenvolvimento local, de forma que, pouco a pouco, irão ampliar-se algumas das suas premissas. Simultaneamente, inicia-se, pela mão de um conjunto de especialistas procedentes de um e de outro lado do Atlântico, a reformulação deste movimento acompanhada de uma re denominação mais de acordo com a estratégia museológica defendida (Moutinho, 2007: 187-188).

Deste ponto de vista, é possível afirmar que, enquanto a Nova Museologia defendia o estudo das características sociais do contexto, situando a participação no centro do processo de construção do projeto museológico e promovendo, simultaneamente, a ampliação do conceito de objeto museológico rumo a uma prática que centrava a sua atenção no processo e nas suas variadas dimensões socioculturais, a Museologia Social tomava como ponto de partida o carácter evolutivo das sociedades e, considerando que o museu deve dar um passo em frente para poder desenvolver a sua função social, colocava a participação num novo patamar mediante a formulação do *princípio da participação* (Moutinho, 2010: 28).

Considerando que a valorização e promoção da diversidade cultural no âmbito do desenvolvimento local constituem uma responsabilidade social, em cujas raízes se situa o museu como mediador de um processo profundamente participativo que conduz ao desenvolvimento da pessoa, a Museologia Social passava a defender o exercício de uma prática museológica centrada no desenvolvimento sustentável e na inclusão social, cultural e económica (Moutinho, 2010: 27-28).

3. Territórios convergentes ou...

por que Património e Participação partilham algo mais que o P.

É deste modo que, na Nova Museologia, primeiro, e na Museologia Social, depois, nos deparamos com algumas das linhas teórico-metodológicas que, não só alimentam o processo de ampliação do “velho modelo” de património em direção a um processo de construção social do conceito, centrado na prática de uma patrimonialização evolutiva, mas constituem, igualmente, o eixo central de atuação da salvaguarda socialmente ativa que a ele se encontra associada.

Num cenário desta natureza, e com o objetivo de desenvolver alguns aspetos de fundo relacionados com o reconhecimento e a prática do novo paradigma, surgem, entre outras, as seguintes questões:

- De que forma define a Sociomuseologia o *princípio da participação*?
- Que relação existe entre este princípio e o conceito de participação comunitária defendido pela UNESCO na Convenção de 2003?
- Não estaremos a falar de um princípio cultural “partilhado”, que tem a sua origem em movimentos socioculturais como o da Nova Museologia/Sociomuseologia e que, como fruto de todo um processo evolutivo, constitui atualmente um eixo fundamental das políticas culturais?
- Que reflexos têm este princípio na prática do novo paradigma patrimonial?

Em busca de respostas procurámos analisar os pontos de vista e as opções metodológicas de três especialistas que se relacionam com esta corrente museológica ao longo das últimas décadas: Hugues De Varine⁵, Cristina Bruno⁶ e Isabel Victor⁷, com o objetivo de refletir em torno do princípio que estrutura a ação sociomuseológica e da lógica construtiva que nos permite conectar este princípio com as linhas metodológicas definidas pela UNESCO, em 2003. Finalmente, damos forma ao enquadramento teórico que desemboca na definição de um conceito que emana da própria Convenção e que vem sendo praticado pela Nova Museologia desde as suas origens: o de inventário participado.

3.1. A chave da Museologia Social

Procurando uma definição atual deste princípio na ótica da Museologia Social, tomamos como ponto de partida a perspetiva que nos apresenta De Varine quando se refere ao método participativo (Sancho Querol, 2011: 307-310) já que, para o autor,

⁵ Hugues De Varine (França): Historiador, antigo presidente do ICOM e consultor internacional em desenvolvimento comunitário e participação cidadã.

⁶ M^a Cristina de Oliveira Bruno (Brasil): Museóloga, Professora Titular de Museologia no *Museu de Arqueologia e Etnologia* da Universidade de São Paulo (MAE/USP).

⁷ Isabel Victor (Portugal): Coautora do projeto museológico do *Museu do Trabalho Michel Giacometti* (desde 1987) e diretora do Museu entre 1995 e 2010. Ex-diretora da *Rede Portuguesa de Museus* (2010-2012).

constitui a chave da Museologia para alcançar o seu objetivo principal: o desenvolvimento do território a partir dos conhecimentos associados às formas de cultura local, com o museu como gestor do processo, permitindo que a comunidade se transforme na protagonista de uma dinâmica cultural que desemboca no seu desenvolvimento sustentável.

Segundo este autor, a visão que conduz a uma prática equilibrada da gestão patrimonial é aquela que considera o património como parte integrante do território e da vida quotidiana da comunidade e, conseqüentemente, o museu como um reflexo do dinamismo local. Desta forma, assenta na já mencionada tríade conceptual Território - Património - Comunidade (De Varine, 2009: 53; 2011: 31-39).

Esta tríade, que configura a estrutura da Museologia contemporânea e a função social do museu (Fernández, 2003: 95), coloca-nos perante o que, para Bruno, constitui uma componente essencial do museu contemporâneo: o seu caráter público de estudo e salvaguarda ativa dos gestos, das técnicas e dos significados sociais dos indicadores da memória das distintas sociedades, ao longo do tempo e em espaços geográficos expandidos, centrando assim o interesse na sua vertente educativa, isto é, no seu potencial como instrumento educativo que coadjuva nos processos de organização e ação comunitária (Sancho Querol, 2011: 312), de forma que, a partir de aí, o museu possa ser “un poderoso instrumento de gestión para el desarrollo comunitario” (Méndez, 2007: 265).

Além disso, quer De Varine, quer Bruno, consideram que o novo conceito de património constitui um capital social, cultural e económico vital no processo de desenvolvimento do território, sendo a participação o conceito gerador de cada uma das fases deste processo de desenvolvimento, que se dá através de instituições de expressão e ação local, como o museu.

Nesta mesma linha, aquela autora apresenta-nos uma interessante ideia de participação, segundo a qual trata-se da “estratégia segura das ações democráticas em suas distintas aplicações”, referindo-se à dimensão social do conceito ao acrescentar que “participação significa, também, a valorização da posição/opinião do outro, a necessidade da negociação, a exigência do respeito à diferença, entre muitos outros aspetos relevantes quando atuamos com o outro e para o outro” (*in* Sancho Querol, 2011: 312).

Em concordância com esta definição, Víctor lembra-nos que as formas de gestão apropriadas ao novo paradigma patrimonial envolvem a implementação de dinâmicas

ativas baseadas na participação, considerada como ferramenta capaz de decifrar e dar um novo significado ao valor estruturante da memória, mediante um processo de investigação e documentação que parte de um exercício fundamental: o de aprender a escutar (Victor, 2010: 34-36). Desta forma, refere a necessidade de equiparar, a um mesmo nível, especialistas e comunidade no processo de construção de significados e de reconhecimento da identidade patrimonial dos nossos bens culturais.

Sob a perspetiva da teoria sociomuseológica, a partir das considerações de Bruno, Victor e De Varine, e no entendimento do processo museológico como um exercício democrático e cultural que propicia a participação ativa da comunidade no desenho e implementação de políticas museológicas, poderíamos, então, definir o *princípio da participação* como o direito de todo o ser humano a intervir nos processos de identificação, construção e definição dos conceitos, dimensões e significados da realidade histórica e cultural de um determinado coletivo, através do museu e com vista ao desenvolvimento local, isto é, a participar ativamente no processo contemporâneo de patrimonialização.

Em resposta às outras questões, e em relação aos conceitos e às recomendações da UNESCO, a perspetiva de partilhar um princípio como este parece coerente com os argumentos que existem de um e de outro lado, sobretudo se tivermos em conta as origens e evolução do referido paradigma.

Deste ponto de vista, poderíamos, inclusive, considerar que o momento de arranque para o reconhecimento e a prática de uma metodologia participativa é constituído pela *Declaração de Santiago*, precisamente porque nesse momento, e mediante a presença de uma série de especialistas procedentes de diferentes áreas da cultura, ganha-se consciência da necessidade de caminhar em direção a uma integração da dimensão social do património nos museus para, a partir daí, se proceder a uma progressiva construção coletiva dos conceitos e significados associados ao que, com o tempo, acabaria por ser o conceito de património apresentado.

É assim que, ao definir o novo paradigma patrimonial, a UNESCO coloca a participação comunitária como eixo central de atuação, contribuindo para a construção de uma justiça social assente no reconhecimento e na transversalidade de saberes, com os que, para além de garantir a “buena puesta en marcha y sostenibilidad de las iniciativas de salvaguarda” pretende “comprometer a los portadores como agentes en el manejo de su propio destino” (Mujica, 2010: 61).

3.2. Para uma prática coletiva do património

Juntamente com a prática do novo modelo de património, surge então a necessidade de estudar “los diferentes elementos que estructuran una manifestación y que necesariamente hacen parte de un complejo de prácticas asociadas, no necesariamente objetivadas por los actores e inscritas a niveles diferentes del hecho social” (Morales, 2010: 171).

É assim que o novo paradigma patrimonial nos coloca perante o desafio de resignificar conceitos complexos, e por vezes perversos, como o de comunidade, pois é com base nesta unidade social que se definem as linhas de atuação ao longo do processo de salvaguarda.

Em sintonia com Waterton e Smith (2010: 8) e Cohen (1985: 98), e longe das receitas predefinidas e aplicadas uniformemente – mais próprias do “velho modelo” patrimonial –, o novo paradigma parece insinuar-nos uma ideia de comunidade de geometrias variáveis, que constitui, em cada caso, o resultado de uma série de acontecimentos históricos, de sinergias locais e de formas de relação sociocultural e económica em constante mudança.

A partir daqui, e por constituir a base metodológica do processo que leva à identificação e ao reconhecimento de heranças culturais a que, posteriormente, optamos por atribuir o estatuto patrimonial, constatamos que o *princípio da participação* se encontra estreitamente conectado com uma das funções clássicas do museu: o inventário. Desta forma, registamos que Museologia Social e Convenção confluem novamente na formulação de um conceito que emana diretamente da Convenção e cujas origens podemos localizar no foro desta Museologia: o inventário participado.

Para desenvolver este conceito socorremo-nos da abordagem pioneira da memória coletiva e dos quadros sociais da memória, desenvolvida por Halbwachs (2004: 25-50) e, considerando que esta memória resulta da justaposição de memórias individuais, e que estas são o resultado de construções pessoais dos acontecimentos, no sentido social e temporal dos processos, questionamos o carácter único do facto social que temos visto prevalecer nas últimas décadas.

Desta forma estabelecemos uma relação direta entre o conceito polissémico de memória que nos permite reapoderar-nos das diferentes escalas do passado, enraizando presentes e alimentando continuidades que nos permitem estruturar construtivamente os

processos de desenvolvimento local, e um conceito plural e socialmente ativo de património que nutre a essência do inventário na sua vertente participada.

De fato, quando em 2005 a UNESCO estabelece a existência de “inventários ativos” e “inventários passivos”, fá-lo com o objetivo de responder às necessidades do novo paradigma, reconhecendo nos primeiros a capacidade de produzir conhecimento e de regenerar-se regularmente, atualizando e ampliando os saberes associados ao conceito contemporâneo de património (UNESCO, 2005: 18).

Com este mesmo objetivo, o organismo refere a importância de que este tipo de inventários sejam “open-ended” (UNESCO, 2005: 20), isto é, inacabados ou em constante construção, precisamente pelo facto de que, para se tornarem elementos úteis do conhecimento e da salvaguarda do património cultural, e porque trabalham a partir de um conceito de comunidade flexível e em constante evolução, precisam de uma atualização regular.

Estes fatos levam-nos a concluir que, neste contexto, o inventário constitui uma prática global e integrada da dimensão social do património e, conseqüentemente, uma forma de projeção das comunidades. Além disto, e como lembra Bortolotto (2008: 22), no âmbito do museu contemporâneo o inventário deixou de ser um fim em si mesmo, para passar a ser um meio de identificação que permite alcançar a salvaguarda, agora entendida como transmissão e continuidade, colocando-se o desafio de aprender a construir inventários ativos. Esta é a razão pela qual os inventários não devem, “como hasta ahora lo hemos hecho, definirse desde manifestaciones puntuales, sino desde problemáticas histórico-culturales, o por lo menos desde ejes temáticos más amplios que den cuenta de estos procesos” (Morales, 2010: 169).

Tomando como ponto de partida e base teórica os princípios do desenvolvimento centrado na construção de uma justiça cognitiva global (Santos, 2009: 43-57) e os métodos e objetivos definidos pela Museologia Social (Victor e Melo, 2009: 7) e considerando:

→ Uma ideia de cultura enquanto sistema coletivo de significado socialmente construído e culturalmente partilhado (Hall, 1997) que, tal e como reconhece a *Declaração de Salvador* (2007), é um “bem de valor simbólico, direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável” (Diretrizes, ponto 1);

→ Uma noção coletiva, dinâmica e polissémica de património, que resulta de um processo de ativação social dos valores associados às realidades que conformam a nossa diversidade cultural, e que se traduz numa perspetiva profundamente substantiva dos fenómenos culturais locais;

→ Uma ideia de museu que, como nos lembra Bruno, “tem na participação a essência de sua lógica institucional”, outorgando-lhe uma função “estruturadora e definidora do recorte patrimonial, da dinâmica das ações museológicas e das relações que são estabelecidas com a comunidade envolvente” (*in* Sancho Querol, 2011: 312) e onde o museu constitui um projeto coletivo centrado na democratização das ferramentas museológicas, com vista ao desenvolvimento local.

→ Um ideal de participação que coloca a comunidade (considerada como “*first voice*” dos patrimónios locais) como principal atora e gestora do processo de identificação, reconhecimento e valorização do seu património e, conseqüentemente, como protagonista e fruidora do processo de desenvolvimento local que resulta de uma patrimonialização inclusiva (Galla, 2008: 11-22).

Propomos que o inventário participado, variante democrática desta função patrimonial, seja definido como a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como património cultural.

Perante um desafio desta natureza e considerando que, a partir das ideias de Morales (2010: 168) e dos conceitos definidos por Desvallées e Mairesse (2010: 68), a patrimonialização poderia ser definida como uma seleção valorizada que envolve um processo de ativação simbólica do valor patrimonial de uma determinada manifestação cultural, em função do seu caráter representativo em relação à identidade de um coletivo, podemos então concluir que o inventário participado é, na sua essência, um processo de patrimonialização evolutivo, centrado na salvaguarda ativa dos recursos culturais de uma comunidade e no reconhecimento do seu *status* social, com base num processo de “compreensão/memorização/formação-ação” (Lameiras-Campagnolo e Campagnolo, 1993: 50).

Seguindo esta lógica participativa e com base nas linhas que definem o novo paradigma patrimonial, poderíamos falar, então, de uma tripla caracterização segundo a qual este inventário se perfila como um ato territorial, participativo e evolutivo.

Já em termos práticos, o inventário pode ser realizado, tal e como refere a UNESCO, por uma pessoa, um coletivo ou uma comunidade, de forma que o museu assuma o papel de mediador entre os bens que se pretende conhecer/reconhecer/inventariar e a própria comunidade – da mesma forma que poderia assumi-lo uma associação ou um organismo de poder local – para orientar, facilitar e dinamizar o processo “sin dirigir, de manera que la información contenida en el expediente refleje el sentimiento y el conocimiento de la comunidad” (Mujica, 2010: 60).

Como propõe De Varine, ou como temos observado nas experiências de trabalho realizadas (Sancho Querol, 2010b; 2011: 179-208), com este objetivo, especialistas e comunidades colocam-se num mesmo nível para decidirem, de forma participativa e igualitária, os métodos, os princípios e os objetivos de cada uma das fases do processo de inventário. É assim como o inventário passa a constituir o primeiro passo do processo de desenvolvimento local de um coletivo e, simultaneamente, uma ferramenta primordial do plano de gestão patrimonial dos recursos culturais e naturais do território, com vista à salvaguarda ativa dos valores que caracterizam a sua diversidade.

Sob esta perspetiva, a opção participativa surge enquanto expressão e exercício de igualdade entre poderes estabelecidos no seio de um território, relativamente aos gestos, saberes e práticas que constituem as especificidades culturais da comunidade ou comunidades que nele habitam, exigindo uma gestão produtiva do conhecimento e do diálogo que vem responder aos princípios de atuação defendidos pela Ecologia de Saberes. Desta forma, o conjunto de dados – isto é, de novo conhecimento produzido ao longo do processo e associado a um determinado bem cultural – será o resultado de uma metodologia centrada na copresença dos/as diferentes agentes ao longo do processo, na coprodução e na coautoria do conhecimento.

Num contexto desta natureza, Bruno lembra que a fórmula baseada na participação constitui a mais importante contribuição das últimas décadas ao conceito de inventário, envolvendo agora um objetivo especial: o fortalecimento da gestão social do património cultural (Sancho Querol, 2011: 312).

Ademais, e retomando a ideia que dele nos propõe a Museologia Social, o museu parece ser uma instituição especialmente apropriada para orientar este processo de

gestão social, de forma que, segundo esta lógica, ao colocar o inventário participado na origem do processo de patrimonialização e desenvolvimento local, estamos iniciando, simultaneamente, um triplo caminho:

- Por um lado, um processo progressivo de **educação patrimonial** baseado no reconhecimento da capacidade de gestão, de valorização e de ressignificação da comunidade em relação às especificidades culturais e naturais que definem a identidade local;
- Em segundo lugar, e tendo em conta que a sistematização da informação relacionada com o inventário participado envolve um processo de **autorreflexão individual e coletiva**, o facto de que este redundará num melhor conhecimento e valoração das manifestações culturais por parte da própria comunidade de forma que, como nos lembram várias das personalidades referidas, ao mesmo tempo estaremos alimentando o reforço dos poderes do coletivo mediante o reforço da sua identidade cultural;
- Em terceiro lugar, e pelo facto de devolver o conhecimento que resulta do inventário participado aos/as criadores/as e praticantes, estaremos criando as condições apropriadas para o exercício de uma **salvaguarda ativa** e consciente por parte da própria comunidade.

Conclusão

Falar de Museologia Social significa falar de uma Museologia de “pequena escala” mas de interessante impacto social, cultural e económico, que centra a sua atuação no desenvolvimento da pessoa, através da identificação, do estudo, da valorização e da dinamização de determinados aspetos culturais e identitários do coletivo que integra, mediante a utilização de métodos de intervenção e atuação participativos.

O paradigma patrimonial definido em 2003 pela UNESCO e os desafios a ele associados, colocam-nos perante a possibilidade de contribuir para a construção de uma justiça cognitiva plural que privilegia o reconhecimento do outro e a legitimação de saberes locais, alimentado, simultaneamente, dinâmicas que permitem reforçar as relações com a(s) comunidade(s), no âmbito de um processo de desenvolvimento intencionalmente humanizado e sustentável.

Neste contexto, o inventário participado constitui uma via democrática de construção, entendimento e projeção das nossas raízes culturais no presente.

Referências bibliográficas

- ABREU, R. (no prelo), “A Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil”, in C. Tardy e Vera Dodebei, *Memórias e Novos Patrimônios*, Brasília, Paris, Programa Saint Hilaire, Capes.
- APPADURAI, A. (2009), “Diálogo, Risco e Convivialidade”, in A. Appadurai [et al.], *Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*, Programa Distância e Proximidade, Lisboa, FCG, Tinta-da-China, pp. 21-38.
- BOLAÑOS, M. (2002), *La memoria del mundo: Cien años de museología 1900-2000*, Gijón, Trea S.L.
- BORTOLOTTI, C. (2008), “Il proceso di definizione del concetto di ‘patrimonio culturale immateriale’. Elementi per una riflessione”, in C. Bortolotto (org.), *Il patrimonio immateriale secondo l’UNESCO: analisi e prospettive*, Roma, Istituto Poligrafico Zecca dello Stato, pp. 7-48.
- BRUNO, M. C. O.; FONSECA, A. M.; NEVES, K. F. (2010), “Mudança social e desenvolvimento no pensamento da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos”, in M. C. Oliveira Bruno (org.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional*, vol. 2, Brasil, ICOM, pp. 159-180.
- CÂNDIDO, M. (2010), “Teoria museológica: Waldisa Rússio e as correntes internacionais”, in M. C. Oliveira Bruno (org.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional*, vol. 2, Brasil, ICOM, pp. 145-154.
- COHEN, A. (1985), *The symbolic construction of community*, London, Routledge.
- Declaração de Salvador* (2007). [Consultado a 13.03.2011]. Disponível em: http://www.mcu.es/museos/docs/MC/CIMM/Declaracion_Salvador_2007_atualizada.pdf.
- DE CARLI, G. (2004), “Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos”, in *Revista ABRA*, julh-dez. [Consultado a 03.08.2010]. Disponível em: <http://www.ilam.org/publicaciones-ilam/20-vigencia-de-la-nueva-museologia-en-america-latina-conceptos-y-modelos.html>.

- DE VARINE, H. (2009), “Museus e ordenamento do território”, in *Museal*, nº 4, 50-59.
- (2011), “Gérer ensemble notre patrimoine sur notre territoire”, in AA.VV., *Decennale*, Italia, Ecomuseo delle Acque del Gemonese, Gemona del Friuli (Udine), 31-39.
- DESVALLEES, A.; MAIRESSE, F. (dir.) (2010), *Conceptos claves de museología*, ICOFOM/ICOM. [Consultado a 05.02.2011]. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2038-2009.pdf.
- D’UVA, F. (2010), “La participación comunitaria en el inventario de Patrimonio Cultural Inmaterial: el reto de una perspectiva para la salvaguardia. El modelo italiano de la Fiesta de los Lirios de Nola”, in VV.AA., *Coloquio Internacional sobre Patrimonio Inmaterial. Inventarios: Identificación, Registro y Participación Comunitaria*, México, INAH, pp. 69-77.
- FRASER, N. (2000), “Rethinking Recognition”, in *New Left Review*, nº 3, May-June, 107-120. [Consultado a 05.04.2012]. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/3/nancy-fraser-rethinking-recognition>
- (2008), *Scales of justice: reimagining political space in a globalising world*, Cambridge, Polity Press.
- FERNÁNDEZ, L. Alonso (2003), *Introducción a la nueva museología*, Madrid, Alianza.
- FREIRE, P. (1980), *La educación como práctica de libertad*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- GALLA, A. (2008), “The ‘First Voice’ in Heritage Conservation”, in *International Journal of Intangible Heritage*, vol. 3, pp. 9-25 [Consultado a 10.02.2012]. Disponível em: <http://www.ijih.org/volumeMgr.ijih?cmd=volumeView&volNo=3&manuType=02>
- GEILFUS, F. (1997), *80 Herramientas para el desarrollo participativo*, San Salvador, IICA-Holanda/Laderas C. A.
- HALBWACHS, M. (2004), *La memoria colectiva*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza.
- HALL, S. (1997), “Introduction”, in S. Hall [et al.] (eds), *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*, London, Sage Publications, pp. 1-12.
- ICOM (1984), *Declaração de Quebec. Princípios de base de uma Nova Museologia*. [Consultado a 15.04.2010]. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M.^a O.; CAMPAGNOLO, H. (1993), “Um exemplo de ‘linguagem mista’: a linguagem museal”, in J. M. Diogo (org.), *Atas do IV Encontro Nacional de*

Museologia e Autarquias, Tondela, 29 a 31 de outubro, Câmara Municipal de Tondela, pp. 47-52.

Mappa di Comunità. [Consultado a 17.08.2011]. Disponível em:
<http://www.mappadicomunita.it/>

MAYRAND, P. (2007), “Texte de présentation sur les concepts muséologiques dans leurs rapports avec les systèmes muséologiques actuels responsables de bouleversements: une double hystérie?”, in J. Primo (org.), *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 28, 153-158.

MAYRAND, P.; KERESTEDJAN, Labela (2004), “Haute-Beauce. Psychosociologie d’un écomusée précis”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 22, 51-64.

MÉNDEZ, R. (2007), “El museo como fórum de ciudadanía en el mundo”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 28, 265-269.

MORALES, P. (2010), “¿Para qué y desde dónde hacer los inventarios? Nuevas aproximaciones al tema desde los cambios normativos en material de Patrimonio Cultural Inmaterial en Colombia”, in VV.AA., *Coloquio Internacional sobre Patrimonio Inmaterial. Inventarios: Identificación, Registro y Participación Comunitaria*, México, INAH, pp. 165-171.

MOUTINHO, M. (1994), “A construção do objeto museológico”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 4, 7-12.

– (1995), “A Declaração de Quebec (1984). Apresentação”, in M. C. Oliveira Bruno (org.), *ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro. Documentos selecionados*, vol. 2. Brasil, ICOM, pp. 52-57.

– (2007), “The informal Museology”, in M. C. Oliveira Bruno, M. Chagas e M. Moutinho, *Sociomuseology. Cadernos de Sociomuseologia*, nº 27, pp. 185-191.

– (2010), “Evolving Definition of Sociomuseology: Proposal for reflection”, in P. Assunção dos Santos e J. Primo (org.), *Sociomuseology 4. To think Sociomuseologically. Especial edition 22º ICOM General Conference, Shanghai (7-12 November 2010)*, *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 38, pp. 27-31.

MUJICA, S. (2010), “Las expresiones del Patrimonio Cultural Inmaterial, Perú: una propuesta de inventario participativo”, in VV.AA., *Coloquio Internacional sobre Patrimonio Inmaterial. Inventarios: Identificación, Registro y Participación Comunitaria*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, pp. 55-61.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. (1999), *The Experience Economy. Work is Theatre & Every Business a Stage*, Boston, Harvard Business School Press.

- PRIMO, J. (1999), “Museologia e Património: Documentos fundamentais”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 15, 95-104, 189-191 e 207-225.
- (2008), “Museus locais e Ecomuseologia: Estudos do projeto para o Ecomuseu da Murtosa 2000”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 30, 49-83.
- RIVIÈRE, G. Henri (1993), *La Museología: Curso de museología textos y testimonios*, Madrid, Akal.
- SANCHO QUEROL, L. (2010a), “Do coração do museu: Inventário e património imaterial em 11 museus portugueses”, in *Revista Informação ICOM*. Pt, Série II, nº 9, Jun.-Ago, 2-10. [Consultado a 20.09.2011]. Disponível em:
[http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-9_jun-ago10(1).pdf).
- (2010b), *El Atlas del Patrimonio Inmaterial de Andalucía. Memoria final de estancia de investigación*. [Consultado a 03.09.2010]. Disponível em:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1011_Memoria%20Estancia%20Investigaci%F3n%2C%20IAPH.%20Lorena%20Sancho%20%28FCT%29.pdf.
- (2011), *El Patrimonio Cultural Inmaterial y la Sociomuseología: estudio sobre inventarios*, Tese de doutoramento em Museologia, apresentada no Departamento de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da ULHT de Lisboa e dirigida pelo Doutor Mário Canova Magalhães Moutinho. Disponível em:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Tese%20Doutoramento%20%20%20%20Lorena%20Sancho%20Querol.pdf
- SANTOS, Boaventura S. (2006), *A Gramática do Tempo: para uma Nova Cultura Política*, Porto, Afrontamento.
- (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma economia de saberes”, in B. S. Santos e M^a P. Menezes (Orgs.), *Epistemologias do Sul*, CES, Coimbra, Almedina, pp. 23-71.
- (2011), *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra, Almedina.
- UNESCO (1958), *Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus*. [Consultado a 05.10.2010]. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133845so.pdf>.
- (1972), *Declaração de Santiago de Chile*. [Consultado a 12.12.2009]. Disponível em:
http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile1072&Itemid=3.

- (1982), *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. [Consultado a 11.12.2009].
Disponível em:
http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/11295424031mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf.
 - (2005), *Reunión de expertos sobre la realización de inventarios del Patrimonio Cultural Inmaterial*. [Consultado a 15.02.2011]. Disponível em:
<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00036-EN.pdf>.
- VAN MENSCH, P. (1990), “Museus em Movimento: uma estimulante visão dinâmica sobre inter-relação museologia-museus”, in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 1, 49-54.
- VICTOR, I. (2010), “Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti”, in *Revista Museologia.pt*, nº 4, 34-43.
- VICTOR, I.; MELO, M. (2009), “A qualidade em Museus: Atributo ou imperativo”, in *Revista Informação ICOM.Pt*, Série II, Nº 5, Jun-Ago, 3-10. [Consultado a 05.10.2010]. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/info%20II-5_jun-ago09.pdf.
- WATERTON, E.; SMITH, L (2010), “The recognition and misrecognition of community heritage”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 16, n. 1, 4-15. [Consultado a 22.07.2012].
Disponível em:
http://uws.academia.edu/EmmaWaterton/Papers/414692/Recognition_and_the_Misrecognition_of_Community_Heritage

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo¹

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa

Resumo

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação sociológica sobre a incerteza médica no contexto do aconselhamento genético na área do cancro hereditário. Tendo como base um estudo de caso que foi desenvolvido no âmbito de uma consulta de risco familiar numa unidade hospitalar especializada em oncologia, procuram-se identificar e analisar as novas dimensões de incerteza que emergem neste contexto clínico específico e evidenciar o modo como as mesmas enquadram e redefinem as práticas de trabalho e as formas de julgamento clínico. A perspetiva de análise que organiza a abordagem sociológica sobre estas novas formas de incerteza desenvolve-se a partir da exploração de dois eixos privilegiados relativos à especificidade do perfil científico desta área de inovação biomédica. A reconfiguração da conceção de doença e de medicina e os paradoxos da sua lógica preditiva.

Palavras-chave: Incerteza; Medicina; Aconselhamento genético; Cancro.

Abstract

Uncertainty and redefinitions of the medical work: a case study on the hereditary genetic cancer counseling

The present article is the result of a sociological investigation project on the medical uncertainties in the context of the genetic counseling in the area of the hereditary cancer. Having as groundwork a case study developed in the scope of a family risk assessment in an oncologic hospital unit, the aim is to identify and analyze the new uncertainty dimensions emerging from this specific clinical context and highlight the way how these redefine the work practices as well as the clinical judgments. The analytical framework which organizes the sociological approaches about these new uncertainties is developed from the examination of two favoured axes related to the scientific profile of this biomedical area. The reconfiguration of the illness and medicine conception and the paradoxes of its predictive logic.

Keywords: Uncertainty; Medicine; Genetic counseling; Cancer.

¹ Professor Adjunto da Área Científica de Sociologia na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL) (Lisboa, Portugal); investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (Lisboa, Portugal); Doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) (Lisboa, Portugal). *E-mail*: helder.raposo@estesl.ipl.pt

Resumé

L'incertitude et les redéfinitions du travail médical : étude de cas sur le conseil génétique du cancer héréditaire

Le présent article est le résultat d'une recherche sociologique sur l'incertitude médicale dans le cadre du conseil génétique dans le domaine du cancer héréditaire. Ayant comme support une étude de cas élaborée dans le contexte d'une consultation de risque familial dans une unité hospitalière spécialisée en oncologie, on a cherché à identifier et analyser les nouvelles dimensions d'incertitude qui émergent dans ce contexte clinique spécifique et faire ressortir comment celles-ci encadrent et redéfinissent les pratiques de travail et les formes de jugement clinique. La perspective d'analyse qui organise l'approche sociologique sur ces nouvelles formes d'incertitude se développe a partir de l'exploration de deux axes privilégiés concernant la spécificité du profil scientifique de ce domaine d'innovation biomédicale. La reconfiguration de la conception de la maladie et de la médecine et les paradoxes de sa logique prédictive.

Mots-clés: Incertitude; Médecine; Conseil génétique; Cancer.

Resumen

Incertidumbre y redefiniciones del trabajo médico: un estudio de caso sobre el asesoramiento genético en el cáncer hereditario

El presente artículo es resultado de un trabajo de investigación sociológica sobre la incertidumbre médica en el contexto del asesoramiento genético en el área del cáncer hereditario. Teniendo como base un estudio de caso desarrollado en el ámbito de una consulta de riesgo familiar en una unidad hospitalaria especializada en oncología, se busca identificar y analizar las nuevas dimensiones de incertidumbre que surgen en este contexto clínico específico y evidenciar el modo mediante el cual las mismas encuadran y redefinen las prácticas de trabajo y las formas de juicio clínico. La perspectiva de análisis que organiza el abordaje sociológico sobre estas nuevas formas de incertidumbre se desarrollan a partir de la exploración de dos ejes privilegiados relativos a la especificidad del perfil científico de esta área de innovación biomédica. La reconfiguración de la concepción de enfermedad y de medicina así como las paradojas de su lógica predictiva.

Palabras-clave: Incertidumbre; Medicina; Asesoramiento genético; Cáncer.

Introdução

O desenvolvimento científico e tecnológico em medicina tem sido marcado, e frequentemente celebrado, pelo aumento das capacidades de avaliação e intervenção em áreas como o diagnóstico e a terapêutica e pela resolução eficaz de vários problemas. Paradoxalmente, no entanto, não têm deixado de surgir novas áreas de incerteza através da sua ação, devido ou às limitações do conhecimento médico, ou a problemas que resultam da incapacidade de dominar completamente o conhecimento disponível,

nomeadamente quanto aos benefícios, perigos e limitações de novas abordagens, técnicas ou medicamentos.

Considerando que a incerteza é constitutiva da medicina (Fox, 1959, 2003), esta questão adquire uma acuidade redobrada numa altura em que vai sendo cada vez mais notória a amplitude e a natureza das reorganizações suscitadas pela importância e pelo impacto das inovações tecnológicas no quadro da atual biomedicina (Clarke *et al.*, 2003). Trata-se, com efeito, de um novo perfil que é, em si mesmo, revelador de uma dinâmica de crescente interpenetração das práticas médicas com as ciências da vida, em particular ao nível dos seus conhecimentos, práticas, instrumentos e formas de regulação. Daqui resulta, portanto, que as inovações contemporâneas não estão simplesmente a estender o repertório médico, mas estão a transformar a própria medicina. Estas inovações estão a mudar a nossa compreensão da doença e da saúde, redefinindo os conceitos de doença, de medicina e de corpo.

Com efeito, muitas das atuais tecnologias médicas, sobretudo as que se encontram ligadas aos desenvolvimentos da genética e da biologia molecular, têm estado na base de novos entendimentos sobre a imensa variedade e complexidade das múltiplas interrelações que interferem na organização dos fenómenos biológicos. De resto, as próprias promessas inauguradas pela medicina genómica, que durante algum tempo alimentaram fortes esperanças e expectativas em torno das possibilidades de conhecimento e controlo das doenças, deram, efetivamente, lugar à conceção de que, ao contrário do que preconizava a abordagem reducionista do “programa genético” (a premissa *one gene, one protein*), não há, afinal, um genoma normal, no sentido em que a variação é a norma; todos temos múltiplas variações moleculares que, em diferentes circunstâncias, podem conduzir à expressão de doenças ou condições patológicas. A constatação de que não existe o ser humano geneticamente “normal”, dado que todos somos portadores de genes “imperfeitos”, conduz ao esvaziamento da noção de normalidade, na medida em que todos estamos em risco de alguma condição (Rose, 2010).

Neste sentido, portanto, têm emergido novas categorias e quadros explicativos que se ancoram em noções como *desordens* ou *síndromas*, o que significa que as tradicionais classificações biomédicas de doença – baseadas em modelos de cariz cartesiano – são substituídas por síndromas de etiologia incerta. Estas doenças “pós-modernas”, como as designa Clayton (2002), desafiam as categorias médicas ao mostrarem que dificilmente se confinam a lógicas dicotómicas e a enfoques redutores e

organicistas. O quadro de referência organicista entra, assim, em falência, dado que a visão mecânica da saúde e da doença se torna insuficiente face à crescente indistinção entre o normal e o patológico (Rose, 2010).

Neste quadro de novos paradoxos e incertezas torna-se, então, relevante avaliar e compreender que reconfigurações ocorrem no âmbito do conhecimento médico e das suas práticas profissionais, desde logo porque passam a estar efetivamente em causa diferentes quadros explicativos sobre a doença e um novo perfil preditivo e de gestão do risco em função do conhecimento de predisposições genéticas providenciado por novas tecnologias, como, nomeadamente, os testes de diagnóstico genético.

Assim, e tendo como ponto de partida uma investigação qualitativa-intensiva centrada no estudo de uma consulta de risco familiar (CRF) numa unidade hospitalar especializada em oncologia, pretende-se neste artigo analisar as dimensões de incerteza que decorrem do perfil de um novo tipo de contexto clínico, em que as formas de conhecimento e o tipo de intervenção profissional se inscrevem em abordagens que assentam em lógicas explicativas tributárias da genética e da biologia molecular. Através do estudo de uma consulta que desenvolve um trabalho de aconselhamento genético na área do cancro gástrico para indivíduos com história familiar desta patologia, procura-se mapear e discutir a natureza das várias redefinições ao nível das práticas de trabalho e das formas de julgamento clínico, sobretudo quando os médicos se confrontam, em muitas circunstâncias, com doenças que são poligénicas e multifatoriais. Ou seja, doenças cuja extrema complexidade biológica inviabiliza perspectivas simplificadas e deterministas, donde resulta que a escala da incerteza médica se amplia substancialmente.

No âmbito do estudo de caso que aqui se desenvolve, são, portanto, as expressões dessa incerteza que constituem o enfoque principal da discussão, na medida em que permitem caracterizar e compreender melhor a lógica preditiva desta realidade médica. Através de técnicas de investigação como a observação direta e as entrevistas semiestruturadas e aprofundadas, que foram aplicadas aos responsáveis desta consulta², exploram-se duas dimensões de análise principais: as redefinições das práticas e lógicas de trabalho profissional decorrentes de um perfil preditivo acerca do risco genético dos

² A observação direta e a realização das entrevistas semiestruturadas e aprofundadas concentraram-se, sobretudo, no primeiro semestre de 2006. Para as entrevistas foram privilegiados os principais intervenientes do contexto de observação: três médicos (um deles Diretor de Serviço) e uma enfermeira. Os dados que estão na base deste artigo resultam de uma tese de mestrado desenvolvida pelo autor (cf. Raposo, 2006).

indivíduos (e suas respectivas famílias) que são acompanhados na CRF, e as reconfigurações da conceção de doença e de medicina; aquilo que aqui se designa como molecularização da doença e genetização da medicina.

1. Redefinição das práticas e formas de julgamento clínico

Relativamente aos vários tipos de redefinições suscitadas pelo reforço do perfil marcadamente biomédico da medicina genética, bem como pelo novo quadro de paradoxos e incertezas que caracterizam este novo tipo de contextos clínicos, justifica-se salientar algumas das vertentes onde essas mudanças assumem uma expressão mais notória.

Uma das redefinições que importa sinalizar é de natureza concetual e refere-se à emergência de um novo quadro explicativo da doença, no sentido em que a abordagem médica tende a surgir como que colonizada pela perspetiva genética, em particular no que diz respeito ao entendimento molecular da doença. Trata-se, na realidade, de um processo que é um reflexo da reconfiguração da própria investigação oncológica em geral. Essa mudança começou a desenhar-se de forma mais consistente e consequente a partir da década de 1970, sobretudo nos EUA, numa altura em que a globalização da investigação sobre o cancro no âmbito da biologia molecular o redefiniu como doença genética, em detrimento da investigação do cancro ligadas às agressões ambientais (cf. Kevles, 1993: 21; Nunes, 1996: 13).

De facto, este processo de molecularização do cancro – cientificamente alicerçado no conceito de oncogene³ – permite compreender as razões que estão na origem da gradual emergência de novos conceitos e abordagens que conduzem a um entendimento específico desta patologia e, por consequência, a teorias que têm imposto de forma hegemónica a ideia de que o cancro é uma doença que resulta dos genes humanos. O advento e a consolidação da investigação oncológica baseada na teoria dos proto-oncogenes, e respetivas tecnologias genéticas e moleculares, têm vindo a moldar de forma determinante os principais eixos de orientação das atuais agendas científicas consagradas ao estudo do cancro, designadamente através da deslocação de vastos investimentos financeiros para a área da biologia molecular (Fujimura, 1996).

³ De acordo com as perspetivas decorrentes destas linhas de investigação sobre as origens genéticas do cancro, um oncogene é um gene expresso em células cancerosas que estão na origem da desregulação da atividade celular.

Efetivamente, este conceito tem-se revelado central no âmbito da investigação oncológica e tem dado origem a novas formas de representação do cancro que estão na base de linhas de investigação ancoradas nas tecnologias genéticas e moleculares que consolidam a já referida reconceptualização da doença e oferecem esquemas gerais e unitários sobre a compreensão da vida e dos seus estados patológicos.

Uma outra redefinição importante é a que diz respeito às mudanças das formas de avaliação e julgamento clínico, sobretudo em contextos clínicos de aconselhamento genético, pois o que nestas novas realidades médicas se torna notório é, precisamente, a transformação das formas de avaliação médica face a um conjunto de categorias paradoxais, nomeadamente a passagem da doença ao risco da doença e o alargamento desse risco não só a um novo tipo de doente (“pré-doente”), mas também a um novo *locus* dessa doença (do doente individual para a sua família).

A este propósito é de grande utilidade fazer referência ao estudo de Mendes (2003, 2006) sobre o quotidiano de risco genético de cancro hereditário, em particular como o mesmo é percebido e experienciado pelos indivíduos. Na sua investigação, a autora faz notar que o universo da “medicina preditiva” pauta-se pela ausência das duas categorias que definem e delimitam o quotidiano da medicina curativa ou paliativa – a doença e os doentes. De facto, o “estar em risco” torna-se numa condição de fronteira resultante da indefinição da “ainda não doença”, uma vez que se torna uma tarefa de grande ambiguidade determinar se serão doentes os indivíduos que se encontram “pré-sintomáticos”, ou seja, os que estão probabilisticamente em risco de desenvolver diferentes formas de patologia.

De facto, em contextos deste tipo, o risco impõe-se como uma das categorias principais da investigação clínica e acaba, muitas das vezes, por se confundir com a própria patologia, como se “o estar em risco” se convertesse numa condição clínica. Tal é, sem dúvida, revelador de uma transmutação ontológica da noção de doente e da própria doença enquanto entidade clínica passível de ser interpretada e configurada pela semiologia e sintomatologia médica (Mendes, 2003). Por isso, e embora a perspectiva de previsão possa sugerir, de um certo ponto de vista, um ganho importante de eficácia da medicina em atuar precocemente na manifestação de determinada doença, a verdade é que, em rigor, nos referimos a uma perspectiva virtual fundada num cálculo de

probabilidades que pode não se concretizar pela ocorrência de uma multiplicidade infinita de fatores contingenciais não probabilificáveis⁴.

Por fim, mas não menos importante, é de salientar o facto de que estes contextos clínicos propiciam novas práticas e lógicas de organização do trabalho. O aspeto mais expressivo desta realidade reside no facto de a clínica genética se apoiar, cada vez mais, no desenvolvimento de formas de trabalho colaborativo (Bourret, 2005) que conduzem à transformação do conteúdo e organização das atividades médicas e formas de julgamento clínico. Tal pressupõe um maior desenvolvimento do trabalho multidisciplinar, dado que os médicos não só se articulam com profissionais de outras áreas de especialização (médica e técnica), mas também porque mobilizam vários saberes e técnicas, o que pressupõe que se encontrem em estreita articulação com outras perícias, nomeadamente com os biólogos dos laboratórios de biologia molecular. Assiste-se, portanto, não só a uma nova lógica de divisão do trabalho, através de uma importante redefinição de fronteiras profissionais que acentuam as interdependências funcionais, mas também a um alargamento e a uma diversificação dos espaços de atuação dos médicos relativamente ao trabalho de aconselhamento genético. É isto porque as características do trabalho médico passam a extravasar o espaço do consultório. Ou seja, os resultados dos testes de diagnóstico genético tornam-se de tal modo importantes na (re)definição das avaliações clínicas e na elaboração das estratégias preventivas e preditivas, que o trabalho de aconselhamento genético, em si mesmo, passa a incluir o laboratório como um espaço indispensável para a viabilidade e a eficácia das práticas profissionais subjacentes à clínica genética. Trata-se, portanto, de um aspeto que confirma e, sobretudo, sublinha o facto de que a decisão médica não constitui um ato isolado, mas antes um processo inserido e enquadrado pelos seus contextos profissionais e organizacionais (Serra, 2008).

⁴ A interpretação das incertezas como riscos coloca questões importantes nas formas de julgamento clínico, porque as probabilidades reportam-se a séries (apenas podem ser derivadas de estudos de coletividades) e não a eventos individuais, donde se torna problemática e questionável a ideia do indivíduo singular como fonte de risco genético (Prior, 2000; Marques, 2002). Esta conversão das incertezas em probabilidades corresponde, assim, a uma tentativa de produzir entendimentos que permitam domesticar o aleatório e tornar cognoscíveis as incertezas (Raposo, 2006).

2. Avaliação clínica em contexto de aconselhamento genético: análise do estudo de caso

A Consulta de Risco Familiar (CRF) que foi objeto de estudo da investigação que está na base deste artigo caracteriza-se por ter como principal meta estratégica seguir famílias com risco aumentado de desenvolvimento de Cancro do Cólon e Reto (CCR), onde se incluem as famílias com síndromas hereditários de CCR, e o seu principal objetivo é reduzir a morbilidade e mortalidade por este tipo de cancro através da identificação de famílias de risco e subsequente aplicação de programas de rastreio e vigilância.

Relativamente à sua composição, destaca-se o facto de ser constituída por uma equipa multidisciplinar composta por médicos, enfermeira e secretária clínica. Conta com a colaboração de especialistas em Biologia Molecular e Anatomia Patológica, de outros Serviços da Instituição (Serviço de Cirurgia e Bloco Operatório) e ainda de algumas Organizações do País (alguns Hospitais centrais e distritais) e do estrangeiro (Centros de Genética de Leidden, Londres e Newcastle). Quanto ao tipo de trabalho que desenvolve, nomeadamente no que diz respeito ao estudo das famílias⁵ às quais é diagnosticado o cancro do cólon a um dos seus membros, quer numa fase ativa da doença, quer através do acesso a uma amostra de material biológico do tumor, há uma série de etapas fundamentais que passam, desde logo, pelo contacto com os diferentes membros da família, no sentido de os confrontar com a possibilidade de existir cancro hereditário e, conseqüentemente, com a necessidade de realizarem os testes genéticos com o objetivo de saberem se são, ou não, portadores dos genes causadores da doença. Assim, do ponto de vista médico, a importância de se confirmar a informação de que os indivíduos são portadores dos genes causadores da doença, tem como objetivo acionar medidas de prevenção para impedir que o cancro se manifeste. Se um membro da família for portador da mutação genética que origina a doença, isto é, se apresentar um teste positivo, é-lhe proposto, a partir desse momento, que cumpra um protocolo de vigilância específico para os indivíduos em risco de cancro hereditário do cólon. Deste modo, após a realização da primeira consulta segue-se um trabalho laborioso, e por

⁵ Uma atualização feita em fevereiro de 2012 relativamente à recolha do número de famílias registadas na CRF aquando da realização das entrevistas em junho/julho de 2006, dá conta de um total de 3367 famílias, das quais 324 são famílias com Síndrome de Lynch (SL) e 98 com Polipose Adenomatosa Familiar do Cólon (PAFC). Os restantes casos referem-se a famílias com outros síndromas familiares, com formas de agregação familiar de cancro gástrico ou situações *pendentes*, ou seja, famílias ainda não confirmadas como pertencentes a síndromas hereditários, mas com um risco acrescido de virem a desenvolver um carcinoma do cólon ou reto.

vezes longo, de confirmações dos dados obtidos, nomeadamente através do recurso a certidões de óbito e a pedidos de informação clínica, bem como a exames histológicos, que são solicitados ao Registo Oncológico Regional ou a outras Instituições de Saúde. Numa fase posterior, são marcadas novas consultas não só ao *proband*⁶, mas também a outros membros da família, com o objetivo principal de atualizar a história familiar e, dessa forma, voltar a aferir o risco familiar. Nessas consultas também se procede ao esclarecimento dos outros membros da família acerca do risco de CCR e quais os respetivos programas de rastreio/vigilância. No caso das famílias com critérios clínicos que possibilitem a sua classificação como sendo um síndrome hereditário, a indicação é a de que se proceda ao diagnóstico genético, pelo que, numa dessas consultas, se explica ao doente em que é que consiste a análise genética e qual a importância que esta pode ter para a família. Após a assinatura do consentimento informado pelo doente, procede-se à colheita de sangue que é enviado para o Laboratório de Patologia Molecular.

É também importante referir – na sequência do que já foi atrás assinalado – que na CRF, o processo clínico não se reporta a um sujeito, mas sim a uma família. Nele encontra-se reunida a informação sobre todos os membros da família, qual o seu estatuto de risco e se aderiram, ou não, ao programa de vigilância proposto nesta consulta. Cada processo, para além dos registos clínicos de cada um dos elementos da família, tem, também, uma folha de representação gráfica da história familiar (genograma), feita através de um programa informático próprio para esse efeito. Pela leitura da história familiar obtém-se informação sobre as mortes ocorridas na família por CCR (ou por outros tumores), sobre os elementos que apresentam a doença e sobre os que estão, ou não, em risco de vir a desenvolvê-la. Através do contacto com esta informação fica-se, também, a conhecer a componente hereditária da doença, ou seja, a forma como se manifestou ao longo das diferentes gerações.

Com efeito, e como se compreende pela descrição das etapas e dos procedimentos que caracterizam o tipo de abordagem médica desenvolvida no âmbito da CRF, resulta claro que a estratificação do risco é feita em função dos elementos da história familiar dos indivíduos – nomeadamente o grau de parentesco, o número de casos de cancro numa família, os tipos de tumores confirmados, a sua idade de aparecimento e a própria história clínica –, o que implica um cálculo probabilístico que estima o risco de um determinado indivíduo desenvolver CCR. Este trabalho de

⁶ *Proband* neste contexto significa a pessoa de referência, ou seja, quem deu início ao estudo da história familiar no âmbito da CRF.

estratificação do risco em diferentes categorias acaba por condicionar diretamente a própria definição da abordagem preventiva que se consubstancia nos programas de rastreio e vigilância.

Todavia, e tendo em conta as incertezas que surgem associadas à complexidade biológica de algumas síndromas hereditárias de CCR, e às respetivas limitações do próprio diagnóstico genético, o próprio processo de aferição da predisposição genética de um indivíduo para determinada doença torna-se bastante difícil e problemático, dado que nestes procedimentos técnicos aquilo a que efetivamente se procede é à quantificação dos riscos que enunciam probabilidades. Tendo em conta a complexidade constitutiva das doenças poligénicas e multifatoriais, isto significa penetrar num domínio de significativa imprecisão, uma vez que o risco da doença não se esgota no facto de um indivíduo ter uma dada alteração num determinado gene, até porque muitas das predisposições apontadas pelas probabilidades somente se manifestam – ou não – por via da inter-relação complexa de diversos fatores, muitos deles de natureza exógena, como, por exemplo, os fatores ambientais.

Com efeito, alguns dos aspetos mais salientes que importa enfatizar a propósito das voláteis e imprecisas fronteiras que acabam por se constituir entre risco e incerteza em biomedicina, prendem-se com situações complexas que tendem a gerar erros e incertezas na prática médica, dado que não obstante o tema do risco assumir uma grande centralidade, refletindo, assim, o próprio esforço de cientifização que tem vindo a caracterizar estas áreas específicas, o facto é que emergem de forma cada vez mais nítida problemas e limitações que têm origem na complexidade dos sistemas biológicos e que se traduzem na grande dificuldade em lidar com o conceito de incerteza. Dito de modo mais simples, e tendo como ilustração específica o caso concreto do cancro, tal significa que questões como a avaliação das lesões pré-cancerosas (lesões precursoras do cancro), que se supõe terem um potencial de transformação maligna que justifica o desenvolvimento de estratégias diagnósticas e terapêuticas preventivas; os erros no diagnóstico e na avaliação prognóstica em áreas como a patologia, com o caso dos falsos positivos e dos falsos negativos; as dificuldades em avaliar clinicamente a complexidade dos casos singulares e específicos que são menos claros e lineares à luz da informação epidemiológica; os chamados casos “*borderline*” que revelam situações de grande incerteza, ou, tal como designados em patologia tumoral, “casos de malignidade incerta” (com características tanto de benignidade, como de malignidade), (cf. Nunes, 2002: 292-302); a existência de vários tipos de mutações (cf. Lage e Chaves,

1999: 28); as neomutações (cf. Lage *et al.*, 1998: 14); mutações em genes ainda não identificados (*idem*: 17); entre outros, mostram com grande acuidade as múltiplas dificuldades em lidar com o conceito de incerteza. E isto não só porque as indefinidas relações entre risco e incerteza tornam dúbias as fronteiras entre estratégias de natureza mais precaucionária ou preventiva, mas também porque as formas de aferição e categorização do risco têm implicações na redefinição das abordagens médicas, sobretudo nas de carácter preventivo, dado que os protocolos de vigilância médica – que, não raras vezes, podem ir até formas radicais e agressivas de tratamento, como as cirurgias profiláticas – se baseiam em avaliações probabilísticas e em instrumentos de diagnóstico que determinam as decisões relativamente aos tratamentos, embora tal não seja isento de dificuldades e consequências, pois, tal como mostra Nunes, “quanto mais precoce for a deteção de uma patologia, mais incerta será a avaliação prognóstica, e mais problemática se tornará a decisão sobre o tratamento. (...) Este paradoxo aparece com mais força ainda quando as actividades de diagnóstico e de prognóstico tentam incorporar abordagens que, a partir de um certo momento, prometeram instrumentos de diagnóstico mais precisos, como a biologia molecular” (Nunes, 2002: 302).

No caso concreto dos cancros hereditários do cólon e reto, principalmente o Síndrome de Lynch⁷, o recurso aos testes moleculares pode, de facto, remeter para alguma indeterminação, pois nem sempre os resultados são elucidativos e/ou conclusivos, o que evidencia as limitações das avaliações clínicas ancoradas em instrumentos de diagnóstico provenientes da genética e da biologia molecular em contexto da incerteza associada à complexidade biológica destas patologias.

3. Paradoxos e incertezas da clínica genética

“Sem a tecnologia genética não é possível fazer uma classificação rigorosa das doenças, nem é possível determinar o risco de cada indivíduo face à predisposição genética que ele possui. Nesse sentido a translação da genética para a clínica é uma translação óbvia, e não pode deixar de ser assim porque a genética permite arrumar em gavetas relativamente rigorosas, estritas, as doenças e o seu prognóstico, e por outro lado, o laboratório ao classificar o indivíduo geneticamente, está também a

⁷ O Síndrome de Lynch, ou Cancro do Cólon e Reto Hereditário não Associado à Polipose (CCHNP), é uma doença de transmissão hereditária autossómica dominante, responsável por cerca de 3% de todos os casos de CCR, condicionando nos indivíduos afetados um risco elevado (cerca de 80% aos 70 anos de idade) de desenvolver carcinoma do cólon ou reto (Vasen *et al.*, 1991).

dar aos médicos a expectativa, ou a perspetiva, da explicação e compreensão da doença, visto que quando ela está dependente de um defeito genético, nós passamos a perceber melhor o mecanismo intrínseco da doença e as formas de intervir nele. Neste aspecto, não acho que a genética seja fundamentalmente diferente de outras tecnologias....Nesse sentido, a genética não é muito diferente do que fazer um hemograma ou fazer uma análise bioquímica. São instrumentos que vão para além dos sentidos dos médicos”. (M1)⁸

De acordo com estas afirmações, é possível referir que os testes de diagnóstico genético têm vindo a ser integrados de forma efetiva nas práticas da medicina moderna, o que é indicativo da consolidação de uma tendência que se traduz na reorganização do campo médico, no sentido de este se encontrar integrado numa rede cada vez mais densa e interdependente de perícias. No caso específico da CRF aqui em estudo, as abordagens e os recursos da biologia molecular são reconhecidas como estando profundamente integradas na prática clínica, ao ponto de serem entendidas como um recurso indispensável não só para melhor compreender os mecanismos de agregação familiar das doenças, mas também para organizar e estruturar a abordagem clínica que se julga mais coerente com as avaliações probabilísticas dirigidas aos indivíduos em função da sua história familiar. É isso que, em grande medida, nos indica a resposta de um dos entrevistados em relação à importância e ao impacto da biologia molecular neste campo específico da medicina, quando a este propósito refere:

“O conceito de risco familiar surgiu muito antes da biologia molecular, ou seja, pouco a pouco, sob o ponto de vista clínico, foi-se reconhecendo que a expressão de certas doenças era maior em determinadas famílias e foi nascendo o conceito da importância da história familiar, não só para a doença oncológica, mas também para outras situações (...). Portanto, a biologia molecular vem no fundo explicar uma coisa que já se conhecia bem, mas não se conhecia a base que explicava o porque é que em certas famílias, certas doenças tinham uma expressão tão marcada. (...) Nós tínhamos uma probabilidade que era global e passámos a poder definir para cada um dos membros da família qual é a sua probabilidade de ter a doença. Este risco é modulado por aspectos genéticos e conhecendo os genes que estão

⁸ M – Médico.

envolvidos no desenvolvimento da doença, podemos separar e codificar melhor o risco de cada uma das pessoas”. (MD)⁹

Estas considerações reforçam o sentido do que foi argumentado a propósito dos novos contornos da medicina moderna, porque, efetivamente, o conhecimento proporcionado pela biologia molecular tem permitido fundar as decisões médicas na prova experimental, dado que confere uma perspetiva de objetividade e certeza que parece esvaziar de indeterminação e complexidade o julgamento clínico sobre os fenómenos da doença. Nesta aceção, os critérios estritamente clínicos, mais ancorados em faculdades de julgamento próprias de um saber cada vez mais visto como impreciso, tendem a ser desvalorizados:

“Eu defendo que, embora haja critérios clínicos, os critérios clínicos têm limitações. Nós sabemos que através dos critérios que existem, classificamos uma família com SL. A probabilidade de, efectivamente, aquela família ter SL é muito elevada, mas não é certo que tenha. Nós vamos manejá-la como tal, mas o *Gold Standard* é nós identificarmos uma mutação, porque aí temos a certeza absoluta que é um SL em base genética. O diagnóstico genético permite-nos abordar a situação de uma forma diferente. Não há incertezas. Não há incertezas no sentido em que se fizermos o diagnóstico genético para determinada mutação e o indivíduo não a herdou, ele sabe que não tem um risco aumentado de vir ter um cancro do intestino, e se não a herdou não há o risco de a ter transmitido à sua descendência.

(...) Eu acho que o diagnóstico genético é um complemento para a clínica extremamente importante e vantajoso, devido a todas estas implicações, porque nos permite ter uma abordagem mais adequada e com um grau de certeza maior em relação aquilo que nós estamos a preconizar e a defender”. (M2)

Claro que, vistos sob uma perspetiva mais pragmática, os testes de diagnóstico genético, como de resto qualquer tecnologia médica, são um meio útil e importante para o desenvolvimento do trabalho clínico, sobretudo em contexto de aconselhamento genético. Porém, tal não invalida que se procure reconhecer como pertinente o facto de os clínicos tenderem a privilegiar e a investir fortemente em abordagens de natureza experimental e objetivista, relegando para um plano mais secundário formas de avaliação e julgamento clínico vinculadas a abordagens qualitativas e contingentes. Este facto

⁹ MD – Médico Diretor.

torna-se ainda mais relevante quando se considera que, não obstante o recurso a todas as técnicas de carácter experimental e quantitativo, as avaliações probabilísticas acerca do risco de um determinado indivíduo poder vir a desenvolver CCR não se traduzem, efetivamente, em cenários de certeza e objetividade, dado que a circunstância de se estar a lidar com doenças poligénicas e multifatoriais que são intrinsecamente complexas, por um lado, e o facto de se estar a lidar com probabilidades em que estão ausentes as categorias de doença e doente tal como são conhecidas, por outro, coloca em evidência o carácter algo paradoxal da lógica preditiva que está subjacente a este tipo de medicina:

“Nós temos que ter a noção que na maior parte dos casos não estamos a lidar com pessoas com doença efetiva; são pessoas saudáveis. Temos que perceber que estamos a trabalhar com pessoas saudáveis, que estamos a trabalhar com probabilidades, porque mesmo que haja uma doença hereditária, mesmo que a pessoa tenha uma mutação no gene, que tenha um risco aumentado, nunca é de 100%. No entanto as pessoas devem ser vigiadas, porque no caso das síndromas hereditárias em que a penetrância não é completa, não podemos ficar à espera que a pessoa tenha os 20% de probabilidade de não ter cancro. O facto de ter uma alteração genética não é igual a ter cancro, mas é igual a ter um risco aumentado. Isto tem que ser muito bem explicado às pessoas. Temos que ter muita preocupação em explicar e em esclarecer as dúvidas, às vezes mais do que numa consulta”.

(Enf)¹⁰

Relativamente às incertezas que marcam o trabalho desenvolvido pelos clínicos da CRF, verifica-se que apesar de estes profissionais valorizarem os *guidelines* e os contributos provenientes da biologia molecular, os mesmos não deixam de reconhecer que a complexidade biológica do CCR os confronta com problemas que limitam, efetivamente, a sua capacidade de conhecer e intervir de forma eficaz na doença. O facto de se tratar de patologias complexas, multifatoriais e poligénicas, faz com que haja alguma dificuldade em lidar com todas as situações, sendo que a maioria desses casos é abordado no âmbito de estudos investigacionais levados a cabo por estes clínicos, com o apoio e o envolvimento científico do Laboratório de Patologia Molecular, o que significa que, não raras vezes, as pessoas que são seguidas na CRF e que pertencem a famílias atípicas, relativamente ao conhecimento médico existente e às recomendações

¹⁰ Enf – Enfermeira.

protocoladas, são convidadas a participar nesses estudos, contribuindo, assim, para o avanço do conhecimento médico:

“A biologia molecular é um complemento muito importante na abordagem destas famílias mas não substitui a clínica. Eu considero que a área do CCR, é a área onde mais avanços se registaram nos últimos anos em termos do conhecimento dos mecanismos biológicos inerentes ao desenvolvimento do cancro. Mas por vezes, mesmo naqueles genes que nós estudamos, há determinadas alterações que nós não sabemos qual é o seu significado. Por outro lado, há determinados genes que nós ainda não conhecemos e que, seguramente, serão responsáveis por formas hereditárias de CCR. Já para não falar dos polimorfismos e qual o seu impacto, não tanto nos síndromas hereditárias, mas nos casos de agregação familiar de CCR (...). Tal como no caso do conhecimento das síndromas hereditárias, que tem aplicação à clínica, mas que inicialmente também foi uma área de investigação, podemos fazemos a translação para a parte clínica. Só assim é que a medicina evolui, só assim é que a medicina progride. No CIPM¹¹ nós temos a parte genética de rotina (diagnóstico genético nas famílias com síndrome hereditária), e por outro lado, temos os nossos trabalhos de investigação que estão a decorrer e que, neste momento, não podem ter aplicação na clínica, porque estamos a estudar outros genes, determinadas alterações em genes já conhecidos como estando envolvidos em determinada doença, mas que não sabemos o significado das alterações que encontramos. Nessas situações, as pessoas que estão na nossa consulta são informadas e dão o seu consentimento informado para participarem nestes estudos de investigação”. (M2)

De facto, não deixa de ser relevante fazer notar que a ênfase na abordagem médica recai, em grande medida, no desenvolvimento dos estudos laboratoriais, como forma de aprofundar o conhecimento biológico da doença. Deste modo, a circunstância desses estudos procurarem lidar com a base genética destas doenças complexas, alimentando a expectativa de que possam ter uma eventual aplicação na clínica, justifica que, em termos do trabalho de aconselhamento genético, se valorizem estas formas de abordagem que visam dar resposta aos problemas relativos à compreensão dos mecanismos biológicos subjacentes à doença, em detrimento de abordagens mais diretamente orientadas para os indivíduos. Tal não significa que não fiquem

¹¹ Laboratório de Patologia Molecular.

salvaguardadas formas de vigilância médica baseadas em avaliações de natureza clínica acerca do estatuto de risco familiar dos indivíduos seguidos na CRF. Assim sendo, e como sugere a resposta de um outro entrevistado, podemos considerar que a valorização e a insistência na realização de estudos genéticos mais vastos e aprofundados, se baseia no pressuposto de que os resultados que vão sendo gradualmente apurados removerão as dificuldades e as incertezas inerentes à doença:

“Nós temos que ser muito restritivos na quantificação das incertezas. Ao dizer que alguém tem a probabilidade x de ter uma doença, também estou a dizer a probabilidade de não ter, portanto estamos sempre a quantificar margens de incerteza. A estatística é a quantificação da incerteza. (...) As coisas são complexas até nós as percebermos. Logo que nós as percebemos e a compreensão se generaliza à sociedade, as coisas tornam-se mais simples. Uma doença como a PAF, que depende de uma mutação no gene APC, até perceber que era só isso foi uma grande complicação, era um mistério com várias hipóteses. Portanto, toda a narrativa intelectual sobre a doença sofre um colapso a partir do momento em que se compreende que afinal aquilo é um evento simples e bem identificável pela genética”. (M1)

Relativamente aos modos de lidar com a incerteza, Fox (2003) considera que uma das principais estratégias ocorre numa fase precoce da formação médica, quando os estudantes são “treinados para a incerteza”. Essas estratégias para lidar com a incerteza passam, principalmente, pela intelectualização dos problemas sob um ponto de vista científico; pela conversão das incertezas do julgamento clínico em probabilidades; pelo desprendimento em relação à incerteza, nomeadamente através de estratégias incorporadas durante a socialização profissional; pela deslocação da atenção ou por camuflar o problema com o silêncio; e, por fim, pela ironia face à incerteza, enquanto atitude que permite ocultar a tensão e a dificuldade de lidar com os problemas dela decorrentes (Cf. *idem*: 410-411).

Trata-se de uma leitura que sendo importante, não é, todavia, consensual, na medida em que, para autores como Atkinson (1984), a incerteza é uma componente importante no conhecimento e no trabalho médico mas ela coexiste, no entanto, com a certeza, o que significa que estas são dialeticamente interdependentes e não apenas dimensões mutuamente exclusivas. Acima de tudo, são dois modos de relação face ao conhecimento e à ação, o que significa que os saberes rotineiros e a experiência clínica

podem conferir uma orientação prática face ao conhecimento mais estreitamente articulada com um certo pragmatismo ou até mesmo com alguma forma de dogmatismo assente em pressupostos de maior certeza e previsibilidade.

Mas retornando ao caso concreto da CRF aqui em estudo, podemos verificar que a incerteza é manifestamente assumida pelos clínicos, o que mostra que o desenvolvimento do seu trabalho contempla esta dimensão e, portanto, não implica nenhuma estratégia de camuflagem relativamente a este assunto. Aliás, das várias estratégias referidas por Fox, aquela que, efetivamente, parece prevalecer é a conversão das incertezas do julgamento clínico em probabilidades, não deixando os clínicos, todavia, de dar relevância às formas de abordagem e de comunicação com os indivíduos que frequentam a consulta, dado que, conforme já foi referido, o trabalho de aconselhamento genético que é desenvolvido insere-se numa lógica preditiva, o que, neste caso em particular, significa que a grande maioria dos indivíduos são saudáveis e apenas estão vinculados à CRF em virtude do seu estatuto de risco. Esta circunstância é bastante importante e explica, em larga medida, a razão pela qual a incerteza é comunicada e gerida entre o clínico e as pessoas que são seguidas na Consulta. A questão da confiança que marca este tipo de relação médica acaba, em suma, por ter um grande destaque e mostra de que forma subsistem, embora matizados e relativamente secundarizados, certos princípios que foram tradicionalmente estruturantes no julgamento clínico, nomeadamente a avaliação qualitativa da singularidade e da contingência das situações e dos indivíduos concretos:

“Os médicos que estão envolvidos nesta consulta estão cientes que no contacto com as pessoas saudáveis, mais do que com as pessoas doentes, têm de falar e explicar as coisas de forma muito clara, muito concisa e muito objetiva e dizer mesmo ‘nós não temos segurança nenhuma sobre o seu risco. Se é muito, se é pouco. Na dúvida, e porque podemos pensar que é elevado, deve fazer uma vigilância apertada’ (...). Fazemos sobretudo vigilância, e não fazemos atuações profiláticas, porque essas atuações em situações de incerteza não são adequadas. Temos que dizer isto claramente às pessoas, porque só assim ganhamos a sua confiança. O conhecimento que nós temos é limitado e, portanto, têm que partilhar connosco esta incerteza”.

(MD)

Conclusão

Olhando panoramicamente para as principais reconfigurações que estão subjacentes à emergência de novas áreas de incerteza no seio da biomedicina, verificamos que há alguns desenvolvimentos importantes que merecem uma reflexão atenta, na medida em que eles são reveladores da heterogeneidade de desafios que figuram no horizonte da medicina moderna. Um desses novos desenvolvimentos está relacionado com os exponenciais avanços no campo da genética e o seu profundo impacto nos quadros conceptuais e cognitivos da medicina, designadamente através da incorporação de uma visão “molecular” da vida. Esta tende a ser geradora de novas incertezas, dado que não obstante se ter vindo a consolidar uma convicção generalizada quanto às imensas potencialidades que este novo tipo de conhecimento tem para oferecer, nomeadamente em termos de um melhor entendimento da etiologia e mecanismos das doenças humanas, têm vindo a multiplicar-se expectativas demasiado elevadas quanto à eficácia clínica das terapias génicas, o que denuncia uma visão reducionista e simplificada da complexidade que são os organismos vivos, não redutíveis apenas aos seus genes (cf. Fox, 2003: 412-414).

Através da problematização da questão da incerteza, foi possível verificar que o tipo de trabalho que é desenvolvido pela CRF está fortemente ancorado nos contributos de outras perícias, em particular da biologia molecular, o que mostra que as conceções de doença, as abordagens privilegiadas e o tipo de recursos técnicos a que sistematicamente se recorre estão estreitamente ligadas a uma visão molecular, que é tida como importante e indispensável para se conhecer os mecanismos básicos das doenças de base genética. Assim, e apesar de não haver uma entronização absoluta em torno da importância destes recursos técnicos para a clínica, não deixa de ser evidente que os critérios e os julgamentos clínicos acabam por ter um papel relativamente secundário, ao ponto de só emergirem nas situações em que os contributos destas áreas disciplinares são limitados ou inexistentes. Esta situação é especialmente visível no caso das síndromas hereditárias, dado que se procuram conhecer através dos testes genéticos as mutações que estão na base das patologias.

Também a questão da avaliação clínica em contextos de incerteza, sobretudo a que decorre das próprias insuficiências e limitações da abordagem e dos recursos técnicos da genética e da biologia molecular face a patologias que encerram grande complexidade biológica, revela alguma ambivalência. Como assinalado, a circunstância de, nesta área

da oncologia gástrica, haver patologias que são multifatoriais e poligénicas, o facto de se desconhecer a ação dos polimorfismos nas formas de agregação familiar do CCR e nas síndromas familiares, o facto de não se conhecerem todos os genes envolvidos nalgumas formas de doença, o facto de, em alguns destes síndromas, a penetrância dos genes não ser completa (em particular no SL), de ocorrerem neomutações, etc., faz com que a prudência dos clínicos seja mais acentuada e que reconheçam as limitações do seu trabalho face a estas situações complexas e de grande incerteza. Todavia, é importante notar que subsiste sempre uma forte convicção de que essas lacunas do conhecimento médico possam ser mitigadas no âmbito de estudos investigacionais nos quais os indivíduos são convidados a participar. Enquanto essas investigações de índole laboratorial não produzem conhecimento efetivo, a incerteza vai sendo gradualmente gerida com os indivíduos e só nestas circunstâncias é que os critérios clínicos tendem a prevalecer, o que parece ser claramente denotativo do modo como a experiência clínica acaba por ter um efeito defensivo de redução da incerteza (Serra, 2008).

Em suma, face à constatação de tanta complexidade biológica, o “retorno” da incerteza, por via da emergência de novas dimensões, relembra-nos que esta não só é constitutiva da própria Medicina, como reatualiza a necessidade de valorizar o facto de que, na área do cancro genético, o desafio da gestão da incerteza é permanente, tendo em conta não só o estatuto híbrido e liminar da doença e do doente, os imperativos de uma nova lógica de trabalho colaborativo e multidisciplinar, e a própria complexidade biológica das mutações genéticas associadas às patologias em causa. Estes aspetos implicam, assim, uma permanente reinterpretação das próprias recomendações e *guidelines*, o que significa que o julgamento clínico não se limita a ficar subsumido nas lógicas normalizadoras das recomendações regulatórias dos *guidelines* e das provas epidemiológicas que os sustentam (Bourret, 2005). Há, pelo contrário, um trabalho de constante gestão da incerteza através da reinterpretação e da discussão entre os profissionais, o que significa que estes vão reflexivamente produzindo e adaptando localmente as recomendações que, conjunturalmente, melhor parecem responder às incertezas concretas do seu domínio específico.

Referências bibliográficas

- ATKINSON, Paul (1984), “Training for certainty”, in *Social Science and Medicine*, vol. 19, nº 9, 949-956.
- BOURRET, Pascale (2005), “BRCA Patients and Clinical Collectives: New configurations of action in cancer genetic practices”, in *Social Studies of Science*, 35/1, 41-68.
- CLARKE, Adele [et al.] (2003), “Biomedicalization: Technoscientific transformations of health, illness, and U.S. Biomedicine”, in *American Sociological Review*, vol. 68, 161-194.
- CLAYTON, Belinda (2002), “Rethinking postmodern maladies”, in *Current Sociology*, vol. 50 (6), 839-851.
- FOX, Renée C. (1959), *Experiment Perilous. Physicians and Patients facing the unknown*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- (2003), “Medical Uncertainty Revisited”, in Gary Albrecht [et al.] (Eds.), *The handbook of social studies in Health & Medicine*, London, Sage Publications, pp. 409-425.
- FUJIMURA, Joan H. (1996), *Crafting Science: A Sociohistory of the Quest for the Genetics of Cancer*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- KEVLES, Daniel J. (1993), “Out of Eugenics: The Historical Politics of the Human Genome”, in Daniel Kevles & Leroy Hood (Eds.), *Scientific and social issues in the Human Genome Project*, Harvard, Harvard University Press, pp. 3-36.
- LAGE, Pedro [et al.] (1998), “Instabilidade de Microssatélites em Carcinomas do Cólon e Recto Esporádicos: Valor na detecção de novos casos de Síndromes hereditários”, in *GE – Jornal Português de Gastrenterologia*, Nº 5 (Janeiro/Fevereiro/Março), 13-19.
- LAGE, Pedro; CHAVES, Paula (1999), “A hereditariedade no cancro do cólon e recto”, in *GE – Jornal Português de Gastrenterologia*, Nº 2 (Junho), 24-28.
- MARQUES, Manuel Silvério (2002), *A Medicina enquanto Ciência do Indivíduo*, Dissertação de Doutoramento em Medicina, Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- MENDES, Felismina (2003), *A herança dos mal nascidos*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- (2006), “Risco genético: da ilusão de certeza à disseminação da (ir)racionalidade”, in Graça Carapinheiro (Org.), *Sociologia da Saúde. Estudos e Perspectivas*, Coimbra, Pé de Página, pp. 17-45.
- NUNES, João Arriscado (1996), “Escala, heterogeneidade e representação: Para uma cartografia da investigação sobre o cancro”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 46, 9-46.
- (2002), “Risco, incerteza e regimes de verdade. A patologia tumoral e a biologia do cancro”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 23, 285-315.

- PRIOR, Lindsay (2000), “Mathematics, Risk and Genetics”, in Barbara Adam [*et al.*] (Eds.), *The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory*, London, Sage Publications, pp. 106-109.
- RAPOSO, Hélder (2006), *Dominar o aleatório? Risco e Incerteza no Pensamento Biomédico: o caso do risco genético no cancro do cólon e recto*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ROSE, Nikolas (2010), “Normality and pathology in a biomedical age”, in *Sociological Review*, 57, 66-83.
- SERRA, Helena (2008), “Maus fígados. A construção social da tomada de decisão médica”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 58, 47-70.
- VASEN [*et al.*] (1991), “The International Collaborative Group on Hereditary Non-polyposis Colorectal Cancer (ICG-HNPCC)”, in *Dis Colon Rectum*, Nº 34, 424-425.

Recensão crítica do livro
Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie
progressiste

Tiago Castro Lemos¹

Sylvie Tissot, socióloga, atualmente professora de ciências políticas na Universidade Saint-Denis/Paris 8 e membro do CSU-CRESPPA, tem consagrado uma extensa parte do seu trabalho ao estudo das dimensões sociais, económicas e políticas que estão na origem dos processos de construção do território, dando, neste campo de análise, um ênfase particular aos engajamentos militantes e reformistas de determinados agentes (cf. Tissot *et al*, 2005; Tissot, 2007; Tissot, 2010).

Depois de em 2007 ter publicado, em *L'État et les quartiers. Genèse d'une catégorie d'action politique*, um estudo sobre a génese e a mobilização política da categoria 'quartiers sensibles' nas *banlieues* francesas, Sylvie Tissot nesta nova obra empenha-se, novamente, na problemática da invenção de “novas maneiras de gerir zonas pobres” (p. 48). Em *Des bons voisins*, um trabalho realizado entre 2004 e 2010 que teve como palco a zona do South End (SE) em Boston, no Estado do Massachusetts, nos EUA, a autora vai mostrar de que forma um conjunto específico de agentes se mobilizou para transformar uma ‘zona mal afamada’ (*skid row*) habitada por imigrantes, associada à prostituição, ao alcoolismo e à homossexualidade, num espaço residencial das *upper middle classes*. Sobretudo através de um denso trabalho etnográfico, Tissot, seguindo a linha de trabalho das investigações associadas à

¹Bolseiro de Doutoramento da FCT. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal) e École des hautes études en sciences sociales (EHESS) Paris – Centre Maurice Halbwachs (CMH) (Paris, França). *E-mail*: tcastrolemos@gmail.com

gentrification, apresenta um detalhado retrato sobre a ambivalência, a incoerência, a contradição, a violência e, ao mesmo tempo, a eficácia social da *mixité sociale* enquanto *ethos* celebrada pelas classes médias superiores, neste trabalho denominadas como ‘progressistas’.

Após um conjunto de conversações preliminares com informantes privilegiados (*alliés*) e de, junto destes, ter recolhido um conjunto de informações cruciais para o desenvolvimento e orientação da pesquisa, Tissot enforma o objetivo principal desta investigação que, nas suas palavras, corresponde ao estudo da “institucionalização da democracia local e da *mixité social*, que vêm substituir a remodelação voluntarista dos espaços, e a preeminência tomada, na hierarquia dos espaços desejáveis, pelos alojamentos antigos do centro da cidade em detrimento da arquitetura moderna das *cités*” (p. 55) Neste livro de cerca de 320 páginas, a autora vai apresentar os resultados deste trabalho através de um interessante exercício macro/micro, onde a cada manifestação estrutural apreendida é-lhe associada um caso/sujeito particular tido como exemplar.

Início dos anos 60: os EUA vivem um momento de intensa revolta onde as minorias étnicas e sexuais reivindicam o fim da exclusão social de que são alvo. Boston, e em particular o SE não são exceção: aliás, se nesta época no SE encontravam-se só 5% da população da cidade, era, também, do SE que advinham os 95% dos problemas dela (p. 59). Aqui os habitantes, sobretudo os negros, num ambiente amplamente marcado pelo militantismo e pelo associativismo, lutam por melhores condições de habitação. Igualmente nos anos 60: começam a chegar ao SE alguns indivíduos da classe média que, a baixo custo, adquirem *brownstones* (casas de estilo arquitetónico ‘Vitoriano’ ocupadas pela burguesia no século XIX, e posteriormente ocupadas, na sua maioria, por imigrantes e por classes populares. Simultaneamente, é proposto pelo Estado um conjunto de programas que defendem extensas reformas urbanas para Boston. Estavam lançadas as condições necessárias para se produzirem um conjunto de mudanças no espaço físico e no espaço social do SE.

Nos anos que se sucedem, o SE continua a contar com a chegada da classe média, ao mesmo tempo que se constroem torres de alojamento social que vão albergar grande parte da população que, até aí, reivindicava por melhores condições de habitação. O SE vai-se valorizando e cada vez se torna mais evidente o potencial deste espaço. Neste momento foi de extrema importância o papel dos ‘pioneiros’, habitantes

intensamente interessados e influentes no processo de *gentrification* do SE; indivíduos aos quais se juntam uma série de associações locais (*associations de quartier*) que vão, igualmente, defender políticas de reformistas que tomam o SE como alvo. De entre estas associações, S. Tissot analisa atentamente a *Sociedade histórica*, uma associação que conta, sobretudo, com elementos de classes médias superiores, conservadoras, contra o pluralismo cultural, abertamente associadas ao setor imobiliário, que lutam pela valorização social e simbólica do SE através da patrimonialização da arquitetura ‘vitoriana’. O enaltecimento das virtudes do período Vitoriano, a importância conferida à arquitetura das *brownstones* como marca de uma presença burguesa passada que pode ser recuperada através de uma homogeneização social da zona; tudo isto veiculado junto de instâncias políticas e através do *Tour*, um passeio cuidadosamente organizado pelo SE para dar a conhecer aquilo que é um território burguês em potência.

Se, durante os anos 70 e 80, o papel da Sociedade histórica foi central na valorização do SE e na atração da *upper middle class*, a partir dos anos 90 ocorrem profundas mudanças no campo associativo, concomitantes às mudanças sociais e políticas que tiveram lugar nos EUA, que representam uma decisiva mudança de discurso em relação à valorização do SE, em particular no que diz respeito à coabitação de diferentes grupos. Neste momento, o SE conta com um elevado número de *condominiums*, o que significa um estado de gentrificação relativamente avançado e, em simultâneo, a emergência de um novo grupo que domina a cena associativa e que defende a *mixité sociale*: a ‘burguesia progressista’. A adoção deste novo discurso que vai marcar a ‘identidade’ territorial e social do SE ocupou o lugar do discurso conservador da Sociedade histórica que reivindicava a especificidade do SE pela sua arquitetura. Porém este facto não significou o desaparecimento do discurso conversador, mas a sua substituição - um exemplo assinável encontra-se nas diferentes tomadas de posições em relação à ‘*mixité sociale*’ no momento da construção do ‘Pine Inn Street’, um albergue para sem-abrigo.

A leitura deste trabalho de Sylvie Tissot pode-se tornar aliciente quando, com o apoio do expressionismo tão caro à etnografia, somos levados a refletir sobre um facto surpreendente: a passagem de uma ética conservadora para uma ética liberal não representar, em nenhum momento, a passagem de um estado de desigualdade para um estado de mais equidade social. O discurso da *mixité sociale*, progressista, tutor da abertura, da diversidade, da tolerância, é um poderoso eufemismo, que torna a

desigualdade, o fechamento, a produção da diferença e a intolerância como algo tolerável. E esta tolerância, como mostra Tissot, é conseguida através da imposição e generalização uma *ethos* particular a um grupo social, como ética legítima, quer dizer, universal, comum a todos aqueles que a partilham e, mais surpreendente ainda, a todos aqueles que não a podem partilhar, porque não têm recursos, mas têm de viver nela.

Num registo que recupera e associa um conjunto de temáticas já exploradas pela sociologia, como a construção de uma moral particular às classes médias superiores (Lamont, 1992), o fechamento social e territorial particular às classes burguesas (Pinçon e Pinçon-Charlot, 1989), o reformismo como mecanismo de invenção de problemas sociais (Topalov, 1999), a demissão do Estado (social) e a violência social sobre as classes mais pauperizadas (Wacquant, 2005), a *distinção* como fundamento da reprodução social (Bourdieu, 1979), Tissot recolhe um conjunto de dados que permitem recuperar o processo de construção e de instituição de um sistema de vigilância através da construção e da instituição de relações amigáveis, colocando-se a questão da *mixité sociale* nos termos do “interesse pelo desinteresse”. Este complexo processo conta com o importante papel das associações locais, que possuindo grande parte do monopólio do controlo social e simbólico sobre o SE, têm um importante papel na dominação das relações sociais, políticas e económicas que aqui têm lugar.

Então, objetivamente, como viver e instituir esta *mixité sociale*? Antes de tudo, para se viver nela/dela são necessárias duas atitudes centrais e inseparáveis: incorporar, enquanto disposição, os mecanismos de tolerância com o ‘outro’ e (de)limitar constantemente quem é o ‘outro’, a saber, quem ameaça a ordem das ‘coisas’.

O processo de exclusão, simultaneamente social e espacial, de quem é indesejável opera-se sob diferentes formas. Quanto às classes populares, aos imigrantes, às minorias étnicas, sobretudo aos negros, o distanciamento opera-se, desde logo, a partir dos preços dos *condominiums* que tornam a acessibilidade duradoura aos espaços impossível. Depois, surge um vasto leque de ações que têm como objetivo a redução dos efeitos, potencialmente nefastos, da sua presença: o controlo dos parques por parte das associações, o que implica uma minuciosa regulamentação sobre condições de frequência; o fechamento sucessivo de bares e comércio frequentado pelas classes mais desfavorecidas, construindo nesses locais comércio, restaurantes e bares só acessíveis a classes economicamente favorecidas; a proibição de fumar e de beber na rua, em certas circunstâncias. Em resumo, o espaço público é lentamente conquistado pela *upper*

middle classe de forma legítima (capítulo 5). Não terminando aqui o círculo, provavelmente sob o risco de revolta daqueles que estão sujeitos à exclusão, a ‘burguesia progressista’ põe em prática o que de moralmente melhor pode dar: o *filantropismo*, quer dizer, uma compreensão, uma sensibilidade, uma preocupação partilhada com os problemas que afetam os mais desfavorecidos, como, em particular, o racismo.

O filantropismo, esse “interesse no desinteresse”, também passa por questões sexuais, como a *gay friendliness*. Como mostra Tissot, apesar de a família heterossexual continuar a ser o referencial dominante, os homossexuais são acolhidos com o fervor particular dos defensores da *mixité sociale*. Porém, esta *gay friendliness* tem de obedecer aos rituais da heterossexualidade (como, por exemplo, nos bailes das associações locais, os *gays* vão, usualmente, acompanhados por uma amiga lésbica) ou, pelo menos, convém que tudo pareça heterossexual a nível da forma: são bem-vindos casais homossexuais casados com filhos adotados. E a heterossexualidade deve dominar em aparência, já que o *flirt*, os encontros, entre homossexuais estão espacialmente definidos: o parque de passeio dos cães, de preferência. E a *gay friendliness*, esta forma *friendly* de manter sob vigilância tudo aquilo que é *gay*, existe sob a condição regulamentar de que quem é *gay* tem de pertencer à *upper middle class*.

Mas as marcas exteriores que permitem a distinção, condição básica para poder haver *mixité*, não se limitam ao facto de se habitar num *condominium*, frequentarem-se os bares da moda ou os restaurantes de cozinha de fusão. E, aqui, Sylvie Tissot introduz um elemento de análise original e não menos pertinente: o cão, animal doméstico que, como observa a autora, não pode ser de uma qualquer raça e não pode ser, *de certeza*, da raça dos cães que estão associados às *Cités*, geralmente violentos. A *hexis* do cão é também um modo de distinção do dono: na altura do passeio pelo parque exclusivamente preparado para este fim, os donos comentam os comportamentos dos cães uns dos outros, avaliando assim a educação do cão, que deve ser fonte de investimento por parte do dono. E, a partir deste apêndice animal distintivo constrói-se toda uma economia de serviços e comércio que permite manter o cão na sua melhor vitalidade, o que se ‘repercutirá’ na imagem que os outros terão do dono.

Deste trabalho podem-se retirar alguns dos possíveis mecanismos de gestão e de construção da ‘ideia’ de *mixité sociale*: controlo social e investimento simbólico, distinção e *friendliness*. Uma verdadeira *ethos*, obrigatória a todos aqueles que querem

partilhar a experiência de viver no South End; saber viver na mistura sem se misturar: “a gestão da diversidade não se reduz ao controlo de habitantes ‘indesejáveis’; ela tem como objetivo fazer com que os novos habitantes aceitem a presença de ‘outros’” (p. 135). E isto requer uma aprendizagem, que só podemos entender enquanto processo de socialização que tem como objetivo último criar “*des bons voisins*”. Pertencer a uma associação, participar num baile, num convívio no parque, numa *fundraising*, tudo rituais que mais não são do que atos de instituição (Bourdieu, 1982), que têm como objetivo, mais do que marcar a diferença entre aqueles que moram no SoWa (zona artística, alvo de uma ampla gentrificação, dando lugar a galerias, comércio e algumas habitações) e aqueles que moram na zona do Union Park, marcar a diferença entre aqueles que não podem viver no SE daqueles que lá vivem.

Um texto a explorar detalhadamente, porque em cada problemática que levanta se encontram argumentos para denunciar a inércia incorporada pelas estruturas sociais, que não são mais do que estruturas arbitrárias de representação do mundo social, e que são cuidadosamente (re)produzidas pelos grupos socialmente dominantes e autorizadas a existir pelos grupos socialmente dominados, que se apresentam sobre a forma de uma *ethos ‘progressiste’*, quer dizer, liberal no sentido social. Mas, se, tal como fez S. Tissot em *Des bons voisins*, se submeterem à análise científica estas estruturas, que sustentam a ‘ideia’ de *mixité sociale*, facilmente se rompe com a sua aparência e traz-se à luz formas altamente dissimuladas de sexismo, de racismo, de conservadorismo em sentido político, de neo-liberalismo em sentido económico, que vão prevalecendo sob a forma de “folclorização da miséria” (p. 217). E porque não é possível uma anulação radical da conflitualidade de pontos de vista entre os investigadores e a sua população, Sylvie Tissot, logo no capítulo I, faz o balanço de como não são eticamente lineares as relações sociais que ocorrem no curso da investigação.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction*, Paris, Éditions du Seuil.
– (1982), “Les rites comme actes d’institution”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 43, 58-63.

LAMONT, Michèle (1992), *Money, Morals and Manners. The culture of the French and American upper-middle class*, Chicago, University of Chicago Press.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique (1989), *Dans les beaux quartiers*, Paris, Éditions du Seuil.

TISSOT, Sylvie (2007), *L'État et les quartiers. Genèse d'une catégorie d'action politique*, Paris, Éditions du Seuil.

– (2010), “Quand la mixité sociale mobilise des gentrificateurs. Enquête sur un mot d'ordre militant à Boston”, in *Espaces et Sociétés*, n° 140-141, 127-142.

– (2011), *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*, Paris, Éditions Raisons d'agir.

TISSOT, Sylvie [et al.] (2005), *Reconversions militantes*, Limoges, Polim.

TOPALOV, Christian (dir.) (1999), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Éditions de l'EHESS.

WACQUANT, Loïc (2005), *Punir les Pauvres*, Paris, Éditions Agone.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Sociologia* surgiu em 1991 como publicação científica na área da Sociologia, com uma periodicidade anual, e associada à consolidação da docência e da produção científica no âmbito da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (criada em 1985/86) e do Instituto de Sociologia (criado em 1989).

Tem como intenção principal abordar as questões sociais de âmbito vasto e segundo perspectivas teóricas diversas, de forma a promover o cultivo da Sociologia em Portugal, quer como conhecimento sistemático das realidades sociais, quer como prática social e profissional. Tem procurado estabelecer o diálogo entre os que, no interior da Universidade, promovem o trabalho científico e aqueles que, como outros profissionais da Sociologia, se ocupam de atividades diversificadas na sociedade global, sem esquecer os que, nos demais quadros laborais, necessitam de um conhecimento sistematizado da realidade social portuguesa.

Tem sido, ao longo das suas edições, uma revista especializada, na medida em que veicula trabalhos de investigação em Sociologia, mas sem se limitar a um campo específico desta ciência. Recolhe estudos tanto de pendor teorizante como de pendor empírico, em ambos os casos com a necessária e possível observação social nas várias especializações em Sociologia.

No momento atual, procura dotar cada número de uma maior coerência e da participação de autores de outras proveniências institucionais. Mantém-se o pressuposto de que o cruzamento de perspectivas, os diálogos intertextuais e a cumulatividade e reificação do conhecimento científico ficarão enriquecidos com a pluralidade de contributos.

Em 2011, a sua periodicidade passou a ser semestral, fruto da necessidade de promover uma maior atualização das publicações e agilidade no relacionamento com a produção científica, bem como de corresponder aos parâmetros estabelecidos pelas bases de indexação.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXIII, JANEIRO-JUNHO 2012

EDITORIAL

ARTIGOS

El efecto moderador de la procedencia cultural del turista en la percepción de la imagen del destino

María José Suárez

Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas

Carina Sousa Gomes

A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica

Tiago Castro Lemos

O fado e “as regras da arte”: “autenticidade”, “pureza” e mercad

Luciana F. M. Mendonça

Teatro Universitário em Coimbra na década de 1980

Alexandra Silva

A Transição Profissional dos Licenciados em Sociologia pela FLUP: novos resultados em 2006

Cristina Parente, Nádía Costa e Mafalda Gomes

Escola e mudança social: recém-licenciados na área de informática em instituições de ensino superior localizadas na área metropolitana do Porto

José Carlos Morais

Emprego e Trajetórias Profissionais: o caso dos diplomados do Instituto Superior Politécnico de Viseu

Luís Nuno Sousa

O Processo de RVCC, a promoção da Literacia Familiar e a Escolarização: *Estudo Exploratório nos CNO*

Cláudia Ferreira, Filipa Morais e Inês Cruz

Realidades e imagens do especismo: impactos da indústria (agro)pecuária e representações publicitárias de animais não-humanos sencientes

Anabela Santos e Rui Pedro Fonseca

Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes

Madalena Duarte e Ana Oliveira

Dividir para reinar

Teresa Vaz Martins e Raul Toral

Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal

Olga Magano

N.º XXIV, JULHO-DEZEMBRO 2012

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória

Gabrielle Cifelli e Paulo Peixoto

O problema da integração

Rui Pena Pires

Sementes e arupembas: a relação entre os saberes no contexto dos movimentos sociais

Carla Águas, Júlia Benzaquen e Marcos Valença

A mobilização de 12 de março em Portugal: movimento social ou “explosão”? Atores, processos e consequências

Dora Fonseca

À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento

Gustavo Malafaya Sá

Um suplemento entre dois mundos: Causas e consequências da transição papel/digital do DN Jovem

Helena de Sousa Freitas

Religião e outros conceitos

José Pereira Coutinho

Peregrinação: possibilidades de compreensão crítica de uma experiência

Ângelo Cardita

TEXTO

Das categorias de pensamento às categorias de conhecimento

Lúisa Veloso

RECENSÃO

A precariedade como modo de vida? Recensão crítica do livro *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*.

José Soeiro

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os artigos propostos para publicação na revista *Sociologia* são submetidos a avaliação de especialistas das áreas respetivas, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação.
2. Os textos devem ser redigidos em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para as notas de rodapé e para as referências bibliográficas), tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato Word for Windows, PDF e HTML. No caso de serem enviados por correio, os artigos devem ainda ser impressos em duplicado e virem acompanhados de um CD com o ficheiro de texto, nos formatos supracitados.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos e figuras. As resenhas não deverão ultrapassar os 13.000 caracteres.
4. Outros textos, tais como projetos, materiais sociográficos, documentos, opiniões e resenhas, devem observar os seguintes limites de páginas:
 - a) notícias, 1-2 páginas;
 - b) outros, 5 páginas.
5. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
6. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas que não a portuguesa devem ser formatados em itálico.
7. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros, gráficos e figuras, identificados com numeração árabe contínua e respetivo título para cada um destes tipos de elementos.
8. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

9. A norma de citação adotada deverá ser a anglo-saxónica (autor-data).

10. As referências bibliográficas deverão obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: Apelido, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição);
- b) Artigo em publicação periódica: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, *in Nome da publicação periódica*, volume, número, páginas;
- c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: Apelido, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, *in* Nome próprio, Apelido (org.), *Título da Coletânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).

11. Todos os originais entregues ao Conselho de Redação devem:

- a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;
- b) quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, fazer-se acompanhar dos respetivos originais em bom estado, com indicação dos locais no texto onde devem ser inseridos (o Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar figuras ou gráficos cuja realização acarrete excessivas dificuldades);
- c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
- d) vir acompanhados de:
 - o título completo do artigo traduzido em Inglês, Francês e Espanhol;
 - um resumo com um máximo de 650 caracteres/10 linhas e 3 ou 4 palavras-chave, os quais deverão ser traduzidos nos 3 idiomas acima mencionados;
 - a indicação dos dados de identificação do autor (formação e/ou situação profissional do(s) autor(es), instituições ou organizações em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto.

12. Os artigos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

13. Os originais podem ser enviados por e-mail para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com ou por correio para a seguinte morada:

Direção da revista *Sociologia*

Departamento de Sociologia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal